Diário de Lisboa

ANO 55.º/18913 4$00

SÁBADO 8 NOVEMBRO 1975

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **José Cardoso Pires**

A SITUAÇÃO POLÍTICA

FIM-DE-SEMANA PREOCUPANTE

● COPCON ORDENA PREVENÇÃO

Nos últimos dias, os «pides» na cadeia têm andado muito eufóricos: eles afirmam convictamente — e como isso é perigoso! — que serão libertados até 12 de Novembro. A baliza de 11, portanto, continua a ser um sonho reaccionário para cujo perigo o general Costa Gomes advertira os jornalistas durante a última viagem à Roménia.

Andam os «pides» eufóricos, enquanto estão bem informados das movimentações dos «elp's» e «mdlp's» por aí, quase descaradamente. Em Braga, uma operação em larga escala terá sido momentaneamente bloqueada, com a prisão de dois elementos ligados ao grupo de Spínola — o M. D. L. P. — cuja implatanção sobretudo a nível militar vai mais longe, segundo nos dizem fontes seguras, do que muita gente poderá pensar. Alpoim Calvão estaria (ou estará) lá, em Braga e vizinhanças, implicado numa «marcha de retornados» prevista para este fim-de-semana, culminada com uma cerimónia sugestiva: a entrega de um caixão de terra angolana ao Presidente da República. As explosões de petardos têm sido diárias, ontem passou-se às granadas ofensivas em esquadras de Polícia — cinco em Lisboa — lembrando tragicamente os acontecimentos que antecederam o «7 de Setembro» em Moçambique. Em círculos ligados aos retornados, afirma-se «que antes de segunda-feira os comunistas vão apanhar no coco»; e, segundo o testemunho de um soldado pára-quedista traído na «operação R. R.», um seu oficial teria dado o mesmo prazo para o fim da existência da esquerda em Portugal.

AJUDAS...

Curiosamente, para um Conselho da Revolução que se diz revolucionário e para um Governo que se diz de esquerda, estes factos não têm sido motivo de grande preocupação. Do Conselho da Revolução, muito dividido, têm-se demarcado alguns oficiais com cargos importantes, caso dos generais Fabião e Otelo, que têm estuda-

Continua na pág. 32

P.C.P. ALERTA

«Numa situação particularmente tensa, o fim-de-semana que se aproxima requer atenção especial», adverte o Partido Comunista Português numa nota ontem elaborada e esta manhã distribuída aos órgãos de comunicação social.

Apelando para uma «atenção especial» para os dias de hoje e amanhã, o P. C. P. lembra as numerosas manifestações que estão convocadas principalmente para Lisboa. A referência reforça-se com a memória dos acontecimentos que nos últimos dias têm vindo a agravar a situação social não só em Lisboa mas praticamente em todo o País.

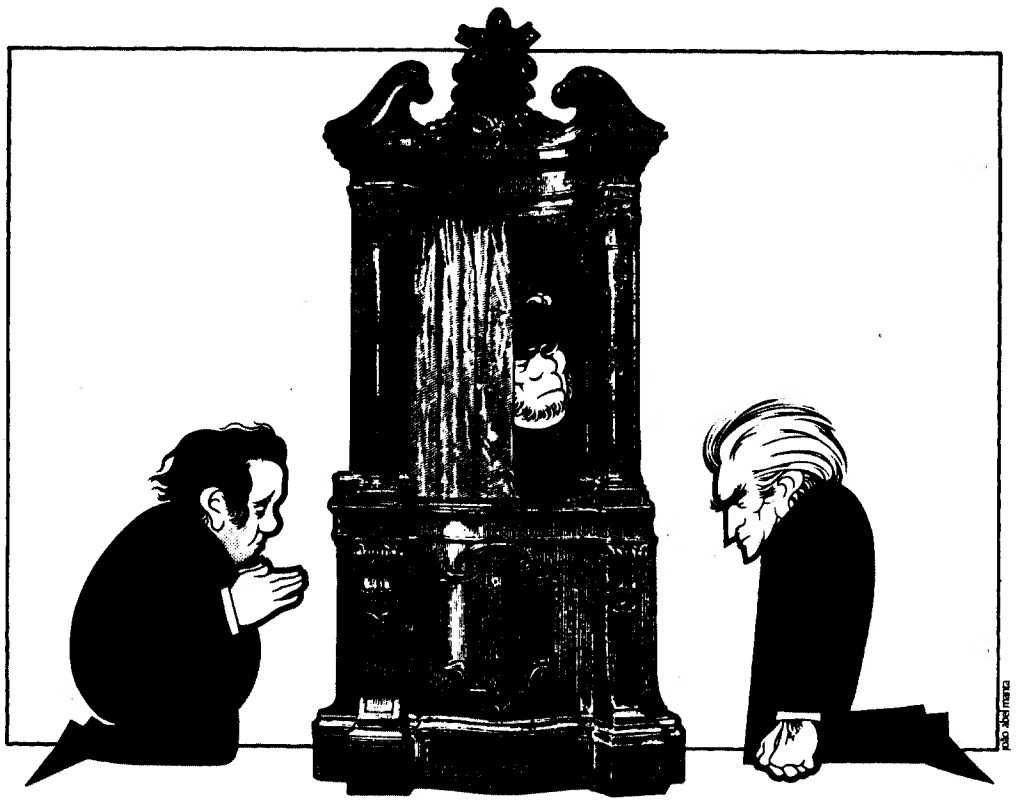
O texto aponta para os «atentados terroristas», a presença de novo em Portugal de indivíduos que estiveram ligados às movimentações de 28 de Setembro do ano passado e 11 de Março deste ano, reuniões de indivíduos civis e militares «envolvidos em actividades clandestinas», notícias sobre o reforço de material de guerra em certas unidades, «facilidades de toda a ordem que são concedidas aos chefes fascistas e aos «pides» actual-

Continua na pág. 32

Todas as unidades do Continente entraram de prevenção, sob o comando do Copcon, a partir das 8 horas da manhã de hoje. Os motivos relacionam-se com a tensão que se regista e com a proximidade do dia 11 e notícias que existe sobre possíveis acções por parte de grupos extremistas de direita, de que são sintomáticas as reuniões do M. D. L. P., E. L. P. e ainda uma reunião efectuada no sábado passado no Hotel Ritz, onde estiveram presentes muitos retornados ligados à alta finança. Interrogado sobre possíveis acções levadas a efeito por parte de retornados, foi-nos referido por um porta-voz do Copcon não se tratar de um caso de retornados mas muito concretamente de pessoas ligadas à alta finança. As acções de que há notícias não se referem aos retornados em geral mas sim a grupos mais radicais de várias origens.

Entre as medidas tomadas pelo Copcon inclui-se segurança às estações emissoras.

CONTAS AO POVO



QUE FUTURO PARA A ESQUERDA?

HOJE NO "DL" O FRENTE-A-FRENTE

SOARES/CUNHAL

EM SUPLEMENTO DESTACÁVEL

COM UM POSTER

DE JOÃO ABEL MANTA

Uma granada no gabinete de Rosa Coutinho

Não chegou a explodir a granada defensiva que, esta madrugada, foi colocada sob a secretária do almirante Rosa Coutinho, no gabinete de serviços do 6.º andar do ex-Ministério do Ultramar, no Restelo. O engenho não rebentou, ao que nos informaram no local, porque a cavilha ascendente e o diagrama da granada não funcionaram como esperavam os autores da malograda explosão.

O almirante Rosa Coutinho, na qualidade de membro do Conselho da Revolução, dirige-se ali, em serviço, algumas vezes durante a semana. Presume-se que a granada foi deixada, não propriamente para atentar contra a vida daquele militar, mas para destruir todos os documentos do seu gabinete. O pessoal da segurança àquele edifício admite que a granada possa servir como primeiro aviso. Julga-se, igualmente, que quem ali depositou o explosivo ignorava, — como a maioria do pessoal — se o almirante Rosa Coutinho ia ou não ali esta manhã.

Peritos em minas e armadilhas, que despoletaram a granada logo que foram alertados da sua existência, quando o pessoal da limpeza o encontrou ao princípio da manhã, recolhiam, no momento em que a reportagem do «DL» se deslocou ao local, elementos que possam conduzir à detecção dos autores da «proeza».

Tanto o oficial que chefia os serviços de segurança (major Pinto), como o oficial de serviço (que nos afirmou tratar-se de uma granada e que «poucos dados tenho para lhes fornecer, porque há uma equipa especializada da P. J. que está a recolher elementos no gabinete do almirante Rosa Coutinho»), pouco nos puderam adiantar em relação ao acontecimento.

..Este foi um dos locais (esquadra do Terramoto) onde se verificou, de madrugada, uma das cinco explosões em esquadras policiais de Lisboa. No Lumiar e no Rato rebentaram, igualmente, bombas, enquanto no gabinete do almirante Rosa Coutinho, no ex-Ministério do Ultramar (como noutro local noticiamos), uma granada colocada durante a madrugada não explodiu, vindo a ser despoletada, ao princípio desta manhã, por peritos em minas da P. J.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

EDITAL

N.º 126/75

Eu, Joaquim Ângelo Caldeira Rodrigues, Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, faço saber que correm éditos de 30 dias, contados da data da segunda publicação deste edital, intimando nos termos do artigo 9.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, MARIA MARGARIDA MARQUES NUNES CARNEIRO DE MOURA, residente em parte incerta, co-proprietária do prédio situado na Rua da Atalaia, 64/66, a iniciar no referido imóvel no prazo de 8 dias findo o dos éditos, obras de reparação e beneficiação geral, as quais deverão ficar concluídas nos 30 dias seguintes.

Foi determinada a ocupação do prédio para execução coersiva ao abrigo do disposto no artigo 166.º do R. G. E. U. no caso de as obras não serem iniciadas ou concluídas nos prazos para o efeito respectivamente fixados.

NOTA I: Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 166/70, de 15 de Abril de 1970, a obra a executar não carece de licenciamento municipal. Todavia se ocupar a via pública com andaimes, amassadoros, caldeiras, tubos de descarga, apetrechos, acessórios e materiais para obras, deverá munir-se de licença para o efeito. Deverá, ainda, juntar uma declaração de responsabilidade no caso de armar andaime, fonforme dispõe o artigo 5.º do Decreto n.º 41 821 de 11 de Agosto de 1958.

NOTA II: Nesta data já se encontram intimados alguns dos co-proprietários, promovendo-se o expediente necessário para serem intimados os restantes.

E para geral conhecimento, se publica o presente edital.

Paços do Concelho de Lisboa, em 4 de Novembro de 1975.

O PRESIDENTE,

Joaquim Ângelo Caldeira Rodrigues

ATENÇÃO MÍOPES
OUTRA NOVIDADE

AS LENTES DE CONTACTO MOLES HIDROFLEX-MINI PODEM SER AGORA ADQUIRIDAS TAMBÉM EM SETE CORES

Ver bem sem óculos só é possível com as novas lentes de contacto moles, flexíveis, sendo um êxito comprovado para quem os usa, pois a sua extrema maciez elimina todos os problemas de adaptação.

Devem ser usadas por automobilistas e desportistas sem receio de as perder, assim como por todas as pessoas que frequentam ambientes saturados e ainda pelas que não se adaptam às lentes rígidas.

Também com as lentes rígidas podem obter-se bons êxitos quando devidamente adaptadas.

Para alterar a cor dos olhos e corrigir simultâneamente os defeitos visuais devem ser usadas lentes de contacto cosméticas.

Para mais informações dirija-se à ÓPTICA VISUAL, LDA.—Rua das Portas de Santo Antão,27-2.º

ATENÇÃO: Entrada pela Espingardaria
Tel. 365515

Nacional

EM CAMPANHÃ:

INCIDENTES COM MILITARES

PORTO, 8 — Registaram-se ontem novos incidentes na estação de Campanhã, com militares que pretendiam viajar no «Foguete» sem pagar bilhete.

Os factos ocorreram por volta das 14 horas, tendo a composição saído de Campanhã em direcção a Lisboa com cerca de duas horas de atraso. Um pelotão da P.M. esteve presente, obrigando os militares ao pagamento do bilhete, a fim de poderem seguir viagem.

Segundo informam os trabalhadores da C.P., já não é a primeira vez que os militares têm ali reivindicado viagem gratuita, tendo-se já verificado outros incidentes.

Entretanto a C.P. distribuiu um comunicado em que se afirma estar «extremamente preocupada com os incidentes que há muitas semanas se verificam nas deslocações de militares nos comboios de longo curso». O comunicado acrescenta que a empresa «tudo tem feito para evitar situações agudas com os militares pondo ao seu serviço comboios especiais».

Acrescenta-se ainda: «A C.P. aceitou, com compreensão, as facilidades consedidas aos militares, que passaram a beneficiar de 75 por cento de desconto el qualquer comboio e classe». Depois de relatar uma série de incidentes deste tipo verificados ultimamente, a C.P., no comunicado, faz um apelo «junto dos militares para que respeitem os seus camaradas ferroviários, profissionais devotados, pois não podemos permitir que os mesmos sejam molestados no desempenho das suas funções nem maltratado o material e equipamento, património da Nação, a nosso cargo e que tanto custa à população trabalhadora.

«E muito menos poderemos permitir que seja posta irreflectidamente em perigo a segurança dos passageiros que transportamos.»

O PROBLEMA DA CÓLERA

Berbigão e tremoço

Coimbra: foi proibida, em todo o distrito, a venda de berbigão e tremoço. Semelhante medida é originada pelo surto de cólera que reina em todo o distrito. O berbigão vem contaminado pelos micróbios que poluem as águas do Mondego — e o tremoço, lavado nas mesmas águas, não se apresenta aos apreciadores como deve ser.

E porque as coisas são assim, e porque há que preservar a saúde de todos os cidadãos, o Governo Civil de Coimbra emitiu uma nota proibindo a venda quer do berbigão, quer do tremoço, considerados ambos como portadores do vibrião colérico.

Esta decisão do Governo Civil foi apoiada pelo quartel-general da Região Militar do Centro, o que, sem dúvida, contribuirá para eficaz repressão dos comerciantes que não queiram acatar a proibição.

Lembremo-nos, no entanto, que já o comandante do porto da Figueira da Foz tinha impedido, em momento oportuno, a comercialização e a pesca do berbigão.

Só que...

Só que há comerciantes que enviam para o Norte do País berbigão assim contaminado e tremoço que deixa muito a desejar. Coisas, enfim, de quem deseja ganhar dinheiro... Um conselho, portanto: que nenhum de nós coma berbigão e trinque tremoços. A saúde é também uma arma para a Revolução.

DÉCADA DA U.R.S.S.
FILMES, CANTOS, DANÇAS

Os filmes «Lenine em Outubro», de Mikhail Romm, «O Quarteirão de Vyborg», de Kozintsev e Trauberg, cuja projecção se integra nas comemorações da Década da URSS em Portugal, serão exibidos a 10 e 11 do corrente, respectivamente, às 18 e 15, na sala de cinema do Palácio Foz.

No mesmo local e no dia 12, três outros filmes: «Torrente Poderosa», de Leonid Varlamov; «A Derrota do Exército Fascista Alemão Diante de Moscovo», também de Varlamov; e «O Fascismo Vulgar», de Mikhail Romm. As três fitas serão projectadas em duas sessões, pela ordem indicada, as quais terão início às 18 e 15 e 21 e 30, respectivamente.

Os Coros e Danças da República Socialista Soviética do Azerbaidjão apresentam-se esta noite, no Coliseu dos Recreios, pelas 21 e 30.

O conjunto artístico da URSS, continuando a sua «tournée» pelo nosso país, estará amanhã em Évora e, na segunda-feira, em Beja, nos Teatros Garcia de Resende (17 horas e 21 e 30) e Pax Júlia (21 e 30), respectivamente.

MANTER-SE NO EXÉRCITO

Relativamente à passagem, ou não à disponibilidade, o Estado-Maior do Exército tornou público a seguinte nota:

«Para um correcto esclarecimento de passagem, ou não à disponibilidade dos militares que acabam o cumprimento do seu serviço militar obrigatório informa-se que a continuação no referido serviço será concedida mediante requerimento, que deverá seguir as vias normais de comando, e que será despachado de acordo com as necessidades do serviço e as disponibilidades orçamentais.»

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

CARDIA PÕE O PACTO EM QUESTÃO

A revisão do chamado Pacto M. F. A.-Partidos foi ontem pedida na Assembleia Constituinte por um deputado do P. S., Mário Sottomayor Cardia. Lembra-se: o pacto em questão foi assinado entre o M. F. A. e seis organizações políticas (o P. S., o P. P. D., o P. C. P., o M. D. P., o C. D. S. e a F. S. P.) antes das eleições de 25 de Abril deste ano e, quando hoje se pensa nisso, é ponto geralmente assente que ele foi inúmeras vezes traído por alguns daqueles que na sua assinatura se comprometeram. Isso mesmo se depreende, aliás, que seja constante das próprias razões do «constituinte» do P. S., quando, a determinada altura da sua intervenção, ele diz que «o Pacto não serve o M. F. A. nem a autoridade do Estado, para além de, em princípio, não servir a democracia ou o socialismo». E isto na sequência de uma série de considerações aqui concorrentes.

Outra intervenção antes da ordem do dia, esta de Dias Lourenço, do P. C. O director do «Avante!» falou da importância das relações de Portugal com os países socialistas da Europa.

Angola voltou a ser tema, numa intervenção de Luís Catarino, do M. D. P.

No período da ordem do dia, de manhã e de tarde, esteve em discussão a Reforma Agrária.

De salientar a incessante actividade do partido menos representado no hemiciclo: a U. D. P., com Américo Duarte, apenas. Como habitualmente, esteve em todas, isto é, não deixou que qualquer ponto fosse objecto de discussão e votação sem tomar posição perante ele. Uma vez mais, todas as sugestões (propostas) foram recusadas por uma Assembleia onde a hegemonia do bloco P. S.-P. P. D. continua a imperar.

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art. 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção - Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Vila do Conde, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, SARL, a que se refere o processo 8/53867, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Canidelo, concelho de Vila do Conde, de uma linha aérea a 15 kV para o Posto de Transformação de «Ropar Fábrica de Calçado Ortopédico, Ld.ª», com 671 m de comprimento, derivada do apoio n.º 7 da linha para o P. T. Malta II, da Sociedade Eléctrica de Malta, Ld.ª

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 28 de Outubro de 19975.

O Engenheiro Chefe

Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art. 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção - Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e nas Secretarias das Câmaras Municipais dos Concelhos de Feira, Gondomar, Castelo de Paiva e Penafiel, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/55470, do arquivo 4, para o estabelecimento nas freguesias de Canedo, Lomba e Melres, Pedorido, Sebolido, Canelas e Eja, concelhos de Feira, Gondomar, Castelo de Paiva e Penafiel, de uma linha aérea a 60 kV, «Inha-Entre-os-Rios», da Substação da Inha da União Eléctrica Portuguesa, à futura Substação de Entre-os-Rios da Eléctrica Duriense, Ld.ª, com o comprimento de 14 292 metros.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 29 de Outubro de 1975.

O Engenheiro Chefe

Guilherme Martins

comunicado
CITROËN

A CITROËN informa que, no intuito de melhorar cada vez mais a sua Rede, nomeou seu Agente a firma SOREL, S.A.R.L., com sede na Rua Filipe Folque, 12 A, em Lisboa.

CITROËN

comunicado
SOREL

SOREL, S.A.R.L. tem o prazer de informar que foi nomeada Agente CITROËN a partir de 3 de Novembro. Stands de exposição e venda:
Rua Tomás Ribeiro, 97 A – Lisboa
Rua Dr. José Espírito Santo – Cabo Ruivo
Av. 25 de Abril, 970 – Cascais

CITROËN

post scriptum

Foi com profunda indignação que assisti pela T. V. à transmissão da manifestação fascista organizada pela direita portuguesa, a que o Primeiro-Ministro deu o seu aval com a sua presença, aliás, como já era de esperar.

Antes da manifestação apareceu o locutor para manifestar o repúdio dos trabalhadores da T. V. pelo «slogan» proferido pelos fascistas da manifestação: «Onde está a T. V. que não se vê!»

Eu, como trabalhadora portuguesa, manifesto o meu repúdio pela presença da T. V. nessa manifestação indigna, incoerente, partidária e reaccionária.

Já notei que nas manifestações de esquerda a T. V. não aparece.

Ou então, como foi no caso do Barreiro, transmite uns escassos 4 minutos!...Que raio de insenção é esta e qual o critério adoptado!?

Ainda em relação à manifestação de Faro, se o Primeiro-Ministro entende que este é o povo português, cabe aqui perguntar-lhe porque razão não dá ele o seu aval para uma manifestação da esquerda portuguesa na Cooperativa Estrela Vermelha?

E então sim, como eu gostava de lá ver a T. V. para registar esse acontecimento.

Alice Pereira Saraiva — Lisboa

Existem crianças que não têm possibilidades de estudar, enquanto outras têm e não as aproveitam.

Se os filhos dos grandes capitalistas não estudam que deixem estudar os outros, que gostavam de estudar para ser alguém na vida.

Há muitas crianças que gostavam de estudar e trabalham para viver. Quem tem possibilidades de estudar e nao quer, não só não está a ser justo para o País, como também se está a prejudicar a si próprio. Muitos estudantes querem ter uma formação, mas nada fazem para isso. Pelo contrário não estudam e não deixam estudar os outros, fazendo-os reprovar, enquanto os pais fazem sacrifícios para os manter nas escolas. Para terminar esta redacção contra os filhos dos grandes capitalistas, dizemos que para remediar este problema é preciso convencer os estudantes a estudarem para ajudarem ao desenvolvimento do País, nesta fase em que todos temos que colaborar para a formação de um Portugal justo e sem classes.

Carta escrita por cinco alunos do 2.º ano do ciclo preparatório, numa aula de português.

A diferença

Uma preocupação tem andado comigo ultimamente, e é a seguinte: o domínio dos órgãos do poder pelas forças da social-democracia poderá vir a anular as conquistas fundamentais da Revolução. Com efeito, é facto bem conhecido que os dirigentes do PS e do PPD (e não só,) opuseram resistências às nacionalizações, mesmo após o 11 de Março.

Se as nacionalizações dos sectores básicos da economia se verificaram foi porque as forcas progressistas no Poder as impuseram, com largo aplauso dos trabalhdores, apesar da resistencia tenaz do sector social-democrata. Isto é um facto sobejamente comprovado, que só mal-intencionados negam.

Esta minha preocupação veio a ser confirmada (e aumentada) ao tomar conhecimento de duas propostas de texto a incluir na futura Constituição, relativos às nacionalizações e apresentados na Assembleia Constituinte.

Um do PS e outra do PCP que não chegaram a ser votadas no dia em que foram apresentadas, por falta de «quorum». Diz a proposta do PS que: «todas as nacionalizações levadas a efeito depois do 25 de Abril de 1974 nos sectores fundamentais da economia e dos serviços colectivos constituem conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras». Por outro lado, segundo a proposta do PCP: «as nacionalizações efectuadas após o 25 de Abril constituem conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras, pelo que as empresas abrangidas não poderão ser devolvidas ao sector privado».

Uma diferença entre as duas rpopostas salta imediatamente à vista: enquanto o PCP se refere a todas as nacionalizações e à irreversabilidade das mesmas, isto é, negação absoluta da possibilidade de devolução das empresas nacionalizadas ao sector privado, o PS, além de se referir vagamente a uma «conquista irreversível» dos trabalhadores, cita apenas os casos dos sectores fundamentais da economia (sem os definir) e dos serviços colectivos (também sem os definir), deixando de parte todas as empresas não incluídas nos ditos sectores e serviços. Será que o PS, partido que diz defender o socialismo e por ele lutar, admite desnacionalizações?

Nestor Pereira — Lisboa

O sr. almirante paga...

Lemos no «D.L.» do passado dia 30 que, por ordem do Gabinete do senhor Primeiro-Ministro, tinha sido descongelada a conta bancária do senhor almirante Sarmento Rodrigues.

Ora aí está uma boa noticia!

Agora já sabem a quem se dirigirem os pequenos investidores da «Torralta» que viam as suas aconomias também... congeladas.

Pois, meus senhores, toca a apresentar os vossos títulos de ocupação ao senhor almirante Sarmento Rodrigues. Ele paga, concerteza.

Silva Heitor — LISBOA

As palavras e os números...

EUGÉNIO ROSA

Numa das numerosas notas oficiosas publicadas pelo Ministério do Trabalho, após a tomada de posse do VI Governo Provisório, escreveu-se o seguinte:

«... Atingiu-se um limite de quase loucura, qual é a da massa salarial, segundo estatísticas de algum modo fundamentadas, ser quase equivalente ao produto interno...»

Analisemos, então, essas «estatísticas de algum modo fundamentadas», e vejamos se elas estão de acordo com aquelas palavras.

Em 1973, e segundo o Instituto Nacional de Estatística, o Produto Interno Bruto, ao custo de factores (não de mercado), e a preços correntes, atingiu 248 milhões de contos.

No mesmo ano (1973), as chamadas remunerações do trabalho (inclui não só os salários e ordenados dos trabalhadores civis, mas também os dos funcionários públicos 14 milhões de contos ; os das Forças Armadas 8 milhões de contos ; e as contribuições para a Segurança Social 11 milhões de contos); em suma, todas estas importâncias, chamadas remunerações do trabalho, atingiram, em 1973, apenas 120 milhões de contos.

Portanto, neste ano, o Produto Interno Bruto foi superior às remunerações do trabalho, em cerca de 128 milhões de contos; em outras palavras, o valor daquele foi praticamente o dobro do valor destas.

Em 1974, os salários aumentaram, em média, 35 por cento; e, em 1975 o aumento daqueles não deve ultrapassar certamente 25 por cento; fazendo os cálculos necessários; constata-se rapidamente que a «massa salarial» (incluindo nesta designação, não só os salários recebidos pelos trabalhadores, mas também os vencimentos pagos aos funcionários públicos e às forças armadas, assim como também os descontos para a Previdência), deve atingir, no fim de 1975, cerca de 190 milhões de contos; portanto, um valor inferior ao próprio Produto Interno Bruto de 1973, em cerca de 58 milhões de contos.

No entanto, o valor do Produto Interno Bruto, no fim de 1975, é com certeza superior ao de 1973, mesmo supondo que aquele não aumentasse em termos reais (aumento da produção física); pelo menos aumentaria devido à subida nos preços.

Por exemplo, em 1973, o PIB, a preços constantes, aumentou em cerca de 11 milhões de contos, enquanto, a preços correntes, subiu em perto de 37 milhões de contos.

Admitindo que em 1974, a subida verificada nos preços foi apenas de 10 por cento (o aumento observado do Indice de Preços no Consumidor atingiu, naquele ano, 25 por cento), e que o aumento verificado nos preços, em 1975, é suficiente para compensar a diminuição registada na produção real (o que é certamente verdade), conclui-se rapidamente que o Produto Interno Bruto, aos custos dos factores, e a preços correntes, deve ser mesmo superior, nos fins de 1975, a 273 milhões de contos; portanto, um valor superior em mais de 83 milhões de contos à «massa salarial», compreendida da forma que definimos anteriormente (remunerações dos trabalhadores civis, mais vencimentos dos funcionários públicos e das Forças Armadas, mais descontos para Previdência), recebida pelos trabalhadores portugueses.

Em suma, as «estatísticas de algum modo fundamentadas «provam, de uma forma insofismável, que «a massa salarial» não é de qualquer maneira «quase equivalente ao produto interno...»

A pergunta que alguns imediatamente colocarão, ao ver aqueles números, é esta: Mas o aumento verificado, entre 1973 e 1975, na «massa salarial» do País não terá sido exagerado?

Os leitores atentem nos números seguintes, e sejam eles próprios a responder.

Em 1973, e de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o Rendimento Nacional Português atingiu 236 milhões de contos; e as chamadas Remunerações do Trabalho somaram apenas, como já se viu, 120 milhões de contos, portanto, a parte de salários no Rendimento Nacional não chega a atingir 50 por cento, se retirarmos os descontos para a Previdência já que uma importante parcela destes não eram devolvidos sob a forma de salários indirectos, pois constituiam os «lucros» daquela.

Para se verificar com uma verdadeira ideia do que significa esta percentagem em 1973, interessa dizer que já em 1960, em países como o Reino Unido e os próprios Estados Unidos, portanto exemplos máximos da social-democracia e do capitalismo agressivo (imperialismo), a parte de salários no Rendimento Nacional representava 74 e 70 por cento, respectivamente, portanto, uma percentagem muito superior à verificada em Portugal em 1973.

Finalmente, interessa dizer que em 1973, por exemplo, a parte da população portuguesa que nao era proprietária dos meios de produção ultrapassava os 80 por cento desta.

Assim, pode-se também dizer que, naquele ano, cabiam a mais de 80 por cento do Povo Português menos de 50 por cento do Rendimento Nacional, enquanto menos de 20 por cento da população — os proprietários — apropriavam-se de mais de 50 por cento do Rendimento Nacional.

Esta era uma situação herdada do fascismo que interessava também rapidamente corrigir.

O almirante Pinheiro de Azevedo, na intervenção que fez perante as câmaras da TV, disse nomeadamente: «O VI Governo não fará demagogia nem iludirá o Povo»; e «é necessário que o Povo conheça a verdade toda, para que possa, ele também assumir as responsabilidades...»

Sem nos considerarmos parte do Governo, que não somos, é orientado pelas mesmas preocupações que se escreve e publica este artigo.

Em noutro, que pensamos publicar em breve, analisaremos a actual política de salários do Ministério do Trabalho. Um assunto que interessa vitalmente aos trabalhadores portugueses e ao futuro do País, por ele deve ser amplamente analisado.

A ofensiva diplomática um ano depois

POUCO ÊXITO PARA VORSTER

JEAN-CLAUDE POMONTI

LUSAKA — **A África do Sul está na encruzilhada e deve agora escolher entre a paz e a escalada do conflito (...). O preço da confrontação seria demasiado elevado para a África do Sul.** No princípio de Novembro de 1974, John Vorster lançava assim perante o Parlamento uma nova ofensiva diplomática na direcção da África negra. **Dêem seis a doze meses a África do Sul e ficarão espantados com o que ela realizou.** Passou um ano. Acolhido pelo presidente da Zâmbia, Kaunda, como **a voz da razão**, o oferecimento de **acalmia** do primeiro ministro sul-africano só teve ecos desfavoráveis no resto do continente.

Recapitulemos os pontos marcados por Vorster: dois chefes de Estado africanos receberam discretamente nos seus países os senhores Houphouet — Boigny (Costa do Marfim), em Setembro de 1974, e William Tolbert (Libéria), em Fevereiro desse mesmo ano. A **declaração de Dar es-Salam** (Abril de 1975) acende praticamente a luz verde aos Estados africanos em questão (Zâmbia, Tanzânia, Moçambique e Botswana) para negociar com Pretória num estatuto rodesiano. O comércio ilícito, entre a República sul-africana e certos Estados negros deu um saldo de 50 por cento nos primeiros meses de 1975 (em relação ao período equivalente de 1974).

Os ministros africanos, mesmo os chefes de Estado que desde há dois anos se teriam dirigido secretamente a África do Sul, seriam mais de trinta. Mais de cento e cinquenta altos funcionários sul-africanos visitaram durante o mesmo período, Estados da Africa negra. No dia 25 de Agosto último, Kaunda e Vorster passaram juntos várias horas nas cataratas de Vitória, por altura da conferência rodesiana.

Mas o primeiro-ministro sul-africano não teve só êxitos. Ele teria gostado de se encontrar com mais três chefes de Estado: os do Quénia, da Nigéria e do Zaire. Mas a ocasião passou. Por motivos internos, a atitude de Nairobi no que respeita à **acalmia**, endureceu. O general Gowon foi exemplo do poder em Lagos, e Mobutu, devido às suas implicações no conflito angolano, ao lado do F. N. L. A., não está em boa posição para responder à abertura de Pretória. Por um lado, o novo presidente em exercício da Organização da Unidade Africana (O. U. A.), marechal Idi-Amin, faz campanha com certos países árabes, para a exclusão da República sul-africana das Nações Unidas. Chega mesmo a reclamar a invasão do seu território.

Vorster não conseguiu até hoje passar os dois «tests» essenciais da sua boa vontade, que se referem à Rodésia e ao Sudoeste africano. Apesar do repatriamento das tropas sul-africanas estacionadas na Rodésia, a perspectiva de um estatuto na antiga colónia britânica continua a parecer afastada. O futuro do Sudoeste africano ainda é mais incerto. Convidado pela ONU a retirar-se até 20 de Maio de 1975, o mais tardar, o regime de Pretória continua no seu lugar, e, embora sem reconhecer a influência da SWAPO (Organização dos Povos do Sudoeste Africano), não está em condições de conseguir uma solução susceptível de satisfazer as Nações Unidas, para não falar da O.U.A.

A preocupação de Pretória favorecer a «acalmia» com a África negra, é facilmente explicável. Em 1973, isto é, antes do golpe de Estado em Portugal, os sul-africanos compreenderam que os portugueses estavam a perder a guerra com a Frelimo, e que a descolonização portuguesa em África estava a começar. Reconsideraram pois a sua estratégia a fim de fazer face à situação que se desenvolveu logo no ano seguinte: a perspectiva do acesso à independência de Moçambique e de Angola tornava, de súbito, frágil a minoria europeia no poder em Salisburia, e reduzia a margem da manobra dos sul-africanos no Sudoeste africano.

Pretória tentou então «neutralizar» a animosidade suscitada na África negra pelo seu regime, fundado no «desenvolvimento separado das raças». Consolidação no interior, abertura no exterior, a receita não é nova. «A nossa ofensiva de paz não deve ser interpretada como uma rendição ou uma política de conciliação. O nosso primeiro-ministro age a partir de uma posição de forças. Nós fazemos tudo o que podemos para evitar a guerra», declararia, mesmo a 31 de Julho último, Hilgard Müller, ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros.

As «modificações» anunciadas por Vorster há um ano, não pareciam dizer respeito ao seu regime. O orçamento da defeza para o ano corrente está a aumentar em relação ao do ano que passou.

As leis repressivas foram aplicadas com mais rigor nestes últimos meses, contra os partidários de uma sociedade multirracial. E se abriram dois teatros ao público africano, a legislaçãodo«apartheid»parece nao ter sido levada, há já um ano, a «acalmar» as relações entre brancos e pretos.

Vinte e cinco leis regem a «liberdade» da Imprensa, o que leva um editor a dizer que o seu trabalho consiste em «atravessar de olhos tapados um campo minado».

A «acalmia», afirmou também Müller a 22 de Outubro passado, após a visita a Pretória do ministro da Informação da Costa do Marfim, «deve ser aceite no próprio sentido da palavra. Há diferenças enormes entre as políticas interiores da Rússia e dos Estados Unidos, mas são capazes de cooperar no domínio espacial». Seria pois necessário que a África negra aceitasse o «apartheid» e o seu corolário, o desenvolvimento de bantous-ans africanos que se tornarão progressivamente independentes, tanto quanto podem sê-lo os enclaves desprovidos de recursos que não sejam a força do trabalho que vendem ao Es-

Continua na pág. 4

Nacional

MILHÕES DE DÓLARES: EMPRÉSTIMO DOS U.S.A.

Conforme foi noticiado oportunamente, o Governo Português e os Estados Unidos da América celebraram um contrato de empréstimo no valor de 13 milhões e 250 mil dólares, destinados ao financiamento dos custos de bens e serviços exigidos por um programa de construção e habitações para famílias de baixo rendimento.

Os termos do mesmo (contrato) foram agora tornados públicos, através da publicação dos respectivos textos, que referem que a execução do programa de construções e habitações está a cargo do Fundo de Fomentó de Habitação (F. F. H.), sendo de realçar a participação financeira da A. I. D. (Agency for International Development) e da Sociedade Financeira Portuguesa como entidade especializada nestas operações no mercado internacional, que negociou os termos do empréstimo relativos a outro empréstimo, este de 20 milhões de dólares que um banco de Nova Iorque (Federal Home Bank of New York) concederá.

..Em face do exposto e conforme o acordado com o presidente da Sociedade Financeira, deve ser esta entidade a assumir a posição de mutuário no último empréstimo, sem prejuízo da canalização das disponibilidades provenientes do empréstimo para o F. F. H., a fim de serem aplicadas nos programas de habitação social a promover por este organismo.

Morais Barreto na Régua

O secretário de Estado do Comércio Externo, dr. Morais Barreto, deslocou-se à Régua, para uma visita de trabalho de dois dias, preparatória da próxima visita oficial que vários membros do Governo vão efectuar à região do Douro, e durante a qual deverão ser anunciadas algumas medidas do VI Governo Provisório, com vista à melhoria de vida e bem-estar dos habitantes daquela região.

O dr. Morais Barreto, a fim de se documentar sobre os mais prementes problemas da população local, reunir-se-á com as entidades e organismos representativos da região do Douro, designadamente o Conselho Regional Agrário, Associação dos Lavradores do Douro, Produtores de Vinho do Porto, elementos da Estação Vitivinícola da Régua e da União das Adegas Cooperativas da Região do Douro, Comissão de Gestão e pessoal da Casa do Douro, bem como governadores civis e representantes das autarquias locais.

MAIS LEITE PARA LISBOA

Por diligências efectuadas pela Junta Nacional dos Produtos Pecuários junto das organizações cooperativas da Beira Litoral, foi possível conseguir imediatamente mais de 25 mil litros de leite para reforço de abastecimento da cidade de Lisboa e concelhos limítrofes em relação aos contingentes das semanas anteriores, prefazendo a comparticipação dos produtores da Beira Litoral em cerca de 140 mil litros de leite por dia.

Esta informação é proveniente do Ministério do Comércio Interno, que avisa ainda a população que a Junta continua a diligenciar no sentido de conseguir ainda um maior reforço nos quantitivos de leite das zonas produtoras, em vista a melhorar o abastecimento daqueles centros consumidores.

ABERTURA DE CAMPANHA PARA VINHOS VERDES

Com base no disposto no Decreto-Lei n.º 319/72, de 18 de Agosto, esta comissão executiva vem comunicar a data de 11 de Novembro corrente como abertura da próxima campanha, para os vinhos verdes.

Assim, a partir daquela data são autorizados o trânsito e a comercialização dos vinhos verdes novos.

REGIME ORIZÍCOLA: TIRAR DÚVIDAS

Tendo chegado ao conhecimento da Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços que o novo regime orizícola tem vindo a suscitar dúvidas, quanto à sua execução, nos produtores de arroz da região do Mondego, decidiu-se realizar um encontro entre técnicos do Instituto dos Cereais e da Direcção-Geral de Preços com representantes dos agricultores.

Esse encontro terá lugar no Quartel-General da Região Militar de Coimbra, na próxima segunda-feira, dia 10, pelas 21 horas.

ESTUDOS DE PESCA AO LARGO DE PORTUGAL

Faz hoje escala em Lisboa, o navio de investigação norueguês «G.O. SARS» que vai iniciar uma campanha de estudos de pesca com uma duração aproximada de cinco semanas, ao largo da costa portuguesa e dos Açores, promovida pela Secretaria de Estado das Pescas.

Esta campanha, em que participarão técnicos especializados dos dois países e alguns pescadores, faz parte do âmbito do acordo assinado na segunda reunião da Comissão Mista Luso-Norueguesa (Julho de 1975).

As investigações incidirão sobretudo na localização e determinação da abundância de espécies de interesse económico, sobretudo pelo uso de métodos acústicos e de pescas experimentais.

Está previsto que na fase final da campanha o «G.O. SARS» voltará a fazer escala para divulgação dos resultados obtidos e das futuras formas de colaboração entre os Ministérios da Agricultura e Pescas dos dois países.

HORÁRIO DA PANIFICAÇÃO EM CONSELHO DE MINISTROS

O Ministério do Trabalho comunica que, em colaboração com o Ministério do Comércio Interno (Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços), já ultimou uma proposta de resolução sobre o horário dos trabalhadores da panificação que será presente ao Conselho de Ministros na próxima terça-feira, dia 11, que se pensa venha a resolver o conflito existente no sector.

MONTE GORDO ASSALTO RENDE 300 CONTOS

Cerca de 300 contos «desapareceram» do cofre do posto de câmbios do Banco Nacional Ultramarino, em Monte Gordo, quando dois jovens, embuçados e armados, atacaram o gerente daquele estabelecimento, a meio da tarde de ontem.

José de Assunção Mourão não teve a mínima possibilidade de oferecer resistência e não vacilou em entregar aos dois gatunos a chave do cofre onde se encontrava toda aquela «massa». Um cliente que entretanto chegou foi imediatamente neutralizado pelo jovem que vigiava a porta. E, volvidos cinco minutos, os dois ousados gatunos (refira-se que o posto da Guarda Fiscal da localidade fica a 40 metros daquela dependência bancária), trajando «blue jeans», afastaram-se num «Lancia» que os aguardava e que, de acordo com a versão de um rapazito, era conduzido por um terceiro, de bigode e farta cabeleira.

As autoridades policiais de Vila Real de Santo António tomaram conta da ocorrência, logo que o gerente do B. N. U. e o cliente lograram sair da «prisão» (quarto de banho do posto bancário), avisando o posto local da G. F.

A ofensiva diplomática um ano depois

Continuação da pág. 3

tado branco que os rodeia.

No entanto, Vorster continua a ter os meios da sua política: a África negra ainda está muito dividida e muito fraca para encarar um confronto. Na hora actual, uma ruptura das relações económicas entre Pretória e Lourenço-Marques, criaria o caos em Moçambique. Angola está lacerada pela guerra civil antes mesmo da sua ascenção à independência. A Zâmbia, cuja economia oscila, devido à descida do cobre, tem uma necessidade vital de abrir de novo a sua fronteira com a Rodésia. Vorster possui boas cartas a jogar, se procurar dividir para reinar.

Mas o fiasco de um estatuto rodesiano e o actual impasse no sudoeste africano, recorda-lhe que o seu «grande desígnio» está longe de ser realizado. A «acalunia» que apregoa provocar uma espécie de hesitação na África negra, embora não tenha transtornado as posições de uns e de outros.

C Le Monde

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

COMUNICADO

POR UM ENSINO AO SERVIÇO DO POVO

1. O Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal consciente de que para o avanço e consolidação da Revolução Socialista é fundamental proceder a uma imediata democratização do ensino, bem como a uma remodulação dos processos em vigor no MEIC de forma a transformar este Ministério num órgão ao serviço do Povo trabalhador.

Considerando como lesivo dos interesses das massas trabalhadoras o atraso no início do actual ano lectivo em alguns estabelecimentos de ensino do Distrito, nomeadamente no Liceu Nacional de Almada.

Considerando que o actual ministro da Educação já deu provas bastantes da sua incapacidade para poder continuar à frente dum ministério de tanta responsabilidade.

Avisa o ministro da Educação que o responsabiliza pelos prejuízos que a sua política de direita provoca no aproveitamento escolar de milhares de alunos e exige

— o começo imediato das aulas no ensino secundário;

— o começo imediato do 7.º ano de escolaridade obrigatória; em que pela primeira vez será abolida a discriminação entre ensino liceal e ensino técnico, um dos mecanismos das estruturas do ensino fascista que visava essencialmente o aumento da segregação classista, impedindo aos filhos dos trabalhadores o acesso ás faculdades e a uma formação adquada;

— o saneamento dos reaccionários das escolas e do MEIC;

— a criação de subsídios e bolsas de estudo, cantinas e serviços de assistência que beneficiem os estudantes mais necessitados.

2. Do mesmo modo alerta todos os estudantes progressistas para a necessidade de exercerem uma política de esclarecimento junto daqueles que, nas escolas, não cumprem com a sua obrigação fundamental — estudar — lesando os interesses das massas trabalhadoras e a economia nacional.

Barreiro, 7 de Novembro de 1975.

A DIRECÇÃO

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

COMUNICADO

REACCIONÁRIOS FORA DOS MINISTÉRIOS

1. O Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal está solidário com os trabalhadores do Ministério da Comunicação Social que pretendem expurgar o seu local de trabalho de indivíduos reaccionários e comprometidos com os órgãos pidescos do regime fascista.

2. Exige a suspensão imediata do Sr. Ferreira da Cunha, Secretário de Estado do VI Governo, até à conclusão do inquérito às suas actividades antes e após o 25 de Abril.

3. Perante as provas do seu comprometimento com a «Super Pide», já tornadas públicas, considera que a única atitude correcta a tomar pelo VI Governo era a sua suspensão imediata. Como o não fez torna-se altamente suspeito de proteger reaccionários e contra-revolucionários, suspeita agravada ainda pelo anterior silêncio sobre as manobras divisionistas do titular do ex-Ministério das Corporações e respectivo Secretário de Estado do Trabalho.

4. Condena a carga assassina da PSP e GNR contra os trabalhadores desarmados, demonstração dos mais bestiais métodos da antiga Polícia de Choque, e adverte os seus comandantes para impedirem a repetição desses actos e procederem ao desmascaramento imediato dos responsáveis por essa acção criminosa sob pena de serem considerados cúmplices desses criminosos contra-revolucionários.

REACCIONÁRIOS FORA DOS MINISTÉRIOS
NÃO ÁS POLÍCIAS DE CHOQUE
O POVO VENCERÁ

Barreiro, 7 de Novembro de 1975.

A DIRECÇÃO

Nacional

CUNHAL NO COMÍCIO DE ONTEM:

"SÓ COM A VIOLÊNCIA E O TERROR SERÁ POSSÍVEL ANDAR PARA TRÁS"

. «O facto de, ano e meio após o derrubamento do Governo fascista, podermos pela segunda vez comemorar em liberdade o 7 de Outubro é, só por si, testemunho da luta vitoriosa do nosso povo contra a reacção», disse Álvaro Cunhal no comício que o P. C. P. ontem à noite realizou no Pavilhão dos Desportos. Muito mais à frente, diria: «Vamos para o socialismo ou para uma recuperação do capitalismo?» Mas a resposta seria sua, também,quando disse: «Insistimos em afirmar, tanto como nosso propósito como nossa esperança que, aqui, em Portugal o nosso Outubro chegará também!»

. Milhares de pessoas mais do que as necessárias para esgotar o Pavilhão dos Desportos de Lisboa, ouviram Cunhal dizer que há que ter em conta que Portugal de 1975 não é a Rússia de 1917 e aplaudiram-no quando denunciou as campanhas dos que falam «dos chamados dois imperialismos». Diria o secretário-geral do Partido Comunista Português:

. «Esta venenosa formulação não visa animar a luta contra o imperialismo norte-americano, mas, pelo contrário, misturando o trigo e a erva daninha,absolver o imperialismo e, no concreto justificar uma política anticomunista e os entraves ao desenvolvimento das relações com a U. R S. S. e outros países socialistas».

AS LIBERDADES E A REPRESSÃO

«A recuperação das posições do capitalismo não é possível existindo as liberdades, porque, exercendo as liberdades, o povo português não consentirá que lhe sejam roubadas as conquistas da Revolução. Só pela violência e o terror seria possível roubá-las. Por isso dizemos que as tentativas de reassimilar a Revolução Portuguesa e forçá-la aos moldes da social-democracia conduziriam, não a um regime democrático, mas a uma nova ditadura fascista».

Se houvesse, na sala alguma dúvida quanto ao alvo a que se dirigiam as palavras de Álvaro Cunhal sobre «violência e terror», essa dúvida teria desaparecido quando, no final da sua intervenção, o secretário-geral do P. C. P. disse que o VI Governo é obrigado a «recorrer, de forma crescente, à repressão», dado que há «uma redução da base de apoio social». Se isso acontece, já com o VI, um outro Governo P. P. D.-P. S. «ou um Governo monopolista do P. S. com um sector correspondente nas Forças Armadas encontrariam tal resistência do nosso povo que, ou não teria longa vida, ou se aguentaria no Poder à custa da repressão, caminhando rapidamente para a instauração de uma nova ditadura».

Antes, Cunhal, não confundindo repressão com disciplina e autoridade, dissera que, para se conseguir essa disciplina e autoridade, será necessário «o afastamento das Forças Armadas, de reaccionários de lugares de responsabilidade, com a designação, para pontos responsáveis, de pessoas dedicadas à causa da Revolução, com a coincidência da linha de comando com a linha de confiança e prestígio revolucionário».

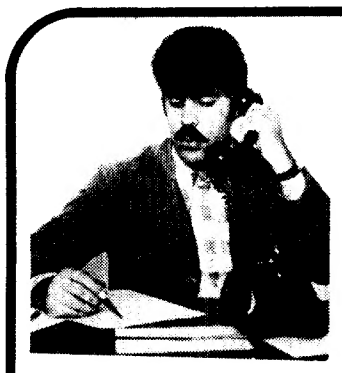
E ainda, definindo a Revolução socialista: «Só quando os trabalhadores governarem se poderá dizer estarmos na Revolução socialista». Isto, claro, contrapõe-se a uma certa confusão de alguns, segundo Cunhal, os quais «dão vivas à Revolução socialista e nem sequer estão entusiasmados com a Revolução democrática...»

SOVIÉTICOS NO COMÍCIO

Iuri Melentiev, ministro da Cultura da Federação Russa, Alexei Legassov, do Presidium da União das Sociedades de Amizade e Albert Mateiev, da Embaixada da U. R. S. S. em Portugal, estiveram presentes no Pavilhão, sendo-lhes tributada calorosa ovação, endereçada, através deles, a todo o povo soviético e à primeira Revolução socialista do Mundo.

Antes de Cunhal ter usado da palavra, falaram Faria Borda, um dos dirigentes da Revolta dos Marinheiros dos anos 30, que referiu o contributo do povo soviético para a libertação do povo português e os reaccionarismo etiquetado de C.D.S. e P.P.D. e Joaquim de Oliveira da Comissão Executiva do Comité Central da U. E. C. (os problemas do Ensino não se resolvem com uma política de direita e com saneamentos à esquerda).

Na mesa que presidiu ao comício sentaram-se, além dos oradores a que fizemos referência, Sérgio Vilarigues, Jaime Serra, Manuel Pedro,Marília Cabral, Joaquim de Oliveira, Fernando Rodrigues e os três elementos soviéticos de que falamos acima.



O repórter de serviço

MANUEL GERALDO

BEJA—BASE 11

Em Beja existe, como se sabe, uma Base Aérea. A que foi dado o número 11, e que a população portuguesa em geral e a bejense em particular apenas sabe ter surgido na sequência de um acordo (ultra-secreto) entre as autoridades alemãs ocidentais e os fascistas de Salazar.

Depois a cidade começou a ser invadida por germânicos alourados, os preços dos géneros de primeira necessidade aumentaram, as rendas de casa subiram em flecha. Alastrou uma certa forma de prostituição — e os aviões de muitas turbinas passaram a sobrevoar a planície alentejana, troando os ares em ecos sibilinos. Ecos de tal intensidade que, em várias noites e dias, a população saiu em pânico para a rua, pensando tratar-se de violentos sismos: os vidros estilhaçados, objectos no chão, paredes e telhados tremidos. Falou-se, então, em jactos a ultrapassarem a barreira do som e até em explosões subterrâneas. O repórter ainda tentou alertar a opinião pública para o obscuro da situação, mas a pena censória jamais o permitiu. E, até hoje, mesmo com o 25 de Abril, ninguém veio a lume explicar a origem do estranho e preocupante «fenómeno».

E a Base Aérea n.º 11 lá continua. Com alemães e aviões supersónicos, agora um tudo nada mais silenciosos. E com os seus imensos e profundos túneis, tabu, segundo consta, para a maioria dos militares portugueses ali aquartelados. Quarenta dos quais, ainda recentemente, estiveram em vias de ser transferidos para outras paragens, após terem desfilado pelas ruas da velha Pax-Júlia, numa manifestação de apoio aos camponeses e pelo avanço da Reforma Agrária. E só a resposta imediata e enérgica das massas proletárias (num total de sete mil participantes), ao concentrarem-se em redor da base, lograram abortar a decisão do comandante da Unidade. Unidade que continua a ser um enigma, quanto às finalidades para que se destina, ou não fosse ela uma forma mais ou menos mascarada de ocupação parcial de um estado por uma potência estrangeira...

Coisas, enfim, da política ocidental.

Anestésia e reanimação

PORTO, 8 — De 13 a 15 do corrente, decorre no Hospital de Santo António, desta cidade, um curso internacional sobre anestesia e reanimação, promovido pelos respectivos serviços.

Participarão diversos especialistas nacionais e estrangeiros, estes provenientes nomeadamente de Cambridge e Londres. Os trabalhos começam às 10.30 do dia 13 e encerram-se cerca do meio-dia do dia 15 com diversas comunicações e debates.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO DISTRITO DE LISBOA

MOÇÃO

Os exploradores do povo português sabem bem que os órgãos de comunicação social foram no tempo do fascismo, os veículos difusores da sua ideologia reaccionária, manipuladora das massas trabalhadoras e oprimidas. Os trabalhadores da Imprensa estiveram desde o início na vanguarda da luta contra a censura e a manipulação reaccionária desses órgãos por parte das classes dominantes, sustentáculos da ditadura fascista de Salazar e Caetano.

Após o 25 de Abril, as massas trabalhadoras exigiram a nacionalização da Imprensa, passando desde logo ao saneamento dos fascistas, tomando nas mãos a orientação dos jornais virando-os para o processo revolucionário a caminho do socialismo.

A reacção viu-se então na necessidade de criar os seus próprios órgãos da contra-revolução e vimos assim surgirem os «Bandarras» os «Templários», o «Jornal Novo», a «Luta», o «Tempo» e outros.

O caso «República» é um exemplo de outra táctica da burguesia: a pretexto da defesa da liberdade de Imprensa, forças sociais-democráticas tentaram criar os seus órgãos oficiosos, rotulando-os de defensores do «socialismo em liberdade» e «autenticamente independente». O que estava por de trás de toda esta manobra era colocar a Imprensa nacionalizada ao serviço da social-democracia e a médio prazo do fascismo.

Com a formação do VI Governo Provisório, certas forças conservadoras deixaram bem claro que pretendiam fazer calar jornais como o «Século» e outros. Mais uma vez a reacção virava as baterias para os seus inimigos! Os trabalhadores organizados souberam bem, dar a resposta à reacção que visava pura e simplesmente eliminar a orientação progressista deste matutino, uma das muitas forças vivas da nossa revolução.

Actualmente e depois de muitas manobras com base na aliança de grupos contra-revolucionários com a reacção descarada do PPD, os trabalhadores de «O Século» mais uma vez desmascararam os «arautos das liberdades burguesas», mas desta vez ombro a ombro, erguendo uma muralha intransponível para os reaccionários que tentaram assaltar e destruir este órgão progressista.

Os trabalhadores da construção civil enviam saudações revolucionárias aos camaradas de «O Século» que através do seu sentimento de classe souberam compreender quem eram os seus inimigos e não hesitaram em defender a revolução, defendendo «O Século».

Por uma informação ao serviço das classes trabalhadoras

Controlo operário sim, controlo da direita, não!

Lisboa, 7-11-75

A DIRECÇÃO

Esta moção foi aprovada, por aclamação, na reunião de 6-11-75, pelas seguintes Comissões de Trabalhadores da Construção Civil:

- **Pinto Brandão J. Costa, Lda**
- **SOCICOL**
- **J. C. Riscado**
- **A. S. Silva, SARL**
- **Justino José Ferreira**
- **SOGEL**
- **ENOBRA**
- **Orlando Mendes da Costa**
- **António da Silva e Nunes, Lda.**
- **ICESA**

Lisboa, 7 de Novembro de 1975

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO DISTRITO DE LISBOA

MOÇÃO

A actual ofensiva das forças de direita concretiza-se na tentativa de colocar no aparelho de Estado homens com um passado fascista com vista à concretização duma política de direita por parte do VI Governo, política essa claramente anti-socialista e reaccionária. E assim que vimos assistindo diariamente ao saneamento de técnicos e trabalhadores progressistas e à sua substituição por antigos colaboradores do anterior regime. A fascização do aparelho de Estado faz parte da estratégia mais global dos sectores reaccionários deste País, que a coberto da demagogia do VI Governo, tentam o assalto dos órgãos de poder, numa perspectiva clara de inverter o processo revolucionário, de recuperar terreno para a burguesia monopolista e latifundiária.

As medidas do VI Governo constituem já uma bela página na história da contra-revolução.

Agora preparam-se para lançar cá para fora, a conta-gotas esse famigerado «Plano de Emergência», bastante fértil em medidas de austeridade e sacrifícios, mas para quem? Para nós evidentemente, não para a burguesia exploradora!

Os saneamentos à esquerda, o combate à Reforma Agrária, as calúnias de alguns ministros contra as lutas dos trabalhadores e o poder popular, bem como a repressão nazida P.S.P. e G.N.R. sobre os trabalhadores e as massas populares, hoje frente ao Ministério da Comunicação Social, ilustram bem que a reacção e o fascismo planeiam instalar em Portugal um regime feroz de repressão, contando para tais tenebrosos planos com o apoio descarado dos E.U.A., P.P.D., M.D.L., P. do spinolista e fascista Sá Carneiro, desejoso dos velhos tempos e verdadeiro ponta-de-lança das forças contra-revolucionárias e fascistas que conspiram abertamente, espreitando uma oportunidade de desencadear um golpe reaccionário contra as massas trabalhadoras e suas organizações.

É neste programa que se insere a luta pela expulsão imediata desse cabecilha da super-pide Ferreira da Cunha, actual director-geral da Informação. Os trabalhadores do Ministério da Comunicação Social decidiram em atitude revolucionária o seu saneamento do Ministério, e logo de imediato forças da P.S.P. e G.N.R. desencadearam uma feroz e histórica repressão aos trabalhadores que se opunham à sua entrada no Ministério. As massas trabalhadoras não permitirão que estes nossos camaradas sejam barbaramente atacados pelas forças da repressão.

A unidade de todas as forças progressistas, das massas trabalhadoras e dos soldados revolucionários serão o garante de que o processo revolucionário não será posto em causa e de que avançaremos, cada vez mais, com a nossa luta pelo saneamento dos fascistas, bem como com todas as conquistas alcançadas pelas massas trabalhadoras após o 25 de Abril.

FASCISTAS FORA DO GOVERNO
REACCIONÁRIOS FORA DOS QUARTÉIS
OPERÁRIOS E CAMPONESES, SOLDADOS E MARINHEIROSUNIDOSVENCEREMOS.

A Direcção

Lisboa, 6/11/75

Esta moção foi aprovada, por aclamação, na reunião de 6/11/75, pelas seguintes Comissões de Trabalhadores da Construção Civil:
Pinto Brandão J. Costa, Ldª
SOCICOL
J. C. Riscado
A. S. Silva, SARL
Justino José Ferreira
SOGEL
ENOBRA
Orlando Mendes da Costa
António da Silva e Nunes, Ldª
ICESA

Esta moção foi ainda aprovada pelos empregados ao serviço do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil.

Lisboa, 7 de Novembro de 1975

setenave

ESTALEIROS NAVAIS DE SETÚBAL, S. A. R. L.

ADMITE :

CHEFE DE SERVIÇO DE APRESTAMENTO

— Dpartamento de Projecto —

(Tarefas típicas. Organização, seguimento e controlo dos trabalhos atribuídos ao Serviço. Actuação como especialista na resolução de problemas técnicos. Chefia de pessoal e contribuição para a sua formação).

EXIGE :

— Experiência profissional em Estaleiro de construção ou de reparação naval.
— Experiência de trabalho em gabinetes de Estaleiro de construção ou reparação naval.
— Conhecimentos de inglês.
— Curso superior de engenharia mecânica ou arquitectura naval.

OFERECE :

— Vencimento conforme experiência e de acordo com as normas praticadas na Empresa.
— Horário de trabalho 40 h. semanais. (2.ª a 6.ª feira).
— 30 dias de férias a partir de 1 ano de serviço.
— 100 % de subsídio de férias.
— 13.º mês.
— Refeições subsidiadas em cantina na Empresa.
— Comparticipação nos transportes.
— Outras regalias sociais.

As respostas com «curriculum vitae» deverão ser enviadas a :

SETENAVE — SERVIÇO DE RECRUTAMENTO E SELECÇÃO.
MITRENA — SETÚBAL

setenave

ESTALEIROS NAVAIS DE SETÚBAL, S. A. R. L.

ADMITE :

TÉCNICO DE RAIOS X DE 1.ª CLASSE E TÉCNICO DE MEIOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICO PARA O SEU SERVIÇO DE MEDICINA NO TRABALHO

EXIGE :

— Experiência na função.
— Curso Industrial ou equivalente.
— Conhecimento de máquinas automáticas de revelação (para Técnico de Raios X).

OFERECE :

— Vencimento conforme experiência e de acordo com as normas praticadas na Empresa.
— Horário de trabalho 40 h. semanais. (2.ª a 6.ª feira).
— 30 dias de férias a partir de 1 ano de serviço.
— 100 % de subsídio de férias.
— 13.º mês.
— Refeições subsidiadas em cantina na Empresa.
— Comparticipação nos transportes.
— Outras regalias sociais.

As respostas com «curriculum vitae» deverão ser enviadas a :

SETENAVE — SERVIÇO DE RECRUTAMENTO E SELECÇÃO.
MITRENA — SETÚBAL

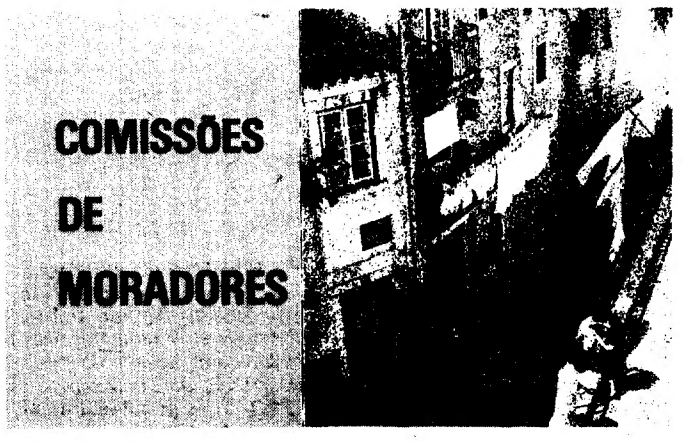
À CLASSE MÉDICA

Somos especializados em BATAS profissionais
TINTURARIA GUANABARA
DEPART. DE CONFECÇÕES
Av. João XXI, 5-D—R. Infantaria 16, 55-C—LISBOA

O «DIÁRIO DE LISBOA» VENDE-SE NO PORTO

O «Diário de Lisboa» encontra-se à venda nas tabacarias de Leça, Matosinhos, Foz, Avenida da Boavista, Carvalhosa, Rotunda da Boavista, Carvalhido, Praça Marquês de Pombal, Rua de Costa Cabral, Constituição, Praça da República, Bonfim e Antas e na Tabacaria do Bar-Restaurante do Aeroporto em Pedras Rubras.

Nacional



OFENSIVA POPULAR CONTRA O A.M.I.

«VI Governo — transição para o fascismo. VI Governo não — Governo popular sim! Tentou calar as vozes da vontade popular, selando a «RR» e negando o aval à «República». Concretamente no Montijo os patrões da «Gazeta do Sul» abandonaram as instalações, não satisfazendo o pagamento dos ordenados aos trabalhadores por estes quererem pôr o jornal ao serviço do povo. Não permitimos que calassem a «RR», não permitiremos que calem a «República» e a «Gazeta» — assim se exprimia o secretariado provisório da manifestação popular antifascista e anti-imperialista de apoio à luta dos soldados da Base Aérea 6 convocada pela Intercomissão de Moradores do Concelho do Montijo para a próxima segunda-feira, dia 10, às 19.30 horas, com concentração no largo da praça de toiros daquela vila. Claro que nesta data a transição para a direita não levara ainda à destruição da «RR».

Prossegue a convocatória para a manifestação: «Tenta reprimir o povo; mas como não tem soldados que lhe obedeçam, quer constituir um exército profissional de mercenários. A isto nós dizemos: **contra o AMI — ofensiva popular!** Deixa andar os fascistas à solta, os pides vêm passar os fins-de-semana a casa e vão tomar cafés só com dois guardas. A isto nós dizemos: Morte ao ELP e a quem o apoiar! Mantém-nos na dependência e beija os pés aos imperialistas. Mantém os tratados antinacionais e antidemocráticos como são o Pacto Ibérico e a Nato, permite inclusivamente que estes tenham bases no nosso território prontas a reprimir o povo português, como é o caso da Base da Nato no Montijo. A isto nós dizemos **Fora a Nato, fora a CIA — Independência Nacional!** Mas o povo não permitirá isto. Os nossos órgãos de vontade popular, com tantas dificuldades erguidos e unidos, não serão esmagados pela burguesia. Trabalhadores, moradores, soldados — assembleias populares! O que temos de fazer não é andar para trás, mas o contrário: unir ainda mais os operários da cidade aos operários do campo (sejam eles do Sul ou do Norte, pois muitos deles andam enganados). Operários, camponeses, soldados e marinheiros — unidos venceremos! Temos que nos unir aos soldados e militares progressistas, pois estes são filhos do povo fardados que temporariamente estão na tropa. Eles não podem estar contra os seus pais e familiares, contra o seu povo, fazendo o jogo da burguesia exploradora. Por isso nós dizemos: **Os soldados sempre, sempre ao lado do povo!** O povo por sua vez não lutará contra os seus filhos e irmãos, fardados e se não permitiram que eles nos seus lares e terras fossem oprimidos não serão os muros dos quartéis que nos irão separar deles e impedir de continuar a dar-lhes o nosso apoio que agora será contra os reaccionários que ainda estão nos quartéis.

«Por isso nós dizemos: 7 e 11 de Março — inquérito popular! Reaccionários fora das bases, já! O povo do concelho do Montijo e aqueles que queiram aderir a esta manifestação, apoiam os soldados na sua luta contra os reaccionários que já passaram ao ataque. Como exemplo destes ataques temos a prisão, despromoção e passagem à disponibilidade de um militar progressista e uma ameaça de morte dirigida a outro militar da Força Aérea. Com estes processos tenta a burguesia impedir a organização de classe dos soldados. Por isso nós dizemos: **Viva a justa luta dos soldados da Base Aérea 6! O povo está com os soldados da Base 6!**».

PLANO ECONÓMICO JÁ

O Plano Económico «salvador» da grave crise que o País atravessa e que o Governo prometeu publicar continua no «segredo dos deuses». «Se estamos tão mal a nível económico que precisamos da **ajuda** dos países capitalistas, porque se não publica o Plano Económico já aprovado?» — pergunta a Comissão de Ajardinamento e Higiene da Freguesia de Alvalade, exigindo a imediata publicação do Plano já aprovado em Conselho de Ministros do VI Governo Provisório «para que os trabalhadores e o povo saibam que medidas estão tomadas no campo do desemprego, inflação, custo de vida, etc...».

Também a Comissão de Moradores de S. João de Deus exige ao VI Governo a imediata publicação do Plano Económico e acrescenta: «O povo quer ver os seus problemas, se não totalmente resolvidos, pelo menos considerados por quem diz defender os seus interesses! O povo exige o debate generalizado do Plano Económico. A demagogia não evita que as classes trabalhadoras continuem a ser as únicas a quem se pede austeridade e sacrifícios».

AMANHÃ EM LISBOA

P.S. MANIFESTA-SE A FAVOR DO VI

Iniciativa em tudo idêntica às que se concretizaram anteriormente no Porto e em Faro, o Partido Socialista realiza amanhã em Lisboa uma manifestação de apoio ao VI Governo e ao Primeiro-Ministro almirante Pinheiro de Azevedo. A jornada começa com uma concentração no Terreiro do Paço cerca das 17 horas. Desconhece-se se está nas intenções dos promotores da iniciativa que os militantes se desloquem a qualquer outro local e, neste caso, o itinerário a seguir. Admite-se mesmo que a concentração não chegue a sair da Praça do Comércio, onde terá lugar um comício. Corre igualmente a possibilidade de o almirante Pinheiro de Azevedo vir ao local para falar à multidão, em tal caso, desde a varanda de um dos Ministérios. Uma probabilidade é a de os manifestantes se dirigirem a S. Bento.

O Partido Socialista encontra-se visivelmente empenhado nesta sua jornada. Desde ontem que na «baixa» de Lisboa circula a propaganda em veículo automóvel. Através de um megafone e de milhares de panfletos, são convidados a encorporar o grosso dos manifestantes, não só os militantes e aderentes e simpatizantes do P.S. mas também «todos os democratas e patriotas». Tudo leva a crer que irá registar-se uma movimentação invulgar.

Esta perspectiva, aliás, ganhou maior consistência com a adesão do P.P.D., que desde logo convidou as suas bases para apoiarem a iniciativa do P.S.

Entretanto, o C.D.S. emitiu um comunicado declarando que «não estará oficialmente presente na manifestação», invocando a incompreensão de que se declara ter sido objecto quando, em idênticas circustâncias no caso do Porto, exprimiu publicamente o seu apoio à iniciativa do P.S. e foi por este mesmo partido vivamente repudiado.

Supõe-se que outra organização política, o Partido Popular Monárquico, P.P.M., aparecerá na manifestação representado por alguns, ainda que poucos, dos seus militantes, facto que, deve lembrar-se, já ocorreu em Faro.

SINDICATO DOS PROFESSORES

(ZONA DA GRANDE LISBOA)

PLENÁRIO

ESTATUTOS DO SINDICATO

A Comissão Directiva convoca os professores de todos os graus de ensino para o Plenário que se realiza na **Quarta-Feira, dia 12 de Novembro, pelas 21.00 horas, na Aula Magna da Reitoria.**

A CDP apela a uma participação massiva dos professores neste plenário.

PROFESSOR

O futuro do teu Sindicato depende muito do Estatuto que aprovares!

COMPARECE NO PLENÁRIO!

A COMISSÃO DIRECTIVA

UNIÃO ELÉCTRICA PORTUGUESA

AVISO AOS CONSUMIDORES

Para realização de trabalhos nas instalações desta Empresa, no próximo Domingo, 9 de Novembro, será interrompido o fornecimento de energia eléctrica em baixa tensão, nas seguintes zonas :

CONCELHO DE ALMADA : Arieiro, Vale de Figueira e Sobreda de Caparica, das 08 h 00 m às 12 h 00 m.

CONCELHO DE PALMELA : Machadas, das 07 h 30 m às 16 h 00 m, Águas de Moura, das 08 h 00 m às 15 h 00 m.

CONCELHO DE ALCOCHETE : Docas, das 07 h 30 m às 14 h 00 m.

Lisboa, 8 de Novembro de 1975.

Nacional

ENSINOU NA PIDE, NÃO ENTRA

Os professores da Escola de Artes Decorativas António Arroio reunidos em assembleia no dia 5, aprovaram uma moção em que se recusam a tomar uma decisão contrária à já tomada anteriormente de não permitir a reintegração do licenciado Januário dos Santos Pinheiro, uma vez que exerceu funções docentes na ex-P.I.D.E./D.G.S.

Na mesma moção propõe-se que a pessoa em causa não seja integrada em qualquer actividade da função pública, seja dependente do M.E.I.C., ou doutro Ministério.

SINDICATO, ESCOLA DE SOCIALISMO

«O sindicato não se destina só à luta económica contra a burguesia, o sindicato é também, e sobretudo, uma escola de socialismo» — afirma-se num manifesto agora divulgado pela Comissão de Unidade dos Trabalhadores Gráficos. «A burguesia — afirma-se noutro ponto — tem medo do movimento popular: ainda ontem andava de cravo ao peito, hoje tira a capa democrática e cozinha nas nossas costas, um Governo abertamente reaccionário, que, logo nas primeiras declarações, ameaça reprimir o povo e roubar-lhe todas as conquistas».

«Eis porque temos de nos organizar nos sindicatos: o sindicato é uma organização de classe para combater a burguesia, conquistando-lhe palmo a palmo tudo aquilo a que temos direito e defendendo, com unhas e dentes, tudo o que conquistámos».

«TRANSPORTES» OCUPADO

Face à gravidade da situação da empresa concessionária de transportes públicos, Isidoro Duarte, Lda., os trabalhadores reuniram em plenário e decidiram, por unanimidade, ocupar as instalações da empresa, destituindo a gerência, proibindo a sua entrada nas instalações e nomeando uma comissão para gerir a empresa, até à nomeação por parte do Estado, de uma administração e a nacionalização da firma.

Os motivos desta situação foram as irregularidades detectadas na sua gestão financeira, que estava a conduzir a uma situação de colapso económico, a curto prazo.

OS REFORMADOS

Para discussão da sua situação, em face das pequenas pensões que estão a receber, os reformados efectuam no domingo, às 15 horas, no Refeitório n.º 2 da C.U.F., no Barreiro, um plenário para o que convocam todos os interessados, que se encontram naquela situação.

HOSPITAL DISTRITAL DE AVEIRO

Aceitam-se inscrições para admissão de especialistas de Medicina Interna (um), Obstetrícia/Ginecologia (dois), Pediatria (dois), Urologia (um), Otorrinolaringologia (um), Oftalmologia (um), Estomatologia (um) e Análises Clínicas (um) até ao próximo dia 28 de Novembro.

A admissão processar-se-á nos termos próprios do regime de instalação (Art.º 82 Decreto-Lei 413/71) e as condições de concurso serão as constantes da Portaria 455/73.

As candidaturas devem ser apresentadas pelos interessados no Serviço de Pessoal do Hospital Distrital de Aveiro mediante requerimento em papel selado dirigido à Comissão Instaladora e três exemplares do «curriculum vitae».

Eleições no "Século" na quarta-feira

..Os trabalhadores da Sociedade Nacional de Tipografia, proprietário de «O Século», elegerão na próxima quarta-feira por voto secreto a direcção, a chefia e a subchefia daquele matutino.

A Comissão Fiscalizadora do Acto e Processo Eleitoral divulgou um comunicado, no qual dá a conhecer o processo eleitoral:

..Dia 10/11/75, segunda-feira, das 0 às 24 horas, é o prazo limite para a entrega da(s) lista(s). Só serão considerada(s) listas quando minimamente subscritas por 50 trabalhadores da S. N. T. Os trabalhadores poderão subscrever mais do que uma lista, muito embora o seu voto final deva incidir sobre uma única lista. Na terça-feira terá lugar uma assembleia geral de trabalhadores, sem poder deliberativo, para apresentação e discussão da(s) lista(s). No acto eleitoral, os trabalhadores deverão apresentar a sua identificação.

..Os resultados finais serão considerados como a expressão maioritária da vontade dos trabalhadores da S. N. T.

NOTA OFICIOSA

Ocupação do Ministério do Trabalho

..Do Ministério do Trabalho, para publicação ao abrigo do art.º 15 da Lei de Imprensa, recebemos mais a seguinte nota oficiosa:

. «Dadas as acusações falsas e os termos manifestamente injuriosos e difamatórios com que é visado o subsecretário de Estado-Adjunto do ministro do Trabalho, dr. Daniel Amaral, no comunicado do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa, divulgado, com carácter publicitário, em jornais de 7 do corrente, e independentemente das medidas a tomar na sequência da invasão das dependências do gabinete do ministro ocorrida na tarde do dia 5, a que aquele comunicado indirectamente alude, não pode este Ministério deixar passar em claro ofensas tão graves a um membro do Governo, pelo que vai ser remetida a respedctiva participação-crime à Polícia Judiciária.

SUBAPROVEITADOS

Três milhões de contos gastos em informática

O subaproveitamento dos meios da Informática em Portugal, que custam mais de três milhões de contos por ano, foram a razão de um plenário das comissões de trabalhadores de empresas de Informática e empresas utilizadoras, que foi convocado para ontem, no Instituto Superior Técnico. O plenário foi convocado pelas Comissões de Informática da C. U. F., Mundial, Império, Profabril, Norma, Cometna, Cimentos de Leiria, Lisnave, Processa, Banco Pinto e Sotto Mayor e Banco Português do Atlântico.

De notar que o equipamento, pelo qual pagamos os três milhões de contos anuais a empresas multinacionais, é aproveitado a 35 por cento. Além disso, dependemos em cerca de 70 por cento, de um único construtor, a I. B. M. As protecções e regalias das empresas construtoras são vastas e poderosas.

No debate de ontem estiveram presentes 58 comissões de trabalhadores, devidamente mandatadas, tendo sido votadas moções referentes a possíveis soluções.

Na proposta do grupo organizador do plenário, defendia-se a elaboração urgente de um plano director da Informática a nível nacional vinculador para todos os sectores da economia e definidor das afectações sectoriais dos membros informáticos.

PLENÁRIO

Mais de 500 trabalhadores estão a participar no plenário das comissões de trabalhadores que se está a realizar e se prolongará durante todo o dia na Siderurgia Nacional.

Foi já feita a introdução à situação política por um membro do Secretariado. As sete secções discutem agora os respectivos problemas. As conclusões serão lidas no final.

Nacional

CARLUCCI NO NORTE

TERMO IMPREVISTO DE UMA VISITA CONTESTADA

. .PORTO, 8 — Frank Carlucci, embaixador dos Estados Unidos no nosso país, terminou de forma imprevista a sua visita ao Norte, sem que tivesse cumprido integralmente o programa previamente estabelecido. O embaixador americano, num encontro com os jornalistas, para o qual foram apenas convidados os três diários portuenses (não sendo permitida a entrada de representantes de outros órgãos de Informação) afirmou que a visita ao Norte «foi proveitosa e útil».

. .O reitor da Universidade do Porto não recebeu Carlucci, como estava previsto. Relativamente a este encontro, que devia ter-se realizado ontem, o prof. Rui Luís Gomes afirmou que iria comunicar ao M. E. I. C. o motivo da sua atitude, acrescentando que, se fosse entendido como conveniente, daria explicações à população, na devida altura.

. .É de referir que o programado encontro, no sector estudantil, provocou forte reacção, originando a emissão de comunicados e concentração junto à reitoria. Em manifestação de desagrado, também algumas organizações de esquerda, nomeadamente a O. C. M. L. P., tornaram público comunicados contra a presença de Carlucci na Universidade do Porto.

. .Entretanto a visita do embaixador americano a Viana do Castelo foi alvo de manifestações de desagrado por parte de trabalhadores de diversos sectores de actividade. Deste modo, Carlucci acabou por não se encontrar com o presidente da Câmara de Viana e não chegou a visitar a fábrica Celnorte, como estava previsto.

. .No entanto, Carlucci, a respeito da sua visita a Viana, afirmou: «Passeei nas ruas de Viana do Castelo. Conheci desse modo a população e dormi em Viana». No encontro com os jornalistas do Porto, o embaixador disse que em Vila Real lhe foi pedida ajuda para o hospital local e acrescentou ainda que «se há manifestações e as autoridades vêem como não convenientes visitas da minha parte, não quero criar problemas. Mas isso não é problema. O VI Governo tem um programa bastante positivo e quer prosseguir um processo democrático». Carlucci partiu já para Lisboa, tendo ainda afirmado aos jornalistas, a propósito da Base Aérea das Lajes e das negociações sobre o caso: «Até agora não houve reuniões sobre o assunto».

Convívio comunista

. Amanhã, no Mercado do Povo, convívio comunista a partir das 15 horas.

O programa, em linhas gerais, pode ser assim traçado: palestra por um elemento do Comité Central (17 horas): actuação de uma banda (18 horas); e à noite (22 horas) «Os Bonecreiros» apresentam a peça «A história exemplar de um traficante de armas».

GOVERNADORES DE DISTRITO REUNIRAM-SE NO M.A.I.

No Ministério da Administração interna, reuniram-se ontem os governadores civis de todos os distritos do continente e ilhas,a fim de analisarem as consequências da situação política actual ao nível de todos os distritos e segundo uma informação do M.A.I. os governadores chegaram a um acordo quanto à conduta a seguir.

Segundo uma informação do M.A.I. os governadores chegaram a um acordo quanto à conduta a seguir.

PARA NÃO PASSAR À DISPONIBILIDADE

Para um correcto esclarecimento de passagem ou não à disponibilidade dos militares que acabam o cumprimento do seu serviço militar obrigatório, informa o E.M.E. que a continuação no referido serviço será concedida mediante requerimento que deverá seguir as vias normais de comando e que será despachado de acordo com as necessidades do serviço e as disponibilidades orçamentais.

PARA EVITAR ESPECULAÇÕES

No prosseguimento das suas actividades de cobertura fotográfica da Região Norte, sobrevoou, ontem de manhã, demoradamente a cidade do Porto, um avião Dacota pertencente à F.A.P. da Base Aérea n.º 1.

Assim, segundo uma carta do Estado-Maior da Força Aérea, não têm qualquer fundamento as especulações que se façam sobre o caso dada a especificidade do trabalho em curso.

I.T.T. DESMENTE

NADA A VER COM SPÍNOLA

. De Bruxelas, sede da ITT na Europa, recebemos o seguinte desmentido daquela multinacional, famosa, entre outras coisas, pelo papel que teve nos acontecimentos do Chile:

. «Segundo vários jornais, o «Diário de Lisboa», no dia 28 de Outubro, publicou um novo serviço da Agência Novosti da URSS acusando os «monopólios internacionais», incluindo a ITT, de terem criado um fundo de 250 milhões para financiarem um golpe de Estado do general Spínola. A ITT nunca contribuiu com fundos nenhuns destinados a ninguém com vista a um golpe de Estado em Portugal.

«O mesmo serviço noticioso acusa igualmente John McCone, que é apresentado como «vice-presidente da ITT», de se ter avistado com o general Spínola em Lausana no mês de Setembro passado.

«Nesta matéria, a Novosti e o «Diário de Lisboa» limitam-se a repetir, com variantes menores uma história publicada no dia 1 de Outubro no semanário satírico de Paris «Le Canard Enchaine».

«Por essa altura contactámos com o sr. McCone, que é um director de exterior da ITT e não vice-presidente, o sr. McCone enviou a seguinte mensagem: «Há muitos anos que não vou a Lausana e não me lembro de me ter encontrado fosse onde fosse com o general Spínola». Este desmentido foi devidamente publicado pelo citado semanário francês e pedimos-lhe que façam o mesmo, não só no que se refere às insinuações contra o sr. McCone mas também às acusações feitas contra a ITT, mencionadas no nosso parágrafo primeiro, e que não passam de boatos malévolos».

Portugueses solidários com o povo do Chile

. O prof. Henrique de Barros, presidente da Assembleia Constituinte, e o dr. Carlos Carvalhas (pertencentes ambos à Comissão Portuguesa para a Paz e Cooperação), juntamente com dois elementos do MFA, participarão em Atenas na Conferência Internacional de Solidariedade com o Povo do Chile, que decorrerá de 13 a 16 do corrente, por iniciativa do Conselho Mundial da Paz.

Os temas principais da Conferência a realizar na capital grega são: informação sobre a actual situação no Chile e sobre a luta do povo chileno contra a ditadura fascista; campanha internacional, com vista a conseguir o fim das torturas, a libertação dos presos políticos e a restauração dos direitos humanos fundamentais e das liberdades democráticas; informação sobre os resultados alcançados pelo movimento internacional de solidariedade com o povo chileno; coordenação de um programa de acção com vista, nomeadamente, à ampliação do isolamento político, diplomático, económico e cultural da ditadura fascista.

A Conferência abrirá com um «meeting» de massas no Estádio de Atenas, na tarde do próximo dia 13.

TRIBUNAL POPULAR ABSOLVE OCUPANTES EM CASCAIS

. .O secretariado da C. R. A. M. O. (Comissão Revolucionária Autónoma de Moradores e Ocupantes) e as Comissões de Moradores do Monte Estoril, Santo Condestável, Bairro 2 de Maio, Pena, Casal Ventoso, Palma de Baixo, S. José, Malveira da Serra, Outeiro da Vela e S. Domingos de Rana-Zambujal «absolveram» os quatro ocupantes de um grupo de 50 famílias que, como oportunamente noticiámos, decidiram «transferir-se» dos tugúrios onde «residiam» para outras tantas habitações condignas.

. .A «audiência» decorreu nas traseiras do Tribunal da comarca de Cascais. O relato do representante da Comissão de Moradores foi categórico e referia que aquelas habitações (quatro) estavam vagas há mais de 15 anos, «num atentado das classes privilegiadas, da burguesia e do fascismo à mais elementares necessidades e direitos das classes desfavorecidas, dos trabalhadores, dos explorados deste País». Leu, igualmente, um comunicado elaborado pelos ocupantes em que este explicam os seus objectivos, as dificuldades da sua existência e outras carências. Acentua o mesmo relatório que «são os trabalhadores que tudo produzem e, por isso, têm direito a uma habitação condigna».

. .Procedeu-se, por fim, à leitura dos «quesitos» e, acto contínuo, da sentença, aprovada por aclamação. Os presentes dirigiram-se,então, para a porta do tribunal gritando «Casas sim, barracas não» e «As casas são do povo, abaixo a exploração».

. .Os ocupantes não chegaram, conforme estava indicado, a prestar declarações, sendo o tribunal «notificado» das decisões populares tomadas.

Atentados a cinco esquadras

. Um agente ligeiramente ferido e quatro viaturas particulares danificadas foi o resultado do rebentamento de granadas de mão ofensivas lançadas, esta madrugada, cerca das 3 e 45, por desconhecidos que se faziam transportar em automóveis a alta velocidade, contra as esquadras do Alto de Pina, Terramotos, Caminhos-de-Ferro, Rato e Lumiar. Este tipo de granadas tem um raio de acção de trinta metros.

Segundo nos afirmou esta manhã, o porta-voz da P. S. P. no Governo Civil, comissário-principal Costa, teriam sido ainda disparados várias rajadas de metralhadora contra o sentinela de serviço na esquadra dos Terramotos.

ATENÇÃO LISBOA E ARREDORES:

O FAMOSO

★ CIRCO ★

MARIANO

EMPRESA HENRY TONY

O ÚNICO CIRCO PORTUGUÊS QUE REPRESENTOU PORTUGAL NO ESTRANGEIRO

ESTÁ INSTALADO NO LARGO MARTIM MONIZ

AMANHÃ ESTREIA, ÀS 21,45 HORAS

UM LUXUOSO ESPECTÁCULO!

2 PARELHAS DE PALHAÇOS

ESCADA LIVRE, ICAROS, MALABARISTAS, ILUSIONISTAS, PERCHISTAS, ETC., ETC.

CONVIDADA DE HONRA A VEDETA

ANITA GUERREIRO

60 ARTISTAS! 10 ATRACÇÕES!

ATENÇÃO

NO CIRCO MARIANO NÃO CHOVE, HÁ AQUECIMENTO E TODAS AS CADEIRAS SÃO ESTOFADAS

TODAS AS NOITES HÁ CIRCO ÀS 21,45 HORAS!

QUINTAS E SÁBADOS, «MATINÉES», ÀS 16.30 HORAS

DOMINGOS, 2 «Matinées», às 15 horas e às 17.30 horas

NAS «MATINÉES» AS CRIANÇAS ATÉ 6 ANOS TEM ENTRADA GRATUITA

As bilheteiras abrem ás 17 horas. Nos dias de «matinee» ás 11 horas

A EMPRESA HENRY TONY convida a Imprensa Diária, a Rádio e a TV a assistirem ao espectáculos da ESTREIA

MAIORES DE 6 ANOS

CIRCO MARIANO apresenta a grande atracção mundial o professor KARMA e a sua médium BETY, os maiores mentalistas do mundo

ATENÇÃO: Colégios e Organizações de Festas de Natal, espectáculos com preços especiais

CASA DE REPOUSO DOS MOTORISTAS PORTUGUESES

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos do artigo 79.º, n.º 1.º, dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária para se reunir na sede do Sindicato dos Rodoviários do Distrito de Lisboa, na Avenida Visconde Valmor, no dia 15 de Novembro, pelas 21.00 horas, para apreciação e votação do Orçamento Ordinário para 1976.

Não estando presente o número legal de associados, a Assembleia Geral reunir-se-á uma hora depois com qualquer número.

O Presidente da Assembleia Geral

PASSAPORTES abreu

Av. da Liberdade 160 - LISBOA

ÀS 18 HORAS DO DIA 10

BANDEIRA PORTUGUESA ARREADA EM LUANDA

LUANDA, 8 — (Do «Diário de Luanda» em exclusivo para o «DL») — Às 18 horas do próximo dia 10, segunda-feira, a bandeira portuguesa será arreada em Luanda, último ponto de Angola onde ainda flutuará nessa altura, no decurso de uma cerimónia a que assistirá o alto-comissário português, almirante Leonel Cardoso. A partir desse momento, todas as tropas portuguesas, concentradas em Luanda, começarão a abandonar solo angolano, devendo o seu embarque em navios de guerra e no «Niassa» estar completo até às 22 horas desse dia. Fogo de artifício e o acender da «Chama da Unidade Angolana», marcarão a retirada das tropas portuguesas e o verdadeiro início das comemorações da independência, que culminarão duas horas mais tarde. Será, com efeito, às 24 horas que o M.P.L.A., em nome de todo o povo angolano, do qual é a sua vanguarda revolucionária, proclamará a independência do país, na presença de quase uma centena de delegações de países e organizações progressistas de todo o mundo, as quais já reconhecem aquele movimento como o único representante do povo de Angola e que reconhecerão, nos dias seguintes, a nova nação africana de expressão portuguesa. O texto da proclamação da independência será lido pelo presidente Agostinho Neto que, em seguida, dirigirá uma mensagem á nação.

Os preparativos para estas cerimónias, e outras de menor relevo que decorrerão em Luanda e em todas as áreas libertadas pelo M.P.L.A. nesta segunda guerra de libertação nacional, prosseguem entretanto no meio do maior entusiasmo popular, reforçado pelas grandes vitórias obtidas nos últimos dias pelas F. A. P. L. A., primeiro contra os fascistas do E. L. P. e os mercenários sul-africanos, em Benguela, e depois em Quifangondo, contra os invasores da U. P. A./F. N. L. A./U. N. I. T. A., apoiadas por mercenários portugueses e zairenses. Estas vitórias foram, apenas, mais uma etapa da luta corajosa das forças populares contra o invasor, a qual prossegue nas duas frentes. Nas últimas 24 horas, contudo, não se assinalarão quaisquer combates de vulto.

POSIÇÃO DO M.E.S.

A exemplo dos restantes partidos de esquerda, o Movimento da Esquerda Socialista acaba de tomar também posição sobre a questão angolana. Num comunicado, afirma o M.E.S.:

. «A escassos dias do 11 de Novembro, a posição do M. E. S. face à questão angolana decorre em linha recta do que sempre defendemos a por que estamos a lutar. Essa posição define-se por uma tripla exigência:

1 — protecção das instalações, equipamentos militares e armamento contra possíveis destruições e sua entrega às F. A. P. L. A. para a defesa de Angola, contra a agressão imperialista;

2 — pronto reconhecimento do Governo de unidade nacional e constituir pelo M. P. L. A. logo após a independência;

3 — total apoio ao povo angolano na sua 2.ª guerra de libertação e na reconstrução nacional sob a direcção do M. P. L. A.

Nada disto quererá nem poderá o 6.º Governo fazer: ele tem a sua lógica, como tem os seus compromissos e as suas alianças com os inimigos do povo angolano. Mas a ofensiva popular vitoriosa dos trabalhadores portugueses, como a resistência popular generalizada em Angola, hão-de conduzir os nossos dois povos à vitória, que será a vitória do poder popular, a vitória dos explorados e oprimidos, a vitória dos povos e classes que lutam pela sua libertação.»

O POVO APOIOU AS LUTAS NO M.C.S. e na R.R.

..Decepção e revolta: estes os sentimentos, misturados em doses iguais, que motivaram os milhares de manifestantes que às 19 horas estavam concentrados em frente do Ministério da Comunicação Social. A alegria que todos poderiam expressar pela aparente vitória daquela madrugada, quando o tenente-coronel Ferreira da Cunha, secretário da Informação e ex-técnico da acção psicológica da «Superpide», foi retirado do Palácio Foz por forças militares, seguido dos aparelhos repressivos da G. N. R. e da P. S. P., que haviam atirado contra a população, estava irremediavelmente substituída pela profunda repulsa que a explosão dos emissores da Rádio Renascença provocou de forma generalizada.

..As palavras de ordem «Soldados sempre, sempre ao lado do Povo», «Abaixo a repressão fascista» e «Informação revolucionária, ao serviço da classe operária» adquiriram mais força quando a Comissão de Luta do M. C. S. — alargada com representantes de comissões de moradores, trabalhadores, soldados e marinheiros, apareceu a uma das varandas do edifício. A seguir, um dos membros da Comissão de Luta, após saudar os manifestantes, divulgou as posições desta Comissão, diante das notas oficiosas dos Conselhos da Revolução e de Ministros, denunciando, em seguida, a actuação do ministro Almeida Santos, afirmando: «O ministro nunca poderá gritar aqui como nós gritamos — operários e camponeses, soldados e marinheiros, unidos venceremos».

..Após, foram lidas algumas das centenas de moções de apoio ao saneamento do tenente-coronel Ferreira da Cunha. A Comissão de Luta divulgou ainda uma moção de repúdio à destruição da Rádio Renascença, classificada de «vergonhosa» e reafirmou, mais uma vez, o seu apoio à luta dos trabalhadores desta emissora.

..No final, a Comissão de Luta do M. C. S. apelou a todos os manifestantes para se dirigirem, em desfile, aos estúdios da Rua Capelo. O apelo foi atendido e o caminho foi tomado, pela Rua 1.º de Dezembro, Carmo, Garrett e Ivens. A chegada aos estúdios foi acompanhada pela «Internacional», cantada pelos manifestantes. Novamente falou um dos membros do Comité de Luta do M. C. S., referindo-se aos acontecimentos do dia anterior, e situando tudo o que se tem verificado contra os avanços populares dentro do contexto geral da luta de classes. Um trabalhador da R. R. referiu-se aos duros combates que os seus camaradas vêm travando desde logo após o 25 de Abril. Em seguida, foi ouvida a gravação de uma entrevista com um capitão da Força Aérea, do D. G. A. F. A., uma das forças que colaborou no atentado. No final, foi colicitado a todos os trabalhadores que esclareçam os seus camaradas sobre as lutas no M. C. S. e na R. R. Antes da dispersão, novamente foi cantada a «Internacional».

BOMBAS NA R.R.

INTERSINDICAL CONDENA "ACTO TERRORISTA"

A propósito dos acontecinentos nos emissores da Rádio Renascença e do Ministério da Comunicação Social, a Intersindical Nacional emitiu, ao princípio da madrugada de hoje, dois comunicados, nos quais «condena energicamente o «acto terrorista» praticado contra a R. R.» expressa a sua «preocupação perante a irresponsabilidade do Conselho da Revolução» e «lembra aos soldados da P. S. P. e G. N. R. que já foram trabalhadores e que são filhos de operários e camponeses, e, como tal, pertencem à classe dos explorados e oprimidos».

«Coincidindo com a proximidade da independência de Angola» — diz a Inter — «as forças conservadoras e reaccionárias multiplicam as suas provocações para cairem num clima de insegurança no País, a fim, de através da declaração do «estado de emergência» imporem a sua «ordem», pois sabem que governar contra a vontade das massas trabalhadoras lhes exige um forte aparelho repressivo como nos tempos de Salazar/Caetano.

«Vendo-se na impossibilidade de manipular a Rádio Renascença, não restou ao Conselho da Revolução outra alternativa que não fosse utilizar a mais brutal violência, mandando dinamitar o seu posto emissor, acto que se enquadra na escalada reaccionária que tudo leva a crer se intensificara nos próximos dias.»

«Dizendo trabalhar para a construção do socialismo» — continuam os dirigentes da Inter — os actuais órgãos do Poder, constituídos depois do pronunciamento de Tancos, vêm na prática mostrando que defendem os interesses da burguesia e do imperialismo», pois enquanto «os bandos fascistas do E. L. P/M. D. L. P. e outros intensificam os seus atentados terroristas com a complacência das autoridades, as estruturas populares e as massas trabalhadoras, que não estão dispostas a ceder o que quer que seja das suas conquistas, são boicotadas e reprimidas.»

. Deste modo, a Intersindical Nacional, «consciente da grave situação político-militar que o País atravessa, apela a todos os trabalhadores, soldados, marinheiros sargentos e oficiais progressistas, para redobrarem a vigilância nas fábricas, nos campos, nos escritórios, nos barcos e quartéis.

A posição dos trabalhadores da R.R.

..«Aquele que a si próprio se denomina «Conselho da Revolução», que afirma caminhar para o socialismo e lutar contra o fascismo, não hesitou em caminhar para o fascismo e lutar contra o socialismo para, numa clara demonstração de barbárie (superando os métodos do E. L. P. e estreando o «seu» A. M. I.) voltar a calar uma voz ao serviço dos explorados e oprimidos» — lê-se no primeiro comunicado dos trabalhadores ocupantes da Rádio Renascença, de Lisboa, que se encontram em reunião permanente nos estúdios da Rua Capelo.

..O objectivo deste primeiro comunicado é «garantir desde já que o silenciamento, à bomba, do posto emissor da Buraca, é a prova definitiva da justeza da sua luta que é, afinal, a de todos os trabalhadores explorados deste país».

..Mais à frente, interroga-se o pessoal da Renascença sobre a lei de que «os senhores conselheiros» se serviram, para entenderem que a R. R. «estava a ter uma conduta contra-revolucionária, ao transmitir as mensagens de apoio de trabalhadores para com a luta que outros trabalhadores mantinham nas instalações do M. C. S.».

..E, depois, outra interrogativa: «A que penas estarão sujeitos, no futuro, aqueles que cometerem atentados bombistas neste país, depois de terem quedado incólumes, os membros do «Conselho da Revolução», autores de acto terrorista desta gravidade?»

..A terminar, «os trabalhadores da Renascença reafirmam mais uma vez a sua determinação em prosseguir esta luta até ao fim contra os opressores do povo, sejam eles fascistas declarados, estejam eles escondidos sob capas de **socialistas**».

..Pela consciência da justeza da sua luta, afirmam: «Seguiremos lutando até à vitória final».

..Os prejuízos na Renascença, de acordo com este comunicado, ascendem a dez mil contos.

AMIZADE PORTUGAL-ANGOLA

A nossa liberdade só será real quando Angola for livre

..Foi ontem anunciada a criação de uma Associação de Amizade Portugal-Angola, respondendo-se assim ao apelo do «Bureau» Político do M.P.L.A. e à confiança que o povo angolano ainda deposita no povo português.

..«Chegou a hora de ter a coragem de proclamar ao mundo que o povo português não é responsável — nem poderá ser responsabilizado perante a história — por esta descolonização absurda e que nega radicalmente os nossos princípios fundamentais desde o 25 de Abril. A nossa revolução venceu o fascismo à custa da guerra colonial e o povo português julgou ter conquistado a sua liberdade após meio século de opressão.

..«Mas é necessário alertar o povo português: a nossa liberdade só será real e definitiva quando o povo de Angola, que nós escravizámos no passado, se libertar também das garras do fascismo.»

..Assim se exprimiu Mesquita Berlim, do Directório da Associação de Amizade Portugal-Angola, referindo-se à actual fase final da descolonização de Angola, e ao papel negativo que o Governo português nela vem assumindo e a necessidade de desenvolver os laços de amizade entre os dois povos.

..Continuou afirmando:

. «Temos uma responsabilidade histórica para com o povo de Angola. Após quinhentos anos de colonialismo, em que ele foi tão explorado como nós e o nosso pobre povo não enriqueceu à sombra das colónias não vamos consentir que o nosso Governo abdique das suas próprias responsabilidades, e entregue Angola ao imperialismo das Nações Unidas.

..«O nosso dever é libertar o povo irmão de Angola e, tal como em Portugal, denunciamos o fascismo e lutamos por esmagá-lo, marcharmos lado a lado contra a reacção internacional», disse, ainda, o representante da Associação Portugal-Angola, acrescentando:

. «Não aceitamos que o nosso Governo reconheça dois bandos de mercenários que são inimigos declarados do povo angolano e da nossa Pátria.

Será necessário recordarao nosso Governo que a U.N.I. T.A. que ontem fez o jogo do fascismo português contra o seu próprio povo, é o mesmo bando que hoje mata e expulsa os nossos compatriotas nas terras do Huambo e cobriu de vexame o nosso honrado exército? Será necessário recordar ao nosso Governo os insultos e as cuspidelas que os chefes da U. P. A.-F. N. L. A. lançam contra o nosso povo, os nossos governantes e a nossa Revolução? E o nosso Governo persiste em negociar com essa gente? Mas quem lhe deu o seu aval?»

..Referindo-se depois à F. N. L. A. e à U. N. I. T. A., afirmou:

. «Nós temos que defender a nossa dignidade.

..«Não vamos falar com gente que tem nas suas fileiras os nossos antigos carrascos da P. I. D. E.-D. G. S. que os reaccionários, em Angola, deixaram propositadamente fugir. Não vamos falar com gente que fez contrato com os nossos próprios traidores do E. L. P. do famigerado Spínola, para amanhã nos atacarem dentro das fronteiras da nossa terra. E, acima de tudo, não vamos falar com gente que, a soldo do imperialismo da alta finança e do gangsterismo internacional, apenas quer esmagar o povo angolano, nosso irmão de luta, e conservá-lo de tronco vergado pelo chicote da humilhação.»

COLISEU

EMPRESA RICARDO COVÕES (HERD.)—TEL. 36 19 97

HOJE, ÀS 21.30 H. — CANTOS E DANÇAS DA REPÚBLICA SOCIALISTA SOVIÉTICA DO AZERBAIDJÃO

Companhia Internacional de CIRCO

HOJE: DESCANSO DA COMPANHIA

AMANHÃ (DOMINGO) — 2 «Matinées» 2

1.ª às 14.30 — 2.ª às 17.15 h.

Nas «matinées», as crianças até aos 10 anos, devidamente acompanhadas têm entrada gratuita

TODAS AS NOITES, às 21.30 h.

BILHETES À VENDA

Estrangeiro

Ablação de dois terços do estômago de Franco

MADRID, 8 — (R.) — O último boletim médico sobre o estado do generalissimo Franco, emitido hoje, às 9 horas, dizia que o Caudilho se achava sob o efeito de sedativos para não ter dores, após a ablação de dois terços do seu estômago ontem à noite.

O seu estado continua a ser critico.

O boletim, lido a jornalistas no hospital de Madrid onde o ditador foi ontem internado, dizia que Franco dormira durante a noite, tendo passado os efeitos da anestesia, às 3 horas da madrugada.

O boletim médico lido pelo ministro da Informação, Leon Herrera, revelou que, no fim da intervenção cirúrgica, de quatro horas, uma sonda arterial fora inserida no braço direito do Caudilho, a fim de ajudar o funcionamento dos rins doentes de Franco

É estacionário o estado da tromboflebite na perna esquerda e o prognóstico continua a ser grave — salientava-se no boletim.

O dr. Hidalgo Huerta, o chefe da equipa de cirurgiões, declarou:

«O estado pós-operatório do Caudilho está a seguir uma evolução favorável».

A intervenção cirúrgica de ontem à noite, que durou cerca de quatro horas, foi a segunda a que foi submetido ao estômago em quatro dias.

O velho ditador foi levado com urgência do Palácio do Pardo, a sua residência nos arrabaldes de Madrid, para o ultramoderno hospital de Laz Paz, no norte da capital, após sofrer nova hemorragia estomacal. Fora submetido a uma delicada operação, na segunda-feira passada, a fim de se estancar grande hemorragia, intestinal causada por uma úlcera gástrica.

Desde que adoeceu, há três semanas, com gripe, o Caudilho sofreu quatro ataques cardíacos, problemas renais, ureia no sangue, hemorragias intestinais, paralisia dos intestinos, coágulos sanguíneos, inflamação da coxa esquerda e complicações pulmonares.

Círculos médicos afirmaram que, após a última operação, pensam que o ditador é conservado vivo por meios artificais e que não há praticamente a mínima esperança de sobrevivência.

O dr. Hidalgo Huertas observou, porém: «O generalíssimo saiu do teatro operatório muito melhor do que entrou».

Durante a operação foi feita a Franco que já recebera 7,5 litros de sangue, na primeira intervenção cirúrgica, uma transfusão de 5,6 litros do precioso líquido.

ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO

SOLIDARIEDADE COM PORTUGAL MANIFESTADA EM MOSCOVO

MOSCOVO, 8 — (Anop) — Na Praça Vermelha de Moscovo realizaram-se ontem as comemorações do 58.º aniversário da Revolução de Outubro.

Os cartazes expostos na maior praça do país falavam dos progressos do povo soviético na construção do comunismo e dos seus êxitos na aplicação do programa da paz aprovado no 24.º Congresso do Partido Comunista da União Soviética.

No edifício frente ao Kremlin encontrava-se o retrato de Lénine.

A assistência que enchia as tribunas aplaudiu Leonid Brejenev, Nikolai Podgorne, Alexei Kossyguine e outros dirigentes do P. C. e do Estado sovietico quando estes surgiram na tribuna do mausoléu de Lenine.

Com eles encontrava-se o primeiro-secretário do Comité Central do Partido dos Trabalhadores do Vietname, Le Duan.

O marechal Andrei Grechko, ministro da Defesa da U. R. S. S., dirigiu-se às Forças Armadas do seu país, nos seguintes termos:

«As forças Armadas soviéticas, dotadas de apetrechos militares de primeira qualidade, estão firmemente vigilantes na salvaguarda das conquistas da grande Revolução de Outubro.

«Os soviéticos põem todas as suas forças e conhecimentos ao serviço da Pátria socialista e estão dispostos a, juntamente com os soldados e oficiais dos países irmãos membros do Pacto de Varsóvia, a cumprir o seu dever patriótico e internacionalista.

«Em consequência do programa de paz aprovado pelo 24.º Congresso do P. C. U. S, da política acordada entre os países socialistas irmãos e da luta de todas as forças pacíficas, a situação internacional segue a via do desanuviamento progressivo da colaboração construtiva e mutuamente benéfica entre Estados com regimes sociais diferentes.

«Assim o testemunham a colaboração frutuosa da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia e os êxitos subsequentes para o fortalecimento da segurança internacional».

Depois de referir as gloriosas vitórias dos povos do Vietname, Laos e Camboja e o derrube do fascismo em Portugal, o marechal acrescentou:

«Na arena internacional continua o processo invencível da mudança sucessiva da correlação de forças para aquelas que defendem a paz, a democracia e o socialismo.

«Contudo, continuam no Mundo as forças imperialistas agressoras que se opõem obstinadamente ao desanuviamento internacional e intensificam a corrida aos armamentos».

E acrescentou o marechal mais adiante:

«Nestas circunstâncias, adquirem cada vez maior importância a unidade e intensidade das acções de todas as forças progressistas na luta por uma paz duradoura e pela segurança dos povos.

«O Partido Comunista da União Soviética e o Governo soviético continuam a seguir firme e consequentemente a política leninista de coexistência pacífica».

Seguidamente ao discurso começou o desfile das Forças Armadas.

Sugiram na praça tropas com rampas de lançamento da defesa antiaérea, dotadas de conjuntos automáticos, mísseis-teleguidados, caças interceptores e modernos meios de rádio-localização.

Seguiram-se-lhes colunas de manifestantes de cada distrito da cidade.

Os manifestantes proclamavam a solidariedade com o povo trabalhador do Chile, que continua a lutar corajosamente contra as forças reaccionário-fascistas, solidarizavam-se com os operários, com todos os trabalhadores e democratas de Portugal, que defendem abnegadamente, frente à reacção, o direito ao desenvolvimento livre, independente e democrático do seu país.

O desfile militar e a manifestação de trabalhadores de Moscovo duraram duas horas e meia.

Efervescência política no Bangla Desh

NOVA DELI, 8 — (R.) — A efervescência política no Bangla Desh entrou hoje no seu sexto dia com uma intensa luta pelo Poder entre os mais altos comandos militares.

No que parece ter sido mais uma reviravolta espectacular da sorte, o juiz Abu Sadat Saiem, empossado na sexta-feira como presidente, anunciou a noite passada pela rádio que governaria o país sob lei marcial, sendo ele o principal administrador dessa lei.

Doze horas antes, o general Ziaur Rahman, demitido há cinco dias de chefe do Estado-Maior do Exército, tinha declarado na Rádio que havia tomado posse do cargo de principal administrador da lei marcial.

Ao mesmo tempo, fontes diplomáticas declaram que o oficial que o substituiu no posto de chefe de Estado-Maior, general Khalid Musharraf, parece ter sido morto durante a noite num recontro em Dacca, a capital do Bangla Desh.

O juiz Saiem disse à Nação que seria assistido no Governo do país por um Conselho Militar de três membros, constituido pelos comandantes das três armas.

Caleidoscópio

• WASHINGTON, 8 (ANOP e R) — O director da Agência Central de Informações, William Colby, declarou na passada quinta-feira que agentes da C. I. A. contribuem eventualmente como correspondentes para as principais agências noticiosas, tanto nos Estados Unidos como no estrangeiro.

• ATENAS, 8 — (ANOP) — Doze oficiais gregos acusados de torturarem presos políticos durante a vigência da junta militar grega foram condenados a penas que variam entre 14 veses a sete anos de prisão.

• SANTIAGO DO CHILE, 8 (ANOP e R) — O dirigente esquerdista chileno Andreas Pascal Allende e a sua noiva anglo-chilena procuraram ontem refúgio na Embaixada da Costa Rica em Santiago — anunciou o ministro dos Negócios Estrangeiros, Patrício Carvajal.

• RIO DE JANEIRO, 8 (R) — Índios hostis, armados com machados, atacaram um grupo de agentes do Governo brasileiro numa área remota da Selva do Amazonas e mataram um deles, segundo informou a Fundação Nacional dos Índios, um organismo governamental.

Administração especial para as províncias bascas

MADRID, 8 — (R) — O Gabinete espanhol criou uma Comissão Especial para estudar como conceder às duas províncias bascas, onde se regista maior agitação, uma representação limitada na direcção das suas próprias questões — uma aparente resposta ao permanente descontentamento local com o Governo de Madrid.

Um decreto aprovado numa sessão do Governo dizia que a comissão estudaria formas de criar «um sistema administrativo especial para as provincias da Biscaia e de Guipúscoa, atendendo-se às suas peculiaridades tradicionais e características históricas».

A Biscaia e Guipúscoa votaram a favor e conseguiram autonomia, durante um breve período, quando da Guerra Civil espanhola de 1936-39, durante a qual lutaram contra as forças nacionalistas do general Francisco Franco. Após a vitória do Caudilho, perderam a autonomia e foram consideradas como «províncias traidoras» por um decreto anulado há apenas alguns anos.

O decreto de ontem diz que a Comissão será criada sob os auspícios do Instituto dos Estudos de Administração Local, com membros das duas províncias e do Governo central.

O Governo basco formado durante a Guerra Civil existe ainda no exílio em França, mas o grupo nacionalista basco mais notável, nos útlimos anos, tem sido o dos guerrilheiros da E.T.A., que assassinou o primeiro-ministro espanhol Luís Carrero Blanco, em Madrid, em 1973.

Entretanto, o comando militar anunciou que os nove oficiais do Exército presos há três meses sob a acusação de conspiração sediciosa foram transferidos para cadeias militares fora de Madrid.

O grupo, formado por um major e oito capitães, é também acusado de pertencer a um movimento dissidente denominado União Militar Democrática (U.M.D.) composto por oficiais que aspiram a uma mudança democrática em Espanha.

Os nove oficiais foram transferidos para cadeias em El Ferrol, Cartagena e Ceuta, enclave espanhol na costa marroquina.

Três outros supostos membros da U.M.D. foram detidos em Barcelona no mês passado. Um capitão da Força Aérea espanhola, que se intitulou porta-voz do movimento, disse numa conferência de Imprensa realizada no mês passado em Paris que a organização tinha cerca de mil membros e simpatizantes nas Forças Armadas.

PEDIDO DE DESCULPAS

CARACAS, 8 — (R) — A Espanha pediu desculpas ao Governo venezuelano pela agressão de que foram vítimas dois jornalistas venezuelanos, espancados anteontem em Madrid, segundo foi anunciado a noite passada em Caracas.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Ramon Escovar Salom, disse que fora contactado anteontem pelo embaixador espanhol Juan Castillo, que lhe apresentara as desculpas do Governo de Madrid.

Os dois jornalistas do «El Nacional» de Caracas, Jesus Lossada Rondon e Joan Garcia Solis, chegaram ontem a esta capital. Lossada tinha um braço fracturado.

Escovar Salom não revelou se o embaixador espanhol fora chamado ao seu Ministério para receber uma nota de protesto da Venezuela.

Ministro espanhol em Marrocos para negociar sobre o Sara

RABAT, 8 — (R.) — Cerca de 250.000 «caminheiros da paz» marroquinos acamparam, durante a noite, no Sara Ocidental quando um ministro espanhol chegava a Marrocos para discutir a possibilidade de uma solução negociada quanto ao disputado território.

Os caminheiros atravessaram a raia numa frente de dois flancos. Uma coluna de cerca de 100.000 marroquinos juntou-se à vanguarda de 40.000 que já se encontram defronte da linha de defesa militar espanhola que guarda a estrada para El Aaiun, desde quinta-feira. Mais 100.000 voluntários civis desarmados seguiram para o Sul em camiões, vindos do óasis de Abbateh, na fronteira, a 160 quilómetros a Leste.

Vão em direcção do posto avançado espanhol de Hagunia, que certas fontes afirmam que foi abandonado. Os marroquinos mostram-se incertos quanto às defesas espanholas nessa área, embora tenham circulado notícias falando em campos de minas.

Funcionários marroquinos insistem que não há qualquer hipótese dos caminheiros retirarem, a despeito de uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas deplorando a «marcha verde», até à Espanha concordar em negociar a transferência da soberania do território.

Entretanto, registou-se uma série de notícias contraditórias acerca de recontros armados entre tropas marroquinas e guerrilheiros nacionalistas sarianos na ponta nordeste do Sara Ocidental, onde a fronteira se reúne com as de Marrocos e da Argélia.

Uma fonte militar marroquina na área da fronteira desmentiu que tropas marroquinas se tivessem rendido a um grupo de guerrilheiros a cerca de 29 quilómetros ao Sul de Zag, um reduto militar marroquino guardando a junção fronteiriça.

As autoridades marroquinas descreveram como tola uma comunicação feita em Paris pela Frente Polisário um movimento apoiado pela Argélia que luta pela independência do território, dizendo que os seus guerrilheiros tinham cercado uma coluna blindada marroquina em El-Farsia, a 64 quilómetros ao sul de Zag e acerca da mesma distância da fronteira argelina.

Ao mesmo tempo, correspondentes que acompanham os caminheiros informaram que o entusiasmo dos marroquinos diminuira de certa maneira.

TERRITÓRIO «LIBERTADO»

ARGEL, 8 — (R.) — A Frente Polisário, o movimento de libertação sariano, ocupou a cidade de Guera, no extremo Sul do Sara espanhol, segundo anunciou hoje daquela localidade a agência noticiosa oficial argelina.

«O primeiro território libertado no Sara Ocidental, a localidade de Guerra, no extremo Sul da área, acha-se sob administração sariana, desde a manhã de hoje» — acrescentou a agência.

HERREMA LIBERTADO

MONASTEREVIN (República da Irlanda), 8 — (ANOP) — Trinta e seis dias após o seu rapto, foi ontem libertado o capitalista holandês Tiede Herrema, director da fábrica Ferenka, de Limerick, a maior produtora de carcaça de aço para pneus radiais na Europa.

Após a rendição dos seus raptores, cerca das 21 e 10 t. m. G., Herrema foi transportado para longe do local num carro da Polícia.

Sete minutos mais tarde, Eddie Galladher e Marian Coyle, os dois raptores, sairam da casa onde detinham Herrema há 18 dias.

A jovem, de 19 anos, sorriu largamente para os jornalistas que se encontravam nol local.

Espectáculos

«Bão», um espectáculo da Comuna

«Pequenos Burgueses»: um bom trabalho da Cornucópia

Bonecreiros: a crítica ao imperialismo

CARTAZ DE (ALGUM) TEATRO

Numa altura em que o teatro, o nosso melhor teatro, luta pelo direito à sobrevivência e a um enquadramento digno na vida nacional («que o teatro seja considerado, como a saúde e a Educação, um serviço público» dizem) parece-nos justo referir aqui algumas das suas realizações.

Assim, a peça «Pequenos Burgueses», de Gorki, continua em cena, no Teatro do Bairro Alto, representada pelo grupo Cornucópia. «Pequenos Burgueses» terminará a sua carreira a 15 deste mês.

Entretanto, a Comuna prepara novo espectáculo, uma nova criação colectiva do grupo, e apresenta a peça infantil «Bão», nos vários locais em que a sua presença é solicitada.

Por seu turno, a «História Exemplar de um Traficante de Armas e Camepão da Ordem Nova», montada em Portugal pelos Bonecreiros, estará na Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul no próximo dia 11, às 21 e 30.

Por último: «Mokimpote», de Peter Weiss, continua em cena até amanhã, no Instituto Alemão, com entradas gratuitas. O Grupo 4 é o responsável por isso.

UM MÚSICO NA REVOLUÇÃO (1)

Dimitri Chostakovitch nasceu em 1906 na cidade de Petrogrado, antiga S. Petersburg, hoje Leninegrado. Morreu há poucas semanas ainda, deixando uma vasta obra musical e assinalando com o seu nome, idelevelmente, a cultura do século XX.

Percorrer a sua vida e a sua obra é assistir à própria trajectória da revolução soviética. Chostakovitch foi na sua música o porta-voz de um povo inteiro empenhado na gesta heróica da edificação de uma nova sociedade, o porta-voz do socialismo triunfante, o porta-voz do novo humanismo engendrado pela vitória da classe operária sobre as classes exploradas, condição mesma da libertação do homem de todas as servidões.

Em 1926, precisamente no ano em que Portugal iria mergulhar no período mais negro da sua História, sob a ditadura reaccionária e obscurantista dos grandes senhores da indústria, da banca e da terra, Chostakovitch, com vinte anos incompletos, vivia a exaltação revolucionária dos primeiros tempos da construção da nova Pátria socialista, e afirmava-se subitamente, entre os talentos da jovem música soviética, com uma obra *magistral* — *magistral* no sentido rigoroso do termo: a sua primeira Sinfonia.

PREPARAR AS MASSAS PARA O SOCIALISMO

Que problemas se punham, ou melhor, que vias se abriam à criaçao artistica, na União Soviética, nos primeiros anos da Revolução?

O debate, a este respeito, era intenso e generalizado. A questão estava, por assim dizer, na ordem do dia.

«Num Estado proletário-camponês — escrevia Lenine no *Pravda*, em 1923 — pode-se e deve-se economizar muito com vista a impulsionar a instrução do povo, à custa da supressão de qualquer espécie de prazeres de tipo semi-senhorial ou de instituições sem as quais pudémos passar até agora e sem as quais ainda poderemos e deveremos passar durante longo tempo, tendo em conta o estado da instrução pública de que falam as estatísticas.»

A elevação do nível cultural das classes trabalhadoras «é uma tarefa que deve ser colocada em primeiro plano, uma vez que temos de preparar as massas para a construção do socialismo» (afirmava ainda Lenine noutra das suas intervenções, esta de 1920).

As massas em questão eram multidões enormes, sobretudo de camponeses, espalhados por toda a imensidão do território soviético, vivendo no maior atraso, diferenciados entre si por tradições, etnias, preconceitos os mais diversos. Tornava-se necessário mobilizar todos os meios disponíveis, todas as energias, todas as vontades, para levar por diante a gigantesca tarefa de que falava Lenine. Na mesma acção comum haveria que congregar os operários de vanguarda e os intelectuais e artistas revolucionários.

DITADURA BURGUESA E DITADURA DO PROLETARIADO

Ao tempo em que Chostakovitch escreveu a sua 1.ª Sinfonia as transformações em curso na União Soviética significavam algo de completamente novo: pela primeira vez, na História da Humanidade, uma classe explorada — ou, seja, neste caso (na época histórica em que vivemos), o proletariado — assumia o Poder político, não para instaurar outras formas de exploração (como fizera século e meio antes a burguesia triunfante na Revolução Francesa), mas para eliminar de vez a própria exploração. Enquanto a propaganda reaccionária pretendia (e pretende!) fazer crer que a sociedade burguesa é única depositária do património espiritual da Humanidade e que esse património corre o risco de ser destruído pelo chamado *materialismo ateu*, a classe operária, classe dos deserdados e dos incultos, conduzida na sua luta por uma vanguarda informada nos princípios filosóficos do *materialismo dialéctico*, demonstra na teoria e na prática qual é a sua real vocação: conquistar para todos os homens o direito de afirmarem individual e colectivamente na Paz e na fraternidade, o seu poder criador (objectivos estes bem diferentes do sentido egoísta do lucro, do apego à propriedade como instrumento de exploração, da alienação aos bens materiais tomados como um fim em si, da ostentação do luxo e do dinheiro como critério de felicidade, que são aqueles por que se rege a moral dominante em qualquer sociedade capitalista, independentemente do seu grau de desenvolvimento ou de crescimento, ou da religião ou religiões que nela imperem).

Lunatcharsky, primeiro Comissário do Povo para a Educação e Cultura do Governo Soviético, punha assim o problema, nos anos vinte: «O Estado da ditadura burguesa é opressão, ruínas, degradação, ao passo que a ditadura do proletariado significa progresso, luta pela cultura e pelas formas mais elevadas da mesma. O Estado proletário é a arma da grande libertação das massas trabalhadoras, enquanto as forças reaccionárias em luta contra ele são a arma da opressão sobre as massas. É natural, pois, que também o papel cultural de ambos os Estados seja oposto». E precisava o mesmo Lunatcharsky: «O Estado proletário esforça-se por incorporar na cultura socialista as massas operárias atrasadas, elevando-as no seu aspecto espiritual até ao nível de cidadãos autenticamente conscientes e iguais para todos os efeitos, até ao nível de construtores de cultura, procurando abrir-lhes perspectivas e criar a possibilidade de que exista, pela primeira vez, uma cultura verdadeiramente humana. A influência do Estado proletário sobre a arte é benéfica».

MÁRIO V. DE CARVALHO

Crítica de Cinema

LAURO ANTÓNIO

O DESTACAMENTO VERMELHO FEMININO

Trata-se efectivamente de mais um acontecimento nesta temporada de 1975 a apresentação em circuito comercial, do primeiro filme da China Popular a ser estreado em salas portuguesas. Um partido político (que se reclama da justa linha marxista-leninista, e diz ter como inspirador Mao Tsé-Tung) anuncia, a abrir, que o filme foi **gentilmente oferecido pelas autoridades de Pequim, aquando da visita, etc...** Citação que surge como óbvia propaganda política, que seria escusada numa sessão com entrada paga. De resto, os espectadores de Lisboa que podem agora ver **O Destacamento Vermelho Feminino** estarão certamente gratos a quem lhes proporciona uma total oportunidade. Inclusive ao cinema Universal, onde todavia, algumas anomalias são de registar. Porquê, por exemplo, marcar as sessões para uma determinada hora e começá-las depois de trinta, quarenta minutos ou uma hora depois? Será que aquela sala se julga com direitos próprios em relação ao público que a ele acorre por qualquer razão desconhecida?

Posto isto será de não esquecer que o Universal continua a ser programado pelo Animatógrafo, distribuidora que é responsável por outros cinco filmes presentemente em exibição em Lisboa, o que dá bem ideia das dimensões a que a firma ascendeu, e da programação criteriosa que mantém: **O Cio, O Vício** e **O Prostituto** todos de Pave Marrisey no Satélite; Bernardette, de Gilles Carle, no Estúdio e **Que Viva a Revolução dos Irmãos Taniani**, no Nimas.

O Destacamento Vermelho Feminino descreve num bailado o aparecimento de grupos armados de mulheres dirigidos pelo Partido Comunista da China, durante a II Guerra Civil Revolucionária (1927-37). **O Destacamento...** foi um bailado criado em 1964, em comemoração do 28.º aniversário da publicação dos colóquios sobre literatura e arte, de Yenan. A companhia de Ballet Chinês, está na base desta obra **de tema revolucionário contemporâneo** que, em 1970, os estúdios Beijing de Pequim, adaptam ao cinema.

O tema é muito simples e é descrito em seis quadros, um prelúdio e um epílogo. Trata do percurso de uma heroína, Wu Ching Hua, representante dos muitos milhões das mulheres trabalhadoras que foram exploradas e oprimidas pelo feudalismo e pelo capitalismo na China, antes da Revolução. Ela habita a ilha de Hainan, onde um tiranete a procura aprisionar e vender como escrava. Mas Wu Ching Hua é corajosa e destemida, não aceita a sujeição, foge, é recapturada e torturada, abandonada depois durante uma tempestade, e descoberta por Hung Chang Ching, quadro do exército Vermelho e o seu plantão, Pang, que passam em missão de reconhecimento. A heróica resistente adere ao Partido, assistindo-se depois à fundação do **Destacamento Vermelho Feminino**, ao ataque justiceiro contra o tirano da ilha e a algumas cenas de batalha que opõe as forças revolucionárias vitoriosas aos exploradores em fuga.

E evidente que é difícil falar deste filme de um ponto de vista meramente cinematográfico, dado que o filme pouco mais pretende do que documentar um bailado. Como obra balética e musical, cremos que aprendizagem com os «clássicos» americanos é evidente, ressaltando de várias formas e, não foi certamente por acaso que o presidente Mao importou cópias de **A Música no Coração** e outras películas, destinadas a ser estudadas e apreendidos pelos cineastas chineses. Na verdade, o **ballet** chinês é de um grande vigor, relembrando a coreografia filmes tão diversos como **West Side Story** ou **7 Noivas para 7 Irmãos.** Claro que não falamos a um nível ideológico, mas simplesmente formal de arquitectura coreográfica, de movimento de grupos humanos, de deslocação de figuras, etc. Também num plano musical, a melodia «ocidental» pode ser referenciada.

O realizador limita-se contudo a captar o bailado, aproveitando o melhor enquadramento e pouco mais. O que permite transmitir com fidelidade o espectáculo cénico, todo ele de grande beleza plástica, de um esteticismo por vezes rebuscado, onde se conjuga harmonicamente a tradição cultural chinesa e a influência da cultura ocidental contemporânea. Sem ser um grande filme (sem o pretender sequer). **O Destacamento Vermelho Feminino** é um belo espectáculo que o público de Lisboa não pode deixar de ver.

A COMPANHIA PORTUGUESA DE ELECTRICIDADE

Empresa Nacionalizada admite para os seus quadros:

— **Serralheiros mecânicos.**
— **Torneiros mecânicos.**
— **Soldadores de caldeiras**

para serviço de conservação.

SÃO CONDIÇÕES DE SELECÇÃO:

— Possuir como habilitações o Curso das Escolas Técnicas podendo excepcionalmente considerar-se candidatos sem curso mas com experiência compensadora;
— Maior disponibilidade para colocação em qualquer ponto do País.

Conforme Despacho de 12/5/75 do Senhor Subsecretário de Estado da Programação Industrial é dada preferência a candidatos que já exerçam a função em:

1.º — Empresas nacionalizadas do Sector Electricidade.
2.º — Outras entidades que venham a estar envolvidas na reestruturação do mesmo sector.

Resposta urgente com «curriculum» à CPE — Direcção Central para o Pessoal — Avenida Infante Santo, 15-4.º — LISBOA.

Televisão

CANAL DA CRÍTICA

MÁRIO CASTRIM

Reportagem breve da destruição do emissor da Rádio Renascença. Impressionante, na sua mudez. Às ordens de quem se fez o crime? De uma organização secreta? De um bando terrorista? De algum agrupamentm mastinal de intervenção fascista?

Nada disso. A ordem partiu do Conselho da Revolução. Por unanimidade, diz-se. O Conselho da Revolução, por unanimidade, escolheu o plástico como processo político. Onde não chega a lei contra a vontade dos trabalhadores, chega a explosão. Em vez do diálogo, o trotil.

E, ao que se diz, por unanimidade.

Por unanimidade o golpe desesperado.

Por unanimidade a tentativa para a suplantar o medo que nada justifica.

Por unanimidade a destruição do património.

Unanimidade? Peço licença para duvidar. Para não tornar tudo muito mais inquietante.

UM ARGUMENTO CHAMADO TROTIL

COMUNICAÇÃO SOCIAL OU COMUNICAÇÃO POLICIAL?

Os acontecimentos do M. C. S. Depoimentos dos membros da Comissão de Luta daquele Ministério, José Correia e Modesto Navarro.

Palavras do escritor:

Quero fazer uma referência final às declarações do dr. Mário Soares ontem na televisão. Nós, aliás, repudiamo-las imediatamente através de um comunicado para a RTP, mas queremos dizer que prova que tudo o que está a acontecer no Ministério neste momento, que aquelas acusações de anarquia à nossa luta, só revelam ou uma incapacidade muito grande para compreender a situação actual em Portugal, ou então qualquer coisa que nós não entendemos mas que reputamos de muito grave.

Pois. No Ministério da Comunicação Social. Que, pelas participações que tem na Judiciária, bem poderia mudar seu nome, com mais propriedade para Ministério da Comunicação Policial.

A G.N.R. OBEDECE A QUEM?

A própria G. N. R. em certos pontos do País tem posto obstáculos ao cumprimento da lei. Isto é completamente disparatado visto que as forças militarizadas são para fazer cumprir as leis e não para as contrariar.

Palavras, algumas das muito justas palavras que ouvimos da boca do sr. Rusino Vieira, membro da organização que defende os interesses dos rendeiros do Norte do País, a propósito da aplicação da lei do arrendamento rural.

A G. N. R. cria dificuldades. Pois é. Certos vícios antigos custam a morrer...

HORA E MEIA DEPOIS...

O director do Centro da Reforma Agrária, de Santarém, Victor Poitout, relata os acontecimentos naquela cidade de que resultaram dois mortos e duas dezenas de feridos.

Diz a certo passo:

. Alertámos as autoridades do distrito, o governador civil, o comandante da Escola Prática de Cavalaria, a Polícia de Segurança Pública, e G.N.R. . Alertámos por escrito, pedindo protecção para o Centro.

Se não fosse o conhecimento dos trabalhadores do que se passava, este centro teria, com certeza, sido danificado, uma vez que a Escola Prática de Cavalaria só chegou ao local dos incidentes hora e meia depois do seu início.

Hora e meia de atraso? Com mil diabos! Quando será que o comandante da Escola Prática de Cavalaria de Santarém se resolve a acertar o relógio?

Esteve na Televisão portuguesa o embaixador da União Soviética em Lisboa, Arnold Kalinin, a propósito das comemorações dos 58 anos da Revolução de Outubro que, pela primeira vez na História, destruiu a ordem capitalista e estabeleceu vitoriosamente o poder dos trabalhadores.

Arnold Kalinin, em palavras muito breves e muito singelas, recordou o significado da data, aludiu aos êxitos do plano quinquenal que termina este ano, referiu-se às radiosas perspectivas que se abrem para a sociedade soviética, com a realização do XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o partido de Lenine. Finalmente, recordou as excelentes relações de amizade possíveis agora entre os povos da sua pátria e povo português.

O embaixador da primeira pátria do socialismo não fez uma declaração de circunstância: havia nas suas palavras uma total sinceridade. Quando um representante da União Soviética fala da amizade, saibamos que o faz consciente das grandes responsabilidades que aquela palavra contém.

Na amizade e na solidariedade da União Soviética se baseiam, nos nossos dias, todos os movimentos de libertação. Só a utopia, a miopia ou os compromissos subterrâneos podem consentir o afastamento do campo socialista no preciso momento em que surge o perigo, a ameaça do capitalismo mundial. A táctica do imperialismo consiste precisamente em cavar fossos nas relações com o campo socialista. Após o que o lobo arrasta a ovelha para a toca e, tranquilamente, devora-a.

Os povos oprimidos encontram na União Soviética o seu natural amigo. Quem ajudou Cuba a vencer todas as dificuldades postas pelo imperialismo? Quem ocorreu em auxílio dos árabes, na sua luta contra Israel, ponta de lança do imperialismo? Quem esteve ao lado dos povos do Vietname nos momentos mais difíceis da agressão ianque?

. A União Soviética foi. A demonstrar que o internacionalismo proletário não é uma figura de retórica. A provar que a União Soviética, quando fala de amizade, não o faz em vão.

Infelizmente, a recordação da grande Revolução Socialista de Outubro teve na Televisão portuguesa um eco de forma nenhuma correspondente ao seu significado histórico. O documentário que se seguiu às declarações de Arnold Kalinin teve aspectos de algum interesse, na sua manta de retalhos, particularmente os que se referiam aos avanços científicos e ao progresso, em vários campos, na União Soviética. Mas de forma nenhuma está de acordo com a projecção de uma data que é, simplesmente, o 7 de Novembro um dos grandes marcos na História da Humanidade.

Infelizmente, a figura de Lenine chegou até nós, a 7 de Novembro, através de uma fantochada «histórica», à inglesa curta, dentro da série britânica «A Queda das Águias». Um Lenine género vendedor de banha de cobra, movido a electricidade, apresentado como um novo Tzar, desumano, implacável na sua dureza. «Aquele homem diz uma personagem referindo-se a Lenine não é um homem bom». A frase naturalmente, fica no ouvido e assim, intencionalmente se deturpa o carácter de um homem que se caracterizava, exactamente, pela sua bondade, pela sua humanidade, pela máxima compreensão relativamente aos problemas dos seus companheiros. Inúmeras testemunhas comprovam a solicitude fraternal de Lenine. Basta ler as suas cartas. Implacável era ele, mas para o sistema capitalista. Inflexível era ele, sim, na defesa da organização da classe operária.

Ah, pobre Lenine, assim armado em lobo mau que vai comer o Capuchinho Vermelho da púdica Sebion... Logo, para ironia do destino, exibido no dia mais que todos leninista!

. Lamentamos. E recordemos, para absolver o serão tanto quanto possível, as palavras do embaixador Arnold Kalinin que falavam do amor, da paz e da felicidade na pátria de Lenine, e da amizade entre a União Soviética e Portugal.

Hoje

Gary Cooper e David Niven intérpretes do filme «A Oitava Mulher do Barba Azul»

I PROGRAMA

19.00 **Concerto Sinfónico** transmissão directa da 1.ª parte do concerto realizado no Tivoli com a participação da orquestra Sinfónica da Emissora Nacional.
20.00 **Panorama** Mafra, água para quem?
20.30 **Telejornal** 2.ª edição
21.00 Comunicação do secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica.
21.30 **Cada Dia uma Esperança** um programa pelo dominicano Luís de França
21.45 **Noite de Cinema** «A Oitava Mulher do Barba Azul» («Bluebeard's Sigth Wife») com Gary Cooper, Claudette Colbert e David Niven. Ano de produção: 1938. Realização de Ernest Lubitsch.

A história divertida de um ricaco americano que casa e descasa como quem muda de camisa... até que se vê numa «camisa de onze varas».

13.00 **Há Só uma Terra** um programa sobre o meio ambiente.
23.35 **Telejornal** 3.ª edição
23.45 Fecho

II PROGRAMA

20.00 Abertura e **Desenhos Animados**
20.25 **Ver**
21.00 Série filmada **«A Caminho do Oriente»**
21.30 **Telejornal** a 2.ª edição em diferido do I Programa.
22.00 **Programa Musical**
22.45 Série filmada **«O Sinal do Dragão»**
23.30 Fecho

DESTAQUES

I PROGRAMA

Cinema **«A Oitava Mulher do Barba Azul» (21.15)**

II PROGRAMA

«O Sinal do Dragão» (22.45)

....

Amanhã

I PROGRAMA

. . . . **12.00**: Abertura e Missa de Domingo; **12.45**: Expedição; **13.05** Hoje Pode Ver cartaz dos programas da RTP e dos teatros e cinemas de Lisboa e Porto; **13.15**: Telejornal 1.ª edição; **13.30**: Desenhos Animados «Wickie, o Viking»; **14.00**: O Trabalho e o Ballet; **14.30**: Presença do Brasil um programa de José Manuel Coelho, Manuel Varela e Oliveira Pinto; **1455**: Tarde de cinema «Sinfonia na Neve» («Wintertime») ano de produção: 1943. Realização de John Brahms. Intérpretes: Sonja Henie, Cronel Wilde e Cesar Romero; **16.10**: «O Príncipe Nabo da Nabolândia»; **17.30**: Folclore . transmissão dos estúdios do Porto; **17.45**: TV Rural um programa pelo eng. Sousa Veloso; **18.15**: «Os 4 do Blindado e o Seu Cão» série filmada; **19.10**: Rock em Stock; **20.00**: Cartaz TV ... selecção dos programas da semana. Apresentação por Jorge Alves; **20.30**: Telejornal 2.ª edição noticiário do País e do estrangeiro; **21.05** Telefutebol; **21.45**: Panorama trabalhador-estudante; **23.30**: Fecho.

II PROGRAMA

. . . . **20.00**. Abertura e Desenhos Animados; **20.25**: Presença do Brasil; **21.05** TV Rural; **21.30**: Telejornal; **22.00**: Foi Êxito na TV «Os Inquéritos do Comissário Maigret» série baseada nas novelas de George Simenon com Jean Richard no protagonista; **23.30**: Fecho.

COM TAKY NÃO HÁ PROBLEMAS PARA A MULHER MODERNA TAKY O DEPILATÓRIO FRANCÊS QUE ELIMINA OS PELOS EM POUCOS MINUTOS SEM DÔR SEM IRRITAÇÃO

AMORTECEDORES
Reparo e Reconstruo todas as marcas, com garantia
MENDES Tel. 76 84 23
R. Capitão Ramires, 2-A
(Ao Campo Pequeno)
REPRESENTANTE dos amortecedores «J. M.»

ATENÇÃO AO MONUMENTAL CIRCO MEXICANO
INSTALADO
AV. DA REPÚBLICA
Junto à Feira Popular
HOJE : «MATINÉE», ÀS 16 H., À NOITE, ÀS 21.45 H., O SEU FABULOSO ESPECTÁCULO MÉXICO 75
LEÕES, TIGRES CAVALOS, CHIMPANZÉS, CÃES AMESTRADOS, ESCADA AÉREA, PERCHISTAS, ASTRONAUTAS em MEIA LUA, OS DIABLOS, ROLA ROLA
DUAS PARELHAS DE PALHAÇOS — DUAS
E AINDA O MAIOR DA EUROPA
JOSÉ FREIXO
E O SEU PATO DONALTIN
TODAS AS NOITES ÀS 21,45
QUINTAS E SÁBADOS ÀS 16 HORAS «Matinées»
DOMINGOS 3 ESPECTÁCULOS ÀS 15 H., 18 H. e 21.45 H.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
CLÍNICA DE TELEVISÃO E ASTRONAUTA
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
Deslocação e orçamento grátis
Telefs. 72 27 86 - 83 42 71
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto

À ESPERA DOS CHECOS

Cumprida que foi mais uma 4.ª feira europeia, os jogadores do Sporting Benfica, Porto e Boavista, seleccionados para o jogo com a Checoslováquia, juntaram-se aos restantes elementos que não tiveram de actuar no dia 5. Assim, os rapazes que vão compor a selecção da coragem, estão já reunidos na cidade invicta, à espera que cheguem os checos para o desafio que pode ser definitivo para as nossas esperanças. Falta ainda Humberto Coelho, que deve chegar ao Porto ao fim da tarde de domingo, já que a sua saida de Paris está prevista para o princípio da tarde de amanhã.

Os jogadores estão conscientes das responsabilidades que moram sobre si: mas nem isso lhes afecta o moral pelo menos a avaliar pelo ar descontraido e até alegre de Moinhos, Vitor Baptista, Artur e Toni, que ontem tomaram lugar no «foguete a caminho do Porto.

ONTEM

. Resultados da 4.ª jornada do campeonato de basquétebol da divisão de honra, ontem à noite disputada: Belenenses, 72-Queluz, 81; Algés, 76-Cif., 51; Atlético, 71-Sporting, 106 e Benfica, 62-Nacional, 49.

Também ontem à noite se disputou mais uma jornada do Torneio de Abertura em hóquei em patins. Resultados: Cascais, 1-Parede, 4; Paço de Arcos, 3-Oeiras, 4 e Salesiana, 3-Sintra, 3. Hoje jogam Cuf-Campo de Ourique, Sotto Mayor-Benfica e Amadora-Sporting.

PORTUGAL

. Hoje e amanhã disputa-se mais uma jornada dos Campeonatos Nacionais das 2.ª e 3.ª Divisões. O programa é o seguinte:

. *HOJE: II Divisão* — Zona Norte: Sanjoanense-Chaves, às 15 horas. *III Divisão* — Série A: Tirsense-Forjães, às 16 e 30. Série C: Marrazes-Alverca, às 21 horas.

AMANHÃ: II Divisão — Zona Norte: Fafe-Feirense, Riopele-União de Lamas, Alba-Espinho, Régua-Paredes, Salgueiros-Varzim, Paços de Ferreira-Vilanovense, Lourosa-Gil Vicente, Marinhense-Famalicão e Penafiel-Covilhã. Zona Sul: Sintrense-União de Leiria, Juventude-Montijo, Esperança-Oriental, União de Santarém-Torreense, União de Montemor-Caldas, Peniche-Estrela, Marítimo-Torres Novas, Barreirense-Portimonense (na Costa da Caparica), Sesimbra-Lusitano e Almada-Olhanense. *III Divisão* — Serie A: Vianense-Bragança, Esposende-Arrifanense, Leça-Aliados de Lordelo, Mondinense-Freamunde, Cabeceirense-Avintes, Paços de Brandão-Lamego (em Espinho), Mirandela-Vila Real, Tandim-Limianos e Rio Ave-Aves. Série B: Covilhã e Benfica-Lousanense, Oliveira do Bairro-Gouveia, Águeda-Viseu e Benfica, Penalva do Castelo-Marialvas, Oliveirense-Ala Arriba, Guarda-Cucujães, Académico de Viseu-União de Coimbra, Vilanovense-Anadia, Naval-Vildemoinhos e Febres-Tabuense. Série C: Eléctrico-Pombal, Alhandra-Loures (no campo da Fábrica de Cimentos Tejo), Benavente-Nacional, Alcanenense-Bombarralense, Portalegrense-Elvenses, Vieirense-Alcobaça, Campomaiorense-Almeirim, Odivelas-Cartaxo e Elvas-Vilafranquense. Série D: Quarteirense-Beja, Santiago do Cacém-Luso, Sacavenense-Casa Pia, Seixal-Costa da Caparica, Lusitano-Cova da Piedade, Sambrasense-Estrela, Rosairense-Amora, Alcochetense-Paio Pires, Odemirense-Vasco da Gama e Olivais-Moura.

Jogos às 15 horas.

EVENTUALMENTE CHOCANTE

Verdadeiramente chocante é o que continua a acontecer no mundo do andebol, mais propriamente a nível da Federação Internacional e em relação à eliminação do Benfica da Taça dos Campeões Europeus. O presidente da Federação Portuguesa, o entusiasta José Gomes Machado regressou ontem mesmo de Madrid onde contactou com o tal San Roman secretário da Federação Espanhola. Nada foi adiantado: apenas se provou, uma vez mais, que algo não está suficientemente esclarecido e que a Federação Internacional anda positivamente a brincar com os nossos dirigentes. Contando: Gomes Machado tinha uma entrevista marcada com o presidente internacional para o dia 5; dois dias antes recebeu em Lisboa uma comunicação a anular a entrevista; ontem, quando regressou de Madrid, nova mensagem de Basileia informava que tinham estado à sua espera e ele (afinal) não tinha aparecido. Quando se encerrará este caso? E como?

AGENDA

. . O F. C. Porto já está em Lima: onde amanhã defrontará a selecção local. Na próxima 3.ª-feira realizar-se-á novo encontro entre a turma portuguesa e a selecção de... Cubillas.

. . Muito público foi ao aeroporto esperar a comitiva lusitana mas julga-se que a maior parte se deslocou à aerogare para ver e aplaudir Cubillas.

TAVOLA

INFORMA OS EX.MOS CLIENTES E AMIGOS DA SUA REABERTURA AOS DOMINGOS A PARTIR DAS 14 H

AV. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA 61/B
(ou Rua Coronel Bento Roma 16)
TELEFONES 89 02 24 -LISBOA

SINDICATO DA INDUSTRIA HOTELEIRA E SIMILARES DO DISTRITO DE LISBOA

PROPOSTA

APROVADA EM REUNIÃO DE DELEGADOS SINDICAIS, EFECTUADA EM: 6/11/75

RESPOSTA AO MINISTRO DO TRABALHO

1. Anda a ser enviada por esse Ministério, a patrões e Comissões de Trabalhadores, uma carta assinada pelo secretário de Estado Francisco Marcelo Curto, cujo teor denota, por um lado, uma consciente defesa dos patrões e por outro lado, uma total ignorância do assunto que pretende tratar.

Na verdade, quando se afirma que «é ponto assente que a crise é generalizada», esquece-se que ainda ninguém a provou.

De facto esta actividade divide-se em dois sectores: a Hotelaria e a Restauração.

O primeiro onde trabalham apenas no âmbito deste Sindicato cerca de 12 por cento dos seus filiados, estará dependente, essencialmente, da clientela estrangeira, da ausência da qual os trabalhadores não têm a mínima culpa. O segundo vivia e vive à base da clientela interna, cujo poder de compra subiu, não havendo por isso qualquer crise neste sector. Será pura ignorância o facto de se misturar tudo no mesmo saco?

Ou quererá o Dr. Marcelo Curto, quando afirma querer resolver a crise «a contento da comunidade», resolver algo a contento dos patrões dos restaurantes e similares?

2. O tipo de abordagem do problema, através de circular igual, tanto para patrões como para trabalhadores, dirigida neste último caso a comissões inexistentes em grande parte dos pequenos estabelecimentos, demonstra perfeitamente o trabalho neocorporativo do Ministério. A pretensa presença e conciliação das partes antagónicas, contribuindo amigavelmente para a resolução dos problemas económicos em que, por razões de ordem técnica e prática, tanto agora como outrora só se ouvia e ouve o patrão, se não é má-fé, é pelo menos, ridícula.

O Sr. Marcelo Curto, como bom Marxista que diz ser, devia saber que só a luta de classes pode fazer com que «as medidas a adoptar sejam globais e por forma a resolver o problema em profundidade e com salvaguarda dos interesses dos trabalhadores».

3. Devia também o Dr. Marcelo Curto, pelo menos em atenção a alguns trabalhadores que nele ainda possam acreditar, informá-los que a recolha de dados que pretende e que, na grande maioria dos casos, so podem ser fornecidos pelos patroes como muito bem entenderem, se destinam à sua tão afanosamente pedida declaração de crise da Indústria. Mais devia ainda, esclarecer que, declarada a situação de «crise», que o Sr. Secretário considera já «ponto assente» (então para quê as informações pedidas? Para deitar poeira nos olhos dos trabalhadores? Onde fundamentou aquela asserçao? Nas queixas dos patrões?) surgirao medidas administrativas que podem ir até à anulação das conquistas já alcançadas pelos trabalhadores, incluindo o próprio Contrato Colectivo.

4. Finalmente informamos esse Ministério que o problema das empresas que entrem em crise é resolvido pelos próprios trabalhadores através do controlo da produção, sendo já dezenas os estabelecimentos onde os trabalhadores concordaram com tabelas mais baixas, a nível de empresa, como o podem fazer ao abrigo da Base IV da Portaria de Regulamentação do C. C. T., exigindo em contrapartida o Controlo.

Informamos ainda que vão incentivar activamente a aplicação do Controlo a todos os níveis independentemente de ser ou não aplicada a alegada portaria.

Assim, surge-nos como ignorante ou mal entencionada, a pretensão da Secretaria de Estado de resolver o problema, quando já existe forma de o resolver, sendo muitos os casos em que os acordos a nível de empresas não foram feitos, porque os patrões resistiram à imposição do Controlo da produção, de modo eficaz como contrapartida.

— Por um Ministério do Trabalho que defenda os trabalhadores

— Por um Governo dos Trabalhadores

. Os trabalhadores unidos e organizados vencerão

Lisboa, 7/11/75

EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

SORTEIO DE OBRIGAÇÕES

Avisam-se os Senhores Obrigacionistas que no próximo dia 14, pelas 15 horas, proceder-se-á no Serviço de Títulos desta Empresa, Rua das Flores, 105, 1.º, ao sorteio de obrigações de 6 %-Emissão 1967/68, sendo sorteadas 2588 obrigações da 1.ª Fase (283 títulos de uma obrigação, 149 de cinco obrigações e 156 de dez obrigações) e 2513 obrigações da 2.ª Fase (133 títulos de uma obrigação, 106 de cinco obrigações e 185 de dez obrigações), que serão amortizadas pelo seu valor nominal a partir de 15 de Dezembro de 1975, conforme o respectivo plano de amortização.

Lisboa, 5 de Novembro de 1975.

O Presidente da Comissão de Fiscalização
Eng.º João Bau

estude!
GANHE MAIS DINHEIRO!
CURSOS POR CORRESPONDÊNCIA
Desde 1947
Recorte o cupão e envie-o HOJE MESMO
(indique um só curso)

[ ] COSTURA
[ ] FOTOGRAFIA
[ ] RELAÇÕES PUBLICAS
[ ] VENDAS / MARKETING
[ ] CULTURA GERAL
[ ] RADIO, ELECTRONICA, TV
[ ] DESENHO E PINTURA
[ ] ELECTRICIDADE
[ ] INGLÊS
[ ] SECRETARIADO

Peço o envio do livrete colorido e ilustrado sobre o curso que indico com um X
GRÁTIS
D.L. 10

Nome
Morada
Localidade

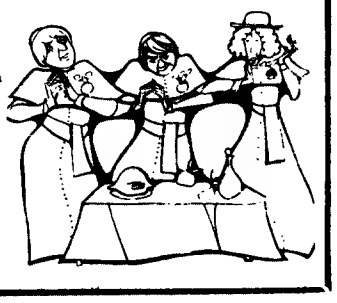
cec Alvaro Torrão * Rádio Escola
Rua Fernão Lopes, 8 (ao Saldanha) Lisboa 1 - Tel 53 67 52

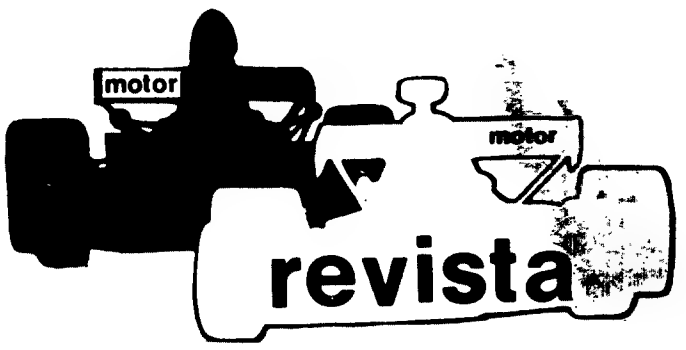
ADÓQUE grupo de teatro
(ao Martim Moniz)
Telef. 87 42 80
(Não ac. men. 18 anos)

Hoje, às 20,30 e 22,30 h.
AMANHÃ:
«Matinée», às 16 horas
Noite, às 20,30 e 22,30 h.

É SÓ BRONCAS!

NA ESPANTOSA REVISTA
A.C.A. DOS CANDEEIROS
3.º MÊS!



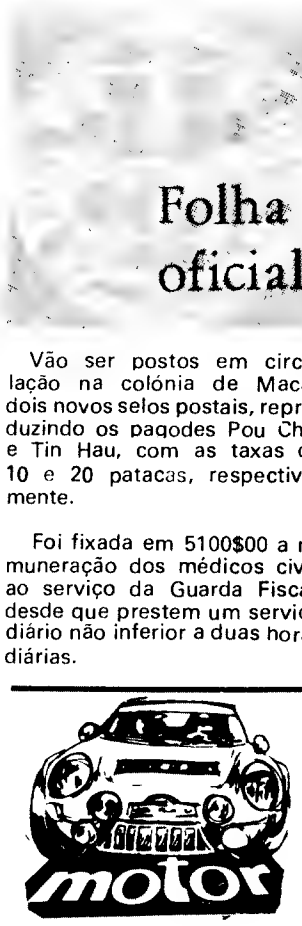


Geral

Folha oficial

Vão ser postos em circulação na colónia de Macau dois novos selos postais, reproduzindo os pagodes Pou Chai e Tin Hau, com as taxas de 10 e 20 patacas, respectivamente.

Foi fixada em 5100$00 a remuneração dos médicos civis ao serviço da Guarda Fiscal, desde que prestem um serviço diário não inferior a duas horas diárias.



INTENSIFICA-SE A COOPERAÇÃO U.R.S.S.- PORTUGAL

Segundo um telegrama da «France-Press», que cita a agência soviética «Tass», a U.R.S.S. vai fornecer a Portugal um milhão de toneladas de petróleo e 1600 toneladas de algodão, em troca de produtos portugueses, designadamente sapatos, tecidos e vinho. Por outro lado, e ainda de acordo com a referida notícia, «representantes soviéticos acabam de assinar em Lisboa contratos relativos a compras suplementares de vinho, concentrado de tomate e amêndoas. Com estas novos contratos, as trocas entre os dois países atingem o valor de 70 milhões de dólares.

CEM MILHÕES DA EFTA

Entretanto, e segundo anuncia a «Reuter», os parceiros de Portugal na Associação Europeia de Comércio Livre (E.F.T.A.), decidiram, em reunião do respectivo conselho, criar um fundo de 100 milhões de dólares para auxiliar o programa de industrialização do nosso País. Esse fundo destinar-se-á ao financiamento de projectos específicos e pequenas e médias empresas, em Portugal, num período de cinco anos.

CORRECÇÃO DO M.C.S. SOBRE O CASO "SÉCULO"

O Ministério da Comunicação Social, em esclarecimento e correcção de afirmações feitas no jornal «A Luta», relativas ao caso de «O Século», frisou:

. «1 - O Governo não se pronunciou ainda sobre a concessão ou não concessão ao «Século» do aval por este solicitado.

«2 - Não é exacto que a Sociedade Nacional de Tipografia receba mensalmente do Estado cerca de dez mil contos. Apenas é exacto — e talvez daí a confusão — que é dessa ordem o seu défice mensal de tesouraria.

«3 - O Governo, em comunicado difundido, esclareceu que não estão em causa os salários dos trabalhadores da Informação estatizada, sem distinguir trabalhadores de trabalhadores, ou órgão a órgão. Casos especiais, que justifiquem eventuais excepções ao princípio, não foram ainda considerados.

4 - O ministro da Comunicação Social apenas afirmou à Comissão de Trabalhadores de «O Século» que, em seu entender, os trabalhadores do «Século» que foram saneados pela forma irregular por que se processou o seu saneamento, ou os que, por razões de solidariedade com esses, se vissem impedidos de exercer os seus direitos, entre os quais o direito ao trabalho e ao recebimento do salário, não poderiam nem deveriam deixar de ser abrangidos pela garantia dada pelo Governo.

«Outrossim afirmou o ministro da Comunicação Social que não seria razoável nem provável que viessem a ser abrangidos por ela trabalhadores eventualmente admitidos à última hora, aliás por uma administração desfalcada por demissão de metade dos seus membros, incluindo o presidente. Em substituição e detrimento dos que foram irregularmente saneados, ou dos que, por solidariedade com estes, não gozem do favor do grupo que neste momento controla a feitura do jornal.»

TRIGO SUECO PARA RETORNADOS

. ESTOCOLMO, — (F.P.) — A Suécia decidiu enviar 4050 toneladas de farinha de trigo para Portugal, no quadro do programa de auxílio alimentar aos refugiados de Angola, organizado pelo Governo português em colaboração com o «World Food Program».

O montante total desta dádiva representa perto de cinco milhões de coroas (cerca de 32 500 contos). A Suécia já contribuiu com um montante idêntico para o fornecimento de cobertores destinados aos refugiados de Angola.

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

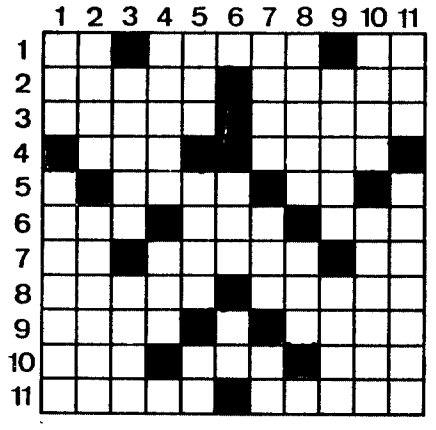
PROBLEMA N.º 11231

HORIZONTAIS:

1 Átomo. Cidade de Itália. Nesse lugar.
2 Marcar. Esvaziara.
3 Esqueco. Armadilhas.
4 Época.
5 Rã (pop). Viracão.
6 Pátria. Espaco de doze meses. Vão.
7 Distar. Anda a trote (o cavalo). Troca.
8 Abertura no alto de uma fortaleza por onde se visava o inimigo. Balancear.
9 Enxuto. Agite.
10 Fecho as asas para descer mais depressa. Catetrais. Maior.
11 Pronome demonstrativo. Ateada.

VERTICAIS:

1 365 dias. Combinasse.
2 Conquiste. Equipais.
3 Extrair. Boatos.
4 Assassinar. Irmão do pai.
5 Anel. Invulgar. Abreviatura de Santissimo.
6 Tempo que a Terra gasta a dar uma volta em torno do Sol. Preposição.
7 Planta do pé. Base aérea portuguesa. Apelido.
8 Cidade do Pará. Armaria.
9 Animal da classe dos acarídeos. Grande apetite de comer.
10 Lavrou. Nome de flores.
11 Tempo do verbo ir. Trajara como moiro.



Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

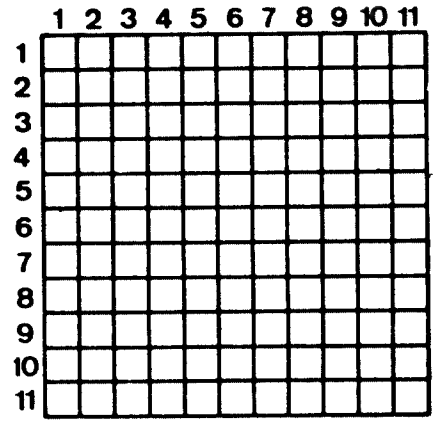
PROBLEMA N.º 7392

HORIZONTAIS:

1 Rio do Brasil. Pâmpano.
2 Relativo ao Sol. Caminhariam.
3 Fruto da ateira. Chefe etíope. Mil e dois em romano.
4 Batráquio Povo da Guiné Portuguesa. Letra árabe.
5 Ruído. Rente.
6 Pedra de moinho. Bolo de farinha de arroz e azeite de coco. Nesse lugar.
7 Derrote. Patrões.
8 Guarnecida de asas. Formação de plantas herbáceas.
9 Língua antigamente falada ao Sul do Rio Loire. Tempo do verbo ir. O mesmo que uma (ant. e pop). Antes do meio-dia.
10 Explore. Oferecerá.
11 Perfume. Executarás.

VERTICAIS:

1 Planta vivaz e edicinal. Árvore muito grossa dos países tropicais.
2 Explicação. Mastigar sem engolir.
3 Renque. Mulher astuciosa (prov). Porco.
4 O mesmo que uma (ant. e pop). Nome de Buda na China. Transferem para outro dia.
5 Ordena. Em partes iguais.
6 O mais. Nome de letra.
7 Trilhara. Plutónio (s.q).
8 Brisa. Catedral. Terra lavrada.
9 Víscera dupla. Caruma. Aparência.
10 Radical. Cobrira de iodo.
11 Plantio de amieiros. Adicionas.



SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11230

HORIZONTAIS: 1 MUITO. SE. AC. 2 Orai. Soga. 3 Cr. Raul. Lis. 4 Ao. Ame. Cara. 5 Sovam. Aras. 6 Lar. Cri. 7 Não. Ro. Paje. 8 Girão. Si. 9 Ar. Atear. La. 10 Necra. Manga 11 Asso. Siam.

VERTICAIS: 1 Moca. ENGANA. 2 Urrós. Aires. 3 Ia. Olor. Cs. 4 Tirava. Aaro. 5 Amarrota. 6 QUEM. 7 Sam. 8 És. Carpiras. 9 Olaria. Ni. 10 Agira. JULGA 11 Casasse. Aam.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7391

VERTICAIS: 1 Saca. Mata. 2 Avô. Rol. Sol. 3 Bi. Coral. Si. 4 Ossada. Alta. 5 Raivar. Siar. 6 És. Aca. 7 Bati. Aca. As. 8 Arar. Rodada. 9 Re. Amola. Oc. 10 Ras. Asa. Eça. 11 Alma. Ruas.

HORIZONTAIS: 1 Sabor. Barra. 2 Avisa. Areal. 3 Co. Si. Ta. Sm. 4 Caveira. 5 Rodas. Ma. 6 Morar. Arosa. 7 La. Acolá. 8 Lascada. 9 Ás. Lia. Eu. 10 Tosta. Adoca. 11 Aliar. Sacas.

Provérbio: MUITO SE ENGANA QUEM JULGA

BARS BOITES — estabelecimentos típicos

DANCINGS

NINA Dancing com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13 T. 364859/368197. Joanne Duples Stripteaseuse rodesiana**

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado.

Var edades internacionais. **T.261461/164526/264596°264621/264946.**

HIPOPÓTAMO — Conjunto Hipopótamo. Encerra aos domingos. **Av. António Augusto de Aguiar, 5-A. T.48384.**

rádio

EMISSORA

1.º Programa

17.00 Rádio estudantil
18.00 Temas ju eni , co rdenacão de Delfim Costa
19.00 Informação de râns to — música variada
20.00 Jornal da noite
21.00 Painel da noite
21.30 Temas sobr s condções dos retornados
21.45 Observação de teatro, por Joaquim da Assuncão
22.30 Temas de saúde, por Raquel Ferreira
00.00 Último jornal
00.30 Retrospectiva
01.00 Saída e encerramento dos Regionais e dos MF 1 — música na noite
02.00 Música na noite
04.20 Sindicalismo

2.º Programa

16.45 Um o m inf nito de Strauss
17.30 Música de cravo
18.00 Entra Lisboa 2 e Norte 2 — o violinista Michel Rabin
18.30 Concertos da Emissora Nacional
20.30 O Trio Checo
21.00 Intercâmbio musical
21.33 Um ciclo de melodias
22.00 Concerto em lá menor, de Filipe Emanuel Bach
22.30 Uma suite para orquestra
23.05 O pianista Daniel Barenboim
23.40 Música coral sinfónica
01.00 Fecho

Programa Estereofónico — MF 2 — 94,3 MHz

21.00 Música ligeira variada
22.00 Intercâmbio musical
23.00 Música sinfónica
24.00 Fecho

RÁDIO CLUBE

Onda Média

Emissor de Lisboa — Onda Média, 290,13 m — 1034 KHz — emissão contínua; Emissor de Miramar (Porto) — Onda Média, 283,6 m — 782 KHz — emissão contínua

Modulação de Frequência

16.04 Programa C.D.C.
18.05 O nosso programa
19.05 Em órbita-1
20.30 Boa noite em FM
22.02 Auditório
00.05 Em órbita-2
01.05 Banda sonora Sonipol
02.05 Perspectiva
03.05 Madrugada
06.00 Diário rural
07.03 Hora sete

RÁDIO RENASCENÇA

Onda Média, 233,2 m — 1286 KHz; Modulação de Frequência de Lisboa, 93,2 MHz — emissão contínua

Emissores Associados de Lisboa

Rádio Voz de Lisboa

Rádio Peninsular
das 14,30 às 19.30

Rádio Voz de Lisboa
das 10 às 12 e das 19.30 ás 22

Clube Radiofónico de Portugal
das 10 às 12 e das 22 às 4

Rádio Graça
das 14.30 às 19.30

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

EmPortugalContinentalo céu estava geralmente limpo; o vento era fraco e havia neblina em vários locais.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	7º
COIMBRA	10º
PORTALEGRE	10º
LISBOA	10º
FARO	15º

TEMPERATURAS EXTREMAS

Máxima **21,5º**

Figueira de Castelo Rodrigo

Mínima **6º**

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar	15,7º
Atmosfera	1 3.º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
7.11	**3,9 m**	0.19	**1,2 m**
19.44	**3,5 m**	12.53	**1,2 m**
Dia 9			
8.01	**3,6 m**	1.06	**1,5 m**
20.39	**3,3 m**	13.47	**1,4 m**
Dia 10			
8.58	**3,4 m**	2.02	**1,7 m**
21.44	**3,1 m**	14.53	**1,6 m**

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu limpo ou pouco nublado arrefecimento nocturno com formação de geada nas terras abrigadas de Monte.

AMANHÃ

NASCER ÁS 8.12
OCASO AS 18.29

DIA 10 DIA 18 DIA 26 DIA 3

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO F-1
TODA A NOITE

ALVALADE
Neoterapia, Campo Grande, 138, (Telef. 774682); Estados Unidos, Avenida Estados Unidos da América, 16-B, (Telef. 725859).
AMOREIRAS
Pátria, Calçada dos Mestres, 30-A, (Telef. 680627).
AVENIDAS NOVAS
Fátima, Avenida 5 de Outubro, 147-A, (à Avenida Barbosa du Bocage), (Telef. 763107).
BAIRRO ALTO
Oliveira, Rua D. Pedro V, 123, (Telef. 327880).
BAIXA
Normal, Rua da Prata, 220, (Telefs. 321342-325553).
BENFICA
Lavinha, Rua Eng. Paulo de Barros, 28-A, (à Rua do Casquilho, (Telef. 708242).
CAMPO DE OURIQUE
Condestável, Rua Coelho da Rocha, 119, (Telef. 666206).
CARNIDE
Leal de Matos, Rua Neves Costa, 33, (Telef. 780181).
CASTELO
Ziler, Rua S. Tomé, 54, (Telef. 862835).
LAPA
Pinheiro, Rua Presidente Arriaga, 16, (Telef. 691054).
LUMIAR
S. Tomé, estrada do Desvio, Lote 12-C, (Telef. 790704).
RESTELO
Belém, Rua Tristão Vaz, 10-A, (à encosta do Restelo), (Telef. 612248).
S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Novais, Avenida Luís Bivar, 11, (Telef. 44324).

TURNO F-2
ATÉ ÀS 22 HORAS

ALCÂNTARA
Dilena, Rua Aliança Operária, 49-A/B, (Telef. 636620).
ALTO DE S. JOÃO
Nova Luz, Rua D. Domingos Jardo, 28-A, (à Avenida D. Afonso III), (Telef. 843439).
ARCO DO CEGO
Palma, Avenida Duque de Ávila, 25-31, (Telef. 47088).
AREEIRO
Vera Cruz, Praça Afrânio Peixoto, 2-B (à Avenida S. João de Deus), telef. 724941).
ARROIOS
Antolin, Av. Alm. Reis, 88-C (tel. 721773).
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Zira, Praça das Casas Novas, Lote 66, (Telef. 310172).
BENFICA
Sousa, Estrada de Benfica, 429, (Telef. 780027).
CAMPO DE OURIQUE
Ivone, Rua Silva Carvalho, 232-C, (Telef. 650760).
CONDE DE REDONDO
Contemporânea, Rua Conde Redondo, 26/30, (Telef. 45048).
ESTRELA
Aurélio Rego, Calçada da Estrela, 139, (Telef. 661758).
LUMIAR
Matos Viegas, Avenida Rainha D. Amélia, 34-B, (Quinta das Mouras), (Telef. 794174).
PENHA DE FRANÇA
Branquinho, Rua de Sapadores, 87, (Telef. 842725).
PICHELEIRA
Marluz, Calçada da Picheleira, 140-B, (Telefs. 720703-728395).
S. PAULO
Ultramarina, Rua de S. Paulo, 99, (Telef. 321771).
XABREGAS
Romana, Rua Actor Augusto de Melo, 7-A, (Telef. 383800).

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Cavaca, R. Elias Garcia, 209 (T. 930019) Flama, R. Elias Garcia, 78-B (T. 932485); Confiança, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 15-A (T. 938149)
DAMAIA
Damaia, P. Alexandre Gusmão, 9-A (T. 970523)
QUELUZ
André, Av. Elias Garcia, (T. 950043); Queluz, Av. Miguel Bombarda, 123-A (T. 951841)
CACÉM
Rodrigues Garcia, Av. dos Bons Amigos, lote 5-D
MEM MARTINS
Química, E. de Mem Martins, 285 (T. 2910012)
S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (T. 980456)
SINTRA
Simões, Estefânia (T. 2930832)
COLARES
Abreja, (T. 299088).

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Almeida Nifo, Av. G. Guerra, 64 (T. 212070)
CAXIAS
Nova, R. Bernardim Ribeiro, 1-A (T. 242839). Até às 22 horas.
OEIRAS
Alcântara Guerreiro, P. Residencial dr. Augusto de Castro, lote 10, (T. 2430691). Toda a noite.
CARCAVELOS
Central, Toda a noite
PAREDE
Grincho, Av. da República, 87 (2471204). Até às 24 horas
ESTORIL
Parque, Arcadas do Parque, 3 (T. 260191). Até às 22 horas
MONTE ESTORIL
Amoreira, Toda a noite
CASCAIS
Misericórdia, R. Regimento 19, 41 (T. 280141). Até às 22 horas; Cascais, R. Conde de Monte Real, B.º das Caixas (T. 282407). Toda a noite.

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (t. 234137)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (T. 204020)
ALMADA
Algarve, R. Fernão Lopes, 1 (T. 2750271)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E. Nacional, 178-B (T. 2040302)
BARREIRO
Avenida, Av. Alfredo da Silva, 88 (T. 2073212)
COVA DA PIEDADE
Cerqueira Afonso, P. 5 de Outubro, 18 (T. 2750354)
MOITA
União Moitense, Av. dr. Teófilo Braga (T. 239025)
MONTIJO
Montepio, R. Almirante Reis, 93 (T. 2310035)
SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T. 2233471)
SETÚBAL
Higiene, R. Frei Agostinho da Cruz (T. 22408); Portugal, R. Camilo Castelo Branco (T. 23211)
SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (T. 2218560)

PORTO

TURNO 16

ATÉ ÀS 22 HORAS

Vilarinha, Rua da Vilarinha, 161; Bonfim, Rua do Bonfim, 73; Guerra, Rua de Costa Cabral, 43; Guimarães, Rua de Francos, 37; Lemos e Filhos, Praça de Carlos Alberto, 31; Liga das Ass. Soc. Mútuos, Rua do Bonjardim, 286; Castro Carneiro, Rua do Padre Cruz, 146; Henriques, Praça da Batalha, 64-A; Moreno, Ld.ª Largo de S. Domingos, 44; Serpa Pinto, Rua de Serpa Pinto, 645; Vasques, Rua das Condominhas, 794.

A PARTIR DAS 22 HORAS

Castro Carneiro, Rua do Padre Cruz, 146; Henriques, Praça da Batalha, 64-A e Serpa Pinto, Rua de Serpa Pinto, 645

COIMBRA

Montes Claros, R.Dr. António José de Almeida, 69 (T. 25904); Egas e Coelho, R. da Sofia, 19 (T.22089)

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

LAURA ALVES
20.30, 22.45 (18 anos
«A Mão no Ar e o Pé Atrás»
COLISEU
21.30 (10 anos)
Cantos e Danças da República Socialista Soviética do Azerbaidjão
MONUMENTAL
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Lisboa Acordou»
TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.15 (13 anos)
«Pequenos Burgueses»
VARIEDADES
21.15 (13 anos)
«Adeus Valentina»
ÁDOQUE
20.30 e 22.30 (18 anos)
«A CIA dos Cardeais»
VILLARET
20.30 e 23.00 (13 anos)
«Pascoal»
CAPITÓLIO
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Mostra-Me a Tua Psicina»
MARIA VITÓRIA
20.30, 22.45 (18 anos)
«Forca, Forca Camarada Zé»

LISBOA/Cinemas

OLIMPIA
21.15 (18 anos)
«A Cólera do Vento»
PARIS
21.00 (18 anos)
«Pecados em Família»
PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«O Furacão do Karate»
JARDIM
21.00 (13 anos)
«Onde Fica a Guerra?»
MOSCAVIDE
21.15 (13 anos)
«Taras Bulba»
IDEAL
21.15 (18 anos)
«O Pistoleiro Esquecido»

LINHA DE CASCAIS

CASCAIS
Oxford
21.15 (18 anos)
«Júlia e os Homens»
ESTORIL
Casino
18.15 e 21.15 (18 anos)
«Criado para todo o serviço»
CASCAIS
S. José
21.15 (13 anos)
«Semente de Tamarinho»

LINHA DE SINTRA

SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (18 anos)
«A Matriarca»
AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (14 anos)
«Zorro o vingador»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«Tamanho natural»
ALMADA
Academia
21.15 (21.15)
«Onde se meteu a 7.ª Companhia»
LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.30 (10 anos)
«Um rei em Nova Iorque»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.15 (18 anos)
«P'ra Trás Mija a Burra»
ANTÓNIO PEDRO
21.45 (13 anos)
«O Soldado e o General»

PORTO/Cinemas

RIVOLI
21.15 (18 anos)
«La Bambina»
CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«As Mil e Uma Noites»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«A Fúria do Desejo»
ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«Pecados em Família»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«A Mãe é a Puta»
S. JOÃO
21.15 (18 anos)
«Pecados em Família«
COLISEU
21.15 (6 anos)
«Música no Coracão»
ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«Balbúrdia no Oeste»
TRINDADE
21.15 (18 anos)
«O Veredicto»
JÚLIO DINIS
21.15 (18 anos)
«Noites Arabes»
VALE FORMOSO
21.15 (18 anos)
«Como Casas um Marido»
ESTUDIO
21.15 (18 anos)
«As Duas Fases de Uma História de Amor»
BATALHA
21.15 (18 anos)
«A Matriarca»

COIMBRA

AVENIDA
21.15 (18 anos)
«O Trio Infernal»
S. TEOTÓNIO
21.15 (18 anos)
«Vida em Família»
TIVOLI
21.15 (18 anos)
«O Ataque do Dragão Negro»
SOUSA BASTOS
21.15 (18 anos)
«O Dragão Ataca»
GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«As Noites de Cabíria»

cinemas

BERNA

T. 776098 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
SPY'S
Espiões
N.B. Se anda satisfeito não venha ver este filme
5.ª Semana

APOLO 70

T 763319 14, 16.30, 19, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
BALBÚRDIA NO OESTE
Hoje às 24 h (Grupo D - 18 anos)
TODAS AS NOITES AS NOVE
Aamanhã às 10 h (M. 6 anos)
OS TRÊS CAMARADAS
Aamanhã às 24 h (Grupo D 18 anos
ALGUNS CHAMAM-LHE AMOR

ROXY

T. 48560 Hoje estreia às 21.15 h
Não acons. a menores de 18 anos
A História heroica da resistência jugoslava
OS DEFENSORES DA CIDADE
Um filme de Hajrudim Kravavac

PATHÉ

T. 821933 14.15, 16.30,18.45 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A LINGUAGEM DO AMOR
Este filme contem cenas eventualmente chocantes
O MAIS OUSADO FILME SUECO SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL

ALVALADE

T. 897480 15.30, 18.30 e 21 15
Não acons. a menores de 18 anos
Casadas, solteiras, ricas e pobres nenhuma escapava
O OPORTUNISTA
Um filme de Mike Vardy
Hoje às 24 h (Maiores 18 anos)
PECADOS EM FAMÍLIA

NIMAS

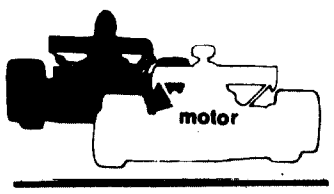
T. 574362 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
QUE VIVA A REVOLUÇÃO
c/Marcelo Mastroiani

MONUMENTAL

T. 555131 15.15, 18.15, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
SEMENTE DE TAMARINDO
4.ª Semana
Nas sessões das 15.15 e 21.15 Reportagem da visita do Senhor Presidente da Republica à União Soviética
CAMINHOS DA REVOLUÇÃO
Prod do Instituto Português de Cinema
Real de Jorge Cabral

D. JOÃO V DAMAIA

T 971794 21.00
Às 21 h (N acons. m 18 anos)
OS VIKINGS
Às 24 h (Int. men 18 anos)
O JUSTICEIRO AMARELO



Na NAZARE o DIARIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA BATISTA

UNIVERSAL

T. 774402 15.17, 19.00, 21.00, 23.00
Não acons. a menores de 13 anos
O DESTACAMENTO VERMELHO POPULAR
Um filme da República Popular da China

IMPÉRIO

T. 555134 15.15, 18 30, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
SEIOS DE GELO
Com Mireille Darc e Alain Delon
Um filme G. Lautner

EDEN

T. 320769 Estreia de hoje às 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
Nunca o «For West» foi tão devassado
CHAMAVAM-LHE AMEN
Um filme de Alfio Caltabiano

TIVOLI

T. 570595 15.15, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
«PAUL E MICHELLE»
3.ª Semana
Amigos... e Amantes
Um filme de Lewis Gilbert

CASTIL

T 530194 15.30, 18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
MADLY A OUTRA MULHER
Ante estreia Hoje às 24 h
Não acons. a menores de 18 anos
AS RIVAIS
Na sessão das 21.15: Reportagem da visita do senhor Presidente da Republica à Romenia
CAMINHOS DA REVOLUÇÃO
Prod. Int. Cinema. Realiz. J. Cabral

CASINO ESTORIL

T. 264621 18.15, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
CRIADO PARA TODO O SERVIÇO

ROYAL

T. 865037 15.30, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
ONDE FICA A GUERRA?

POLITEAMA

T. 326305 14.15, 16.30, 19.00, 21.30
Int. a menores de 18 anos
AS CONFIDÊNCIAS DE UM LEITO MUITO ACOLHEDOR
Contém cenas event. chocantes
3.ª semana

ROMA

T. 727778 14.30, 16.45, 19.00, 21.15
Int. a menores de 18 anos
JÚLIA E OS HOMENS
este filme contém cenas eventualmente chocantes. 3.ª Semana

VOX

T 720808 14 15, 16.30, 19.00, 21 15
Não acons a menores de 18 anos
ESTRANHA FORMA DE AMAR
Com Paul Geganff

SATÉLITE

T. 562632 15 17, 19, 21.15
(Não acons a menores de 13 anos)
UM REI EM NOVA IORQUE
(versão integral)

CINEBOLSO

T. 573407 14.30, 16.45, 19, 21 30
Não acons. a menores de 18 anos
FILME DE AMOR E ANARQUIA
Às 21.00
REPULSA (Maiores 18 anos)

CALEIDOSCÓPIO

T. 795093 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Para todos maiores de 6 anos
Jerry Lewis e
O REI DO CIRCO
Um filme de Joseph Perney
FESTIVAL ANIVERSÁRIO
Hoje às 19 horas
SINBAD
(Húgria)
Aamanhã 19 h (Não ac. m. 18 anos
TERNURA E VIOLÊNCIA

CONDES

T. 322523 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
O riso dos anos 70, e...
O PROFESSOR NUDISTA
3.ª Semana
c/ Renata Pozetto, Magali Noel

ODEON

T. 326283 15.15, 18 15, 21 15
Int. a menores de 18 anos
2.ª Semana do filme de alto nível espectacular
ISABELA DUQUESA DO DIABO
c/Brigitte Skay a odisseia de uma jovem requestada e violentada

LONDRES

T. 801313 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
LA BAMBINA
Uma nova forma de amor...

S. JORGE

T. 54153/4 15.15, 18.15 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A sensacional comedia de Wovdy Allen
O A B C DO AMOR

AVIS

T. 47163 15.30, 18.30, 21 15
Interdito a menores de 18 anos
JÚLIA E OS HOMENS
Este filme contém cenas eventualmente chocantes 3.ª Semana

CARLOS MANUEL SINTRA

21.15
Não acons. a men. de 18 anos
A MATRIARCA

CINEARTE

T. 660446 21.15
Int. a menores de 18 anos
O EXORCISTA

ESTÚDIO

T. 555135 15, 17, 19, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
PROCESSO ARQUIVADO

ESTÚDIO 444

T. 779095 14 30, 16 45, 19 00, 21 15
Interdito a menores de 18 anos
ADOLESCENTE PERVERSA
Com Jane Asher 4 Semana

EUROPA

T. 661016 15 15, 21 15
Não acons a menores de 13 anos
A BOFETADA
Às 18 15 (M. 6 anos
O GATO DAS BOTAS

RESTELO

T. 610375 Às 21.00
Interdito a menores de 18 anos
PECADOS EM FAMILIA

MUNDIAL

T 538743 15.15, 18.30, 21.30
Não acons. a menores de 13 anos
077 AGENTE INDECENTE
Pierre Richard e Mireille Darc

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 65453 1/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 328271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

FIM-DE-SEMANA PREOCUPANTE

Continuação da pág. 1

do a questão do avanço das forças reaccionárias em conjunto, com o quase certo apoio dos representantes da Marinha; entretanto, Costa Gomes, já foi contestado como C. E. M. G. F. A., aparecendo a proposta da sua substituição por Pinheiro de Azevedo. Mas, a maioria dos conselheiros acabou por sancionar o «golpe de mão» brutal contra a Rádio Renascença, decidido nas costas do Conselho ao que se diz por insistência de Pinheiro de Azevedo com o apoio e oferta operacional de Morais e Silva. Isto foi decidido num intervalo dos trabalhos e comunicado como facto consumado logo a seguir ao recomeço da longa e agitada reunião que terminou ontemdemanhã.Asopiniões dividiram-se, houve protestos violentos, mas a maioria sancionou. Só que então deve ter começado o fim do A. M. I.: os fuzileiros recusaram-se a intervir no Ministério da Comunicação Social enquanto força do A. M. I. que se juntaria à P. S. P. e à G. N. R. para dominar os acontecimentos, acabando por aceitar a missãointegrados nas forças do Copcon ao lado do Ralis. E o Copcon decidiu o problema à sua maneira. As forças previstas para a «operação Buraca» eram, também, de fuzileiros. Estes recusaram-se, segundo os nossos informadores, e avançaram os pára-quedistas do A. M. I. da maneira que noutro local relatamos. Mas, para o A. M. I., parece que se acabaram também os pára-quedistas. Entretanto, semelhante evolução dos acontecimentos terá desagradado muito ao ministro da Administração Interna, que teria mesmo, anunciado a sua demissão. Quanto a Almeida Santos, sabe-se que ficou chocadíssimo com o destino do seu secretário de Estado, ten.-coronel Ferreira da Cunha.

De qualquer modo, anote-se que as autoridades constituídas no Poder agiram brutalmente contra forças progressistas em nome de uma disciplina não preocupada com o avanço das forças reaccionárias que as massas populares e trabalhadoras procuram deter. Este critério e a experiência de brutalidade que o começou a apoiar adensaram o clima político para este fim-de-semana, tanto mais que, desgraçadamente, um grande partido político (o P. S.) que se diz de esquerda convocou uma forte concentração política, a nível nacional, para amanhã em Lisboa. E sabe-se como tal manifestação pode ser aproveitada pelas forças reaccionárias, numa altura destas, e o próprio carácter direitista da «manif» de apoio a Pinheiro de Azevedo e ao VI Governo.

A percepção dos perigos latentes impôs a entrada de prevenção das unidades militares ligadas ao Copcon a partir das nove horas da manhã de hoje. Segundo julgamos saber, alguns quartéis entraram de prevenção rigorosa já ontem. É o caso dos pára-quedistas, por razões não explicadas mas que se poderão ligar a problemas internos. A crise deverá ser superada, mais uma vez, pelas forças progressistas, como aconteceu aquando da independência da Guiné-Bissau e Moçambique. Agora, a luta é, todavia, mais difícil, já que a situação se degradou muito e alteraram-se as relações de força no Governo e no Conselho da Revolução. Isto permite, todavia, uma aproximação da esquerda militar e o ressurgimento da necessidade imperiosa de pôr em prática um projecto que não foi ultrapassado, o da aliança prática Povo-M. F. A. Ou seja: as forças motoras da Revolução terão de reassumir, a breve trecho, a sua condução.

P.C.P. ALERTA

Continuação da pág 1

mente detidos em Caxias, trabalho político que a certas forças estão a exercer entre os retornados de Angola.

Ganham vulto, todavia, as movimentações de civis que estão a ser preparadas para amanhã na capital.

«Pressente-se que está em avançada preparação um golpe de Estado contra-revolucionário desenvolvido em muitas frentes e com larga gala de articulações e cumplicidades», diz o P. C. P., que, na oportunidade tem uma palavra de reprovação ao comportamento das autoridades nos casos recentemente ocorridos no M. C. S. e com a Rádio Renascença.

«O P. C. P. tem manifestado acentuadas reservas em relação a formas de luta marcadas pelo aventureirismo, nos casos em questão, mas isso não pode justificar o comportamento das autoridades, contra o qual protestamos com a maior firmeza.»

Segundo o texto, «a situação exige a mobilização vigilante do movimento popular de massas». (...) e «a ameaça do fascismo está de novo perfilada com toda a crueza. Só os ingénuos e os cúmplices», diz o P. C. «ousam negá-lo».

Em LAGOS o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no QUIOSQUE de LAGOS

O ATENTADO À RENASCENÇA

"ACÇÃO REPUGNANTE"

—afirmam os "páras" de Tancos que exigem dissolução do A.M.I.

Os pára-quedistas que participaram na operação que destruiu os emissores da Rádio Renascença, reuniram-se ontem em plenário no Depósito Geral de Adidos da Força Aérea, onde se encontram aquartelados, e protestaram contra as ordens emanadas do Conselho da Revolução, que levaram à destruição do Emissor da Rádio Renascença, aprovando uma moção em que condenam veementemente tal operação, exigem «de imediato a dissolução do AMI», e exprimem o seu repúdio por tais métodos.

Por outro lado, em Tancos, os sargentos da Força Aérea reunidos também em plenário, verberaram a destruição violenta «de um meio de comunicação que foi nos últimos meses uma voz ao serviço do povo».

Segundo uma notícia da Anop, os actos cometidos nos emissores da Buraca, do Rádio Renascença, «em que mais uma vez foram violentadas as liberdades democráticas, e gravemente prejudicados os interesses das classes trabalhadoras» são repudiados energicamente pelos sargentos da Base e Escola de Pára-quedistas (ex-base de caçadores pára-quedistas) os quais reunidos em plenário em Tancos, analisaram a acção desta madrugada.

Na moção aprovada, os sargentos de Tancos exigem ainda «que as companhias de pára-quedistas que se encontram colocadas em Lisboa ao serviço do AMI regressem imediatamente a Tancos» e «que seja criada imediatamente uma comissão de inquérito a fim de se apurarem responsabilidades aos elementos que ordenaram tão repugnante acção».

Os sargentos de Tancos dizem ainda não ao AMI e exigem que o mesmo seja desmantelado, por se lhe reconhecer funções de carácter repressivo, como aconteceu nos emissores do Rádio Renascença.

O AMI, que desde o início da sua criação vem sendo denunciado como uma força destinada a reprimir o povo trabalhador, foi totalmente repudiado e exigida a sua dissolução. Viu-se finalmente que espécie de «reserva estratégica» era esta força e qual o seu espírito. A sua primeira intervenção pública levou o selo da violência fascista.

DESTRUIR A ESQUERDA

Reunidos no Depósito Geral de Adidos da Força Aérea, os pára-quedistas fizeram questão em informar a opinião pública de que «a missão foi executada por elementos estranhos àquela unidade, concretamente peritos da P. S. P., embora com a presença de pára-quedistas pertencentes ao AMI, aquartelado no DGA-FA» e visava «a destruição de um veículo de Informação da classe explorada».

Um dos pára-quedistas que participaram na operação declarou que apenas lhes havia sido dito que iam silenciar a Rádio Renascença, pois estava a ter muito poder para a mobilização popular para os Restauradores. «O capitão Barrosa Monteiro, que nos comandava, disse-nos também que a operação se integrava numa acção conjunta que incluia o Copcon, fuzileiros, etc., Não fez qualquer alusão à forma como iamos calar os emissores, nem falou sequer em explosivos».

Só na Buraca, os soldados notaram a presença de três civis e pediram esclarecimentos ao capitão Monteiro. Este respondeu que era um técnico de explosivos, um engenheiro electrotécnico e um major. No entanto, só os ocupantes de uma das Berliet foram informados, o que causou certa confusão. «Uns sabiam outros não sabiam o que estavam a fazer», declarou o referido pára-quedista, que salientou ainda não ter havido qualquer possibilidade prática de estudar a situação, sendo apanhados desprevenidos.

Mais adiante o soldado pára-quedista revelou: «Quando perguntei ao capitão Monteiro se tinha pensado nas repercussões daquele acto respondeu-me: «Não tem grande importância, porque me foi dito por uma alta individualidade militar que a partir de 11 de Novembro a esquerda tinha que deixar de existir».

UMA ENTREVISTA

Ontem, quando começava já a ser conhecida a origem da ordem contra a Renascença, o general Morais da Silva concedeu uma breve entrevista ao Rádio Clube Português que pode considerar-se de verdadeiramente inquietante. Inquietante porque o CEMFA revela uma completa ausência de perspectiva política em relação a um acto que vai ter repercussões impossíveis de prever em toda a sua extensão. Morais da Silva alarga-se em considerações de ordem técnica e refere-se ao «pessoal» como uma massa sem qualquer direito de opções já não diremos políticas mas pelo menos morais.

Disse o general Morais e Silva que havia apenas três hipóteses: «Ou se tiravam os cristais — o que não daria resultado, pois da outra vez foram rapidamente substituídos; ou se desmontava o equipamento — o que não seria viável, até porque o pessoal não podia lá estar indefenidamente; ou, em última análise, se destruia o equipamento. Perante a premência de tempo e verificando que era impossível desmontar o material, optou-se pela última solução que era a destruição do equipamento».

Mais adiante o general Morais e Silva faz esta análise significativa: O que sucedeu é que, quando houve a ocupação aqui há uns tempos atrás, a tropa foi pressionada por todos os lados com vários intuitos, nomeadamente desmobilizá-la contra a ocupação. A ideia da ocupação foi assim deturpada porque evidentemente a maior parte da tropa não conseguiu cumprir a sua missão, por várias razões: pressão de massas, pressões dos próprios trabalhadores, divisão entre elas, etc. Portanto não se podia pensar na ocupação.»

Uma comparação com o 11 de Março foi comentada pelo general Morais e Silva nos seguintes termos: «A situação foi completamente diferente. Aí foi uma tentativa de golpe de Estado, um golpe contra-revolucionário. Neste caso foi uma ordem dada pelo C. R. que portanto é a única entidade responsável que poderá ser apontada como contra-revolucionária se se fizer uma interpretação destas.»

REACÇÕES

De Norte a Sul do País não só das organizações de esquerda mas de todas as pessoas honestas sucedem-se as manifestações de protesto e repúdio. Os católicos progressistas num documento divulgado ontem afirmam: «Contra-revolucionários com capa e revolucionários conseguiram agora silenciar o posto emissor de Lisboa da Rádio Renascença. E conseguiram-no através de uma atitude própria de quem tem medo que se digam as verdades e que o Poder Popular seja uma realidade. O que é velho tenta mais uma vez abafar o que é novo.» E acrescenta: «Pode agora o Episcopado sentir-se satisfeito, embora não o demonstre publicamente, por parecer mal... Mas perdeu: só um néscio não sente tal derrota...»

A MANIFESTAÇÃO DE MULHERES

Vera Lagoa é uma das promotoras da manifestação que amanhã se realiza em Lisboa. Convocada pela Comissão Nacional das Mulheres para a Defesa da Revolução, estas mulheres manifestar-se-ão contra o fascismo e o chamado «social-fascismo».

A manifestação concentra-se no Jardim da Estrela às 14 horas de amanhã seguindo para o Palácio de S. Bento. Maria Armanda Pires Falcão, mais conhecida por Vera Lagoa, está referenciada como pessoa com ligações ao E.L.P. Com efeito, Vera Lagoa mantém contacto com José Rebordão Esteves Pinto, elemento «elpista» que se encontra em Espanha.

Vera Lagoa já se deslocou três vezes a Espanha, pelo menos uma delas a Badajoz, onde entregou dinheiro a Rebordão Esteves Pinto no montante de 110 mil escudos, o que constitui para já tráfego ilegal.

Este dinheiro era proveniente dos vencimentos auferidos ilegalmente por Rebordão Esteves Pinto na E.N. e RTP ou seja, pagos depois de ter sido saneado.

A Comissão Nacional das Mulheres Portuguesas para a Defesa da Revolução, é constituída, para além de Vera Lagoa, por Mariana Guimarães, Maria dos Santos, Etelvina Lopes de Almeida, Fernanda Botelho, Ana de Sousa Lopes, Maria José Almeida e Silva e Elvira Martins Ferreira.

Estas senhoras afirmam que «repudiam energicamente à partida qualquer pretensa e falaciosa comparação com a descida à rua das mulheres reaccionárias do Chile que deram o primeiro passo para a queda trágica de Salvador Allende».

Notas

O INTERESSE PELA INFORMAÇÃO

Alpoim Calvão tinha um projecto para atacar as instalações da T. V. e Emissora Nacional no Porto. Desse projecto sabe-se, de concreto, que era para ter sido executado na passada quart-feira, não o tendo sido apenas porque, entretanto foram presos dois MDLP's (ex-oficiais portugueses) em Braga. Embora não esteja ainda completamente confirmado parece que as instalações de Lisboa daqueles dois órgãos de Informação estariam também «contemplados» numa segunda fase do projecto. O que não admira e só vem provar que o interesse pelos orgãos da Informação não é de modo nenhum exclusivo do Poder constituído.

T V MILITAR

O programa que o Estado-Maior General das Forças Armadas apresenta regularmente na T. V. é dirigido pelo tenente-coronel Ferreira da Cunha e major Loureiro dos Santos. Como se sabe a 5.ª Divisão foi silenciada aqui há uns tempos atrás com a ajuda destes dois oficiais. Dizem-nos agora que o programa do EMGFA, que defende inteligentemente a disciplina nas Forças Armadas apresentando filmes sobre a disciplina dos Exércitos jugoslavo e polaco, por exemplo, tem grande qualidade técnica e psicológica. Numa palavra: bem dirigido. E bem entregue...

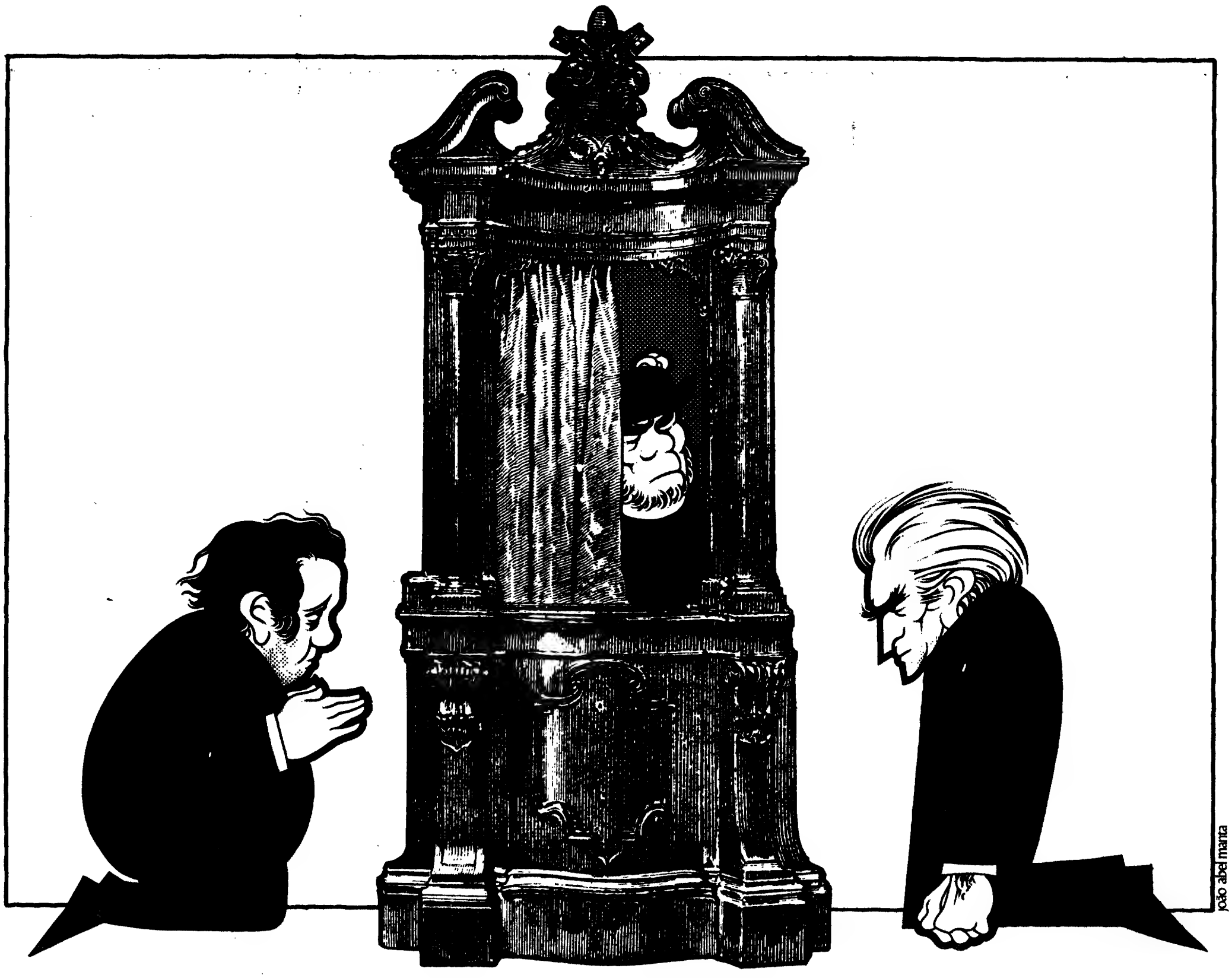
O MERCEDES DE CANTO E CASTRO

O «mercedes» preto do major da Força Aérea, Canto Castro, que lhe foi distribuído na sua qualidade de conselheiro da Revolução, apareceu gripado e muito amolgado, na Base Aérea de Monte Real. Lá dentro, estava uma pistola. «D. L.», que obteve esta notícia de fonte absolutamente segura, não conseguiu descobrir como é que o «Mercedes» ali foi parar. «Ninguém o sabe» — disseram-nos — «parecendo no entanto provável ter sido rebocado de um ponto situado na zona de Ovar, onde teria sido encontrado abandonado.»

Uma pergunta: está a ser feito algum inquérito a este misterioso achado? «D. L.» adianta que em certos meios se receia — e parece que justificadamente — que haja tentativas para abafar este caso, que poderá vir a dar muoto que falar.

O CONTACTO

Ainda sobre Canto e Castro: sempre se confirma que o major conselheiro foi mesmo contactado por um retornado angolano para uma reunião em Braga com elementos do M. D. L. P., entre os quais estaria Alpoim Calvão? E se foi, será verdade que não disse nada a ninguém, nomeadamente ao C R. ou ao Copcon? São perguntas de que pessoas responsáveis se fizeram eco e nós tomamos nota.



joão abel manta

QUE FUTURO PARA A ESQUERDA?

Da acta do «Encontro Soares/Cunhal» realizado perante a maior assistência do País podem recolher-se algumas anotações fundamentais para a decisão da nossa política e, simultaneamente, deduzirem-se alguns dados actualizados do comportamento de ambos os partidos. Um recurso ao «direitismo» por parte do P.S.? Uma insistência na «via nacional» por parte do P.C.? Sem dúvida que sim.

Mas, com tudo isto, o público dividiu-se na apreciação do frente-a-frente. Como era de esperar. Ao tom eleitoralista de Mário Soares contrapôs-se a obsessão didáctica de Álvaro Cunhal e desse desajustamento resultou, sem dúvida, alguma dificuldade de diálogo.

Perguntam-se alguns, face ao triunfalismo do secretário-geral do P.S.. se em bom realismo político ele trazia alguma proposta de plataforma ou se não vinha, antes, peremptório e planificado, desenhar os esquemas do País que vamos ser; se não vinha tranquilizar o P.P.D. com as invectivas cautelares ao P.C.

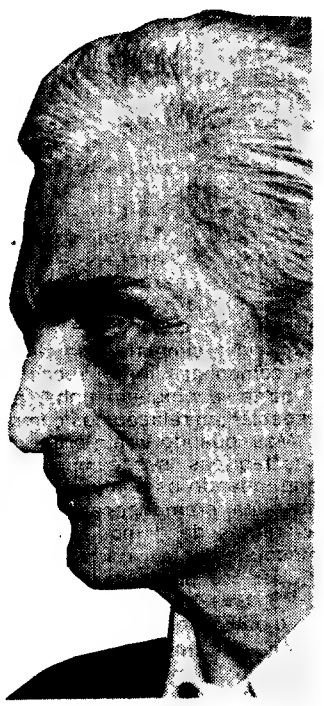
Por sua vez, Álvaro Cunhal não correspondeu, na opinião de muitos dos seus simpatizantes, à veemência e à prontidão que lhe destacavam. À agressividade de Mário Soares, ele teria contraposto uma toada excessivamente distante e repetitiva, mas, com isso e com todas as respostas de defensiva, teria empurrado o P.S. para uma definição direitista.

De qualquer modo, o que ficou tragicamente definido neste «encontro impossível» foi a disparidade de duas linguagens: a do imediato que se projecta em realidades próximas (P.S.) e a do futuro próximo (P.C.) que assenta em realidades imediatas. Soares deu a impressão de «distribuir o país», de o ordenar e dispor argumentado num coeficiente eleitoral; Cunhal pondo em causa esse dado, pareceu mais interessado em «discutir o país» ainda que por vezes de maneira pragmática.

Se o coeficiente eleitoral foi o denominador da argumentação de Mário Soares não parece lógico que tenha aceite como interlocutor do País o P.C., visto que este é, na sua escala de valores, o terceiro partido. Por que não, antes o P.P.D. que, a seu ver, representa a segunda força popular?

Seja como for, o perfil do P.C. português não regista significativas correcções neste frente-a-frente, mas é o P.S. que, para o grande público, sai mais esclarecido nas entrelinhas do confronto. Será uma opinião, mais ou menos orientada — como se quiser. Mas que desapaixonadamente se deduzirá do relato que publicamos na íntegra.

"É vital alargar o bloco!"



"Uma revolução é sempre contra alguém!"

JOAQUIM LETRIA — Até agora o PS e o PCP têm revelado uma total incapacidade prática para encontrarem um entendimento político minimamente operacional, entre si. Por outro lado, no processo político português, tem-se mostrado ser praticamente impossível governar sem o PS, caso das crises do IV e V Governos, e ser pelo menos também muito difícil governar com a hostilidade directa ou indirecta do PCP, como é o caso actual, o caso portanto do VI Governo. Por outro lado ainda, olhando a Revolução Portuguesa, têm diminuido as forças que a apoiam — o chamado bloco social de apoio — o que significa estar-se a engrossar o bloco dos indiferentes, dos desapontados para não dizer já dos contra-revolucionários. A pergunta portanto a partir daqui que eu punha, e talvez começasse pelo dr. Mário Soares, depois espero que o dr. Álvaro Cunhal também responda, é exactamente como alargar o bloco social de apoio à Revolução, condição da sua sobrevivência, e como criar um projecto político coerente sem o entendimento dos Partidos Socialista e Comunista portugueses?

MÁRIO SOARES — Como sabe o PS tem defendido sempre a posição de que é vital alargar, como disse, o bloco social de apoio à Revolução. Sem esse alargamento a Revolução corre o risco de se perder. Dissemo-lo de uma maneira já bastante insistente durante o II e IV Governos, dissemo-lo de uma maneira muito forte durante a vigência do V Governo, que foi um Governo minoritário que não tinha credibilidade nacional nem internacional, por isso o Presidente da República lhe chamou, e bem, um «governo de passagem», dizemo-lo agora. E é por isso que nós pensamos que é necessário, que é mesmo indispensável, que os três partidos maiores do país que têm estado desde o início associados ao processo iniciado com o 25 de Abril — o PS, o PPD e o PCP — se mantenham ligados através de um projecto comum que vise à instauração da democracia em Portugal, democracia a caminho do Socialismo. Desde o início desta experiência nós dissemos que o PCP deveria estar associado à governação neste período provisório até à institucionalização da vida política democrática portuguesa. E não estamos arrependidos de o ter feito. Na altura da formação do VI Governo, o MFA propos-nos que esse Governo fosse um Governo predominantemente socialista. Nós entendemos, em presença da crise enorme que o país atravessa, do descontentamento que existe em larguíssimas camadas da população portuguesa, como referiu e muito bem, que era indispensável criar um Governo de Salvação Nacional, um Governo de Unidade e por isso nos esforçamos com dificuldades que nos surgiram da parte do PCP e da parte do PPD. Tratava-se de criarmos um acordo programático em redor do almirante Pinheiro de Azevedo e depois um Governo que, na sua composição, de alguma maneira reflectisse a vontade nacional tal como ela foi expressa nas últimas eleições. Não foi fácil criarmos esse Governo e nós, PS, fomos a charneira, tivemos de dialogar simultaneamente com o PCP e com o PPD e tivemos muitas dificuldades, dadas as exigências de uns e de outros, de chegar a um acordo. Entretanto chegamos a esse acordo. O Governo constituiu-se, o Governo tem condições para marchar, este Governo, a meu ver, não tem alternativa de esquerda, é um Governo de esquerda, constituido em volta de um homem que merece o respeito de todos os portugueses, que está ligado ao processo revolucionário desde o seu início — pertenceu à Junde Salvaçao Nacional —, que e um militar altamente prestigiado e que está disposto, em circunstâncias extremamente dificeis, a, como ele disse, «pôr a casa em ordem» e resolver a crise. Sucede porém que o PC entrou para esse Governo com reservas, com um pé no Governo, ou meio pé no Governo, e todo o resto do corpo e o outro pé fora do Governo, fazendo uma mobilização em todo o país no sentido de tentar derrubar esse mesmo Governo. E essa situação cria necessariamente graves dificuldades ao Governo e coloca o país numa situação de beco sem saída. É evidente que uma tal situação é intolerável. Poderá dizer-se que não é o PC que cria a agitação social e que está a manipular certas camadas da população para destruir o VI Governo e que é antes a extrema-esquerda que o faz. Eu estou pessoalmente convencido de que, sem a luz verde do PC e sem a participação do PC nessa aliança táctica e a meu ver «contra natura», que, sem a extrema-esquerda, esta agitaçao social, grave para o País, não poderia ter chegado tão longe como chegou. É pois altura, a meu ver, de pôr o PC perante as suas responsabilidades históricas, que são muito grandes, e de dizer aos seus dirigentes, eu digo claramente ao dr. Álvaro Cunhal, aqui na minha frente, que, a continuar neste sistema, a presença do PC não pode ser aceite no Governo e temos que encontrar outra solução que para alem dos interesses partidarios existe acima deles o interesse nacional.

Álvaro Cunhal — Uma Revolução faz-se por alguém e naturalmente contra alguém. E, no caso concreto, a Revolução Portuguesa faz-se fundamentalmente em benefício das classes trabalhadoras, doutras classes laboriosas da populacão, pela pequena burguesia, até extractos da média burguesia, os camponeses, industriais e comerciantes pequenos e médios, pelas classes trabalhadoras no fundamental. Querer um bloco social que vá até ao Champallimaud, aos Melos, e mesmo sem chegar lá, é um absurdo. Tem de se fazer contra alguém, uma Revolução. Enaturalmente não se pode fazer também uma Revolução se os órgãos de poder têm representantes desse alguém contra quem é feita a Revolução. No nosso entender isso sucede no presente Governo. No presente Governo há alguém que representa os interesses contra os quais é dirigida a Revolução portuguesa. Alguém que representa os interesses das classes privilegiadas, alguém que representa os interesses dos exploradores do nosso povo e o nosso povo está naturalmente decidido a terminar. Nós somos pelo alargamento do bloco social, ou seja, somos pela base de apoio amplo a uma política revolucionária, mas entendemos que é muito difícil conciliar exploradores e explorados, grandes exploradores e explorados, e é difícil fazer uma revolução com uma política de direita e é difícil querer alargar o bloco social quando se começa a reduzir a base de apoio da classe trabalhadora. E é o que está a suceder ao VI Governo, com a tentativa de uma viragem à direita, com a tentativa de pôr em causa as conquistas da Revolução, com a política prática de partidos que pertencem ao Governo contra a reforma agrária, contra as nacionalizações, com saneamentos à esquerda, com saneamentos de elementos revolucionários, dos elementos democráticos, dos elementos progressistas, com uma caça à bruxa dos comunistas um pouco por todo o aparelho de Estado, é evidente que o tal Governo não pode seguir uma política revolucionária e ao contrário esse governo vê reduzida a base social onde ela é mais necessária a um governo que se diz de uma revolução ou seja na classe trabalhadora. E é isso o que está a suceder ao VI Governo. O VI Governo está a perder a credibilidade que o V tinha, de certa forma, entre a classe trabalhadora, entre aqueles para quem no fundamental é feita uma revolução com as características sociais, económicas e políticas da Revolução Portuguesa. Esta e a questao que esta no coraçao de algumas dificuldades, enfim, que está no coração de algumas dificuldades que actualmente se encontram. Naturalmente, quando foi posto fim ao V Governo e depois da remodelação do Conselho da Revolução depois do pronunciamento de Tancos que levou ao afastamento do CR de oficiais progressistas, que levou ao recuo da esquerda na representação do Governo, depois dessa situação era inevitável uma certa viragem à direita, ou seja um certo recuo da esquerda. Esse recuo da esquerda deu-se na formação do VI Governo Provisório. Nós participamos, foi dito que houve acordos, que houve plataforma... Chegou-se a um acordo quanto à plataforma, ela aliás nem é má; — se fosse aplicada e se não fosse contrariada pela política prática já de alguns ministérios... No que respeita à composição do Governo ainda hoje estamos à espera que sejam cumpridos os acordos, tenha sido acordado, por exemplo, que ficasse um secretário de Estado comunista na Industria, não ficou; tinha depois ficado decidido que ficaria um secretário de Estado comunista no Comércio Externo, não ficou; depois foi dito que ficava no Turismo, não ficou; portanto, uma serie de disposições, de acordos, que nao foram cumpridos e uma vez que o PC neste governo tem uma representação muito reduzida, não está em condições de impedir que noutros ministérios se leve a cabo uma política de direita e medidas de direita é evidente que nós, como já afirmámos, não apoiamos. Apoiamos o governo na proporção da nossa responsabilidade. Não damos caução a uma política social-democrata, não damos caução a uma viragem à direita, não damos caução a uma política antioperaria, nao damos caução a uma política de saneamentos à esquerda, não damos caução a essa política. Apoiaremos o que estiver certo, procuraremos lutar contra o que considerarmos que não está certo, defenderemos, em conselho de ministros, o mesmo que defendemos na fábrica, nos campos ou nas ruas, (só temos uma política, a mesma no conselho de ministros ou nas ruas, nas fábricas, nas empresas). E é essa a nossa posição. Pensamos que, apesar disso, apesar destas características do governo, a presença de membros do PC, num governo que não é de coligação mas que tem a presença de vários partidos, é util ao nosso povo e é util à Revolução Portuguesa. É por isso que aí estamos — e para lutar pelos interesses do nosso povo e pelos interesses da Revolução Portuguesa, pela defesa das liberdades e das outras conqjistas da Revolução. Foi aqui dito, «pois bem, que se isto assim continuar o PC não pode lá ficar, tem de sair»... É evidente que o PC pode ficar ou pode não ficar — a decisão pertence efectivamente a várias estruturas do poder e a várias forcas que intervêm no processo. Agora, o PC o que não fica é no Governo para caucionar uma viragem à direita. E evidente que não fica. O PC não fica no Governo para apoiar medidas antidemocráticas e antipopulares. Nao fica. O PC está no Governo enquanto considerar que, na verdade, é útil a sua presença e considerar também — e isso na verdade é certo — que a formação deste governo era a possibilidade real, na conjuntura que se atravessava, e que, não se formando o governo com a presidência, com a chefia, do almirante Pinheiro de Azevedo, teríamos, certamente, um governo à direita, ou mais à direita se quiserem.

Portanto, a alternativa que se apresentava na conjuntura, nessa conjuntura, digo bem, era de um governo à direita. Portanto, nessa situação, o PC apoiou os esforços do almirante Pinheiro de Azevedo para a formação do VI Governo. Mas a conjuntura já se modificou. A conjuntura de hoje já não é a conjuntura que existia na altura da formação do VI Governo, e, a nosso ver, a única alternativa, a alternativa democrática, a alternativa que interessa à Revolução, para o VI Governo, é uma alternativa de esquerda, é uma alternativa à esquerda: de nenhuma forma, uma alternativa à direita, a alternativa à direita que poderia haver, ou seja, sem o PC, por uma aliança PPD com PS ou mesmo com essa hipótese que já foi levantada do governo socialista com militares, o que ia reduzir, no fim de contas, o tal bloco social. Mas uma tal hipótese, uma hipótese sem as forças de esquerda e forças políticas civis, sem a representação reforçada dos militares revolucionários, conduz directo a uma ditadura da direita, uma ditadura reaccionária. A nosso ver, mesmo na situação que estamos a atravessar, se na verdade não são tomadas medidas para a remodelação dos órgãos do poder político, com reforço das posições dos militares revolucionários no CR (é a posição que nós defendemos), através de um reforco de reunificação do MFA, e se não há uma modificação do Governo com o desaparecimento de uma força que não se justifica que aí esteja, o PPD (que é um partido da reacção, se identifica com a reacção e em muitos lados com a reacção fascista e concretamente, enfim, não tem servido de nenhuma forma a revolução portuguesa), sem exclusão deste partido do governo, sem a representação das forças revolucionárias do MFA nesse governo, nós, na verdade, teremos muita dificuldade em defender as liberdades e fazer prosseguir a revolução portuguesa. Defendemos, portanto, uma solução política, não, de nenhuma forma, uma solução de confronto violento, de confronto militar. Mas tememos bastante que, se não é atendida a necessidade da nossa revolução, se se julga superficialmente a correlação de forças, pode-se ir para confrontos que podem não servir a revolução portuguesa e ser amplamente aproveitados pela direita fascista, a direita mais reaccionária para dar um golpe e impor uma nova ditadura.

Mário Soares — Eu tenho a impressão, se me dá licença, mas não sei... é a primeira pergunta... **(intervenção de Megre dificilmente audivel pela sobreposição da voz de Mário Soares)**, eu gostava, desde já — há aqui muitos problemas e vamos voltar à eles, o debate vai ser agora com certeza mais rápido — mas deixando o problema de saber se o governo é de direita, mais à direita, mais à esquerda, eu gostaria de pôr aqui já um primeiro problema. E esse problema é o seguinte: o dr. Álvaro Cunhal diz que a revolução faz-se contra alguém. É exacto. É exacto que se fez contra alguém. Fez-se contra o fascismo, em primeiro lugar, contra o colonialismo, em segundo lugar, contra os grandes latifundiários, contra os grandes capitalistas, que exploravam o povo. Esses foram progressivamente afastados. Mas uma revolução faz-se com alguém. A meu ver, faz-se com o povo e para saber se essa revolução se faz com o povo ou não, é preciso ter um critério de democracia. A revolução não se pode fazer contra o interesse, a vontade expressa do povo, e, portanto, eu gostaria de perguntar ao dr. Álvaro Cunhal, em segundo lugar, se ele acha que se pode fazer a revolução apenas apoiado numa minoria escassa do povo português, que representará, quando muito, 10 a 15 por cento do povo português, se acha que é de excluir logo à partida dessa revolução um partido que representa, nas últimas eleições, 26 por cento do eleitorado. Claro está que o dr. Álvaro Cunhal vai-me responder, como já várias vezes o fez, que o critério eleitoral numa revolução não é único...

Álvaro Cunhal — Se já sabe a resposta, não é uma verdadeira pergunta...

Mário Soares — ... é uma resposta clássica, mas eu pergunto quem é que julga a vontade do povo português. O dr. Álvaro Cunhal tem o hábito, que, a meu ver, é um mau hábito, de classificar as pessoas em progressistas e reaccionárias, e eu dá-me a impressão que, independentemente das classificações que ele faz e o seu partido, quem classifica isso é o povo português e é o povo português quando se exprime maioritariamente sobre esse problema, e não ele próprio. Por exemplo, ele diz que oficiais progressistas não estão dentro do Governo. A que título é que classifica oficiais progressistas oficiais que conspiraram abertamente contra a democracia e se consideram oficiais não progressistas aqueles que estão actualmente no CR e que deram mostras de uma fidelidade absoluta ao programa do MFA e não conspiraram contra a democracia e querem respeitar a vontade popular. Este é o problema.

Álvaro Cunhal — Exacto. Em primeiro lugar, naturalmente, podemos falar alguma coisa das eleições. Ja hoje se fala outra vez de eleições. O PS reclama eleições, o PPD reclama eleições — como é que o PPD, por exemplo, não deve reclamar eleições nos Açores, onde o PCP é clandestino, como nos velhos tempos do fascismo, onde os centros do trabalho do PCP são fechados pela autoridade militar, onde os militantes mais destacados do PCP são exilados para o continente, onde cada dia nós recebemos militantes nossos que são expulsos das ilhas? Naturalmente, nestas condições temos uma fantochada eleitoral nos Açores e depois apresenta-se o resultado majoritário daqueles que recebem os votos. Nós queremos eleições, mas não queremos essas eleições.

Mário Soares **(interrompendo)** Pelos vistos, querem eleições...

Álvaro Cunhal — Agora digo eu e depois diz o dr. Mário Soares. Queremos eleições...

Joaquim Letria — (interrompendo) Agora, sr. dr. Álvaro Cunhal, eu interrompia para juntar à lista que o dr. Álvaro Cunhal acabou de enumerar, o facto de o PS ter tido hoje, justamente nos Açores, a sua primeira sede assaltada.
(Nova interrupção inaudível de Mário Soares).

Álvaro Cunhal — Bom, talvez que comece a mudar de opinião acerca das condições de democracia na medida em que a direita fascista comece a não respeitar as sedes do PS. Costuma-se dizer, «quem semeia ventos colhe tempestades». O PS soprou bastante fogo anticomunista, que ateou um pouco as chamas em que arderam as sedes do PCP, mas, enfim, talvez com a direita reaccionária fascista, do ELP do MDLP, de outros sectores, enfim com a ultradireita, chegue o dia em que os proprios socialistas, que, no momento parecem inclinar-se, na prática, objectivamente, para uma aliança com as forças da direita, acabem por ser vítimas dessas forças de direita. Mas, dizia eu, que quanto a eleições, nós queremos eleições e queremos sufrágio universal, mas

"O sr. dr. gosta de se meter na pele da vítima..."

queremos, em primeiro lugar, restabelecer as liberdades em todo o território nacional. E há regiões, e vastas regiões do País, onde não se pode considerar, de nenhuma forma, que existam liberdades democráticas. Há regiões onde há bandos fascistas, poder local fascista, milícias fascistas de caceteiros, que perseguem democratas, que ousam boicotar tais ou tal jornal de esquerda. Primeiro, que esteja assegurado o exercício das liberdades e dos direitos dos cidadãos. Depois falemos de democracia. E, quanto à percentagem, é evidente que o PPD tem 25 por cento de votos. Eu creio que as forças reaccionárias em Portugal têm mais de um quarto de votos. Mesmo como reaccionários, mesmo com a sua verdadeira cara, e até podemos dizer que se houvesse hoje umas eleições, é muito natural que mais do que um quarto da população portuguesa votasse com a reacção eu acredito que votasse com a reacção. Até se pode admitir, por exemplo, que o PS passasse dos 37 por cento de votos para 25 por cento e o PPD passasse dos 25 por cento para muito perto dos 37 por cento. Não é de admirar que assim pudesse suceder. Isto é para lhe dizer que, na verdade, há contingências eleitorais e que certamente essas contingências estão relacionadas com as situações concretas que se atravessam. Aqui o que aparece é a tal responsabilidade histórica de que falava o dr. Mário Soares, falando do PCP. Nós, na verdade, também sentimos que temos uma responsabilidade histórica. A nossa responsabilidade histórica, como partido da classe operária é, fundamentalmente, em relação aos trabalhadores portugueses, em relação à classe operária e às camadas laboriosas. Com esses, sim, tomámos um compromisso, e esse comprimosso é defender os seus interesses, é batermo-nos, darmos todas as nossas energias, e, se for necessário, sacrifícios, se for necessário a vida, a vida, na defesa dos interesses das classes trabalhadoras e na luta contra a exploração capitalista. E, naturalmente, pela realização de uma revolução que atenda a satisfação dos interesses e aspirações fundamentais dos trabalhadores. Mas o PS está voltado para outro compromisso, é o compromisso com o grande capital, é o compromisso com os grandes agrários, e isto vê-se até na prática da sua actividade, em que nos aparece, suponhamos, no Alentejo, em que PS é manifestação de agrários e manifestação de agrários é PS. Mas com um pequeno acrescento, o MRPP também acompanha. Isto para dizer que no que respeita a responsabilidade histórica, o PS tem neste momento uma grande responsabilidade histórica. E a responsabilidade histórica é esta: ou vai com as forças progressistas, com as forças da esquerda, com as forças da Revolução e ainda está a tempo de ir e então pode haver o tal bloco social e político que permite o encaminhar a Revolução para uma grande maioria do nosso povo ou na verdade a continuar essa aliança com a direita, com as forças da reaccão como o PPD, com alianças «contra natura» como o CDS na prática, ainda que depois diga que não está de acordo com a presença nas mesmas inciativas e mais em termos de grandes manifestações, como no Porto ou como em Faro, em que vemos misturados socialistas, PPD's, CDS's e os outros ricos, ELP's e reaccionários. Não acredito que sejam socialistas nas primeiras filas de uma manifestação a dizerem, «Cunhal para a fogueira», por exemplo, «Cunhal para a Sibéria». Isto não devem ser socialistas. Isto devem ser elpistas. Mas isto ouve-se nas manifestações do Partido Socialista.

Certamente que estão lá misturados alguns elemenos do ELP — ou do MLDP que ali também afirmam os seus, «slogans» que não são contraditados das tribunas.

Eu, às vezes em comícios do PC, tenho de certa forma contraditado certos «slogans» que aparecem entre os assistentes, mas nas manifestações e nos comícios do P.S. aparecem na verdade alguns «slogans» que certamente não são de socialistas, nem sequer de PPDs. No PPD também se diz «morte aos comunistas», «nem mais um comunista em Portugal». Mas não acredito que possam ser socialistas, são de certeza elementos reaccionários que participam nas mesmas iniciativas com o PS.

Assim também, nas esferas do poder, é necessário que os socialistas, e são muitos, os socialistas antifascistas, os socialistas que preferem uma aliança com a esquerda do que uma aliança com a direita reaccionária, e nós estamos convencidos que os socialistas acabarão, na verdade, por compreender que é na aliança com a esquerda na aliança com as forças revolucionárias que podem ter o seu futuro e que podem dar a sua participação para a construção de um Portugal democrático que corresponda às aspirações do nosso Povo.

(Mais uma tentativa inaudível de interrupção de M. Soares e Álvaro Cunhal prossegue):

Apenas uma última nota: e a dos oficiais conspiradores. Quanto aos oficiais conspiradores, eu quero dizer que hoje há muitos oficiais que estão a conspirar, e muitos que estão a conspirar (riso) porque eles falam em círculos relativamente amplos, falam a 40, 50 pessoas, a 30 e, entre 30, 40, 50 há uma que vai dizer à família, vai dizer aos amigos e as coisas chegam. Portanto, há muita gente que está a conspirar.

Agora que aqui se fale em homens de esquerda como sendo aqueles que conspiraram, sem se falar nos da direita que têm conspirado, e não digo, só nos da direita, digo aqueles que eram estimulados pela propaganda do PPD e do PS. que estabeleciam esquemas de que «isto ou não vai a bem, vai a mal». Nós sabemos muito de conspiração, mas, certamente, não são aqueles que são acusados de conspiração, não é a esquerda revolucionária aquela que representa um perigo para o nosso povo.

São os fascistas, são os reaccionários, são os seus aliados mais próximos que representam efectivamente um perigo para o Povo português e temos que procurar uma saída política que impeça a tragédia que representaria um golpe da direita, com o triunfo de um novo regime terrorista, sangrento de uma nova ditadura no nosso país.

Mário Soares — Bem, dr. Álvaro Cunhal. O senhor dr. tem o hábito de falar e sempre gosta de se meter na pele da vítima, e de dizer que os comunistas são perseguidos. Evidentemente que os comunistas foram perseguidos, eu sei-o bem, porque até defendi alguns.

A verdade é que, os comunistas desde o 25 de Abril para cá, criaram uma imagem perante o País de perseguidores, e, em toda a parte, na maneira como eles se comportam. Ao seu comportamento, sectário, no seu comportamento dogmático, o seu comportamento agressivo em relação às populações, eles criaram um estado de antagonismo efectivo em relação ao PC. Não se trata, propriamente de anticomunismo, trata-se de anti-PCP. Já várias vezes tive ocasião de dizer isso: se o PC tivesse tido aqui uma política aberta, como, por exemplo, depois da 2.ª Grande Guerra o PC Italiano, se fosse um partido capaz de respeitar as regras de democracia, o Partido Comunista podia ter sido um grande Partido que não é, cada vez é menos. Um Partido que, de facto. merecia a simpatia de toda a gente. Depois do 25 de Abril, os comunistas foram recebidos de braços abertos por toda a parte, e ninguém tinha, pelo contrário, um antagonismo especial em relação aos comunistas.

Mas, quando viram a sua actuação prática, nas empresas, nas fábricas, nos campos, por toda a parte, quando viram que, quando os comunistas não dominavam de uma maneira absoluta, eram incapazes de dialogar, incapazes de respeitar as regras da democracia, nessa altura evidentemente, começou-se a gerar um grande antagonismo e uma grande divisão na população portuguesa. O sr. dr. Cunhal diz-me o PS deve escolher entre o bloco revolucionário, como diz, ou o outro bloco, o bloco da reacção

Álvaro Cunhal — Da direita, da reacção.

Mário Soares — Da direita! O Partido Socialista já escolheu o seu campo desde sempre. É um partido de esquerda, quer instaurar em Portugal uma sociedade socialista, uma sociedade sem classes, mas, em liberdade, mas, respeitando os direitos do homem, mas, através da democracia e do consenso majoritário. Não fará uma Revolução, nem fará um socialismo que transforme este país numa ditadura e o PC deu provas, durante estes meses, de que quer transformar este país numa ditadura.

Álvaro Cunhal — Olhe que não! Olhe que não!

Mário Soares — Existem imensos exemplos, históricos, que são conhecidos, o sr. dr. não me vai obrigar a falar do que se passa nos países que mais ou menos inspiram o PC para se ver que aí não existem liberdades, nenhumas liberdades, pois até os socialistas, nesses países, não têm lugar; são atirados para o lado dos reaccionários; e a contradição em que vive, permanentemente, o PC, é que, por um lado está a solicitar o apoio do PS. (Ora vamos cá a trabalhar com o PS!), e, por outro lado, está sempre a empurrar o PS mais, cada vez mais, para outro lado, dizendo: «o PS é reaccionário». Já ouvi até em posições várias de responsáveis do seu partido dizerem mesmo que o PS, ou pelo menos, a sua direcção...

Não somente já nos chamam de sociais-democratas, como até de reaccionários, se não mesmo de fascistas.

Isto tem-se verificado, e, então isso vem ao pensamento de todos os portugueses a tal história do Salami, muito frequente depois da Grande Guerra, naqueles países que subverteram a democracia e se transformaram em ditaduras. E ditaduras que não são para brincar. Quando eu por exemplo vejo certas atitudes de autêntica subversão — por exemplo não deixar entrar um ministro, subsecretário de Estado num ministério, um governador civil, ocupar pela força um jornal, onde perderam as eleições (como é o caso do «Século») e os comunistas a cobrirem esses actos, — e lembro-me sempre e gostaria de ver esses mesmos comunistas se estivessem no poder o que é que eles fariam, como é que eles reagiriam e com que ferocidade, se o estivessem. O senhor dr. poderá rir...

Álvaro Cunhal — Pois rio! pois rio...

Mário Soares — ...e acho bem que ria, mas a verdade é que o Povo português não ri. O Povo português não ri porque tem a certeza de que isso poderia ser assim e não quer voltar a uma ditadura. Não quer voltar a uma ditadura, porque sabe perfeitamente o que foi uma ditadura de cinquenta anos que também inicialmente começou por ser da esquerda e até os anarco-sindicalistas estiveram muito ligados em determinada altura com os conspiradores reaccionários, haveriam de dar o fascismo em 1926. A situação estava preparada mais ou menos como está agora também estavamos numa situação de quase banca-rota como agora estamos. Nós agora estamos a assistir à destruição do aparelho de Estado, essa destruição de uma maneira sistemática ignorada por parte do Partido Social..., ou melhor, do Partido Comunista, estamos a assistir à ruina da economia portuguesa, das pequenas e médias empresas que servem para fazer discursos mas que não são respeitadas, dos pequenos e médios cultivadores e estamos a saber perfeitamente para onde é que o País iria se o Povo português não dissesse não a esse percurso. Ora o dr. Álvaro Cunhal e o seu partido podem ficar seguros de que a base do Partido Socialista falo em nome da base e não propriamente como cúpula, a base do Partido Socialista, já que se está sempre a fazer apelos à base com a esperança de dividir o Partido Socialista, eu lhe direi que a base do Partido Socialista não aceita esse caminho, o Partido Socialista quer o socialismo em democracia, se o Partido Comunista aceita a democracia pois podemos ter um projecto comum, com outras forças políticas. Podemos associarmo-nos com outras forças políticas, mas tem que nos dar, fazer a demonstração e agora muito seriamente porque em Abril de 1974 nós teríamos porventura uma ilusão de que o Partido Comunista aqui ia jogar realmente a democracia, eu admitia isso, estava convencido disso, e por isso propus várias vezes um programa comum, para organizarmos um programa comum, o que foi sempre rejeitado por razões conhecidas mas eu agora tenho como todo o Povo português as maiores desconfianças acerca da capacidade do Partido Comunista que a meu ver, desculpará que o diga mas tenho de falar com franqueza, para além do que nós nos estamos a dizer eu tenho de falar ao Povo português, a meu ver ele o nosso único juiz, o Povo português neste momento tem muita desconfiança acerca de se o Partido Comunista é mesmo capaz de se sujeitar à regra da democracia e se não continuará permanentemente nesse projecto de conspiração contra as instituições para chegar ao poder por uma via não democrática. É isso que o Povo português não consentirá e para isso o Partido Comunista nunca contará com a cumplicidade nem que seja pelo silêncio do Partido Socialista.

Álvaro Cunhal — Bom, naturalmente que é fácil fazer juízo da força dos outros quando não se conhece. E também a imagem deste partido a enfraquecer-se, do Partido Comunista é uma imagem contraditada pelos factos.

(Mais uma interrupção inaudível de Mário Soares). Recentemente foi feito um novo recenseamento dos efectivos do partido, nós aumentámos doze mil em mês e meio e não sabemos se foram os doze mil que perdeu o Partido Socialista, que tem perdido aproximadamente isso.

Mário Soares — Ou menos.

Álvaro Cunhal — Ou mais. De qualquer forma a tal base do Partido Socialista...

Mário Soares — Veremos se eles votam em si...

Álvaro Cunhal — De qualquer forma, a tal base do Partido Socialista, nós em alguns casos até nos damos bem com eles, temos boas relações com socialistas em vários lados e temos até mesmo a ideia...

Mário Soares — Não são essas as nossas informações.

Álvaro Cunhal — De que há membros do Partido Socialista que querem as duas coisas, querem liberdade e querem socialismo. Mas infelizmente isso não parece a política dos dirigentes do Partido Socialista, e lastimamos que assim não seja. Que não parece que queiram as liberdades e queiram a democracia e quanto a liberdades ousar-se dizer que o Partido Comunista ameaça as liberdades, que é um partido de perseguidores, quando ninguém mais do que os comunistas, tanto antes do 25 de Abril como depois mostrou o seu apego às liberdades e a sua capacidade de se bater pelas liberdades, em momentos em que os outros partidos, a que se aliou aliás o Partido Socialista, quando o PPD conspirava contra a defesa das liberdades, quando Sá Carneiro juntamente com Palma Carlos conspiravam com Spínola para dar o golpe de Estado em Julho, depois do 28 de Setembro nós vimos ainda em 10 de Dezembro depois do discurso de Spínola virem pouco depois do PPD fazerem proclamações de apoio à linha de Spínola para a manifestação da maioria silenciosa, para o golpe da maioria silenciosa. Os aliados liquidadores das liberdades, os aliados do Partido Socialista bem entendido, quando essas forças os aliados preferidos do Partido Socialista, vem o Partido Socialista falar da boicotagem às liberdades do Partido Comunista que em todos estes momentos capitais da defesa das liberdades em Portugal, antes do 25 de Abril e depois do 25 de Abril pois tem mostrado o seu apego às liberdades e de lutar e sofrer e dar a vida por elas.

(Nova interrupção inaudível do sr. dr. Mário Soares)

Mário Soares — A unicidade, a «República», os jornais, etc.

Álvaro Cunhal — Já vamos lá...

No que respeita mesmo às liberdades se diz que há desconfiança, eu creio que a desconfiança é legítima do nosso povo em relação a um Partido Socialista ou a uma direcção de um Partido Socialista que tem uma aliança preferencial com a direita reaccionária, que garantias é que dá este partido de defender as liberdades democráticas do nosso país quando faz manifestações com forças políticas que estão interessadas na liquidação das próprias liberdades...

Mário Soares — Desculpe dr., mas isso não é um facto...

Álvaro Cunhal — ... que conspiram...

Mário Soares — ... nós devemos falar em factos, factos sim, mas não factos...

Álvaro Cunhal — ... o PPD...

Mário Soares — ... em factos, porque a aliança que o Partido Socialista tem com o PPD é a mesma que tem com o PCP, e estamos associados no mesmo Governo.

Álvaro Cunhal — A única coisa que eu digo...

Mário Soares — ... e fazemos manifestações, grandes manifestações populares, não são pequenas coisas como a FUR faz, com alguns milhares...

Álvaro Cunhal — Exacto, exacto.

Mário Soares — Não é isso, não é isso...

Álvaro Cunhal — Claro, a santa aliança das forças reaccionárias com as conservadoras...

Mário Soares — ... nós fazemos grandes manifestações em toda a parte ...

Álvaro Cunhal — Exacto...

Mário Soares — ... em Faro, no Porto, e fazemos no domingo em Lisboa...

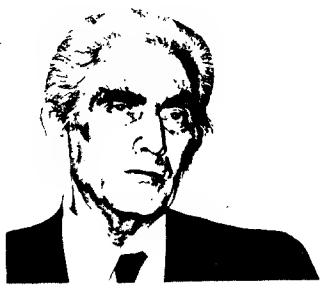
Álvaro Cunhal — Pois faz, faz...

Mário Soares — ... de apoio ao VI Governo e era interessante e era bonito que o sr. dr. Álvaro Cunhal, cujos seus camaradas estão neste Governo, estivesse nesta manifestação, eu gostaria que lá estivesse.

Álvaro Cunhal — Não, não, nós não participamos em manifestações com o CDS, o ELP, o MDLP, não participamos em manifestações onde a voz predominante é a voz da reacção.

Mário Soares — Isso dos ELP's ainda estamos para ver se estão lá ou não estão.

"Isso está bem, a C.I.A. também grita assim..."



Álvaro Cunhal — Não participamos em tais manifestações...

Mário Soares — Os ELP's talvez estejam no assalto à Embaixada de Espanha...

Álvaro Cunhal — E lamentamos que um partido com tradições antifascistas, um partido como o Socialista, se veja participar em manifestações onde vai toda a reacção, onde toda a reacção vem manifestar um apoio ao VI Governo, absolutamente conjuntural e provisório, é um apoio para passar por cima das forças progressistas e instalar uma nova ditadura. E essas são as responsabilidades históricas que tem o Partido Socialista na sua aliança com as forças da direita, porque se amanhã e mesmo a partir do próximo domingo, onde se procura uma convergência de forças reaccionárias em Lisboa, a partir de uma tal manifestação se consegue mais uma viragem de direita ficam com responsabilidades históricas e responsabilidades de que serão julgados perante o nosso povo da instauração de uma nova ditadura reaccionária no nosso país.

Mário Soares — Esperemos que o sr. dr. não vá fazer levantar barricadas e não vá dizer que é uma marcha silenciosa...

Álvaro Cunhal — Essa é de facto uma verdade a ameaça confiança ou a menos confiança que pode haver para o nosso povo da política do Partido Comunista e do Partido Socialista. No que respeita às perseguições que nós fazemos segundo o dr. Mário Soares citou, pois o dr. Mário Soares citou que às vezes no tempo do fascismo os socialistas tinham defendido comunistas e mais; já depois do 25 de Abril houve dirigentes socialistas que disseram estarem dispostos no caso de haver nova perseguição aos comunistas novamente os irem defender quando eles estivessem sentados no banco dos réus. Acredito que essa declaração generosa dos socialistas corresponda às verdadeiras intenções. Mas também responde a uma perspectiva, a perspectiva de que seria uma situação em que os socialistas continuem em liberdade como advogados a defenderem os comunistas e os comunistas perseguidos que se sentariam no banco dos réus.

Isto quer dizer que o perigo de uma volta reaccionária, da instauração de uma ditadura no nosso país ameaça assim mais directamente no conceito de alguns, as forças revolucionárias, as forças da esquerda revolucionária militar e popular, e no fim de contas podemos estar seguros de que no caso de triunfo de um golpe fascista, no caso da instauração de uma ditadura fascista, começaria pelos comunistas, pelos militares revolucionários, mas atrás desses iriam os trabalhadores socialistas, os trabalhadores democratas.

Mário Soares — O dr. Cunhal dá-me licença?

Álvaro Cunhal — E é por isso que nós entendemos que todas as forças que se dizem antifascistas, democráticas e socialistas se devem unir tendo como objectivo a luta contra o perigo da reacção de direita, em frente contra um golpe reaccionário e para defenderem as liberdades e as conquistas da revolução.

Mário Soares — Ora, sr. dr. Cunhal, aqui temos um ponto em que poderemos chegar a algum acordo. O sr. dr. diz que é preciso defender este País de um golpe fascista. E nós estamos convencidos que é. Nisto estamos de acordo. É preciso defender o nosso país do fascismo. Simplesmente não é criando a situação de instabilidade social, de ruína económica e de antagonismo e cavando a divisão entre os portugueses como nós estamos a assistir, de uma maneira terrível, nesta sociedade portuguesa, em que nos locais de trabalho, graças à política do Partido Comunista, nós estamos a sentir que as pessoas quase não se podem já olhar, falar e entender, que as divisões políticas passam mesmo pelos seios das famílias, não é provocando este clima de ódio, de intolerância que se defende a revolução, nem de ruína económica para onde estamos a caminhar que se defende a revolução, dessa maneira estamos a caminhar para um Chile em Portugal. E é isso que o Partido Socialista deseja com todas as suas forças evitar.

E o senhor dr. tem uma maneira de pensar que é sempre criando umas certas dicotomias. E desculpará que lhe diga, mas é a maneira como nós estávamos habituados no antigo «regime». No antigo «regime» dizia-se só há ou nós, os fascistas, ou os comunistas; se não querem cair no comunismo apoiem o fascismo. E o sr. dr. agora diz-nos: ou nós, ou o acordo, ou se associam a nós, connosco ou então vão cair numa ditadura fascista. Senhor dr. Cunhal vamos fazer a democracia em Portugal, a democracia em Portugal! E é por isso que, nalguns sítios se diz, isto não porque eu queira injuriar o seu Partido, mas nalguns, nalguns, nalguns centros de esquerda se diz, ou da extrema-esquerda se grita muito hoje contra o fascismo e contra o social-fascismo.

Álvaro Cunhal — Isso está bem, a CIA também grita assim...

Mário Soares — Isso poderá considerar o social-fascismo social-fascismo chamar uma injúria. Mas se o Partido Comunista não aceita a democracia e se quer instalar aqui uma ditadura séria e férrea...

Alvaro Cunhal — Isso é que é uma injúria, isso é uma invenção do princípio ao fim...

Mário Soares — Isso sim, isso é social-fascista... Não, não é uma invenção...

Álvaro Cunhal — Os seus aliados MRPP e AOC é que dizem isso...

Mário Soares — Olhe a maioria, a maioria dos trabalhadores do «Século», esses sabem que não é uma injúria...

Álvaro Cunhal — A maioria são 80.

Mário Soares — E a maior parte dos homens que estão hoje sindicalizados no nosso país sabem que não é uma invenção. E aqueles que têm, que vêem e que sentem essa, que ouvem esta Rádio, esta Televisão que agora está ligeiramente, muito ligeiramente melhor, mas que durante um longo período nem um fado se ouvia na, na, no Rádio Clube Português, nem uma música nacional, nada. Eram canções revolucionárias, era uma verdadeira lavagem ao cérebro, de dia e de noite, esses sabem muito bem que a expressão social-fascista têm algum significado.

Álvaro Cunhal — ... Esta discussão não é uma troca de injúrias. Porque de facto chamar social-fascista, é uma injúria, uma grande injúria. Naturalmente nós estamos habituados a ouvir injúrias, ouvimos muitas injúrias. Fomos injuriados pelos pides, fomos injuriados pelos inimigos de classe, fomos injuriados, enfim, durante tantos anos, injúria debaixo de tortura; sabemos bem o que são as injúrias. É lamentável que as injúrias apareçam num debate político... Mas isto é para dizer que isto vem dos seus aliados... aliados MRPP, aliados da AOC, aliados que são um pouco...

Mário Soares — Não sr. dr.; não há aliados com o MRPP...

Álvaro Cunhal — ... o braço provocatório...

Mário Soares — ... mas não o queremos marginalizar nem excluir da vida nacional...

Álvaro Cunhal — ... que vai participar...

Mário Soares — ... nem queremos que eles sejam metidos nas prisões...

Álvaro Cunhal — ... bem, mas se me deixar falar, eu falo, se não me deixar eu sujeito-me à sua lei democrática... quero isto dizer que os seus aliados MRPP e os seus aliados AOC e digo que são seus aliados porque, por exemplo, vamos ao caso do Sindicato dos Escritórios em que o PS fez uma aliança oficial com o MRPP em que houve distribuição de cargos de direcção, em que ficou o M.R.P.P. com tais cargos, o P. S. com outros; mas levaram uma ensinadela na medida em que os aliados não se mostraram muito leais logo a seguir oito dias depois e começaram a tomar aquilo à conta deles e a pôr à margem os socialistas. Mas a aliança existia, e a prova é que se rompeu; senão nunca se tinha rompido. Não me venha dizer que não há aliança porque há casos assim concretos, com nomes e tudo e filiações, e cargos.

Mário Soares — Não há aliança nenhuma... Nós nunca fizémos nenhuma FUR nem nunca fomos expulsos da FUR.

Álvaro Cunhal — Eu estou a falar no Sindicato dos Escritórios... Portanto deu-se esta aliança, enfim, conhecida, é um Sindicato com dezenas de milhares de trabalhadores, como talvez saiba...

Mário Soares — ... houve uma convergência das pessoas contra uma certa linha...

Álvaro Cunhal — ... Pois, chamemos-lhe convergência; em vez de lhe chamar aliança, chamemos-lhe convergência, entre o MRPP e o Partido Socialista, face a várias situações...

Mário Soares — O sr. dr. prefere a Isabel do Carmo... são gostos...

Álvaro Cunhal — Não, eu estou a falar do Sindicato de Escritórios e da aliança PS-MRPP. Quer dizer essa aliança dá-se noutros locais e noutras formas. Dá-se, por exemplo na destruição dos centros de trabalho do Partido, em que o Partido Socialista não participou, estamos plenamente convencidos, mas preparou o terreno político, na medida em que fez uma campanha anticomunista; e o dr. Mário Soares fala no ódio em Portugal. Contra quem? O ódio em Portugal... está a ser semeado em todo o lado contra os comunistas. Não me consta que nos comícios do Partido Comunista se peça a morte dos socialistas; não se pede.

Decididamente tenho ouvido muita coisa, tenho ouvido é certo, quando às vezes se refere, se fala dos socialistas, lá vem um camarada ou outro que começa a dizer «Abaixo a reacção! Abaixo a reacção!». Isso é verdade! Mas até a política do PS pode justificar, enfim, esta indignação e este exagero de camaradas nossos. Agora o que não se ouve é gritar «morte a fulano ou morte a beltrano» e tão pouco se vê, depois de uma manifestação do Partido Comunista, sairem homens com umas mechas e uns «cocktails» Molotov para incendiarem as sedes do Partido Socialista, Já aqui foi dito que talvez a primeira tenha agora ardido e certamente, enfim pelas forças da direita reaccionária nos Açores.

Mas, de qualquer forma, nunca isso sucedeu, nunca sucedeu essa manifestação de ódio, de intolerância em relação a outros partidos que, como se sabe, são em relação ao Partido Comunista este é superado por várias vezes coincidentes, convergentes em aliança.

Mário Soares — E o sr. dr. já se interrogou porque é que isso aconteceu em Portugal, esse fenómeno?

Álvaro Cunhal — Pois interroguei, com certeza que interroguei...

Mário Soares — Depois de ter havido esses outros assaltos aos comícios do CDS e do PPD.

Álvaro Cunhal — Sem ser dos comunistas. Esses assaltos não foram os comunistas.

Mário Soares — Não sei se foram os comunistas...

Álvaro Cunhal — Sabe, sabe! Sabe perfeitamente que não foram.

Mário Soares — ... porque é que isso não acontece na França e na Itália, onde até há um partido fascista, e onde isso não se dá? Porque é que o Partido Comunista suscitou, pela sua acção própria, durante estes meses, essa vaga de fundo do povo português...

Álvaro Cunhal — Qual a vaga de fundo!

Mário Soares — ... contra a política...

Álvaro Cunhal — Confundir a acção da contra-revolução com a vaga de fundo do povo isso precisamente no Partido Socialista, um Partido que se diz democrático, antifascista, confundir os bandos do ELP, os bandos contra-revolucionários com a vaga de fundo do povo, vaga de fundo do povo é a obra que se está a fazer no Alentejo...

Mário Soares — Pois vamos falar no que se passa no Alentejo.

Álvaro Cunhal — Pois vamos falar.

Mário Soares — Eu já lhe falei aqui há tempos, o senhor no Alentejo e eu no Norte...

Álvaro Cunhal — Na medida em que o ELP está organizado fortemente no Alentejo, na medida em que os agrários explorad~~ores~~, com cumplicidade ao nível do Partido Socialista estão-se a organizar para lutarem contra os trabalhadores é natural que havemos de ver a contra-revolução também no Alentejo, a contra-revolução. Mas chamar vaga de fundo aos incêndios contra os centros de trabalho praticados aqui por forças contra-revolucionárias...

Mário Soares — Não chamei vaga de fundo aos incêndios, chamei vaga de fundo contra o Partido Comunista e em que certa medida se explica...

Álvaro Cunhal — Que provocou os incêndios...

Mário Soares — Há evidentemente gente que está organizada, que poderá ter feito esses actos...

Álvaro Cunhal — ... alguém os fez, alguém os fez, aquilo não caiu do ar...

Mário Soares — ... e que naturalmente serão fascistas. Um dia poderemos explicar como é que isso foi e encontrar a mão daqueles...

Álvaro Cunhal — Muitos deles estão localizados, porque é que não são presos?

Mário Soares — Mas o que houve foi da parte da população...

Álvaro Cunhal — Da população, da tal vaga de fundo!...

Mário Soares — Não a vaga de fundo foi a população ter ficado, em vez de vir, como nós queríamos, nós socialistas, vir defender, porque nós somos contra esses actos e denunciamo-los, somos contra esses actos e denunciamo-los...

Álvaro Cunhal — Mas não se viu um socialista solidário. Quer dizer, viu-se num caso ou em dois casos.

Mário Soares — Nunca encontrou socialistas nessas manifestações e muitas vezes não houve mais tareia pela acção do Partido Socialista.

Álvaro Cunhal — Não sabia que o PS tinha força nesses bandos fascistas, não sabia...

Mário Soares — Partido Socialista neste País durante alguns meses identificado, e ainda hoje o é, com a defesa das liberdades. O sr. dr. poderá dizer das suas amplas liberdades, desculpará que lhe diga o povo português não terá a mesma opinião.

Álvaro Cunhal — Mas não fale em nome do povo, fale em nome do seu partido...

Mário Soares — Mas quando eu falo de liberdades o povo português sabe, e ninguém se atreverá a negar que eu respeitarei as liberdades em todas as circunstâncias.

Álvaro Cunhal — Estimo muito que assim seja...

Mário Soares — E se amanhã em eleições o meu partido fosse derrotado, se sucedesse isso que o sr. dr. há bocado falava e parece que gostaria muito, que o PPD tivesse 38 e nós tivéssemos 24... se isso viesse a suceder nós respeiteríamos a alternância. E evidentemente, se nós estávamos no Governo, nós entendemos que quem deve governar é quem tem a maioria do povo e não quem se diz mais revolucionário ou quem se identifica, de uma maneira metafísica com a revolução, porque o sr. dr. fala e diz a classe operária e para si a classe operária é o PC.

Álvaro Cunhal — Não é, mas olhe que não é.

Mário Soares — Não é. Até o PS é hoje mais classe operária que o PC. Tem junto dos centros fabris, no caso por exemplo do Alentejo, no caso da Covilhã, no caso de S. João da Madeira, no caso da Marinha Grande, onde o PS ganhou inesperadamente para muitos observadores e certamente para si, ganhou de longe ao PC. O PS é hoje a classe operária, mas a classe operária tem também muitos outros partidos a que recorre, aos partidos da extrema-esquerda, à ... o PPD também tem votos da classe operária, o próprio CDS também tem votos da classe operária.

Álvaro Cunhal — Então é tudo classe operária... O CDS também é classe operária. É tudo classe operária...

Mário Soares — Mas o problema é que isso é conhecido, por exemplo em França, toda a gente sabia que 40 por cento do operariado francês, isso todos os sociólogos o dizem, votava no general De Gaulle. Pode-se negar esta realidade? É uma realidade histórica! Nós temos que saber é se queremos a democracia ou se não queremos a democracia. Se vamos para o socialismo através da democracia, através das liberdades, através do respeito da pessoa humana, sem violências e poupando ao País confrontações, ou se, pelo contrário, suscitamos estas con... con... confrontações para ganharmos para ganhar o poder e para impor uma revolução contra a vontade do povo. Este é que é o nosso dilema e a nossa profunda divergência. Enquanto não nos pusermos de acordo sobre isso, e para isso tem o seu partido, o Partido Comunista Português de aceitar a democracia, porque nós nunca aceitaremos a ditadura, enquanto o Partido Comunista não se puser de acordo com isto, e nos der a confiança absoluta que respeita a democracia em Portugal e quer chegar ao socialismo por via democrática, através da maioria, do convencimento da maioria do povo português, não há acordo possível entre o Partido Socialista e o PCP.

Álvaro Cunhal — Bom, eu queria dizer alguma coisa, mas naturalmente isto também está dentro das perguntas, é natural que esteja, não é?

. Como se vai para o socialismo, se se vai com democracia ou se vai sem ela. Também gostaria de dizer alguma coisa sobre esse tema. Mas antes disso queria dizer que há muitas empresas em que, infelizmente, nós procuramos com uma lupa e não encontramos socialistas.

José Carlos Megre — Dá-me licença? Só uma interrupção...

Álvaro Cunhal — Sim, se me dá licença... É que há afirmações...

José Carlos Megre — Eu queria era, sob pena de não sairmos da primeira pergunta.... Eu tenho estado a assistir com o máximo interesse ao debate, mas já agora gostávamos de ter possibilidade de fazer mais algumas perguntas. Eu agradecia que fosse curto, que desse a sua resposta...

"Quem iniciou a descolonização foi o P.S.!"

Álvaro Cunhal — Está bem, eu serei curto na resposta, e depois passamos a outra. Em relação ao Partido da classe operária: Eu quero dizer que estimo muito que o PS tenha uma base operária, em alguns lados não vemos essa base, há muitas fábricas em que procuramos com dificuldade socialistas a quem nos associarmos para a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores. Mas não quer dizer que não haja (naturalmente que há) muitos operários no Partido Socialista, e é até por isso uma das razões fundamentais porque nós estamos interessados em atrair os socialistas a uma luta comum contra os perigos, enfim, da direita, em defesa dos interesses das classes trabalhadoras, em defesa das liberdades e das conquistas da Revolução e para caminharmos em conjunto para o socialismo. E então vamos lá ao caminharmos para o socialismo. Essa é que é, de facto, a grande divergência: é que nós queremos liberdades e queremos socialismo. Mas o PS quer liberdades, mas socialismo é que não quer. E podemos dizer que, de socialismo, nem quer o cheiro' Tudo quanto cheira a socialismo já não interessa ao PS. Nós vemos o PS em aliança com os agrários, no Alentejo, contra a Reforma Agrária.

Mário Soares — Está-se a repetir, sr. dr. está-se a repetir...

Álvaro Cunhal — Lá iremos outra vez... No que respeita a manifestações, nós vemos os agrários, no Alentejo, os senhores das terras, a manifestarem-se com os socialistas, juntos. Onde aparecem agrários, aparecem socialistas, onde aparecem socialistas aparecem agrários. Eu não sei como se pode fazer uma revolução socialista com os exploradores. Não sei. Uma revolução socialista faz-se com os trabalhadores. No fundamental, é a classe trabalhadora que realiza uma revolução socialista. É com ela que temos que ir, e não contra ela. No que respeita às liberdades, nós temos dito muitas vezes (é fácil dizer «isso é mentira», «isso é mentira», «isso é mentira»), temos dito e temos provado, na prática da nossa actividade, que nós queremos um Portugal democrático onde existam amplas liberdades democráticas, e que é em amplas liberdade democráticas que temos que realizar as reformas sociais, políticas e económicas que abram caminho para o socialismo. Portanto, não queremos, de forma nenhuma, não temos defendido de forma nenhuma, a instauração de um regime unipartidário; não temos defendido, de forma nenhumã, a instauração de um regime sem liberdade de Imprensa; pelo contrário, temos defendido a mais ampla liberdade de Imprensa, e pensamos que...

Mário Soares — Vê-se, vê-se pelo «Diários de Notícias», vê-se...

Álvaro Cunhal — ... que com a especificidade das condições portuguesas, com essas características particulares à Revolução Portuguesa, Portugal é hoje o País da Europa onde há mais amplas liberdades democráticas. No nosso entender, não há nenhum outro país da Europa Ocidental onde haja liberdades democráticas tão amplas como há em Portugal. Liberdades de reunião, de manifestação, de direito à greve... Na prática, na vida política quotidiana do nosso país, há amplas liberdades democráticas...

Mário Soares — Se o sr. dr. comparar...

Álvaro Cunhal — E não há, por vezes, a menor responsabilização. Portanto, é para dizer que a diferença, a grande diferença, é esta: nós, os comunistas, queremos liberdades e queremos Socialismo. O PS diz e afirma querer as liberdades, e estimamos muito que assim seja sempre. As suas alianças com a direita reaccionária não são o melhor atestado desse espírito de defesa das liberdades e essa determinação em defender as liberdades (não é com reaccionários, não é com inimigos das liberdades que se defendem as liberdades. É aliando-se às forças revolucionárias, às forças do progresso social, às forças que já deram provas de serem capazes de defender as liberdades), mas é com liberdades que nós queremos marchar para o Socialismo. Mas o PS parece querer as liberdades, mas não querer o Socialismo, querer, enfim, um regime de democracia burguesa, que continuaria a ter o domínio dos monopólios, ou, se não dos monopólios, do grande capital e dos agrários. Nós queremos liberdades, mas sem monopólios e sem agrários.

José Carlos Mégre — Bem, nós teremos possibilidades de voltar, certamente, a este tema. Eu vou passar à frente de algumas das perguntas que nós tínhamos para fazer, porque já estou mesmo a ver, e ainda bem, que não temos possibilidades, nós, os moderadores, de fazer as perguntas que pensávamos, e vou passar a uma outra questão fundamental no processo português, e não só: é a questão angolana. Toda a gente sabe que uma das questões fundamentais que se põem neste momento aos portugueses é, efectivamente, a questão angolana, por isso gostaria que me falassem dela especialmente quanto a dois aspectos: primeiro, a internacionalização do povo angolano e a sua influência na actuação das entidades portuguesas responsáveis pela descolonização, especialmente quanto à posição a adoptar por Portugal no próximo 11 de Novembro, data da independência de Angola; segundo, em função do primeiro, que influência pensam que poderá vir a ter na Revolução portuguesa a posição que venha a ser adoptada perante o caso angolano na data de 11 de Novembro. Desta vez começamos pelo dr. Álvaro Cunhal:

Álvaro Cunhal — Um dos méritos da Revolução portuguesa foi a política de descolonização. No fundamental a independência dos povos da Guiné-Bissau, de Moçambique, de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, foi o resultado da luta corajosa e heróica desses povos pela sua liberdade e pela sua independência. Mas, o povo português pode também ter legítimo orgulho de ao longo dos anos do colonialismo, da guerra colonial e do fascismo, ter sido solidário para com a luta desses povos e, depois do 25 de Abril, com a conquista das liberdades e com o início de uma nova política, ter dado uma participação positiva e em certos casos determinante para a condução do processo e para a conquista da independência dos povos da Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. No caso de Angola a situação está bastante prejudicada porque o processo não foi idêntico ao seguido noutros casos e porque houve ilusões em relação à possibilidade de um entendimento entre movimentos que não representavam igualmente o povo angolano. No entender do PC há um movimento que provou, ao longo da sua luta, ser o legítimo representante do povo angolano, ser o movimento que se bateu pela liberdade e pela independência do seu país — foi o MPLA. Trata-se do único movimento com quem o PC tem tido ligações e contactos, com quem mantem relações de solidariedade recíproca e pensamos que o MPLA é, na verdade, o legítimo representante do povo de Angola. Temos reservas muito fortes em relação à FNLA, que não nos parece ter uma formação que defenda os interesses do povo angolano e os interesses de independência desse povo; em relação à UNITA há também reservas conhecidas e, portanto, pensamos que a solução do problema angolano deveria ser a transmissão dos poderes a um governo formado na base do MPLA e de outras forças que quisessem participar com o MPLA nesse Governo, no dia 11 de Novembro. Se isso for realizado não quer dizer que os problemas de Angola estejam por si resolvidos com esse facto. Angola é um país muito rico, sujeito a cobiças muito diversas, o imperialismo está muito activo e vemos mesmo, em certas intervenções actuais, que se estão a dar em Angola, um exemplo de como o imperialismo não desiste de cortar uma fatia grossa desse bolo para si.

Portanto, continuar, seja numa forma neocolonialista seja noutras formas de dominação económica e de exploração ao continuar a opressão do povo angolano. A nosso ver a questão está bastante simplificada nos últimos tempos, na medida em que o MPLA comprovou, pela sua acção, e pela sua política, ser o representante legítimo do povo de Angola e merecer bem ser considerado pelo povo português como aquele partido que dirige a luta do povo angolano e a quem cabe legitimamente também, neste momento, a formação do primeiro governo do Estado independente de Angola. É este o nosso ponto de vista.

Jose Carlos Megre — Falta o sr. dr. responder ao segundo aspecto da questão, ou seja que influência poderá vir a ter na Revolução portuguesa a posição que venhamos a ter em relação a Angola.

Álvaro Cunhal — Nós sabemos que, neste momento, tanto em Angola como em Portugal estão em gestão projectos contra-revolucionários que nos inquetam sobremaneira. Procura-se em Angola, as forças contra-revolucionárias e pró-imperialistas procuram ainda antes do dia 11 seja uma inversão da situação militar, seja um golpe que permita uma outra solução política em Angola. Coordenado com Portugal, é nítido, com o crescendo da acção contra-revolucionária que se verifica nos últimos dias e que tememos bastante que procure fazer convergir nos dias 9, 10, 11 com acções coordenadas, terroristas e golpes de carácter mesmo militar, que possa haver um tipo de forças militares não normais, digo militares pelo facto de ser com armas, pois que seja a convergência de acções em Angola e Portugal para mudar o rumo (tanto lá como cá) da política.

Tememos bastante esta situação e, na verdade, advertimos também para os perigos do próprio processo angolano. Eu não quero abordar, a pergunta não respeita a isso, o problema dos chamados retornados, que é um problema complexo em si e que de certo modo se pode considerar isoladamente da solução política do problema angolano. Mas o MPLA tem declarado muitas vezes (e nós cremos que sim) que, uma vez que haja uma política progressista em Angola e esteja conquistada a independência do povo angolano, há todas as condições para que muitos desses portugueses e não portugueses retornados que vieram para Portugal possam regressar a Angola, possam aí continuar a sua vida num país que para muitos deles é a sua pátria, mesmo para aqueles que foram de Portugal como portugueses e que voltaram ainda como portugueses, mas que amanhã podem, com satisfação e alegria, ser angolanos, com o seu passaporte angolano no bolso. Isto para dizer que este problema é um problema específico, sobretudo nos aspectos humanos, nos aspectos de auxílio, nos aspectos mesmo políticos, que podem derivar de uma situação de desespero até de protesto e desacordo com um processo, o que leva uma parte considerável dessas pessoas a poderem ser uma base não propriamente das forças de progresso do nosso país, mas, ao contrário, serem uma base das forças reaccionárias. No conjunto, é um problema muito complexo, que exige um tratamento à parte. Quanto ao problema em si de Angola, da luta do povo de Angola pela sua independência, pensamos que esse momento se aproxima e certamente o MPLA vai continuar combatendo com a coragem que tem mostrado e com o apoio de massas consideráveis do povo angolano, se conseguir vencer as dificuldades de ordem militar dos dias próximos, teremos no dia 11, assim o esperamos, um Governo constituído na base fundamentalmente do MPLA que merece o direito ao reconhecimento pelo Estado português, como certamente será reconhecido por muitas dezenas de Estados em todo o mundo.

Mário Soares — Bem. Relativamente ao problema da descolonização o PS deu as suas provas. Podemos dizer que, desde o início, quem iniciou a descolonização foi o PS. E, por circunstâncias diversas, eu tive a possibilidade de ser quem deu o pontapé de saída para a descolonização, visto que quando assumi o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, no próprio dia em que isso aconteceu parti para Dacar onde tive um encontro com Aristides Pereira, principal dirigente do PAIGC. E antes disso, naquela ronda que fiz pela Europa tive ocasião de me encontrar com o dr. Agostinho Neto em Bruxelas no dia 2 de Maio de 1974 e depois disso fui também eu o primeiro dos políticos portugueses a encontrar o Samora Machel, como todos estão lembrados. Nós pensamos que a democratização estava relacionada com a descolonização que o 25 de Abril foi feito para assegurar a descolonização não se poderia criar uma democracia em Portugal sem haver uma descolonização e rasgadamente partimos para a descolonização. Naturalmente nós tivemos durante a resistência ao fascismo muitas relações com os movimentos nacionalistas africanos que travavam combate comum a nós contra o fascismo e o colonialismo português, particularmente em Londres quando Marcelo Caetano visitou Londres e muito antes disso e com muitos partidos tivemos sempre um combate comum e estabelecemos relações com o MPLA, com o PAIGC e com a Frelimo. Entretanto, quando se tratou de em concreto negociar, nós não podíamos seguir um critério. Logo tivemos que seguir um critério pragmático, tivemos sobretudo que, acima de tudo, pôr o interesse nacional. E foi assim que relativamente a Angola nós seguimos um método diferente daquele que nós seguimos em relação à Guiné e a Moçambique porque na Guiné e em Moçambique havia um só movimento de libertação legítimo em cada um desses países. Os outros eram movimentos fantoches que tinham sido criados já depois do 25 de Abril ou imediatamente antes do 25 de Abril justamente para ser, digamos, uma maneira de negociar do colonizador, e nós queríamos fazer a descolonização e não neocolonialismo. Por isso até tivemos algumas divergências graves (o dr. Cunhal deve estar lembrado disso) com o general Spínola e eu tive efectivamente essas divergências particularmente no momento das negociações de Londres com o PAIGC, divergências que poderiam ter feito em determinada altura cair o Governo Provisório e acerca da qual o Partido Comunista representado pelo dr. Álvaro Cunhal teve uma posição bastante mais dúctil e bastante mais maleável nessa altura de que a posição do Partido Socialista, que era mais rígida e pretendia a descolonização a todo o preço.

Álvaro Cunhal (à parte) — Não percebi bem, não percebi bem, a sua ideia...

Mário Soares — Nós quando passámos...

Álvaro Cunhal — Não percebi bem a sua ideia. Mais dúctil em que sentido?

Mário Soares — No sentido de afrontamento que eu tive num célebre Conselho de Ministros, antes de partir para Londres, com o general Spínola, Conselho de Ministros a que certamente o sr. dr. assistiu e que eu pude pedir ao Governo português que se pronunciasse de uma maneira taxativa para me dar poderes no sentido de negociar mesmo quando o general Spínola não o queria consentir.

Álvaro Cunhal — Isso não foi em Conselho de Ministros.

Mário Soares — Ah foi! Essa foi. Houve poucas reuniões do Conselho de Ministros mas essa foi. Mas enfim esse um ponto (digamos) histórico. Agora o que não há dúvida é que quando chegamos ao problema de Angola nós deparamos com o problema de três movimentos com implantação diferente, com expressões diferentes, com raizes e apoios diferentes mas que existiam, todos eles e que nós queríamos terminar a guerra tínhamos que negociar com os três movimentos. Fizemo-lo com a ajuda diplomática de países amigos, alguns países socialistas, do Vaticano, dos países da OUA, fizemo-lo através de uma diplomacia bastante intensa na ONU e chegamos a estabelecer relações com os três movimentos e a pouco e pouco concertá-los na ideia de se se sentarem à mesma mesa e fazerem um acordo conjunto. Houve a interferência de certos países africanos limítrofes de Angola que levaram naturalmente também os três movimentos em conjunto a se sentarem à mesma mesa, isto aconteceu primeiro em Mombaça e depois aconteceu nos acordos do Alvor. Os acordos do Alvor representam uma grande vitória para a diplomacia portuguesa e representaram um princípio de solução do caso de Angola que parecia nessa altura realista e exequível e que evitaria a confrontação armada. Sabemos que há muitos interesses em Angola e o dr. Cunhal falou de um imperialismo. Eu diria melhor alguns imperialismos. E sabemos mesmo que dentro do campo socialista há hesitações acerca disso. Sabemos que a China Popular, por exemplo, em relação ao caso de Angola é bastante diferente por exemplo, da relação da União Soviética. E que, mesmo para o MPLA, a União Soviética teve bastantes hesitações. Houve um período em que apoiou a fundo e ultimamente tem apoiado a fundo mas houve um período anterior em que esse apoio não foi tão grande. Portanto, aos interesses de toda a região há os imperialismos no plural em jogo e há o interesse nacional português. O interesse nacional português é no sentido de evitar primeiro um conflito armado, em segundo lugar a internacionalização desse conflito. O Estado português comprometeu-se nesse acordo e eu estou de acordo e penso que a posição enunciada pelo ministro Melo Antunes na ONU é correcta no sentido de dizer que agora, que depois do Estado português ter negociado com os três movimentos de libertação, já ter firmado com todos eles um acordo, de todos eles considerarem os outros legítimos para firmarem esse acordo não é ao Estado português que incumbe de ir agora escolher de entre os movimentos que nos reconhecemos, que este só é o legítimo representante do povo de Angola quando nos acordos de Alvor dissemos o contrário, que os legítimos representantes de Angola eram os três movimentos. O Estado português não sairia bem, o interesse nacional não sairia bem disto se fosse esse o procedimento do Governo português. Por outro lado, tem que decidir da sorte de Angola em última instância é o povo angolano e não somos nós que nos devemos sobrepor à vontade do povo angolano e estar a dizer qual é o movimento bom e quais são os outros movimentos que não são bons. Isto não tem nada a ver com o problema das simpatias e das afinidades ideológicas do Partido Socialista com este ou aquele movimento, que

"O povo de Angola saberá reconhecer os seus amigos!"

as tem e são conhecidas: tem a ver com o interesse nacional e com a sobreposição dos interesses do Estado português, do Povo português que representamos aos interesses propriamente partidários. Portanto, eu penso que a posição anunciada pelo ministro Melo Antunes e corroborada pelo Conselho da Revolução é a posição que me parece correcta e não vejo que se possa tomar outra. Eu sei que tem havido grandes pressões, que tem havido verdadeiras ingerências na vida nacional. O caso que se passou agio com o Conselho Mundial da Paz, teve essa característica. A meu ver, tratou-se de uma vinda aqui, neste momento, para discutir o problema de Angola que parecia, pelo menos, ter todo o ar de uma pressão. Eu tive ocasião de falar com eles e de lhes dizer. Sabe-se que o Conselho Mundial da Paz tem uma constação política e com um bloco de países que é conhecida, pública, e é portanto, eu penso que há que sobrepôr às questões ideológicas, as questões nacionais. Quanto à segunda parte da pergunta, haverá uma interinfluência entre a data do 11 de Novembro e acontecimentos internos portugueses. Tem sido divulgado por certos meios de informação a teoria de que toda a agitação que o Partido Comunista tem provocado em Portugal desde há uma semana a esta parte está relacionada com o caso de Angola e também com uma pressão para o reconhecimento do MPLA. Francamente eu não acredito nessa teoria embora hoje um diplomata, aliás de um país bastante progressista me dissesse: mas para que é que (desculpará, é a expressão exacta: porque é que o Cunhal desencadeia toda esta pressão em Portugal apenas para conseguir mais um lugar no Ministério, apenas para conseguir meter o Vasco Gonçalves no Conselho da Revolução, expondo a isso, a toda esta situação, só por isso?)

Alvaro Cunhal — Era um mau observador diplomata...

Mário Soares — E em relação a isso, ele respondia: porventura há interesses internacionais em presença. Eu não quero acreditar nisso porque penso, continuo a pensar, que o Partido Comunista é sobretudo um partido nacional.

Álvaro Cunhal — Bom... isso assim a terminar com uma insinuaçãozinha, assim muita coisa é interessante, mas eu não vou para aí. No que respeita ao processo de descolonização tenho que dizer que o processo de descolonização não foi conduzido pelo Governo, pelos governos. Portanto, se o Povo português ainda não sabia pois pode ficar a saber neste momento que há uma comissão de descolonização a quem cabia a direcção desse processo e que o Governo passava meses inteiros sem ter sequer informação do que fazia o Ministério e o ministro dos Negócios Estrangeiros quando se deslocava para esse efeito. E disto não eram dadas contas nenhumas ao Governo. O Governo era segregado completamente de todas asquestões do problema da descolonização. Havia uma comissão de descolonização composta pelo Presidente da República, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, mais alguns membros dessa comissão que dirigia a seu bel-prazer a descolonização sem dar nenhuma satisfacão.

Mário Soares — Não esquecerá o Movimento das Forças Armadas...

Álvaro Cunhal — De três em três meses, de quatro em quatro meses (e o Movimento das Forças Armadas fazia parte dessa comissão é evidente) de vez em quando lá ia, enfim, uma satisfação muito geral. muito provisória, ao Governo. Portanto o Governo não foi ouvido nem achado a não ser que os seus membros manifestavam ideias gerais para o processo da descolonização. No que respeita ainda a uma afirmação que foi feita sobre os dois imperialismos, isto hoje é uma teoria que se desenvolve mas não é de nenhuma forma para facilitar a luta contra o imperialismo. É precisamente para confudir as coisas, para confudir amigos com inimigos, para confundir o imperialismo que na verdade é o imperialismo que oprime os povos, com os países que dão facilidade na luta dos povos, que é o caso da União Soviética...

Mário Soares — E da China Popular também...

Álvaro Cunhal — Bem. E da China Popular, também, como está a dizer o dr. Mário Soares. Não sei se está a dizer por ajudar os povos ou por ser imperialismo. Isso é que eu não percebi bem. Não é um país imperialista. É um país socialista. Refiro-me particularmente ao imperialismo capitalista, digamos assim, porque não há outros. O imperialismo é capitalista. O imperialismo, a nosso ver é uma fase do capitalismo, é uma fase do seu desenvolvimento, é uma etapa do desenvolvimento do capitalismo.

Mário Soares — Eu conheço a sua teoria, eu conheço a sua teoria.

Álvaro Cunhal — Parece que não... Fala em dois... Nós só consideramos um. Isto para dizer que o que se passa em Angola é de facto ingerência de países que querem ir lá explorar os diamantes e o ferro e tirar, como nós sabemos, as riquezas de um povo e explorar o seu trabalho ou pior na luta pela sua independência. Portanto, esta é que é a situação. Agora o que eu constato é que o Partido Socialista, especialmente o dr. Mário Soares manifesta a sua posição um tanto eclética em relação à questão angolana e o critério que diz ser adoptado de não sobrepor a nossa opinião à opinião do povo angolano na escolha dos movimentos pode não ter sido aquele que a gente vê adoptado em Moçambique, e em Moçambique também havia movimentos, simplesmente foi considerado...

Mário Soares — Não eram representativos... e não faziam parte (ininteligível)...

Álvaro Cunhal — É precisamente o que nós consideramos...

Mário Soares — Há um critério... Há um critério...

Álvaro Cunhal — Dá-me licença? Eu não o interrompia quando estava a falar. Portanto, em relação a esse tal critério que me parece que não adoptámos para Angola foi válido para Moçambique e neste momento nós estamos a renunciar a um determinado movimento que até pelo apoio popular de que desfruta e que mostra na sua vida diária é um movimento que luta e efectivamente pela libertação do povo de Angola, que está à frente dessa luta pela libertação e há na verdade ingerência do norte, enfim, conhecemos todos muito bem o que está por trás daquilo e que não procura, de certeza, a independência do povo de Angola. Nós, os comunistas, tomamos a responsabilidade de dizer: a nosso ver, quem representa os interesses do povo de Angola é o MPLA. Uma vitória, enfim, das outras forças, contra o MPLA representaria não a independência do povo de Angola, não a libertação do povo de Angola mas, na verdade, o domínio neocolonialista do imperialismo em Angola. Por isso, na nossa opinião deve ser dado todo o apoio ao MPLA e no caso das coisas correrem normalmente, no dia 11, quando for declarada a independência com a constituição do governo em Luanda com a hegemonia provável do MPLA, que esse Governo devia ser reconhecido. Mas ainda há outro aspecto que eu quero referir. A incerteza da posição de Portugal nessa matéria e a falta desde já, antes do 11 de Novembro, de uma definição de posição faz comprometer e comprometer seriamente as relações de Portugal com os países que se libertaram do colonialismo português, ou seja concretamente, com a República da Guiné-Bissau, com Moçambique, com Cabo Verde, com S. Tomé, que apoiam o MPLA na sua luta pela independência e que reconhecem o MPLA como legítimo representante do povo angolano. E mais: é que no dia 11 de Novembro, se for proclamada a independência, se for constituido um governo de Angola livre e independente na base do MPLA, será reconhecido sem dúvida alguma por Moçambique, pela Guiné-Bissau, por Cabo Verde, e não sei se também por S. Tomé e Príncipe. Quer isto dizer que há uma situação imediata de dificuldade. que se cria nas relações de Portugal com esses países, relações essas que estamos muito interessados em reforçar, enfim, para o bem desses países e para o bem do nosso próprio povo. Daí a clareza da nossa posição e pensamos que posições dúbias neste momento, a três dias enfim da data marcada para a independência do povo de Angola, nem ajudam o interesse do povo de Angola nem ajudam a nossa própria luta pela liberdade e pela independência.

Mário Soares — Era, teria sido, eu só queria fazer uma nota, teremos de passar a outro assunto, mas teria sido interessante que o sr. dr. no momento dos acordos de Alvor dissesse isso que aqui está a dizer neste momento. Porque nessa altura é que era o momento de dizer, «não há razão nenhuma para fazer os acordos do Alvor, porque os movimentos que aí estão são movimentos de fantoches que assinaram com o Estado Português, não representam coisa nenhuma, e portanto não temos que fazer esse acordo». Ora, é muito possível ainda, e nós não desistimos, parece que o ministro Vítor Crespo não desistiu de chegar ainda a um acordo de última hora com os três movimentos, e neste momento ele está em Kampala a negociar, se é que ainda lá está, para conseguir esse acordo, e está a negociar com os países que referiu, entre outros países africanos — como sabe a OUA está muito dividida nessa matéria (não só a OUA: todo o mundo, todo o mundo, e há flutuações mesmo no mundo socialista) —, de modo que seria talvez a meu ver mais prudente nós esperarmos o regresso do almirante Vítor Crespo para anunciar ao País o que ele conseguiu nesses últimos acordos de última hora. Agora um reconhecimento unilateral neste momento dá-me a impressão de que leva directamente à internacionalização do conflito. Por isso...

Álvaro Cunhal — O povo de Angola saberá reconhecer quem são os seus amigos e quem são os que não são seus amigos.

Mário Soares (à parte) — Naturalmente...

Álvaro Cunhal — É... E é nos momentos difíceis que os amigos se conhecem.

Mário Soares (à parte) — Naturalmente...

RTP — Eu gostaria de iniciar o período de perguntas e respostas que vamos seguir entre o dr. Álvaro Cunhal e o dr. Mário Soares com uma pergunta que eu gostaria de aqui pôr. (...) Portanto, se estiverem de acordo (...)

RTP — Ora então eu ia à tal pergunta que queria pôr. Parece-me que está presente no espírito de toda a gente, sobretudo na gente mais inquieta que neste momento neste País está a ver este programa. Quer o PS, quer o PC, têm afirmado a necessidade de restaurar a autoridade e a disciplina revolucionárias nas Forças Armadas, que é de resto considerada um problema esencial para a reunificação revolucionária do MFA, ou a reconstrução revolucionária do MFA. No entanto, ao que parece, os vossos dois partidos entendem as tais palavras em sentidos bastante diferentes. A pergunta que eu queria pôr era: que entendem efectivamente por autoridade e disciplina revolucionária e como enquadram esse problema na reconstrução revolucionária do MFA e da articulação deste com os partidos políticos e forças de poder popular?

. Eu não me recordo já quem foi o último a usar da palavra na primeira parte deste programa. De qualquer modo, talvez o dr. Álvaro Cunhal pudesse começar por responder a esta pergunta...

Álvaro Cunhal — Nós defendemos a ordem democrática e aí pensamos que é necessária a autoridade. Nós achamos que a ordem é democrática e a autoridade deve ser uma autoridade que corresponde às exigencias da própria revolução em curso. Falando-se de autoridade e disciplina nas Forças Armadas, nós pensamos que as Forças Armadas da Revolução Portuguesa devem ser Forças Armadas disciplinadas, e portanto capazes de cumprirem as missões que lhes forem atribuídas. O que pensamos é que essa disciplina, na situação que atravessamos, ganha-se dentro de uma orientação revolucionária, correspondente aos objectivos da dinâmica da própria revolução. Ao contrário de uma política de reforço das posições reaccionárias nas próprias Forças Armadas, a transigência e a condescendência com a conspiração de oficiais reaccionários, os saneamentos à esquerda acompanhados de uma protecção de posições de direita, as campanhas contra unidades que têm mostrado estar ligadas ao nosso povo, de nenhuma forma contribuem para o reforço da disciplina e da autoridade das Forças Armadas.

A nosso ver, a linha de disciplina e a linha de comandos deve coincidir com uma linha de confiança revolucionária dos superiores aos inferiores. E isso desde o soldado até aos comandantes e aos chefes. Pensamos portanto que a situação que se atravessa é uma situação difícil, necessita de ser vencida através de um espírito democrático, de um espírito revolucionário, nas medidas que se tomem dentro das Forças Armadas, e fundamentalmente terminando de vez os saneamentos à esquerda, confiando a todas as unidades homens que tenham provado a sua dedicação à causa da democracia e da revolução portuguesa, procurando, sempre que haja conspiração de direita reaccionária dentro das Forças Armadas, tomar as medidas adequadas, e com as medidas de estruturação e de reorganização que se pensem necessárias. Quanto ao MFA, nós pensamos que é uma realidade diferente das Forças Armadas no seu conjunto. O MFA foi um movimento revolucionário que dirigiu o 25 de Abril, que fez o 25 de Abril. Era um movimento heterogéneo, era um movimento onde havia várias tendências, mas era um movimento que intervinha como movimento político de vanguarda das próprias Forças Armadas, e foi nessa qualidade que pôde dirigir o Movimento do 25 de Abril, pôde de uma maneira geral ter uma intervenção determinante no curso da Revolução Portuguesa até hoje. Com as suas contradições, as suas divergências internas, as suas dificuldades, mas um movimento progressista e vanguarda revolucionária das Forças Armadas. Os esforços da reacção e da contra-revolução a partir do 25 de Abril encaminharam-se sempre para a dissolução do Movimento das Forças Armadas e para a afirmação da desnecessidade desse movimento, uma vez que as Forças Armadas já estariam ganhas para a causa da revolução. Foi toda a política de Spínola, política tenaz no seu fito de levar à dissolução do Movimento das Forças Armadas. E se hoje formos reler a Imprensa da época podemos ver que houve mesmo certos momentos em que o Movimento das Forças Armadas, se não estava ainda convencido nem vencido, entretanto já era obrigado a aceitar, durante instantes, que a própria Imprensa diária se referisse já não ao MFA mas às Forças Armadas, já não se falasse na aliança Povo-MFA, mas na aliança Povo-Forças Armadas. E o próprio Spínola, como chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e presidente da República, declarasse «o Movimento das Forças Armadas sou eu» — e «sou eu» para dissolver o próprio Movimento num processo democratista que levava à sobreposição de uma parte considerável de forças conservadoras e reaccionárias, que existe ainda nas Forças Armadas, a esse movimento de vanguarda, a essa vanguarda revolucionária. Nós continuamos a pensar que não há razões nenhumas para pôr fim a esse movimento, que esse movimento não só é útil como é indispensável à Revolução Portuguesa e à defesa das liberdades e da democracia, e que o que se trata, como tarefa, enfim, das forças revolucionárias portuguesas, e como aspiração e como necessidade para a defesa das liberdades e das vitórias e das conquistas da nossa Revolução, é o reforço deste MFA dentro da sua diversidade e com o que poderíamos chamar a reunificação das tendências revolucionárias dentro do MFA. Pensamos que é necessário que o MFA que deve continuar e que os seus organismos superiores, entre os quais o Conselho Superior da Revolução, que necessitam de corresponder a essa necessidade de reunificação das forças revolucionárias das tendências ... Isto responde também a uma questão que é a própria questão do Conselho da Revolução. Há forças extremistas e forças impacientes que contestam o próprio Conselho da Revolução e o próprio MFA. Isto tanto da direita reaccionária como certos grupos, enfim, extremistas, esquerdistas, como nós dizemos. Pensamos que é um erro profudo chamar por exemplo ao Conselho da Revolução «conselho da contra-revolução» (entre aspas, porque alguns o dizem). Pensamos que esse Conselho da Revolução, com todas as suas contradições, é uma necessidade do momento, digamos, é melhor existir este Conselho da Revolução que não existir nenhum. Necessitamos do MFA, necessitamos desse movimento progressista, dessa vanguarda revolucionária, e necessitaríamos, para bem do nosso povo que as tendências revolucionárias (ininteligível) uma reaproximação e uma plataforma para poderem naturalmente contribuir para o progresso da Revolução Portuguesa. Aqui assim, neste frente-a-frnte estão representantes de partidos políticos. Mas o esforço que a nosso ver é necessário, que também é necessário no sentido de uma aproximação das correntes políticas democráticas, e se com toda a vivacidade (ininteligível) que aqui me posso manifestar enfim, com o representante do Partido Socialista e apenas de todas as divergências profundas que existem, enfim, entre o Partido Comunista e o Partido Socialista, nós pensamos que a Revolução Portuguesa bem necessitaria de uma aproximação e de um entendimento entre comunistas e socialistas com outras forças revolucionárias para poder garantir a defesa das liberdades contra a ameaça da direita reaccionária enfim, não só as liberdades mas as outras conquistas da Revolução (ininteligível), apesar de todas as divergências é essa, digamos, a perspectiva para que nós apontamos, o mesmo acontece em relação às Forças Armadas e, mais concretamente, em relação ao MFA. No MFA também pensamos que esse esforço de reunificação de esforços reunificação e recomposição, quase de relação, por vezes, entre ambas, de todos aqueles que estão com a defesa da Revolução Portuguesa, é bem necessária e vamos a ver se sem perda de tempo. Porque a contra-revolução ganha posições e mal dos portugueses se estiverem inadvertidos em relação à ameaça da direita reaccionária!

"A 5.ª fazia propaganda comunista..."

Mário Soares — Bem, o problema desdobra-se em vários aspectos. Primeiro aspecto, ordem democrática. Eu penso que é de toda a evidência, que é preciso manter, reforçar essa ordem democrática. Eu penso que é preciso que o Governo governe, que o Governo tenha autoridade e que não podemos admitir ou sujeitarmo-nos a factos como aqueles que se passaram nos últimos dias, que um conjunto de energúmenos ou de cidadãos, saberemos depois se eles são energúmenos ou se são efectivamente cidadãos mas se fossem verdadeiramente cidadãos tinham outras maneiras de protestar, impedissem ministros e secretários de Estado de entrar dentro dos Ministérios, quer do Ministério da Comunicação Social, quer do Ministério do Trabalho, quer mesmo, é o caso da acção dos deficientes físicos das Forças Armadas, tentassem sequestrar o próprio Governo e lá dentro encontrando-se alguns chefes militares. Isso significa a destruição do Estado, de qualquer Estado. Nós não podemos consentir, não há democracia possível, só há ditadura da esquerda ou da direita, se deixarmos destruir o Estado e portanto a ordem democrática. A legalidade revolucionária tem de ser mantida até porque sem autoridade revolucionária pura e simplesmente não há revolução. Naturalmente o facto de se ter chegado onde se chegou deve-se muito à abdicação permanente do MFA e de alguns dirigentes das FA que porventura tiveram uma compreensão muito rápida do que fosse revolução e fazem algumas confusões. A verdade é que para que as FA e o MFA possa existir é preciso manter a disciplina e não se pode conceber que soldados embuçados ou outros venham dar conferências de Imprensa, que haja dirigentes que têm responsabilidades de comando sem serem imediatamente demitidos, possam aceitar o roubo de armas. Com armas, com milícias armadas, na mão de pessoas que não são representativas, que têm dado mostras pelas afirmações que têm feito que só pensam em confrontações violentas e em impor as suas ideias pela força das armas e deixar roubar armas, que as armas estejam em más mãos, é atirar a nossa revolução para uma situação de terrível crise. Isto não pode ser permitido e é necessário que os responsáveis militares, ao mais alto escalão o digam e não venham para a TV hesitar quando se trata de casos de disciplina gravíssimos que não poderiam ser tolerados em nenhum regime, seja ele qual for e muito menos num regime revolucionário. Não haveria nenhum país que permitisse que dirigentes militares aceitassem por exemplo uma organização como a organização SUV, que representa o minar da disciplina das forças armadas e a destruição do próprio MFA. E, entretanto, houve dirigentes que repetindo uma expressão que já tinha ouvido, aliás, ao dr. Cunhal, disseram que os SUV representavam uma resposta de esquerda a um Governo de direita.

Álvaro Cunhal — A frase não é minha.

Mário Soares — Mas eu ouvi-a.

Álvaro Cunhal — Sim, mas a frase não é minha.

Mário Soares — Se... se... sim mas eu ouvi-lha antes de ouvir na TV. De facto é...

Álvaro Cunhal — De qualquer forma eu depois falo dos SUV.

Mário Soares — Naturalmente. Ora nós, socialistas, não pensamos que isto reforce de alguma maneira a democracia. Isto leva em linha recta o País para uma confrontação armada e para uma guerra civil e nós estamos a fazer todos os esforços para evitar essa confrontação e essa guerra civil. É indispensável que os dirigentes militares assumam perante o País as responsabilidades que lhes incumbem no sentido de manter a autoridade, de manter a disciplina dentro das FA. Claro que fala-se aqui muito dos saneamentos à esquerda ou dos saneamentos à direita ou da palavra saneamentos. Eu queria dizer que acho que vai sendo tempo de acabar com os saneamentos, todos os saneamentos. A nossa revolução vai já quase em 20 meses. É tempo de ser institucionalizada e de acabar com os saneamentos. E a verdade é que os saneamentos neste País têm sido uma arma de chantagem terrível, na medida em que ninguém se sente ao abrigo desses saneamentos. Quando eu vejo um fenómeno como esse que se está a passar, verdadeiramente indecoroso, em relação ao secretário de Estado, tenente-coronel Ferreira da Cunha, eu percebo perfeitamente que se está a tentar visar muito mais alto que o tenente-coronel Ferreira da Cunha com isso e que se está a dizer a todos os militares, todos aqueles que tiveram responsabilidades na condução de uma guerra e todos eles foram, que foi uma guerra colonial, está-se-lhes a dizer atenção que se vocês se não portam bem fazemos-lhe a mesma coisa, fazemos a mesma chantagem. Isto não pode ser tolerado pelo País. Por outro lado é necessário recuperar as armas, como disse, da mão das milícias armadas e precisamos saber também qual é a posição do PC em relação a essas milícias armadas e essas armas e se entende como nós, socialistas, que é necessário obrigar quem tem armas a entregá-las porque não é através de milícias armadas que nós podemos resolver os nossos diferendos, a menos que tenhamos a leviandade e a irresponsabilidade de os querer resolver pela força, porque então vamos arrastar este País para qualquer coisa de muito trágico. E é nesse sentido que eu há pouco falava das responsabilidades históricas do Partido Comunista. Um partido comunista como o PCE que viveu a tragédia da guerra de Espanha, que sabe o que foi a guerra de Espanha e o que resultou dessa confrontação, perante problemas destes reage e tem reagido e até publicamente de uma maneira muito mais, a meu ver, democrática. Estranhei que o dr. Cunhal, que durante tantos meses foi o campeão da aliança Povo-MFA e que até meteu, até se meteu depois, não o dr. Cunhal, bem entendido, mas até se meteu depois no meio do povo e do MFA o intermediário que foi o general Vasco Gonçalves, nesses cartazes que se espalharam por toda a cidade, pois falou agora do MFA no passado. E disse: « o MFA foi», «o MFA era». Porque é que o MFA não é? O MFA continua a ser. E a meu ver o MFA não é nem um movimento de libertação, porque isso é a teoria da identificação com o vencedor para recusar a derrota, mas é um movimento patriótico e progressivo e é o garante da democracia e da revolução. Aquilo que uniu os homens do MFA foi o programa do próprio MFA, que foi aceite não somente pelas FA, quase em bloco, como também pelo País. Numa esmagadora maioria. Agora, quando depois se tentou agarrar no MFA, empurrar o MFA para posições de tipo partidário, sabia-se que a grande maioria dos elementos do MFA não eram do PCP. Entretanto vimos a actuação da 5.ª Divisão, que era uma actuação feita como se efectivamente fosse o MFA, e eu retenho a palavra que o dr. Cunhal empregou, uma vanguarda para fazer um tipo de socialismo que é justamente um socialismo não democrático, um socialismo que é imposto pela força, porventura mesmo pela força das armas. E nós assistimos aos textos da 5.ª Divisão em que eles diziam que socialismo só há um e faziam, apresentavam ao País o socialismo como uma etapa de um comunismo, como um socialismo mais avançado. Isso foi dito nas câmaras da TV por oficiais da 5.ª Divisão. Faziam de uma maneira clara a propaganda comunista e preparavam um golpe, uma ditadura militar comunista.

Álvaro Cunhal — Talvez não, talvez não...

Mário Soares — A verdade é que isso não foi tolerado pelo conjunto das FA. Fala-se agora que é preciso repor outras pessoas no C.R.

Álvaro Cunhal — Ninguém fala em repor.

Mário Soares — A verdade é que o CR representa uma eleição, e as pessoas que lá estão foram eleitas. Eu entendo que o PC, como o PS, devem respeitar a autonomia do MFA como movimento suprapartidário e não têm de se intrometer nesses problemas.

Álvaro Cunhal — Se me dá licença, eu gostaria de dizer umas coisas sobre isto. Tenho assim muita coisa para dizer e isto daria para mais de uma hora, mas vamos lá ver se falo pouco. Começamos pelo MFA. Eu estou de acordo em que os partidos não se devem intrometer. Por exemplo não se devem intrometer como se intromete o PS, que volta e meia está a referir nomes de oficiais, com as acusações mais abertas a esses oficiais, que são homens responsáveis, desde aquele que foi o primeiro-ministro até outros homens responsáveis, e faz as acusações em aberto nos seus discursos e nos seus materiais.

Mário Soares — O PS é um partido aberto.

Álvaro Cunhal — Pois, mas não é isso. É intrometer-se, é intrometer-se. Não deve intrometer-se, mas intromete-se. De qualquer forma, não é bem isso que eu quero referir. Isto é só de passagem. Em relação ao Programa do MFA, sabemos perfeitamente que esse programa foi aceite, mas foi ultrapassado. E foi ultrapassado de tal forma que podemos dizer que oito dias depois já estavam realizados alguns pontos do programa que estavam previstos para um ano e meio ou dois anos. E sabemos muito bem, se nos tivéssemos todos cingido ao Programa do MFA, ao primeiro, àquele que todos aceitámos, ainda estaríamos à espera da nova Constituição para que as associações cívicas, que seriam as socialistas e comunistas, fossem os embriões de que poderiam resultar futuros partidos. Era assim que lá vinha no programa do MFA. Portanto, foi o movimento popular que a partir do dia 26, para não dizer no próprio dia 25, impôs, na verdade, uma nova dinâmica à evolução portuguesa, e realizou, em alguns casos, em poucas horas, aquilo que era o primeiro programa, dadas as condições nas tendências que existiam dentro do próprio MFA e dada até a imposição da parte mais conservadora, Spínola e outros, previa para daí a um ano e meio. É o caso da organização dos partidos, e todo o processo de descolonização... Se não fosse o movimento popular, se fosse o tal programa na sua expressão literal, que todos acertámos, o processo de descolonização ainda estaria à espera de que fosse elaborada a Constituição, neste ritmo de caracol em que trabalha a nossa Assembleia Constituinte, que está a chegar já ao fim do segundo período, do primeiro período de prorrogação e que não tem ainda feita a Constituição, porque se entretém a discutir coisas que não são da sua competência, conforme a lei constitucional e conforme o pacto com os partidos, mas, enfim, que se entretém horas e horas a discutir coisas que não são da sua competência e não fez a Constituição. Até, segundo a lei, já era caso para terminar a Constituinte, fazerem-se novas eleições, em que o PS poderia às vezes ter a tal pouca sorte que há bocado referi e teríamos uma outra Assembleia Constituinte para fazer uma outra Constituição. Mas isto para dizer que só depois da Constituição aprovada é que nós viríamos a ter a decisão em relação ao futuro do povo da Guiné-Bissau, do povo de Moçambique, etc.. Era assim o Programa do MFA, que, na verdade, foi alterada, foi ultrapassada e deu lugar a um curso diferente da nossa Revolução, que não estava previsto nas primeiras horas, como era natural, uma vez que se tratava de forças contraditórias e que não se podia fazer uma ideia de como se ia seguir o processo revolucionário após o 25 de Abril. A nosso ver, é necessário o MFA, é necessário este movimento, e eu, quando digo vanguarda é precisamente porque hoje as forças reaccionárias e conservadoras estão muito interessadas em que não haja qualquer distinção entre o MFA, que é a consciência democrática das FA, é a parte mais reaccionária das F.A. não querem essa distinção, e, portanto, há aquele democratismo que leva em grandes assembleias (todos votam, todos dizem a sua opinião) e sobrepõe-se a opinião de todos à opinião do MFA no aspecto político. A nosso ver, é um erro grave essa aceitação da dissolução do MFA. Que não é de hoje. Nós sabemos a campanha de assinaturas de Spínola, sabemos qual foi toda a sua manobra do Buçaco, sabemos o que foi até a convocação para a Manutenção, em que viriam os oficiais conservadores dominar a vanguarda numa grande assembleia, todo esse projecto de Spínola. Ultimamente tornou a renascer e tornou a contestar o MFA. E poderemos dizer que pouco tempo atrás o MFA esteve em risco de desaparecer. Esteve em risco de desaparecer, quando essa vanguarda, esse movimento progressista foi atropelado pela massa conservadora e em grande parte reaccionária do Quadro Permanente. Nós não somos contra o Quadro Permanente, nós pensamos que os oficiais de carreira têm uma função a desempenhar no nosso país, que eles são necessários ao nosso Exército, às nossas F.A., mas esses oficiais, num quadro democrático, de uma revolução democrática, e não no quadro de conspiração movida por sectores reaccionários, não seo alguns sectores dentro das próprias F.A.... Isto, portanto, quanto à questao do MFA, pensamos que não é intrometer-nos, uma vez que é uma questão de interesse nacional, nós não dizemos «quem» nem «quem não» mas parece-nos que, havendo certas correntes, depois do que já se chamou o «pronunciamento de Tancos», havendo uma alteração, como houve, no CR, pensamos que fazem aí falta certas tendências do MFA e que o facto de não estarem presentes devidamente, precismente cria dificuldades sérias nas próprias F.A. E sendo colhidos por essa conspiração que está infelizmente a colher estabilidade, a ordem e a disciplina que se propõem nas F.A. passa, a nosso ver, pelo maior equilíbrio de representação das tendências do MFA não é das F.A. é do MFA que estou a falar, e não F.A. em geral, daí o pensarmos que é absolutamente legítimo dizer a nossa opinião em geral quanto à remodelação das estruturas do poder, como em relação ao Governo dizermos que o PPD não tem nada que fazer se é um Governo democrático, num Governo que pretende fazer uma revolução socialista não tem nada que fazer um partido que se identifica com a reacção e era de desejar que aí estivessem representadas forças revolucionárias militares mais deferenciadas, mais diversas. Nós somos também partidários da ordem democrática, não defendemos esse processo de piquetes para contrariar a entrada de ministros em Ministérios. E em relação a esta questão que hoje se está a passar, os comunistas defenderam a ideia de que a forma de luta adoptada não era a mais correcta. Portanto, ainda que na questão de fundo possamos ter uma opinião, temos uma ideia de que isto acontece porque não foi escolhida para o lugar a pessoa mais indicada e que não é a Acção Psicológica do velho estilo, não é essa que convém para a direcção dos meios de Comunicação Social, não é bem a acção psicológica militar, é uma coisa um bocadinho diferente e muito menos segundo as normas e os métodos dessa tal Acção Psicológica de especialistas altamente qualificados, mas com métodos que visam outras coisas.

Vamos por exemplo à guerra colonial: é uma coisa muito diferente da Acção Psicológica nos domínios dos meios de Informação e dos meios de Comunicação Social. Em relação ao Estado, nós defendemos que é necessário o Estado e que sem Estado uma Revolução não se pode defender, mas num Estado democrático, e um Estado democrático significa não só a mutação de certas estruturas que não são de formas algumas adequadas à nossa Revolução... Nós temos em grande parte um Estado que herdámos. Mas herdámos o Estado e herdámos o pessoal. Quer dizer, herdamos os metodos e há muitas repartições que não funcionam. E há muita sabotagem à democracia e há muitas sabotagens a medidas democráticas, e no aspecto económico, no aspecto político, no aspecto militar, enfim em todo o aparelho de Estado que não funciona para a Revolução que queremos realizar. E quando digo que queremos realizar não digo nós, os comunistas. Eu digo todos aqueles que se têm manifestado, ainda que com bastantes divergências, no sentido geral da construção de um Portugal democrático e de reformas sociais e políticas que correspondam aos interesses do nosso Povo.

Quanto aos saneamentos, eu registo com bastante agrado que sei que é tempo de terminar com os saneamentos. Mas vamos lá ver que saneamentos!

Áparte de Mário Soares — Todos.

Álvaro Cunhal — Não todos. Comece-se desde já a terminar com os saneamentos à esquerda. Mas eu acho difícil — aqui fala o dr. Mário Soares de disciplina nas Forças Armadas. É uma coisa um pouco interessante verificar que, se há por exemplo comandantes de unidades militares que contestam os comandantes superiores a eles, progressistas, não ouvimos a voz do Partido Socialista levantar-se. Pelo contrário, vemos fazer uma grande campanha contra esse militar que é um progressista e o apoio à conspiração de oficiais reaccionários que desobedecem ao seu comandante. Como é progressista, pois então já o Partido Socialista acha que não é indisciplina. Que há comandantes de uma Região que em certa altura dizem: nós não aceitamos o comando de uma Região Militar e só obedecemos a outro comandante militar, o que vai contra todas as normas, contra toda a disciplina militar, o Partido Socialista acha muito bem porque é um comandante progressista que é contestado. Mas se se trata da contestação de um comandante que é reaccionário, então ai Jesus que já é indisciplina nas Forças Armadas. E mais: e se aparece...

Mário Soares — O sr. dr. é que lhes dá essas qualificações de «reaccionário» e «progressista».

Álvaro Cunhal — Sim, sim, é exacto.

Mário Soares — Quando é progressista é comunista, se não é comunista e reaccionário...

Álvaro Cunhal — Não, não é isso!

Mário Soares — Nós passaremos a isso.

Álvaro Cunhal — É que, se temos por exemplo uma reunião de 40 oficiais ou 30 oficiais, e há um oficial que é um comandante de uma unidade que reúne os seus homens, digamos assim, e lhes diz «isto tem que acabar, enfim, já é tempo de acabar com esta situação, portanto é necessário impor, impor pela força das armas, um outro Governo, um governo da direita», põe-no abertamente, põe abertamente que é necessário marchar contra a Comuna de Lisboa, sabe perfeitamente da conspiração contra a Comuna de Lisboa; portanto era a conspiração-marcha sobre Lisboa que se reproduzia nestes exercícios. Não contesto o aspecto da sua

"Tantas vezes se diz que vem aí o lobo..."

realização para a eficiência das Forças Armadas, mas cujo tema é um tanto esquisito. Esta coisa de uns exercícios em que se deslocam umas tropas para o Norte para depois virem esmagar o inimigo do Sul é um bocado complicada. Este exercício, e então coincidindo, enfim, para o dia 8, anunciado para o dia 8, quando há uma grande manifestação também anunciada para o dia 9, enfim, uma concentração de retornados para o dia 10 (parece-me), quer dizer, esta coisa toda a confundir-se nesta altura não nos agrada nada, é coincidência a mais. E então o tema não nos agrada verdadeiramente, esse tema da marcha do Norte sobre o Sul para esmagar o inimigo do Sul. A nosso ver isso, esse sistema das manobras, só pode confundir os espíritos e criar a ideia de que há qualquer coisa de real no Sul para esmagar, e que isso de real no Sul para esmagar é a partir do Norte. Esta tese foi defendida abertamente em reuniões em que participou muita gente, sim, muitas dezenas de pessoas, em que se tem defendido que o Norte tem de esmagar o Sul revolucionário. E a guerra civil, isto é a tendência para a guerra civil! Nós somos contra isso. E mantemos uma solução política e não um confronto violento, e não a guerra civil. Não queremos dividir o País em dois, paralelo 37 ou 36, enfim de um lado e de outro haver um Governo que de cada lado se guerreia numa guerra mortífera entre portugueses e cuja sorte é difícil neste momento adivinhar. Queremos na verdade uma solução política para as dificuldades e queremos evitar a guerra civil, mas não se fale em disciplina da direita reaccionária, não se fale em disciplina expulsando ou fazendo a guerra, digamos assim, ideológica, e a guerra de propaganda contra oficiais que têm provado a sua dedicação à causa da democracia, a sua dedicação à causa da Revolução, a sua dedicação ao povo trabalhador. O Partido Socialista conduz sistematicamente, não a campanha contra os oficiais reaccionários, mas a campanha contra os oficiais revolucionários. Podemos ver, enfim nos jornais, nos discursos do Partido Socialista, uma campanha sistemática denegrindo oficiais que têm demonstrado a sua dedicação à causa do nosso Povo e a sua dedicação pelo povo trabalhador Não é assim que se consegue a disciplina; ao contrário, isso são elementos fomentadores da indisciplina.

Mário Soares — O sr. dr. acha que há reaccionários neste momento dentro do Conselho da Revolução?

Álvaro Cunhal — Não, não acho, não. Acho que há nas Forças Armadas...

Mário Soares — Ah! Nos comandos das unidades está a ver oficiais reaccionários?

Álvaro Cunhal — Ah, nos comandos das unidades, pois há! Não vou agora aqui dizer perante a Televisão: olhe, um reaccionário é o comandante do regimento tal.

Mário Soares — Naturalmente, naturalmente...

Álvaro Cunhal — Mas talvez, enfim, nós não temos relações de partido a partido. Neste momento, aliás, estamos aqui perante a Televisão mas não há encontros do Partido Socialista com o Partido Comunista, portanto as condições são tais, e as divergências tais, que não há esses encontros. Mas quer dizer, se houvesse esses encontros nós podíamos dizer, por exemplo, se houvesse um PS cooperante com o PC, com outro sistema de alianças (não era com a direita reaccionária, era com o Partido Comunista, com as forças da esquerda), podíamos dizer: vamos lá a ver onde é que está a reacção, onde é que está o perigo. Na unidade tal há ou não? — Podíamos dizer. Na nossa opinião há ainda muitos reaccionários em comandos, e mais, e reaccionários que conspiram contra a nossa democracia, e um dia se houver um golpe militar da direita não há dúvida nenhuma que aqueles que alertaram contra o perigo podem dizer ao Povo Português que o alertaram, e aqueles que dizem que não há perigo da direita reaccionária, que não há reaccionários nas unidades militares, têm grande responsabilidade perante o nosso Povo. E eu lembro que no dia 11 de Março...

Mário Soares — O pior são os cenários. Eu também já fiz uma advertência... Também fiz uma advertência desse género. Vem aí o lobo, e tantas vezes dizem «vem aí o lobo» que ninguém acredita...

Álvaro Cunhal — Poucos dias antes do 11 de Março, quando o PC preveniu, porque tinha elementos que eram bem evidentes de que facto se assistia a uma conspiração intensiva para o golpe de direita, o PS diz: não há perigo da direita. E isto, enfim, no dia 8, dia 9 de Março, quando enfim o PS, quando em relação às afirmações do PC dizia «não há perigo de um golpe da direita». E ele verificou-se, e ele verificou-se. Havia ou não havia oficiais reaccionários? Havia ou não havia conspiradores, que estavam?

Mário Soares — Estamos ainda à espera do julgamento do 11 de Março...

Álvaro Cunhal — Pois estamos, pois estamos.

Mário Soares — Mas há oficiais que foram chamados reaccionários, como o major Monge, que esteve sete meses na cadeia e agora é posto em liberdade sem que lhe tivesse sido apontado **isto**.

Álvaro Cunhal — Eu estou absolutamente de acordo...

Mário Soares — E entretanto fez-se uma campanha para o desautorizar, e é um dos heróis da revolução.

Álvaro Cunhal — Eu não digo que não. Mas antes...

Mário Soares — Portanto é bom, é bom...

Álvaro Cunhal — Exactamente. A sua defesa é tanto mais actual quanto é certo que no congresso do PS, realizado, não sei, em Dezembro, parece, aí assim os convidados foram todos homens que depois, na sua grande parte...

Mário Soares — Está enganado sr. dr.

Álvaro Cunhal — Que na sua grande parte estiveram depois...

Mário Soares — Está enganado, sr. dr. Isso é uma calúnia.

Álvaro Cunhal — Não!

Mário Soares — Estiveram também... (**Álvaro Cunhal** — Mas o «República», o «República»...) estiveram também outros oficiais progressistas... (**Álvaro Cunhal** — Dá-me licença?) e que são comunistas.

Álvaro Cunhal — Dá-me licença? A «República» publicou não só o nome desses ofícios como dizendo que esses eram os verdadeiros representantes do 25 de Abril. Portanto isto está escrito, vem na «República», publicado no «Monde» sobre o congresso, vem a lista deles...

Mário Soares — Acerca de legitimidade do MFA nós temos as nossas (ininteligível).

Álavro Cunhal — A «República» publicou os nomes deles, depois apareceram muitos deles metidos no 11 de Março, metidos no 11 de Março, mesmo a sério, porque alguns apareceram lá mesmo a fazer fogo, ou a querer fazer, portanto apareceram implicados, portanto, na verdade...

Mário Soares — Temos que discutir ainda bastante isso do 11 de Março...

Álvaro Cunhal — Está para fazer na verdade até o processo do 11 de Março...

Mário Soares — Até o do 28 de Setembro...

Álvaro Cunhal — Mas, se me der licença, eu falo. Se não me der licença, então a liberdade de falar fica um bocado prejudicada pelos seus métodos democráticos...

(Insistentes interrupções, ininteligíveis, de Mário Soares).

Álvaro Cunhal — Eu gostaria de ter a possibilidade de falar. Deixei-o falar à vontade, todo o tempo, mas estou a ver que não gosta muito da opinião alheia.

Mário Soares — Não, sr. dr., até gosto de o ouvir...

Álvaro Cunhal — Bem, agradeço-lhe, e então continuo. Em relação à questão dos saneamentos ainda, nós pensamos que, chame saneamento ou não chame, é necessário pôr à frente das unidades pessoas que ofereçam confiança à Revolução Portuguesa e que, onde quer que se verifique que essa situação não existe, pois é necessário colocar homens da confiança da Revolução, homens dedicados ao nosso povo, homens dedicados às liberdades, à frente das unidades fundamentais. E, quanto a saneamentos, é que eles não são só dos militares! Também são dos civis! Então até, digamos, comecemos pelo Ministério das Finanças. O dr. Mário Soares foi membro de um Governo a que eu também pertenci e portanto várias vezes assistiu a debates sobre questões económicas e financeiras. Já não vamos agora ver o que é que se passava quando o dr. Zenha, que era o ministro da Justiça, quando havia debates sobre questões financeiras dizia: «Eu disso não discuto, porque de Finanças não percebo nada.» Isso dizia o dr. Zenha. Eu ouvi-o várias vezes dizer em Conselho de Ministros. Foi nomeado ministro das Finanças, enfim, é um tanto estranho como é que uma pessoa que afirmava isso sistematicamente sempre que havia qualquer questão de problemas financeiros, uma pessoa que dizia que não percebia nada de Finanças, aparece-nos ministro das Finanças. Enfim...

Mário Soares — O sr. dr. verificará que ele será um excelente ministro das Finanças.

Álvaro Cunhal — Pois eu acredito...

Mário Soares — Como foi um excelente ministro da Justiça.

Álvaro Cunhal — Perfeitamente. Como é uma pessoa extraordinariamente inteligente, eu acredito que em pouco tempo aprenda todas as finanças que não sabia para estar em condições de dirigir esse ministério. Eu de nenhuma forma...

Mário Soares — Não se trata de aprender tecnicamente Finanças, mas de dirigir politicamente esse ministério. O sr. também não sabe nada de Finanças e era capaz também de o dirigir.

Álvaro Cunhal — Está-me sempre a interromper! Não me deixa falar! O que não é de facto o melhor índice desse respeito pela opinião alheia, pelos métodos democráticos... O sr. falou tanto tempo, agora deixe-me falar a mim.

E então verifica-se o seguinte: é que, entre outros saneamentos, saneia-se a administração do Banco de Portugal. Começa a haver um pouco a caça às bruxas nos vários departamentos. Então eu não sei. Diz-se por um lado, socialistas, enfim, é o secretário-geral do P. S. que o diz, não deve haver mais saneamentos, mas os socialistas dirigem saneamentos e dirigem saneamentos não só aí, mas também no Ministério do Trabalho, também já há saneamentos à esquerda. Nós queremos, primeiro: terminem os saneamentos. Ponha-se fim definitivamente aos saneamentos à esquerda, tanto no aparelho civil como no militar. Em relação aos saneamentos em geral nós não defendemos os saneamentos em geral, defendemos, sim, que onde haja homens que conspirem contra a democracia, homens que não sirvam os interesses, não estão em condições de exercer os seus cargos, que haja substituições adequadas para poderem cumprir as missões e as tarefas que lhes sejam atribuídas pelo próprio Estado. Nós, portanto, somos pelo termo imediato dos saneamentos à esquerda e também, se é permitida uma opinião acerca da propaganda do P. S., o P. S. que termine essas campanhas quase de difamação em relação a oficiais que têm dado, e estão dispostos a dar, o melhor que têm de si, e a própria vida, em defesa das liberdades, em defesa da revolução portuguesa.

Mário Soares — Eu quereria fazer só algumas observações. Vamos passar as perguntas (estamos já quase na meia-noite). Mas em todo o caso o ponto sempre, voltamos sempre a esse ponto que é crucial, é que o dr. Cunhal tem o hábito de classificar as pessoas, e umas são reaccionárias, outras são progressistas... É ele que as classifica como tal. Simplesmente, eu não estou de acordo com essa classificação como tal. Simplesmente, eu não estou de acordo com essa classificação. E penso que não é o sr. dr., ou o seu partido, que diz ao Povo português quem é que está a favor da Revolução e quem é que está contra a Revolução. Quem diz isso é o Povo português, porque o nosso único juíz, do sr. dr. e meu (por isso nós aqui estamos), é o Povo Português, e o Povo português tem maneira de dizer que Revolução quer, para que Revolução caminha e como é que ela deve ser feita e quem são os homens que a representam. Não basta que o sr. dr. diga «é reaccionário» para daí se concluir que é reaccionário, nem em relação a oficiais nem em relação a civis. E eu até dir-lhe-ei que em certos aspectos o sr. dr. fala de sabotagem à democracia. Eu digo: pois há sabotagem à democracia, há sabotagem económica. Essa sabotagem muitas vezes vem da direita, pois vem, e nós estamos dispostos a lutar contra a direita, mas também vem da esquerda, e vem do seu partido! E neste momento a actuação que o seu partido está a fazer em relação ao VI Governo é verdadeiramente uma sabotagem, não obstante lá estar. Não se trata de lhe dar proporcionalmente um apoio, isso perdoar-me-á que lhe diga que não representa nada. Toda a gente sabe, o País sabe, se estamos perante o Povo português ele sabe que aqui (não há dúvida nenhuma) é que o P. C. está contra o Governo, está contra o Governo, não obstante lá ter um ministro, e faz tudo para o derrubar.

Alvaro Cunhal — Não diga isso!

Mário Soares — Eu não percebo bem, eu não percebo bem...

Álvaro Cunhal — Bem vê...

Mário Soares — Quererá não interromper?

Álvaro Cunhal — Tem razão... tem razão.

Mário Soares — Algumas vezes eu tenho razão. E portanto é indispensável que o P. C. não sabote esse Governo ao qual pertence. Claro que o problema do que chama saneamentos à esquerda, o P. S. e o P. C. e o V Governo Provisório, e antes do V já o IV, teve uma maneira muito especial de preencher os lugares, a máquina do aparelho de Estado, e verificamos que os comunistas e os comunistas associados ou atrelados, o MDP/CDE e outros, pois foram postos por toda a parte. O MDP não era um partido de massas, era um partido de cúpulas de dirigentes que apareciam nas comissões administrativas, que encheram as comissões administrativas, que encheram os organismos de Reforma Agrária e que encheram todo o aparelho de Estado, e hoje verifica-se que em certos ministérios, o Ministério da Educação Nacional, o Ministério do Trabalho onde estiveram, ouros ministérios onde estiveram, pols estão completamente pejados, toda a máquina do Estado está nas mãos de membros do Partido Comunista ou de associados do PC.

Áparte de Álvaro Cunhal — (ininteligível).

Mário Soares — Eu disse-lhe uma vez que em nenhuma parte d a Europa Ocidental há um P. C. que tenha uma implantação a nível do aparelho de Estado nem de longe superior àquela que tem o P. C. E entretanto o Partido Comunista é um pequeno partido, não é omo o Partido Comunista Italiano, que é um grande partido e não tem essa implantação.

Álvaro Chunal — É uma posição...

Mário Soares — Mas a verdade é que, pelo efeito do acto de taos saneamentos ditos à direita, mas que eram à direita ou não eram, isso ainda se há-de dizer (o Povo Português tem alguma ideia acerca disso), foram preenchendo os lugares em toda a parte. E assim que chegavam a um sítio o que era preciso era preencher esses lugares. É evidente que se o ministro, como por exemplo uma administração do Banco de Portugal, o banco central, uma política do Ministério das Finanças, uma política que pretende salvar o País da bancarrota, que é eminente dadas as circunstâncias em que nós vivemos, os déficites que temos que são do seu conhecimento, é evidente que essa política tem que ser exercida através dos instrumentos e é evidente que não podem ser pessoas que estão ali para dificultar a política do actual Governo que a podem exercer. É evidente que não, isto não pode ser e portanto, naturalmente, têm que ser afastados. Não quer dizer que não vão para outro lado, mas em determinados postos pois evidentemente que têm que ser afastados, e isso não sifnifica saneamento à esquerda. Isso significa que é necesário, nops precisamos de resolver determinados problemas, e temos que os resolver senão este País vai a fundo. Já está muito a fundo com aquilo que foi feito durante o V Governo. O V Governo já não estava praticamente governo e ainda continuava a legislar, com decretos, a nomear pessoas e a fazer nomeações. Isso era uma coisa a que o País assistiu durante...

Álvaro Cunhal — Os melhores decretos que estão publicados são todos pelo V...

Mário Soares — O que se passou por exemplo no Ministério do Trabalho, por exemplo, onde estiveram responsáveis comunistas, nós estamos, está-se agora a verificar, foram exercidas pressões, mas presssões inqualificáveis quanto a pessoas que estiveram muitas vezes fechadas, e o País sabe que eu não minto, todo o País sabe isto, estiveram fechadas um dia inteiro e mais que um dia inteiro lá para assinarem, para lhes arrancarem determinadas concessões, algumas delas foram mal tratadas e até espancadas dentro do Ministério do Trabalho.

Álvaro Cunhal — Não diga isso!

Não diga isso!

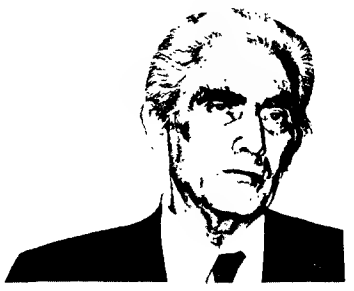
Mário Soares — Isso, far-se-á inquérito...

Álvaro Cunhal — Faz-se...

Mário Soares — ... no devido tempo acerca disso, mas é indispensável que esses inquéritos se façam e que sejam apresentados perante o Povo português. Ora isso foi a actividade do PC, e o PC tinha dentro do MFA, ainda tem, elementos que actuaram verdadeiramente contra a democracia. O sr. dr. dirá que eles são pessoas muito progressistas. Eu penso que quem actua contra a democracia, e quem queria arrastar este País para uma situação que não era democrática, que não respeitava a vontade popular, não é progressivo, é reaccionário. E esta é uma divergência de fundo que existe entre nós.

Álvaro Cunhal — Em relação... Dá-me licença?

Megre — Bem... eu queria ver se...



"Não pomos o aval a tudo o que faz o VI Governo!"

Álvaro Cunhal — E que as perguntas directas estão a aparecer na própria conversa, não é?

. **Megre** — É da maneira que estamos a entrar no debate directo.

Letria — É quase um crime interromper esta conversa...

Megre — É quase um crime, mas é que...

Mário Soares — Em todo o caso seria bom fazermos algumas perguntas.

Megre — Não, eu penso que sim, quer dizer. Eu proporia o seguinte: que o dr. Álvaro Cunhal se limitasse a focar os pontos em que acha concretamente que o seu partido está em causa com a intervenção do dr. Mário Soares para depois passarmos então às perguntas e respostas, porque, se continuamos assim aquilo que eu chamo devolver acusações com outras acusações, estamos com os dois partidos a quererem responder às acusações um do outro e depois chegamos a um ponto em que não podemos avançar com as perguntas. Portanto eu pedia-lhe...

Álvaro Cunhal — Sim, mas há afirmações que são perguntas: «O Partido Comunista quer derrubar o Governo»... Pode-se-lhe pôr um ponto de interrogação: «quer o PC derrubar o Governo?»

. **Megre** — Dr. Álvaro Cunhal, o que quero dizer com isto é que agora se se limitasse a responder às coisas concretas que directamente foram ditas para depois podermos então entrar formalmente, digamos assim, na pergunta concreta posta ao PC pelo PS.

Letria — E já agora podia responder a essa mesma pergunta que o dr. Álvaro Cunhal pôs...

Álvaro Cunhal — Exactamente. Pois o P. C. já disse que tomava a tal «de mão a mão». Esta fórmula não agradou, mas é a nossa. Nós apoiamos o Governo na proporção das nossas responsabilidades. Tanto quiseram limitar, tanto quiseram limitar a presença e a participação do P. C., quiseram realizar uma política não de compromisso, não de plataforma comum, mas uma política imposta e contrária à opinião, nem sequer querem saber da opinião do PC, é evidente, nós não vamos pôr o aval, a nossa aprovação, a tudo quanto faz o Governo. Pensamos que este Governo tem pessoas que lá não deviam estar. Já se sabe isso, já o repeti várias vezes esta noite, e portanto contestamos aquilo que for mau e aprovamos aquilo que é bom. Aliás, este Governo já aprovou dois ou três decretos bastantes bons que foram elaborados pelo V (faça justiça), mas que foram agora aprovados pelo VI, que são bons decretos. É o caso dos foros, enfim outros decretos que são bastante positivos. Portanto até poiamos...

Mário Soares — A nacionalização da Companhia das Lezírias...

Álvaro Cunhal — Não, não. Nisso estamos em desacordo, nisso estamos em desacordo. Estamos em desacordo com os termos da nacionalização da Companhia das Lezírias. Esse não é dos bons, mas o dos foros e o dos baldios são bons decretos. Portanto apoiamos o que estiver bom e não apoiamos aquilo que não estiver bom. É uma política que naturalmente é justa de parte de um partido que tem uma participação não num Governo de coligação, não na base de um esclarecimento e de uma plataforma de um programa político, mas na base de um compromisso bastante conjuntural e numa situação que certamente necessitará de modificações.

Quanto à classificação dos homens, é evidente que todos classificam. Diz-se assim: o PC, e eu no concreto, eu não poderia estar a classificar os homens em reaccionários ou não, mas isso fazemos todos. O PS também diz que aquele é progressista ou não é, que aquele é contra-revolucionário ou não é, que aquele serve a Revolução ou não, enfim, cada qual tem a sua opinião. Eu, quando falo, peço a opinião do meu partido e não a opinião de outros partidos.

No que respeita às posições do PC no aparelho de Estado, nós infelizmente temos posições muito fracas, temos posições muito fracas. E a comparação com partidos que estão na oposição em regime de democracia burguesa é muito diferente. São partidos que estão na oposição e não fazem parte do Governo, e nós fazemos parte do Governo de uma maneira ou doutra, seja de coligação ou não seja, desde o 25 de Abril, é um bocadinho diferente. Não se podem comparar posições em que os partidos estão na oposição ao Governo e partidos que são governamentais. Agora o que houve tendência de algumas forças políticas, entre elas o PS, era considerar o PC no Governo mas como se estivesse na oposição quanto ao direito de ver gente sua nomeadamente para cargos responsáveis. Pode-se indicar por exemplo um comunista nomeado embaixador?

. .Não se pode. Não há um comunista embaixador. Não há um diplomata comunista. Há, entretanto, enfim, dirigentes do P. S., que eram dos órgãos responsáveis do P. S., que foram colocados à frente de embaixadas. Ainda lá estão, até. Mas um comunista não, que ser comunista já impedia ser nomeado embaixador. Isto podíamos explicar em mais casos. Há ministérios em que não há um quase comunista, e mais: até havia altos funcionários que escreviam com as cruzinhas, enfim, onde está «comunista», como uma coisa impeditiva, portanto, para ser aprovado para determinados cargos.

. .No que respeita às posições no aparelho de Estado, toda essa campanha de os comunistas e militares da esquerda estarem a dar o assalto e portanto terem tudo nas mãos, eu sei o número de membros do meu partido, nós temos efectivamente bastantes membros comunistas, o meu partido é um partido que tem muita gente, mas entretanto, no que respeita às posições no aparelho de Estado, são posições muito modestas e, a nosso ver, infelizmente para a Revolução portuguesa. Se houvesse mais comunistas no aparelho de Estado, certamente serviríamos com zelo a Revolução portuguesa, com zelo os interesses do nosso povo, e tanto as liberdades como as outras conquistas da Revolução, para a consolidação e o progresso da Revolução portuguesa, teriam que ganhar, e não que perder, com a participação dos comunistas em posições responsáveis dentro do aparelho de Estado. E quanto a esse assalto — vejamos esse assalto. As autarquias é talvez uma pergunta que tenha para fazer, mas isto, como é do contencioso, é pergunta que aparece, foi o assalto depois do fascismo às autarquias. Parece que ficaram insatisfeitos porque os democratas portugueses correram com os fascistas das câmaras municipais. E se os socialistas não estão lá é porque os socialistas não participaram nessa obra democrática, nessa luta revolucionária depois do 25 de Abril para correr os fascistas das câmaras municipais. E se foram em grande parte homens que não eram socialistas, eram comunistas e homens de outras tendências, homens mesmo que não tinham partido, homens que estavam no quadro do M. D. P. / C. D. E. que na verdade lutaram para correr os fascistas, e correram os fascistas, das câmaras municipais, e ficaram lá eles. Agora logo depois veio a exigência das eleições. Então ainda não havia... até chegou a ser proposto que se fizesse eleições na base do recenseamento existente no tempo do fascismo, que era melhor do que não haver nada! Um recenseamento falsificado, como sabemos, elaborado pelos fascistas... que se fizessem as eleições para as autarquias na base desse recenseamento! Mas entretanto, se houve substituições nas câmaras municipais, em muitas outras não houve substituição, e poucos dias antes das eleições para a Assembleia Constituinte ainda nós reclamávamos que fossem saneados dessas juntas de freguesia e câmaras municipais fascistas, que ainda havia muitas e elas continuaram em funções até às vésperas, para não dizer que algumas ultrapassaram as próprias eleições da Assembleia Constituinte. Se os socialistas não ficaram nesse momento mais nas câmaras municipais é porque não participaram nessa grande luta do nosso grande povo para, na verdade, nas nossas câmaras municipais, afastarem os elementos fascistas e porem lá gente que estivesse ao serviço das liberdades do nosso povo. Foi uma grande luta com resultados positivos e é pena que os socialistas não tenham participado mais nessa batalha que travámos, que travou o nosso povo, para afastar das câmaras municipais elementos fascistas que estavam à frente.

. .Quanto ao Ministério do Trabalho, foi Spínola que propôs um ministro comunista para o Ministério do Trabalho no I Governo Provisório. Enganou-se. Pensou que um comunista ia para o Ministério do Trabalho defender os interesses do patronato, mas não, um comunista no Ministério do Trabalho, ou fora do Ministério do Trabalho, ou na fábrica, é um homem que defende os interesses dos trabalhadores. No Ministério do Trabalho os comunistas que aí estiveram, primeiro como ministro (passado tempo Spínola entendeu que já não servia, não servia porque defendia os interesses dos trabalhadores contra o patronato), e depois o que esteve como secretário de Estado, foi pela sua acção em defesa dos interesses dos trabalhadores que ganharam a pouca simpatia do patronato reaccionário e de todos os núcleos do capital e de todos os grupos dos agrários. Certamente a simpatia, enfim, agora entendeu-se que não devia ficar um comunista, que devia ficar um socialista. Lá está um socialista. De princípio parece que não se entendeu muito bem com os trabalhadores... Aprenderá certamente, com a experiência, a entender-se melhor com os trabalhadores, que os trabalhadores não estão dispostos a aceitar, como já dizem, o Ministério das Corporações. Querem um Ministério do Trabalho e não um Ministério das Corporações. Querem um Ministério que defenda os seus interesses num Portugal novo, democrático, que caminha para o socialismo e que portanto não se deve pôr no mesmo pé um explorador e um explorado, tem de se fazer uma certa distinção, fundamentalmente um País que caminha para o socialismo, caminha para um país de trabalhadores, e não para um país de exploradores; caminha para um regime que ponha fim à exploração e não que proteja a exploração. Portanto, se há uma fase da Revolução que possa admitir o sector privado isso não quer dizer que haja um igual tratamento, digamos assim, no aspecto político e social, daquele que explora e daquele que é explorado. Se o Ministério do Trabalho vai fazer também uma volta de 180 graus, enfim, como desejava o P. S. que fizesse a política portuguesa com a formação do VI Governo, se vai, em vez de tomar uma posição de defesa dos trabalhadores, passar a defender os interesses do patronato, aí terá não só o caso dos metalúrgicos, mas terá depois a construção civil e depois terá mais outros sectores da classe operária que manifestarão o seu descontentamento perante esse Ministério. Nós pensamos que em relação à estrutura do Estado o que se vem a fazer não é a competição de lugares das forças políticas, mas que seria, sim, dentro de um programa e plataforma política, comummente acordada, dentro de uma direcção política das forças políticas verdadeiramente interessadas em construir um regime democrático a caminho do socialismo, que deveria haver, não a competição e a guerra partidária que há a todos os níveis, mas o entendimento também, e a plataforma nas várias situações que se criassem. E não haver essa competição sempre e sistematicamente partidária, mas um entendimento entre os homens para encontrarem soluções comuns. Tomemos o plano sindical e vejamos as relações entre comunistas e socialistas, que são bem difíceis no plano sindical. Nós, no movimento sindical, onde quer que os socialistas num sindicato estejam interessados em entender-se com os comunistas no mesmo sindicato e com os trabalhadores de outras tendências para obterem uma política de sindicato comum, para apresentarem uma lista comum para o sindicato, para dirigirem o seu sindicato, nós somos pela cooperação com os socialistas ou com os trabalhadores de qualquer outra tendência. O mesmo nas fábricas, comissões e outras organizações unitárias de bases, ou mesmo nas autarquias, onde quer que comunistas e socialistas, homens com outras tendências possam entender-se na base da plataforma comum, que dentro do campo específico da actividade ou da luta que se coloca nós estamos dispostos a todos os entendimentos. Portanto, nada de competição para ganhar lugares, mas os acordos para se realizar uma política construtiva que seja benéfica para a classe trabalhadora e para o nosso povo em geral.

Mário Soares — Infelizmente, sr. dr. Cunhal, só por este último comentário o povo português está a ouvi-lo e está a dizer que os partidários do dr. Cunhal não procedem como ele diz. Porque em toda a parte é o contrário do que acaba de dizer.

Álvaro Cunhal — Não, em toda a parte o que nós vemos é que...

Mário Soares — ...é como com as amplas liberdades. O sr. dr. fala das amplas liberdades...

Álvaro Cunhal — Exacto!

Mário Soares — ... e nós na prática vemos sempre quem retira as amplas liberdades. Mas, enfim, vamos passar às perguntas.

Álvaro Cunhal — O dr. Mário Soares, eu não estou autorizado pelo meu partido e, enfim, na Televisão ainda é mais incómodo fazer propostas, mas eu posso dizer que, sem estar autorizado pelo meu partido, eu posso garantir que, porque é a linha que nós seguimos no P. C., posso garantir que é fácil dar uma instrução a todas as organizações do partido, supunhamos, a todas as organizações sindicais: procurem os militantes socialistas nesse sindicato para ver se sim ou não é possível uma plataforma comum. Faça o mesmo a direcção do P. S. e depois eles se encontram, e diante dos trabalhadores dos sectores respectivos vejamos quem é que tem o espírito de cooperação e de unidade.

Mário Soares — Mas é justamente... Nós somos pela unidade na base e sempre o disse, mas não pela unidade imposta pelo Estado, não os sindicatos transformados em correias de transmissão do P. C. É contra isso que nós reagimos. O sr. dr. deve estar lembrado de quando se começou a falar de comissões de trabalhadores, fomos nós, Partido Socialista, que impusemos essas comissões de trabalhadores.

Álvaro Cunhal (riso) — Pois...

Mário Soares — E nessa altura o Partido Comunista era contra as comissões de trabalhadores e falava de delegados sindicais, porque ele controlava as direcções dos sindicatos e controlava os sindicatos.

Álvaro Cunhal — Conhece mal a história do movimento operário, dr. Mário Soares.

Mário Soares — Não, não.

Álvaro Cunhal — As comissões de trabalhadores foram organizadas em massa a partir de 1942. E desde 1942 o Partido Comunista diariamente formou comissões de trabalhadores.

. **Mário Soares** — Sabe o que nós pensamos da autogestão? Nós somos partidários da autogestão, temos incrementado e fomentado a autogestão a todos os níveis, e sabemos quais são as reservas e as reticências que o P.C. tem em relação à autogestão. É porque o P.C. tem uma concepção dirigista dos trabalhadores. Quer-se sobrepor aos trabalhadores e dirigir os trabalhadores. Ora, nós somos exactamente o contrário, e é por isso que nós respeitamos as eleições em todos os níveis — respeitamos as eleições nas autarquias, respeitamos as eleições gerais para uma Assembleia Legislativa, respeitamos as eleições nos sindicatos, respeitamos sempre a maioria.

Álvaro Cunhal — (ininteligível)

. **Mário Soares** — Mas agora, como é por exemplo no «Século», faz-se um referendo e há uma maioria que a minoria comunista não aceita.

Álvaro Cunhal — Qual maioria, qual maioria...

Mário Soares — Que a minoria comunista não aceita. E, se for preciso, não aceita a tiro.

Álvaro Cunhal — Olhe que não é a maioria. Olhe que as máquinas de calcular não lhe dão a maioria pelo número do referendo que ninguém controlou e que foi feito, enfim, praticamente nas urnas, que ninguém foi lá ver os resultados.

Mário Soares — A melhor maneira...

Álvaro Cunhal — A melhor maneira é ver o concreto. Há casos de autogestão, vejamos na fábrica tal. Há os trabalhadores que estão a gerir. Porque é que o P.S. cria dificuldades a essa fábrica? Nós estamos de acordo. Vamos ver um caso concreto. Estamos de acordo em ver em todos os casos.

Mário Soares — Mas o Partido Socialista não cria dificuldades às fábricas. Quem está a criar dificuldades a todas as empresas com o objectivo de as arruinar é o P.C. (risos de Álvaro Cunhal) E nós vamos dentro de pouco tempo saber o que é a ruína...

Álvaro Cunhal — Mas ó dr. Mário Soares...

Mário Soares — ... digamos do pequeno comércio...

Álvaro Cunhal — Eu não quero dizer aqui que uma coisa é ridícula...

Mário Soares — O sr. dr. falava há bocadinho, eu não quis passar a isso. Evidentemente não valerá talvez a pena debruçarmo-nos muito sobre isto, pois não chegaremos às perguntas e eu quero ir às perguntas, mas a verdade é esta, é que no Ministério do Trabalho o que é que se passava? Nós sabemos que 65 por cento da indústria portuguesa está hoje nacionalizada. Sabemos isso. Os grandes exploradores, esses desapareceram já. Desapareceram. Simplesmente o que é que se quer agora fazer? Quer-se fazer como se faz nos países do Leste europeu: destruir toda a pequena e média empresa, destruí-la a pouco e pouco, criar...

Álvaro Cunhal — Está enganado, está enganado.

Mário Soares — ... criar tais condições através de aumento de salário que ela vai rebentar, e depois naturalmente temos

"Este clima de violência, de intolerância..."

o Estado patrão. É contra esse tipo de capitalismo de Estado que nós somos contra. Porque nós somos a favor de um socialismo (e já iremos a isso), do socialismo autêntico, mas não do socialismo de miséria. Nós queremos um socialismo para melhorar a condição de vida das classes trabalhadoras e um socialismo em liberdade.

Alvaro Cunhal Se é esse o vosso plano, socialismo sem exploração e em liberdade, não haveria nenhumas dificuldades num compromisso entre o P.S. e o P.C.

Mário Soares Ah, pois eu acho que haveria...

Álvaro Cunhal Se é para pôr outra vez os patrões à frente nas empresas, nós dizemos não.

Mário Soares Não, não, não!

Álvaro Cunhal Se é para retirar os trabalhadores das direcções das empresas, nós dizemos não. Se é para restituir as terras aos agrários, nós dizemos não. Nós queremos efectivamente que as grandes propriedades sejam entregues aos trabalhadores como já estão, que não haja uma recuperação pelos agrários do processo, que não haja uma recuperação pelos Champallimauds e pelos Melos e por aqueles que diz que já não existem na indústria dos transportes...

Mário Soares Sr. dr., isso já ouvi...

Álvaro Cunhal Nós queremos que os trabalhadores mantenham a direcção dos sectores fundamentais da nossa economia...

Mário Soares Quanto a isso, quanto a isso, estamos de acordo.

Álvaro Cunhal Então não será difícil. Acabem com a vossa aliança com a direita reaccionária e com o patronato.

Mário Soares Nas nossas grandes manifestações o povo português costuma gritar: «Se isto não é o povo, então onde está o povo?». Gritam-no nas ruas de Lisboa. O sr. dr. vá lá ver, quando nós estamos nas grandes manifestações, vá lá ver se são os grandes latifundiários...

Álvaro Cunhal — Também lá há, também lá há...

Mário Soares — ... ou os grandes capitalistas que lá estão...

Álvaro Cunhal — Também lá estão, também lá estão...

Mário Soares — Está é o povo.

Álvaro Cunhal — Também lá está...

Mário Soares — Nó sabemos que dentro do P.C., como militantes do P.C., também há pessoas muito bem instaladas na vida.

Álvaro Cunhal — Sim, está bem...

Mário Soares — Nós podemos fazer essa ressalva, se estiver de acordo...

Álvaro Cunhal — Sem dúvida...

Mário Soares — Podemos fazer essa distinção, se estiver de acordo, mas não é esse o aspecto que interessa, e talvez possamos entrar nas perguntas.

Letria — Eu talvez fizesse aqui, levantasse, digamos, a continuação desta conversa e dirigir exactamente para um sector que o dr. Mário Soares aflorou há pouco em jeito de argumento, em resposta ao dr. Álvaro Cunhal, que foi justamente o caso do «Século». Eu pegaria no caso do «Século» e passaria para um problema mais genérico, o da Informação. Eu parece-me que, para os observadores políticos, tem sido curioso acompanhar a inversão nas posições, quer do P.S., quer do P.C., quanto à política do Ministério da Comunicação Social. Assim, portanto, temos o P.S. a criticar sistematicamente o ministro Correia Jesuíno no IV e V Governos Provisórios...

Mário Soares — ... e a lei que ele quis fazer...

Letria — E a lei, e agora temos o P.C. a proceder aparentemente, e indirectamente, da mesma forma com a política de Informação do dr. Almeida Santos. Portanto, gostaria de ouvir o dr. Mário Soares e o dr. Álvaro Cunhal sobre isto, bem como ainda do controlo partidário dos diversos órgãos de Informação, designadamente dos estatizados e que custam cerca de 50 mil contos por mês ao povo português, e que tem sido ultimamente bastante debatido e posto em destaque, quer pelo público, quer por determinados partidos. Não sei qual dos dois gostaria de começar.

Álvaro Cunhal Faz favor. Eu comecei há pouco.

Mário Soares Bem, então eu... A política do P.S. em matéria de Informação é muito simples. Nós entendemos que sem Informação livre não há democracia, e sem democracia não há socialismo, há uma caricatura de socialismo. Eu hoje tive ocasião, por exemplo, de ler uma entrevista que o senhor dr. Álvaro Cunhal deu ao «Diário Popular» (sou um seu leitor atento), e verifiquei que o senhor dr. Álvaro Cunhal fazia uma crítica à maneira como a Imprensa nos países chamados capitalistas se exerce. A verdade é que nesses países existe efectivamente liberdade de Imprensa, e pelo contrário nos países ditos socialistas, ou nos países de ditadura comunista, essa liberdade de Imprensa não existe. Ninguém se permite discutir um problema da administração pública ou, isto é um facto notório, toda a gente sabe, ninguém se permite discutir uma medida de um político responsável, seja ele qual for. Há a sacralização do poder, e mesmo os intelectuais têm que estar dentro de uma certas regras, porque se não estiverem dentro dessas regras não podem evidentemente publicar as suas obras. Os exemplos são conhecidos, não valerá a pena multiplicar esses exemplos. Nós pensamos, portanto, que um «regimen» desse tipo, um «regimen» em que se voltasse à censura prévia, interna nos jornais, ou externa, não agradaria ao povo pportuguês. E sucede que, sempre que o P.C. teve a possibilidade de se infiltrar de uma maneira ou de outra dentro de órgãos de Comunicação Social, isso é uma coisa que o povo português sabe que eu estou a falar verdade, não nega, não pode negar, sempre que o fez, procedeu de uma maneira a esmagar todas as outras correntes de opinião e a fazer uma verdadeira manipulação da Informação. Sucedeu assim na Rádio, sucedeu assim sempre que aqui estiveram em maioria na Televisão, sucedeu assim em certos jornais. Dou o exemplo do «Diário de Notícias»; o «Século» serve-nos também de exemplo para mostrar que... Houve um membro do Conselho da Revolução que falou do «Izvestia» e do «Pravda» a respeito do «Diário de Notícias» e encontrou o descontentamento e a resistência dos próprios do «Século». Eu, por exemplo, hoje ou ainda ontem fui visitado por um grande jornalista do «Le Monde», o senhor André Fontaine, e eu peguei no «Diário de Notícias» e disse: «Olhe, veja como está este «Diário de Notícias». Veja o que é que a Informação, como é que eles fazem, como é que fazem os títulos, e verifique que isto é, e digo-lhe francamente, que isto é muito pior que o «Avante». Porque o «Avante» ao menos não pretende enganar ninguém. O «Avante» é um jornal comunista. Toda a gente sabe que é comunista, pois faz a sua propaganda, quem quer compra-o, quem não quer não o compra, não temos nada a dizer ao «Avante». Agora transformar um jornal que é um grande órgão de Informação, que era um dos jornais mais lidos no País, um jornal que tinha uma grande expansão, uma grande tiragem, transformar esse órgão que é pago com os dinheiros do Estado, que dá nada menos do que 11 mil contos de prejuízo por mês, que são cobertos pelo povo português, como o «Século» dá 10 mil contos de prejuízo que são cobertos pelo povo português, transformar esses órgãos em órgãos estritamente partidários, e ainda por cima fazem uma completa manipulação, pior do que no tempo do fascismo, já lhe disse isso uma vez e o sr. dr. reagiu, mas ler o «Diário de Notícias» é pior do que ler a «Época», nós temos que ler nas entrelinhas e não somos informados nem de política interna nem de política externa senão através de uma determinada óptica. O director do «Diário de Notícias» já foi um socialista, e durante a presença deste socialista, que aliás é um jornalista distinto, o jornal não fez propaganda de nenhum partido, incluindo o P.S. Esta é a nossa concepção do jornalismo e a nossa concepção da utilização dos meios de Imprensa. Temos de fazer com que os meios de Imprensa estejam, sobretudo aqueles que são estatizados, estejam abertos a toda a gente. Ora verifica-se que, através da utilização dos meios de Imprensa, tem-se feito uma verdadeira agressão contra a sensibilidade do povo português. Na Rádio, na Imprensa, na Televisão. E não se respeitam as crenças do povo português, é o caso, por exemplo, da Rádio Renascença, nós somos a favor da liberdade religiosa, sempre o dissemos, e entendemos que a Igreja tem o direito, visto que reconhecemos a liberdade à Igreja e o seu papel social, a Igreja tem direito a ter os seus órgãos, jornais se os quiser ter, ter rádio enquanto a Rádio toda ela não estiver nacionalizada, ainda não é o caso, ter as suas escolas, e portanto a propaganda, e é nisto que consiste a liberdade religiosa. Agora, aproveitar de uma... um grupo de trabalhadores que assumem a presença dentro do radio ou dentro do jornal, tomam tudo, as máquinas, a repartição, o que lá está, o papel que lá existe, tudo aquilo que lá existe, no caso da «República» até tomaram a própria editora que já não pode mais funcionar e que são valores, só porque estão lá 20, 30 ou 40 trabalhadores, isso é evidentemente uma coisa que não é tolerável...

Letria — Sr. dr., se me permitia eu continuaria a funcionar aqui em termos de associação de ideias, e acabou de referir o caso da «República». Eu, para contrapor a esse quadro que o dr. Mário Soares acabou de referir quanto ao panorama actual da Imprensa portuguesa, eu diria que também uma das críticas que era dirigida em relação à Informação é por exemplo, durante o I Governo Provisório, o sr. dr. Raúl Rego,que somos amigos e foi ministro da Informação durante o I Governo, teria pessoalmente, ou através do seu cargo, protegido, digamos, a posição do P.S., justamente na Informação deste País. Eu gostaria, antes portanto que o dr. Álvaro Cunhal continuasse a falar deste tema, a Informação, que o dr. Mário Soares referisse este ponto...

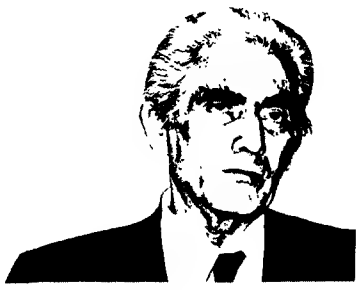
Mário Soares Isso não é exacto. Naturalmente o dr. Raúl Rego propôs a nomeação de algumas figuras, e particularmente a que eu conheço mais importante, algumas figuras para a Televisão, foi ele que meteu algumas figuras do P.S. na Televisão, foi ele que nomeou ou propôs a nomeação do dr. José Ribeiro dos Santos, que é efectivamente membro do P.S., para o «Diário de Notícias», mas se for ler a Imprensa dessa época, e se for rever o que foi a presença e o comportamento dos elementos socialistas que estiveram nos órgãos de Informação, verificará que eles sempre respeitaram o pluralismo da Informação, porque é a nossa orientação profunda. Nós não queremos liberdades para nós e entendemos que as liberdades devem ser dadas aos nossos adversários em condições de perfeito respeito pela pessoa humana, em todos os aspectos e portanto também no capítulo da Informação. Nós entendemos que os partidos devem ter e podem ter, pois que tenham todos os órgãos partidários que entenderem, mas não fazem pagar esses órgãos ao erário público. Se forem pagos pelo erário público, pois têm de ser órgãos apartidários e têm de dar uma representatividade, podem ser dirigidos por esta ou por aquela pessoa, mas têm de dar uma representatividade a todas as correntes de opinião. E assim se explica a baixa brutal de volume das vendas dos jornais. Só se explica assim. Vê-se, por exemplo, que um jornal como «A Luta», que é um jornal, esse, independente, que é um jornal que não depende dos dinheiros do Estado, ou um jornal como o «Jornal Novo», têm tiragens em subida. Verifica-se que os órgãos estatizados que fazem a política de um determinado partido, que é o P. C., esses baixam verticalmente de tiragem, o que é perfeitamente normal visto que o P. C. representa apenas 12 por cento do eleitorado português. Portanto, há 12 por cento das pessoas que estão de acordo com essa orientação, mas todo o resto está em desacordo. Isto evidentemente não se pode manter em órgãos estatizados. De resto, esses órgãos estatizados, a política agressiva que tem sido feita contra os valores nacionais, contra a nossa maneira de ser, é profundamente responsável, isso toda a gente o reconhece ao nível do Conselho da Revolução, e toda a gente reconhece, é responsável por este clima de violência, de intolerância, de ódio que se estabeleceu na sociedade portuguesa e que é extremamente lamentável.

Letria Ora bem, eu passaria, portanto, ao dr. Álvaro Cunhal, mas também com uma premissa. Também eu hoje fui visitado pelo mesmo jornalista que o dr. Mário Soares referiu, André Fontaine, do «Le Monde», e que começou, numa análise que fez à Imprensa portuguesa, por considerar aqueles que nós estamos aqui a considerar, portanto, órgãos estatais, como aqueles que no seu entender eram aqueles mais anticomunistas por não servirem justamente o processo revolucionário, ou pelas posições que estariam a assumir no momento, e que estariam a afastar a tal base de apoio que há pouco referimos. Eu gostaria que o dr. Álvaro Cunhal tivesse também isto em atenção na sua resposta.

Álvaro Cunhal — Eu naturalmente falei com o mesmo jornalista. Troquei impressões com ele... Bom, se vamos ver jornais que façam campanhas de ódio e campanhas de parcialidade, nós podemos ver entre os bons exemplares. «A Luta», é um jornal não apenas apaixonado, parcial, exaltado, deformador, que procura o escândalo da deformação... Aliás eu estive para trazer para aqui, mas depois não trouxe, uma colecção de alguns números de «A Luta» para precisamente mostrar nos televisores o que é um jornal parcial, o que é um jornal de manipulação da Informação, com o escândalo das notícias não confirmadas, apresentadas em grandes títulos e, enfim, com todo aquele sábio veneno que parte de um facto não comprovado para insinuar as mais graves acusações. Eu julgo que é o dr. Raúl Rego que dirige «A Luta» e portanto, se não é um jornal oficial do P. S., talvez seja um jornal oficioso. Não vemos essa fraternidade, essa imparcialidade, esse cuidado na informação de «A Luta», como aliás também não vimos nos sectores de Informação do Estado onde o P. S. tem tido condições de ter cargos proeminentes. Mas é evidente que, quando um órgão de Informação não acompanha as nossas opiniões, atribuímos-lhe logo uma política partidária que nos é adversa, mas se nos acompanha não damos por ela e julgamos que é informação imparcial porque é precisamente a nossa. Quanto à liberdade da Imprensa, no nosso país, nós pensamos que o grande mérito na luta pela liberdade de Imprensa após o 25 de Abril cabe aos trabalhadores portugueses. E aos trabalhadores portugueses da Imprensa. Quer dizer, são os trabalhadores, fundamentalmente os jornalistas, os gráficos, todos os trabalhadores das empresas que estavam nas mãos dos bancos, como todos sabemos. É fundamentalmente à luta desses trabalhadores que se deve a libertação dos órgãos da Imprensa do domínio dos grandes monopólios que eram os proprietários dos grandes meios de Informação. Que este processo não foi um processo legislado, não foi. Foi um processo revolucionário, porque estavam à frente desses meios de Informação os monopólios que eram os patrões, os donos da Informação, e os trabalhadores disseram «não» às administrações nomeadas e designadas pelos milionários do nosso país e disseram «não» a uma política de Informação que visava também os interesses dos monopólios. Nós pensamos que os trabalhadores portugueses, e particularmente os trabalhadores da Imprensa, são credores do reconhecimento de todos os democratas portugueses pela luta corajosa que travaram para libertar os grandes órgãos de Informação do domínio dos monopólios capitalistas. Este um primeiro facto que devemos ter em conta para depois podermos também apreciar a dinâmica que se introduziu nessa luta e a continuidade dessa dinâmica na medida em que não foi ainda institucionalizado um regime, não temos ainda um regime político. Está por fazer a Constituição. Não sabemos ainda como será esse regime. Temos uma situação democrática. Uma situação um bocado instável. A evolução que se vai formando no próprio processo, mas não temos ainda um regime definido, com os limites já formalizados. Temos toda uma dinâmica que continua, que é revolucionária, e mal daqueles que fecham os olhos, que fazem um pouco como a avestruz para não verem um processo que lhes desagrada, que são as massas em luta, são os trabalhadores e todos os revolucionários que procuram, num processo como é o nosso, transformar aquele mundo velho em que vivíamos, num mundo novo e mais esperançoso para as classes trabalhadoras. Dentro, naturalmente, da situação que se criou, houve muito processo que pode considerar-se mais ou menos regular, mais ou menos vantajoso neste ou naquele aspecto, mas essa luta geral dos trabalhadores dos meios de Informação, e particularmente da Imprensa, pela sua liberdade, para a retirar ao controlo dos monopólios capitalistas, é uma luta corajosa, a quem deve muito a jovem democracia que vivemos no nosso país. Naturalmente que nós conhecemos toda a campanha que se fez em torno do caso «República». O seu «dossier» é grande. É muitíssimo volumoso e o P. C. foi acusado em todos os tons, em todas as notas...

Mário Soares — ... e é...

Álvaro Cunhal — ... de todas as formas, de ser o responsável do caso «República». Houve uma altura em que o Lopes Cardoso, que creio que é o presidente do grupo parlamentar da Assembleia Constituinte do P. S., disse o contrário. E nós dissémos: «Bom, finalmente há um socialista que diz a verdade sobre o caso.» Mas depois, como já havia um tão grande compromisso nacional e internacional do P. S. responsabilizando o P. C., o P. S. fez marcha atrás e disse: «Não, o P. C. é responsável.» Nós já tivémos ocasião de dizer que o caso «República», no fundamental, foi criado pelo P. S., o P. S. embrulhou-se com ele e agora ele que se desembrulhe. Não somos nós, os comunistas, que agora vamos procurar resolver o caso «República» em benefício dos interesses do P. S. Em grande parte foi um produto da situação desse jornal. Um jornal de Informação, um jornal sem estatuto de jornal partidário, precisamente porque fazia uma política partidária, precisamente porque tinha uma política sectária e violenta e contra as outras forças democráticas,



"Embrulharam-se no caso "República"? desembrulhem-se..."

trabalhadores do jornal. Essa foi a grande responsabilidade da direcção sectária do jornal «República», que era um jornal de tradição antifascista e, mais, que nos últimos tempos do antifascismo tinha uma tendência unitária. Mas desde o tempo em que o «República» assumiu o guerrear das outras forças democráticas e passou a fazer uma campanha anticomunista, houve na verdade muitas resistências dentro do jornal, que deu esse conflito entre a administração e os trabalhadores e depois origem a um processo, repetindo-se no «República», e seria até desejável que não se tivesse repetido, o que se tinha repetido nos jornais de grande Informação: o mesmo processo, saneamento da administração e tomada de direcção pelos próprios trabalhadores. Mas uma vez que o «República» tem essa história, o P. S. tornou o caso «República» um caso internacional e provocou, digamos, a agressão ideológica do imperialismo contra o nosso país. O caso «República» tornou-se um grande motivo de ataque de todas as forças reaccionárias do mundo contra a jovem democracia portuguesa e que o P. S., através dos seus amigos influentes noutros países, lançou o caso «República» como grande demonstração de que em Portugal não haveria liberdade de Imprensa, na mesma forma como havia muitos jornais estrangeiros que diziam: «Nas ruas de Lisboa matam-se mulheres e crianças inocentes, a soldadesca impune dirige as suas armas, etc., etc.» tudo isso se disse na Imprensa estrangeira, era a ideia do caso, a ideia da desordem, a ideia, enfim, dos mortos e dos feridos que havia em Portugal...

Mário Soares — Não vale a pena mais teatro... não vale a pena...

Álvaro Cunhal — Não vale a pena? Eu posso trazer-lhe «dossiers» inteiros sublinhados com todas as infâmias que disse a Imprensa internacional reaccionária sobre a nossa jovem democracia, acerca dos crimes dos comunistas, acerca dos crimes dos militares revolucionários. Isso é uma grande história, na verdade não vamos agora contá-la, pode-se escrever volumes sobre ela e o P. S. tem grandes responsabilidades pela desinformação que fez no estrangeiro acerca da nossa jovem democracia, em que não teve certamente aqueles critérios nacionais, de interesse nacional, que aqui foram referidos diante das câmaras da Televisão. Se houvesse esses cuidados, havia o cuidado de defender o seu país, a jovem democracia do seu país perante a opinião pública

Pelo contrário, atiçou-se a reacção internacional contra esta jovem democracia, contra esta realização dificultosa e criadora...

Mário Soares — ... era o que dizia o dr. Caetano...

Álvaro Cunhal — Não, não é isso!

Mário Soares — Sempre que se criticava o «regimen», ai que estamos a atacar o País!...

Álvaro Cunhal — Não é crítica, não é crítica, são campanhas caluniosas contra o nosso povo, contra as forças revolucionárias portuguesas, e que levou...

Mário Soares — ... a «República» é hoje considerada um caso exemplar de luta pela liberdade de Imprensa...

Álvaro Cunhal — Ali é? Eu também considero que não é exemplar.

Mário Soares — ... e não pelos órgãos reaccionários, como diz, mas progressistas. O sr. dr. verificará isso em toda a Imprensa mundial, que os órgãos progressistas dizem isso.

Álvaro Cunhal — Eu conheço, conheço a Imprensa mundial!

Mário Soares — Esses órgãos progressistas são órgãos da Imprensa livre, não da Imprensa com...

Álvaro Cunhal — Em relação, portanto, aos órgãos de Informação, nós temos a opinião que os órgãos de Informação que estão estatizados, uma vez que o Estado nacionalizou os bancos, e as companhias, e portanto os proprietários deixaram de ser os monopólios, que se necessita de um estatuto para esses jornais. Temos a opinião que não devem ser jornais ao serviço de tal ou tal partido.

Não devem ser jornais partidários. Se a certo momento há uma tendência que não é tendência do P. S., pois imediatamente se vê que há a tendência em geral... já sabemos que o bode espiatório é sempre o P. C. em tudo aquilo que não é favorável às forças da reacção, às forças conservadoras e ao P. S. É logo o P. C. Mas o que eu sei é que por exemplo num jornal determinado, em que a certa altura se diz que os comunistas dominam completamente aquilo, eu sabia quantos membros do Partido lá havia, sabia os locais que eles desempenhavam e dizia assim:

«Bom, eles estão completamente enganados.» Aqui assim há dois ou três comunistas neste jornal, e no fim de contas, os artigos que dizem que são comunistas não são comunistas que os escrevem e há uma tendência que de facto é crítica em relação a outras forças, imediatamente dizem que é uma penetração do P. C. Em relação à grande Imprensa estatizada, nós pensamos que na verdade há que definir um estatuto, mas que esse estatuto é necessário defini-lo com os próprios trabalhadores; que não é por medidas administrativas, não é por medidas repressivas, não é por pequenos golpes de Estado ou processos conspiratórios que se usam às vezes em certas pequenas assembleias em que um grupo minoritário consegue fazer uma assembleia relâmpago, consegue às 4 horas da manhã, isto é, quando os outros abandonam a assembleia, fazem a votação que depois é apresentada como de todo o pessoal da empresa...

Mário Soares — Nós conhecemos esses casos...

Álvaro Cunhal — ... conhecemos bastante bem essa técnica. Essa técnica que é utilizada por exemplo pelos aliados do P. S. Juntamente com o P. S. em algumas eleições que se têm realizado em alguns sectores e em alguns plenários...

Mário Soares — Conhecemos a técnica...

Álvaro Cunhal — Pois em relação a essa situação nós pensamos que é com os trabalhadores das empresas que se deve discutir o problema. Que não é o Governo agora que vai impor, por ocupação militar, ou por imposição administrativa, ou por saneamento de trabalhadores, que vai impor um estatuto. Deve primeiro propor um estatuto, discutir com os trabalhadores da empresa esse estatuto e ver com os próprios trabalhadores como podem esses órgãos da Imprensa tornar-se órgãos de Informação de propriedade estatal mas não de direcção obrigatória governamental. Nós somos contra a transformação de órgãos estatais de propriedade em órgãos de defesa obrigatória, de defesa da política do Governo. Tem de haver um estatuto de independência dos órgãos de Informação e esse estatuto não pode ser definido sem a aprovação e sem a discussão dos e com os próprios trabalhadores. Creio que medidas de coacção, medidas administrativas, não resolvem nada, só podem anudizar a situação e que portanto é necessário discutir com os próprios trabalhadores da Informação como pode reorganizar-se o sector de Imprensa que é propriedade do Estado, e de nenhuma forma procurando impor, enfim, como parece haver a tendência hoje em certas esferas do Governo ou em certos sectores, senão em todo o Ministério da Comunicação Social. Em relação à Televisão, eu quero dizer que nós muitas vezes, que nós muitas vezes no meu partido nos queixávamos da Televisão. Nós estamos aqui na Televisão, não temos nada contra a Televisão, mas que a Televisão não era nada favorável ao P. C., não era. Quer dizer que não assistia, que ia por exemplo a muitas iniciativas de outros partidos, do P. C. que não ia também nós sabemos. Quando aparecia, várias vezes dissemos aos trabalhadores da Televisão: «Bom, vocês finalmente estão aqui connosco. Deitemos foguetes, porque é com grande satisfação que temos aqui a vossa presença e vamos agora esperar que as imagens que vocês estão aqui a colher vão depois para o ar». Muitas vezes efectivamente não iam. Mas isto para dizer que nós, no que respeita à Informação, não somos de nenhuma forma pela transformação dos órgãos de Informação em órgãos de política partidária.

Ao contrário, pensamos que é necessário definir um estatuto com os próprios trabalhadores, e que qualquer Governo, neste caso o VI Governo, antes de entrar na definição das linhas que vão predominar ou que vão determinar uma legislação ou um regulamento dos órgãos de Imprensa que são propriedade de Estado, que deve atentamente ouvir os trabalhadores da própria empresa, discutir com eles, ver com eles e procurar com eles a solução do problema.

Não é contra os trabalhadores, e muito menos contra os trabalhadores da Imprensa, que se pode resolver o problema da liberdade de Imprensa.

Mário Soares — Eu gostaria de começar por fazer a primeira pergunta, já que vamos entrar nas perguntas e, para deixarmos o abstracto, eu queria fazer uma pergunta concreta. O sr. dr. Cunhal acha que o «Diário de Notícias» e o «Século» têm sido exemplos disso que apregoa?

Álvaro Cunhal — Não. O que eu acho e o seguinte: o «Diário de Notícias» e «O Século» são dois grandes exemplos da luta dos trabalhadores pela liberdade da Imprensa, no geral, no seu processo. Foram jornais que eram jornais do grande capital e que se tornaram jornais ao serviço da Revolução Portuguesa.

Mário Soares — Não foi essa a pergunta que eu lhe fiz.

Álvaro Cunhal — Pergunta-me se os jornais são modelo...

Mário Soares — Se acha que são exemplo daquilo que se... aquilo que o leitor lê é exemplo de objectividade de Informação, daquilo que acabou de dizer sobre as liberdades, etc.?

Álvaro Cunhal — Não, não... Até lhe posso dizer que é precisamente porque penso assim que é o melhor desmentido às afirmações que faz. Se fossem os comunistas a dirigir o «Século» ou o «Diário de Notícias», certamente seriam jornais diferentes. Talvez fossem mais objectivos do que são. Isto é para lhe dizer que...

Mário Soares — O sr. dr. acha então que eles não são objectivos.

Álvaro Cunhal — Sim, como nenhum jornal de Informação hoje é objectivo. Não há nenhum.

Mário Soares — Mas eles fazem o jogo sempre das teses comunistas!

Álvaro Cunhal — Não, não é das teses comunistas. Eles fazem o jogo das teses da Esquerda...

Mário Soares — E do Partido Comunista...

Álvaro Cunhal — Não, da Esquerda, da Esquerda!

Mário Soares — Do Partido Comunista e da Esquerda.

Álvaro Cunhal — Da Esquerda. Esquerda! Quer dizer: não são nada simpatizantes do Partido Socialista. Isso não são. O Partido Socialista, se lhes tem feito tal guerra, não pode esperar simpatia.

Mário Soares — Não é do Partido Socialista nem do Partido Democrático, nem de ninguém que queira a liberdade. É evidente

Álvaro Cunhal — É evidente?

Mário Soares — É evidente, portanto, que os órgãos estatizados representam 15 por cento do povo português.

Álvaro Cunhal — É que, se não são de facto partidários do Partido Socialista, bem vê, se são democráticos, o P. P. D. então é completamente posto de lado. Isso e evidente... é evidente!

Mário Soares — Bem, isso é a sua ideia, sr. dr. É que o sr. dr. teima em querer governar com uma minoria...

Álvaro Cunhal — Não, não, não é isso...

Mário Soares — Teima em querer fazer uma revolução com uma minoria.

Álvaro Cunhal — O que eu teimo é em querer fazer uma revolução com revolucionários, em querer fazer democracia com democratas, em querer fazer socialismo com socialistas.

Mário Soares — Mas com o apoio majoritário do Povo português, porque, se não a fizer com o Povo português, não é uma revolução, é uma contra-revolução.

Álvaro Cunhal — ...um apoio majoritário que nao seja a falsificação de eleições em situações antidemocráticas, que não seja em muitos sítios as urnas em que os caciques locais metem os votos que querem, em que não haja a coacção material, económica, moral e religiosa sobre a populações que não são informadas, onde vão votar contra os comunistas porque os comunistas matam os velhos com um tiro atrás da orelha, porque arrancam as casas, arrancam as terras... É isso que dizem os P. P. D. s, é isso que dizem certos socialistas em alguns locais.

Mário Soares — Mas a verdade é que...

Álvaro Cunhal — Não é isto, não é assim que o povo pode decidir.

Mário Soares — Eu estou de acordo em que os comunistas tenham o dever e a possibilidade de fazer a sua propaganda. Agora também que o C. D. S. e o P. P. D. façam, e que não sejam terríveis reaccionários que comem criancinhas, que estão ao serviço das grandes empresas...

Álvaro Cunhal — Mas que façam...!

Mário Soares — ... que estão ao serviço do ultracapitalismo, querem a desgraça desta terra, o seu mecanismo mental é exactamente igual ao outro. Quer dizer, comunistas e fascistas têm o mesmo, comunistas portugueses, entenda-se, têm o mesmo, felizmente há outros...

Álvaro Cunhal — Isso, exacto...

Mário Soares — Têm o mesmo mecanismo mental. Quem não é connosco é contra nós.

Álvaro Cunhal — Mas não, está enganado!

Mário Soares — E estão cheios de todos os defeitos. Quem é a favor de nós, e isso então está bem, é progressista e é revolucionário...

Álvaro Cunhal — Em primeiro lugar nunca ouvi...

Mário Soares — O Povo Português não aceita isso.

Álvaro Cunhal — Nunca ouvi os comunistas dizer que o dr. Sá Carneiro comia criancinhas. Ele agora disse isso, mas não! Nunca os comunistas portugueses disseram que o dr. Sá Carneiro come criancinhas... Nós nunca dissemos isso, o que dizemos e que ele é reaccionário. Isso dizemos. Quando ele diz: «Não queremos nenhum comunista em Portugal», é reaccionário então não é? Onde é que está a tal liberdade? Quando vemos o dr. Sá Carneiro entrar na sala do Conselho de Ministros, depois de ir telefornar cochichar com o Palma Carlos ir à reunião dos militares para dar a visão do caos para o golpe militar de Spínola, para o golpe de Estado de Spínola? Para liquidar as liberdades? Para condenar o partido à clandestinidade, o Partido Comunista? O dr. Sá Carneiro é um reaccionário, não é preciso senão ler o que ele diz.

Mário Soares — Doutor, doutor, doutor, eu tenho contra si e contra o dr. Sá Carneiro certamente esta posição: é que eu não comungo das suas ideias porque não sou advogado do dr. Sá Carneiro, mas considero que o dr. Sá Carneiro é um democrata e aceita a democracia, e quando ouço a certos dirigentes do partido...

Álvaro Cunhal — O Povo português que o ouça e que o julgue!

Mário Soares — Pois ouve, ouve! E eu tenho...

Álvaro Cunhal — ... e que o absolva!

Mário Soares — Ah, pois, está bem, isso está bem. Poderemos ter dúvidas acerca do avanço para o socialismo deste ou daquele partido, mas entendemos que há partidos que respeitam as regras do jogo democrático e querem-no respeitar, querem-no, querem-no...

Álvaro Cunhal — Por exemplo o dr. Sá Carneiro...

Mário Soares — Quer-me dizer que o sr. dr. quer excluir deste País uma grande fatia deste País, que é quase, quase metade, não direi que seja metade, mas pelo menos é uma porção imensa do Povo português? Eu penso que isso leva-nos directamente à guerra civil.

Álvaro Cunhal — Mas está enganado, ninguém prescinde do P. P. D. no País, queremos é excluí-lo do Governo. É uma coisa diferente. No País, ele fica. Mas no Governo não!

Mário Soares — É preciso tolerância.

Álvaro Cunhal — Se é um Governo democrático, não tem nada que fazer no Governo. Mas no País, que fique. Pois se é a terra dele...

Mário Soares — Não é o sr. dr. que é o juiz disso.

Álvaro Cunhal — Não, eu tenho a minha opinião. Como português.

Mário Soares — É o Povo português. Até sucede que o Povo português preferiu o P. P. D. ao seu partido... em grande maioria. Votaram mais do dobro...

Álvaro Cunhal — Exacto, exacto.

Mário Soares — ... de pessoas de portugueses no P. P. D. do que no seu partido... Mas o sr. dr. estende o dedo e diz: «Estes têm que sair do Governo!» Com que direito?

Álvaro Cunhal — Mas uma coisa...

Mário Soares — Com que direito é que o senhor doutor quer aqui criar um Governo? Nós, se usássemos desse... desse processo, que temos ainda, que nos aproximámos bastante, nas eleições, e continuaremos, espero, não estou acerca disso nada preocupado...

Álvaro Cunhal — Olhe que está, olhe que está...

Mário Soares — ... um «score» importante, pois muito bem, mas não, nós entendemos que a Revolução é uma coisa muito séria, que temos que encontrar um caminho de diálogo, temos que evitar divisões entre os portugueses, temos que fazer com que a nossa Revolução seja uma Revolução tolerante, que não leve este País para uma ditadura, não queremos copiar modelos alheios, não queremos cair em certos erros que foram cometidos noutros sítios, não vale a pena falar neles, mas onde certamente nos jornais desses países, onde não há as tais comissões de trabalhadores de que o sr. dr. agora tanto falou e em que não são nem os tipógrafos nem os trabalhadores manuais que dirigem esses jornais.

"O dr. Caetano também usou esse mecanismo..."

Álvaro Cunhal — Já dirigiram, na Revolução, já dirigiram.

Mário Soares — Desses países também não. O que é que então, depois da revolução, anda-se para trás, faz-se a contra-revolução!

Álvaro Cunhal — Não, não é isso. São casos diferentes, as conquistas depois institucionalizam-se.

Mário Soares — Depois anda-se para trás. Isso sucedeu efectivamente, mas não é esse aspecto que nos interessa agora discutir. O que nos interessa discutir é o nosso país. Estamos perante uma situação difícil. O senhor doutor diz «P. P. D. fora do Governo» e o P. P. D. diz «P. C. P. fora do Governo», o Partido Socialista diz como dizia ao princípio, que durante muitos meses se identificou com as liberdades e a defesa das liberdades em Portugal, neste momento identifica-se com a paz, com a convivência cívica, com a tolerância, dizendo que é preciso que o P. P. D. e o P. C. tenham um pouco mais de respeito uns pelos outros, na verdade vamos ver se salvamos em conjunto a revolução.

Álvaro Cunhal — Mas comece por dar o Partido Socialista o exemplo de respeito pelos outros partidos.

Mário Soares — Mas. Mas, para isso, doutor Álvaro Cunhal precisamos de ter um terreno comum de entendimento. E esse terreno comum de entendimento é a democracia. Não aceitar os golpes, venham eles de direita, venham eles da esquerda. E a melhor maneira de suscitar golpes de direita é fazer um golpe da esquerda e vice-versa.

O doutor Marcelo Caetano durante muitos anos usou esse mecanismo. Quem não é por nós e contra nós, todos os que eram contra ele eram comunistas, eu próprio fui sempre considerado um perigoso comunista.

Álvaro Cunhal — Nunca foi, nunca foi...

Mário Soares — Fui, fui... e disseram-no. Disseram-no muitas vezes.

Álvaro Cunhal — Eles diziam, mas sabiam que não era.

Mário Soares — Disseram-me muitas vezes, em muitos ambientes, disseram-me muitas vezes que eu era um perigoso comunista, pois todos eram comunistas e agora todos são fascistas. Entre uma coisa e outra, a paléta é muita larga. E a realidade no final é multifacetada. Há aqui muitos interesses que têm de ser conciliados à nossa Revolução. Não se trata agora de exploradores, não se trata disso.

Álvaro Cunhal — Olhe que se trata, sr. dr.!

Mário Soares — Trata-se, trata-se de defender o pequeno comércio, defender a pequena indústria, é de não deixar afundar este País que está à beira da ruína. E aí entraríamos num problema que foi muito pouco visto nesta discussão, durante este debate, mas que é um problema essencial: é como é que nós vamos, para além mesmo da Revolução, salvar Portugal. Este País que é Portugal tem uma História, tem um Povo, tem valores, tem uma civilização que nós temos de defender e que temos de adaptar à idiossincrasia do próprio Povo ao qual nós pertencemos, e portanto não temos que oprimir este povo, não temos de o meter dentro dos nossos esquemas mentais, temos de o aceitar como ele é, temos que desenvolver o Povo português. O socialismo é isso, para mim, é a revolução em concreto dos problemas do Povo português. E nós vemos que o Povo português sente que esses problemas não são resolvidos, que pelo contrário há um combate nas ruas, em toda a parte, nas casas dentro das empresas, permanente, que não se resolve coisa nenhuma, há menos trabalho, produz-se menos, está-se a desorganizar a produção. No Alentejo, o sr. dr. sabe...

Álvaro Cunhal — ...está-se a organizar a produção!

Mário Soares — O sr. dr. faz muitos elogios da Reforma Agrária. Nós somos partidários da Reforma Agrária! Nós somos partidários das nacionalizações das grandes empresas agrícolas, como se provou no caso da Companhia das Lezírias, mas nós não queremos desorganizar a produção. Sabe o sr. dr. que no distrito por exemplo de Portalegre a maior parte das sementeiras não foi feita neste momento e que podemos encaminhar este País, dentro de alguns meses, para uma situação de fome efectiva, de que vão ser vítimas os próprios trabalhadores rurais? É evidente que isso são factos indiscutíveis. Sabe-se que o nosso turismo foi completamente arruinado, ou está completamente arruinado, as nossas empresas estão em grandíssimas dificuldades; sabe-se que baixou o rendimento da produtividade, porque se fez com que se afugentassem os técnicos. Nós sabemos que todos os países andam à procura de técnicos. No final da guerra diz-se: pois se os russos e os americanos chegaram à Lua foi porque cada um por seu lado soube captar a técnica alemã e ir buscar os técnicos onde eles estavam, e sem estar com problemas ideológicos. Nós vemos que em Portugal se está a afugentar tudo aquilo que é técnico, já saíram trinta mil deste País. Isso é uma hemorragia de uma gravidade extraordinária para o nosso país! Nós, Partido Socialista, queremos partir destas realidades comezinhas e queremos salvar Portugal. Em primeiro lugar somos portugueses. Queremos salvar depois a Revolução, mas uma Revolução feita em liberdade, feita no respeito pelo nosso semelhante, feita no respeito pelos direitos do Homem. E já agora deixe-me que lhe diga que uma das coisas — já lhe disse isto aliás várias vezes —, que uma das coisas que a mim me aflige, que tenho formação jurídica e que me bati durante os anos do fascismo sempre a respeito dos direitos do Homem, é as condições em que estão nas cadeias portugueses presos que continuam, e que há até às vezes abaixo-assinados de oficiais e de grandes figuras da Revolução para a libertação doutros oficiais que estão presos há uma data de meses sem que seja feita a nota de culpa, sem que os processos sejam entregues nos tribunais, e até os próprios «pides», que são pessoas humanas como os outros, e que não podem ficar eternamente na cadeia, têm que ser julgados se cometeram crimes, se não cometeram, se não há provas contra eles, têm que ser postos em liberdade.

RTP — Dr. Álvaro Cunhal, é a sua vez.

(Há aqui uma passagem que não conseguimos obter, por defeito no registo magnético. A falta de Álvaro Cunhal com que adiante se prossegue ajudará no entanto o leitor a compreender a sequência.)

Álvaro Cunhal — (...) se pode encontrar, digamos assim, em golpes militares contra-revolucionários e saírem sem escolta, saírem e voltarem, as visitas em número escandaloso que são feitas nas prisões e fala-se na situação que se passa... que está... nas prisões? Na Penitenciária eles tinham instrução de «karate» na própria prisão, estavam a preparar-se para amanhã saírem mais bem preparados como grupos de choque. E os que estão cá? E o mestre de «karate» (saía às tardes... Enfim, foi apanhado pela tal vigilância popular que não está legislada, não é? Que é espontânea, que é revolucionária... Pois é. Mas ela apanhou o mestre de «karate» que vinha de dar a sua lição aos «pides» que estavam na Penitenciária. É evidente que estes escândalos era bom que acabassem e, quanto aos presos, nós somos pela lei, é pena que não tenha sido feita, devia ter sido feita no dia 26, para não dizer no dia 24 de Abril de 1974. Não foi feita — que seja feita! Mas entretanto, na situação actual, não libertem os «pides», que os tenham lá, pois o Povo assim sente-se mais seguro e não se sentiria seguro se visse essa gente a sair em liberdade para engrossar as hostes do ELP ou do MDLP.

Quanto à Reforma Agrária, nós temos uma ideia bem contrária do que se passa no Alentejo e temos mesmo a ideia de que, se há aspecto positivo no nossa Revolução, se há lado construtivo, já do nosso Povo na via do socialismo, é a que estão a fazer os trabalhadores alentejanos. Que os trabalhadores alentejanos não têm experiência — não têm. Que os trabalhadores alentejanos cometem erros — certamente que cometem. Mas não só — se os dirigentes socialistas visitam...

Mário Soares — Visitamos...

Álvaro Cunhal — ... aquilo que se chama cooperativas — elas não são cooperativas, mas são novas herdades...

Mário Soares — Olhe que há muitas cooperativas socialistas...

Álvaro Cunhal — Chamam-se cooperativas mas na verdade não são cooperativas, a orgânica não é bem de cooperativa, é mais de uma herdade popular ou mesmo de herdade do Estado. Mas quem visita essas cooperativas vê, até na linguagem, a transformação que já houve. Hoje o camponês não diz, enfim, a «seara do patrão», não diz «a vaca do patrão», não diz «a vaca dele», diz «as nossas vacas», «as nossas searas», «o nosso rendimento», «a nossa produtividade»... Então a (ininteligível) em termos de desenvolvimento. Pensam em planos para instalar as suas vacarias, para alargar a área de regadio, para a construção de barragens, enfim, seja barragens de terra em geral, que são mais económicas para permitir o alargamento dessas área de regadio para ter uma mais alta produção nas explorações agrícolas. Quer dizer, temos toda uma obra criadora — criadora e de transformação paralelamente da produção — diz-se que estão a desorganizar a produção agrícola ... Estão a desorganizar a produção latifundiária, a produção ou a exploração agrícola das grandes superfícies abandonadas, da produção que era a produção da cortiça, que era a produção que não exigia, enfim, despesa do agricultor nem do proprietário nem do capitalista, que colhia os mil ou dois mil ou cinco mil ou dez mil contos no ano sem ter, enfim, um dedo que tivemos de levantar para que qualquer trabalho fosse realizado, e muito menos naturalmente que tivemos qualquer calo nas mãos, porque (ininteligível) é gente que vivia nas cidades, da exploração dos trabalhadores do campo. E se em relação à Reforma Agrária, com as suas dificuldades, sem dúvida, com os seus erros, sem dúvida, mas que é o aspecto mais positivo, mais construtivo, mais revolucionário para transformar a nossa economia, que é o que se está a passar no Alentejo e, mais, quando se diz os pequenos proprietários ou os pequenos agricultores que estão a ser prejudicados... Naturalmente que há uma grande campanha para envenenar as relações entre os pequenos agricultores e os proprietários rurais. Mas os pequenos agricultores, os pequenos rendeiros, os pequenos proprietários estão a ser atraídos também a esta obra de construção da nova agricultura, uma agricultura ao serviço de nosso povo e do nosso país. E creio que ninguém pode, enfim, pôr não só em causa, mas pode se quer hoje competir com o espírito de sacrifício, com o trabalho criador dos trabalhadores alentejanos na transformação dessa agricultura atrasada, rudimentar, de miséria, de desemprego, numa nova agricultura que em algumas regiões, pela mão de trabalhadores que não têm especialização agrícola, que não têm uma alta cultura, entretanto já resolveram problemas como o desemprego, que em alguns concelhos desapareceu, com o aumento da produção — que em algumas regiões já aumentou consideravelmente com uma produção notável, podemos dizer, tanto de cereais como de produtos hortícolas, como ainda processos de integração vertical do início dos combinados agro-industriais e portanto toda uma obra criadora do povo alentejano que, na verdade, é preciso estar muito longe dos ideais do socialismo — qualquer que seja, enfim, a forma como se entende o socialismo, desde que se entenda por socialismo a libertação da exploração parasitária e a obra criadora de construção de um povo — é preciso estar muito longe para não se apreciar tudo quanto têm feito e estão fazendo os trabalhadores alentejanos na Reforma Agrária.

Mário Soares — Eu gostaria de acompanhar o sr. dr. Álvaro Cunhal na defesa idílica que fez da situação. Estou longe de não o acompanhar na defesa dos trabalhadores rurais e no esforço que eles fazem, quando são eles a fazer. Mas o que se tem verificado é que há uma lei da Reforma Agrária, e há um instituto que devia fazer as expropriações. As expropriações quase sempre não foram feitas por trabalhadores, e foram feitas de duas maneiras, como o sr. dr. sabe. Foram feitas de uma maneira através do Sindicato dos Proletários Agrícolas, ou dos Trabalhadores Rurais, Sindicato esse controlado pelo Partido Comunista — e quando as pessoas não são comunistas (e os trabalhadores rurais não são comunistas) há dificuldades até em se inscreverem nesses sindicatos em muitas regiões alentejanas (eles sabem que eu estou a falar a verdade, e estão-me a ouvir)...

Álvaro Cunhal — Eles estão a ouvir, eles estão a ouvir!

Mário Soares — Pois estão, estão a ouvir, e sabem que isso é verdade — e muitas vezes essas ocupações das terras foram feitas por indivíduos que vieram de outros locais, que não tinham nada a ver com os trabalhadores rurais, que expropriaram contra a vontade muitas vezes dos trabalhadores de determinadas herdades...

Álvaro Cunhal — (ininteligível: «Isso é estranho»?)

Mário Soares — ... e muitas outras vezes usaram outras processos, constrangeram os próprios trabalhadores a fazer a ocupação, ameaçando-os se não fizessem a ocupação, e criarem, portanto, problemas muito sérios dentro dessas regiões. Eu disse-lhe há bocado que a situação do seu partido no Alentejo vai certamente ressentir-se muito, porque está muito longe desse quadro idílico que traçou, vai certamente ressentir-se muito daquilo que estão lá a fazer. E vamos certamente assistir, não precisamos de ser profectas (e, neste caso, profetas da desgraça) para ver o que é que se vai passar com essa situação de Reforma Agrária. Há alguns sítios onde as coisas correm rezoavelmente — excelente — mas há outros sítios onde se ocuparam terras, se venderam os gados de qualquer maneira... **Álvaro Cunhal** — (A parte, ininteligível)

Mário Soares — ... se venderam as alfaias agrícoas, não se fizeram as sementeiras no tempo devido, criaram-se situações difíceis, porque muitas dessas terras tinham feito — os proprietários antigos tinham feito investimento, naturalmente que aqueles que as ocuparam não se interessam com esses investimentos, os antigos donos não podem pagar irresponsabilidades por aquelas letras que tinham feito junto dos bancos... Portanto, todo esse problema vai-se repercutir no sector bancário e assim nós vamos porventura assistir a esta situação: é que o produto agrícola anual era muito baixo em Portugal, a taxa de elevação era diminuta, como o sr. dr. sabe, e eu temo que não vá aumentar este ano, e, pelo contrário, vá diminuir...

Álvaro Cunhal — (Um aparte ininteligível, uma tentativa de intervenção, duas ou três vezes repetida, duas ou três vezes coberta pela voz, que eleva, de Mário Soares).

Mário Soares — ...e, pelo contrário, até vá diminuir... Eu digo-lhe por exemplo que, no distrito todo de Portalegre, onde as ocupações se fizeram de uma maneira mais atrabiliária, em Beja fizeram-se um pouco melhor, com um pouco de mais critério, em Évora também se fizeram bastante mal, e eu digo-lhe que no distrito de Portalegre as sementeiras deste ano estão quase todas elas ameaçadas. E isto é o ponto de vista de técnicos, e de técnicos que são defensores da Reforma Agrária, que estão alarmadíssimos, tal como o prof. Henrique de Barros, que várias vezes citou no seu próprio livro sobre a agricultura, que lhe reconhece autoridade na matéria, e ele lhe dirá que está extremamente preocupado com a situação como partiu a Reforma Agrária. E se passarmos da Reforma Agrária para outros sectores, para o sector nacionalizado e para o sector não nacionalizado, evidentemente que nós verificamos que há como que um plano para destruir economicamente este País...

Álvaro Cunhal — Mas isso é um absurdo! Quer dizer...

Mário Soares — É!...

Álvaro Cunhal — Fez uma acusação...

Mário Soares — É!...

Álvaro Cunhal — Olhe, eles estão a ouvir!

Mário Soares — É, é um absurdo...

Álvaro Cunhal — Olhe, eles estão a ouvir.

Mário Soares — É...

Álvaro Cunhal — Sabe o que eu lhe digo, dr. Mário Soares?

Mário Soares — É um absurdo...

Álvaro Cunhal — Que (ininteligível) os trabalhadores do Sul, o que pensam...

Mário Soares — É...

Álvaro Cunhal — ... Com essa sua intervenção deve ter perdido, vá lá, dez por cento dos votos que teve, perdeu-os com essa sua intervenção. Não está certo.

Mário Soares — Não estou nada, nada preocupado...

Álvaro Cunhal — Pois olhe que era caso para se preocupar. É tão contra a verdade dos factos o que acaba de dizer que na verdade os trabalhadores alentejanos que vivem no dia a dia a Reforma Agrária, pois naturalmente, enfim, dizem «mas como é que aquela pessoa pode dizer isto?» Naturalmente estão a pôr estas interrogações.

Mário Soares — Está bem...

Álvaro Cunhal — É evidente que, se as pessoas que são nomeadas para os bancos, agora as novas pessoas que nomeadas para os bancos cortam os créditos às cooperativas, se não... se o aparelho... se o Ministério da Agricultura não dá apoio técnico às novas explorações, é evidente que poderão criar dificuldades, e muito sérias dificuldades, aos trabalhadores rurais...

Mário Soares — Ó sr. dr., o crédito agrícola de emergência, só isto: o crédito agrícola de emergência tinha uma verba de cerca de cinco milhões de contos...

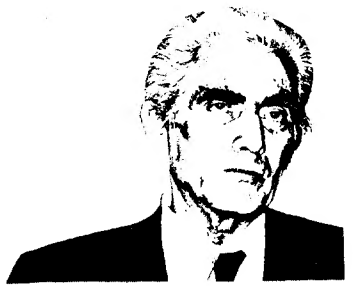
Álvaro Cunhal — Sim. (ininteligível).

Mário Soares — ... dos quais não foi utilizada nem distribuída.

Álvaro Cunhal — Pois...

Mário Soares — ... no tempo do V Governo, como sabe...

Álvaro Cunhal — Pois...



"Há trabalhadores que não recebem há cinco meses!"

Mário Soares — ... distribuíram trinta mil contos. Vai ser distribuída agora.

Álvaro Cunhal — Sim, está bem...

Mário Soares — Pois claro que vai.

Álvaro Cunhal — Se for distribuído esse crédito, então será o grande mérito do Partido Socialista, apressar essa distribuição de crédito — e, na medida em que for apressada essa distribuição de crédito, vai ver como as cooperativas dão uma lição, enfim, aos antigos proprietários e a todos aqueles que dizem que se está a estruir a economia do Alentejo. A todos os técnicos, e incluindo até o prof. Henrique de Barros, que muito respeito e até como homem, cidadão, mas que, na verdade, se pensa que o que se stá a fazer no Alentejo é destruir a produção, enfim, não compreende que é toda uma transformação no sentido do aumento da produção agrícola no Alentejo. Eu não sei se os dirigentes socialistas visitam as cooperativas e falam com os trabalhadores...

Mário Soares — ... se fazem reuniões com os trabalhadores, e se vêem nas cooperativas das herdades colectivas o que é que se lá passa. Eu conheço, enfim, existem umas centenas já de herdades colectivas, e não é muito conhecida a visita dos socialistas a essas cooperativas...

Mário Soares — Sr. dr. ... (ininteligível) pelas ruas de Beja, de Évora... (ininteligível), herdades (ininteligível), aldeias (ininteligível) toda a gente nos tem visto passear lá.

Álvaro Cunhal — Sim, mas não é...

Mário Soares — Vamos ao café, bebemos um copo...

Álvar Cunhal — Sim, eu não digo que não, mas não é bebendo um copo, nem tomando um café, nem passeando nas ruas de Beja, que se vê as herdades.

Mário Soares — ... Vamos conversar com eles, mas não vamos para lá de «Mercedes»... a conversar com eles... (ininteligível).

Álvaro Cunhal — É ir lá às herdades, ver como é que as coisas se passam. E ver como é que havia tantas vacas, como é agora há mais, o que é que foi feito dos gados, perguntar no concreto que gados, que vendas de gados foram essas...

Mario Soares — Não é no concreto que estamos a falar?

Alvaro Cunhal — ... porque aqui assim o que se vju e que a sua intervenção foi no fim de contas a defesa dos agrários. A sua própria intervenção. Pobres agrários.

Mário Soares — Ó sr. dr., tem um esquema ... (ininteligível) A sua linha é a defesa dos agrários...

Álvaro Cunhal — Dá-me licença? Dá-me licença?

Mário Soares — A sua linha é a defesa dos agrários e da reacção.

Álvaro Cunhal — Deixe-me falar, quer dizer, os pobres agrários que investiram e que agora, enfim, já não podem pagar as letras aos bancos, eles pediram, pediram dinheiro aos bancos...

Mário Soares — (Ininteligível). O povo português...

Álvaro Cunhal — Dá-me licença? Mas, se me deixarem falar, eu falo, se não deixarem... Cá está a tal coisa da tolerância para as ideias dos outros que não permite que eles falem...

Mário Soares — Fale, fale.

Álvaro Cunhal — Os agrários pediram créditos aos bancos, meteram o dinheiro no bolso, não pagaram os salários (foi isso que fizeram os agrários) e agora querem, da colheita, retirar novamente o dinheiro... Já não é para investir, porque as terras já não são deles, recebem por duas vezes e não pagam os salários. Há trabalhadores que já não recebem os salários há cinco meses, há quatro meses, enfim, há três meses, porque nunca, trabalhando aí nas propriedades antigas, os agrários lhes pagaram. E entrentanto esses agrários, aproveitando o crédito agrícola, levantaram o dinheiro do banco. Eles levantaram o dinheiro do banco. Mas gastaram em quê? Em novos automóveis, em porem nos bancos da Suiça, em gastarem com a sua família e na pândega, certamente aí. Mas nas explorações agrícolas é que não gastaram. E esses homens que tiraram o dinheiro dos bancos querem agora vender a colheita, não já para investirem novamente, mas, enfim, para novamente meterem ao bolso. Pois na verdade pensamos que é muito justo que os trabalhadores a quem não eram pagos os salários, que não recebiam créditos financeiros, que procurem na verdade resolver os seus problemas, que em muitos casos os têm resolvido. Eu creio que é assim que se constrói o novo Portugal, este Portugal a caminho do socialismo, é com os trabalhadores, com o trabalho criador dos trabalhadores portugueses, e não contra os trabalhadores, não em defesa dos seus exploradores de uma maneira mais directa ou menos indirecta.

Megre — Se me dão licença queria dizer o seguinte: isto é efectivamente — tinha-se dito que era sem limite de tempo. Isto é uma e vinte e cinco. O sr. dr. Mário Soares fez uma pergunta ao dr. Álvaro Cunhal, eu penso que o dr. Álvaro Cunhal deverá fazer uma pergunta ao dr. Mário Soares, mas receio que não tenhamos tempo para mais. Até porque — recebo agora uma indicação do estúdio — temos cerca de mais ou menos trinta minutos de bobine, no máximo. E como estamos a dar uma média de mais de trinta minutos para cada questão e para cada intervenção, receio que não possamos ir além disso. Em todo o caso — e eu faço-lhes aqui já aos dois a pergunta — penso que teria interesse, se fosse possível, continuarmos posteriormente esta conversa numa nova data o mais próxima possível, em que seja possível acordar com ambas as partes. Portanto, eu espero que seja possível nós virmos a continuar, uma vez que estamos longe, embora com três horas e meia de programa, se calhar, de chegar ao fim de todos os pontos, temos estado mais a ver os aspectos negativos que ambas as partes se põem do que os aspectos positivos que ambas as partes poderiam encontrar —, por isso eu penso que provavelmente seria muito interessante, e a Televisão está desde já a fazer esse convite repetirmos, ou continuarmos, melhor, logo que fosse possível continuar este programa, evidentemente com o acordo dos dois secretários-gerais. Portanto, deixo já aqui feito aos dois este apelo para uma segunda volta, digamos assim. Pedia ao dr. Álvaro Cunhal para fazer a sua pergunta, mas volto a lembrar que tem o prazo máximo de trinta minutos. (Ininteligível).

Álvaro Cunhal — Uma pergunta só — e a pergunta refere-se ainda ao sistema de alianças. É se o Partido Socialista considera ou se tem sido considerada no Partido Socialista de alianças no sentido de deixar as alianças com a direita reaccionária e de se aliar às forças de esquerda. E nas situacões concretas dos vários aspectos da vida nacional — vida económica, social, política e até militar, digamos assim, procurar alianças com as forcas de esquerda, revolucionárias, as forças do progresso, e não com as forças da direita reaccionária, que não é na minha opinião, mas aos olhos de todos os portugueses e das próprias afirmações que fazem os responsáveis dos sectores respectivos, pois se identificam com a reacção. Pois é só esta pergunta: Se considera ouse tem sido considerado no Partido Socialista na verdade uma modificação dessas alianças no sentido de aliar às forças populares, democráticas, progressistas e, na verdade, não se aliaram com as forças da direita reaccionária.

Mário Soares — Desde antes do 25 de Abril, muito antes, nós socialistas considerámos que era útil, que era necessário, que era mesmo indispensável para o nosso povo que houvesse uma aliança da esquerda portuguesa e metíamos nessa esquerda, naturalmente o Partido Comunista. E por isso dissemos que estaríamos dispostos, propusemos ao partido que estudássemos em conjunto detalhadamente um projecto comum da transformação da nossa sociedade a caminho do socialismo. Esse projecto comum tinha para nós de passar pela democracia, pela defesa da democracia e das liberdades. Esta era uma condição «sine qua non». Aliás, os dissídios entre os socialistas e os comunistas vêm de longa data, têm história longa no movimento operário, e fundamentalmente há em presença duas concepções diferentes da vida e dessa transformação da sociedade que ambos dizem desejar: uma que é democrática, que se pretende fazer no respeito das liberdades, outra que é uma concepção que nós chamamos totalitária que prescinde desse valor para nós essencial que são as liberdades para organizar uma sociedade que se quer ou se pretende socialista, mas que, até agora, esses são os exemplos históricos, tem descambado em sociedades de capitalismo de Estado, de fachada socialista com regime de repressão política feroz. Estes problemas puseram-se internacionalmente e, de há uns anos a esta parte, há uma corrente no movimento comunista internacional que diz, pois, que nas condições da Europa Ocidental — é o que dizem os italianos e os espanhois —, nessas condições concretas, os partidos comunistas aceitam o quadro institucional da democracia, querem fazer a transformação da sociedade de acordo com a maioria do povo, através do consenso popular, e não violentando esse povo, criando, portanto, ou impondo um regime que é só desejado por uma escassa minoria dessa população. E foi assim que nasceu a política do Partido Comunista Italiano, que é a política do compromisso histórico, foi assim que nasceu a política do Partido Comunista Espanhol de unidade aberta à unidade com todas as outras formas da vida democrática espanhola e foi assim que nasceu o programa comum em França. Isso tudo representa uma enorme viragem no movimento comunista internacional e isso possibilitou a unidade das forças socialistas e comunistas, das forças progressivas desses países numa frente contra aquilo que poderíamos chamar a direita, mas numa frente que mantém o respeito pelo quadro institucional da democracia, pelas regras da democracia e que assegura a alternância no Poder, visto que Berlinguer, por exemplo, dizia «se nós tivessemos somente 51 por cento ou 52 por cento da população, impondo reformas e transformações que essa própria população não desejaria.

Portanto, numa evolução para o socialismo, feita no respeito da democracia e feita por fases. Se o Partido Comunista Português estivesse nesta posição, pois naturalmente a aliança com o P. C. era fácil e há muito que nós estávamos numa posição de frente, de verdadeira frente. Mas, infelizmente, o P. C. P. não perfilha esta posição e tem tido e demonstrou à luz do próprio movimento comunista internacional que tem uma concepção vanguardista da transformação social e da chegada ao socialismo através de um acto de força de uma minoria organizada. Foi assim que vimos que o P. C. em vez de querer manter-se, ganhar a confiança das massas populares e desencadear grandes movimentos de massas populares, ele teve uma actividade de «putchismo», de permanente golpismo, para infiltrar elementos seus nos centros de decisão para daí fazer a transformação da sociedade portuguesa, segundo os seus critérios e fazê-la por métodos antidemocráticos, violentando o sentido profundo do povo português. Num jornal católico disse-se que isso, mais do que marxismo era blanquismo, esta teoria. Independentemente do problema propriamente teórico isto tem sido um problema teórico que apaixona e apaixonou este debate, toda a esquerda europeia, e e por isso que o P. C. pode dizer-nos que nós estamos com os latifundiários ou que estamos com a direita. O Povo sabe que não é verdade e o próprio movimento comunista internacional e o próprio movimento operário internacional sabe que não é verdade. E é por isso que nós podemos ter relações muito cordiais, para não dizer mesmo fraternais, com certos partidos comunistas que partilham esta mesma teoria da transformação para o socialismo passar pelo consenso popular. Se o P. C. vier um dia a rectificar as suas posições, tendo verificado que não pode aqui em Portugal, por razões internas em primeiro lugar, porque o Povo Português o não acompanha nesse seu desejo de impor uma ditadura comunista, se o P. C. renunciar à sua teoria golpista e vanguardista, se aceitar o respeito e as regras da democracia, estão criadas as condições para nós trabalharmos em unidade. Se o não fizer, enquanto o não fizer, e até agora temos de reconhecer que o não tem feito, nós não nos podemos aliar ao Partido Comunista, porque acima de tudo nós queremos a democracia e porque nós sabemos que essa aliança teria como consequências para o Povo Português o perder as liberdades e ficar sujeito a um regime de socialismo de guerra que lhe trazia em primeiro lugar o abaixamento do nível de vida de uma maneira esmagadora e, em segundo lugar, que o mergulharia de novo num sistema concentracionário, num sistema em que as liberdades públicas voltariam a desaparecer. E isso nós não aceitaremos em caso nenhum e estamos dispostos a lutar por todos os meios, naturalmente com todas as armas da persuação, contra essa eventualidade.

O Partido Socialista não quer alianças à direita e quando nós falamos em que deve haver até enquanto não for verdadeiramente institucionalizada a democracia, portanto enquanto não se fizer aprovar a Constituição e depois não se procederem as novas eleições legislativas e eleições para as juntas de freguesia, até aí, enquanto isso não se fizer, nós dizemos que nesse Governo Provisório, por razões de defesa da revolução e da consolidação da democracia, devem estar os principais partidos que representam no conjunto 70 a 80 por cento — portanto, o P. S., o P. P. D. e o P. C. P. —, não quer dizer que façamos uma aliança profunda, quer com o P. P. D. quer com o P. C. Nós estamos associados no mesmo Governo para realizar um projecto que é neste caso, o projecto político, a plataforma política do VI Governo Provisório que o sr. almirante Pinheiro de Azevedo anunciou ao País e estamos dispostos a cumprir e a corresponder às responsabilidades que voluntariamente assumimos, entrando para o Governo, apoiando em todas as circunstâncias o Governo do almirante Pinheiro de Azevedo.

Quanto a outras alianças, não as temos. Naturalmente poor-nos-emos, por todos os meios, a uma ditadura de direita, achamos que essa ditadura nao é inevitável, mas é um risco de haver uma ditadura da direita e toda essa agitação da extrema-esquerda está a provocar, a trazer água ao moinho da reacção e é por isso que nós somos contrários a esse tipo de agitação, a actos como sequestro de ministros, como assaltos à Embaixada de Espanha e outros actos desse género. Nós consideramos que as forças chamadas da extrema-esquerda têm uma função a desempenhar neste País e achamos que podem trazer uma contribuição teórica importante à nossa revolução. Mas é preco que elas também desistam jogo da democracia, é preciso que elas também desistam desse projecto de armar-se para conquistar, pela força das armas, o Poder, porque isso seria naturalmente, mergulhar o País numa guerra civil, não seria somente, como dizia já pouco o dr. Álvaro Cunhal, dividir o País entre o Norte e o Sul, seria também dividir as ilhas atlânticas, empurrando porventura, para uma situação de separatismo, quem sabe mesmo de independência em relação a Portugal, e seria mergulhar todo o nosso povo numa profunda divisão. Essa situação, neste momento penso eu, que esse perigo está em grande parte afas ado porque o Partido Comunista por si só não tem poder para tomar pela força o Poder — se o tivesse porventura já o teria feito — mas não tem esse poder, o M. F. A. tem-se afirmado como um movimento respeitador da democracia, impôs as eleições de Abril contra a vontade do P. C. e mesmo que o quisesse fazer, a aliança com as forças da extrema-esquerda é de tal maneira artificial que ela não se poderia manter. É por isso que não há alternativa para o VI Governo Provisório. É por isso que nós, não obstante as pressões do P. P. D., que diz «comunistas fora do Governo», nós dizemos aos comunistas: pois fiquem no Governo, podem mesmo melhorar dentro do Governo as suas posições, mas com a condição de jogarem o jogo da democracia com lealdade, de respeitarem as regras democráticas.

Álvaro Cunhal — Bom eu vejo com certa satisfação que o dr. Mário Soares procurou hoje, quando por momentos es esperava que fossem Brandt e Wilson, mas ouço falar em dirigentes de partidos comunistas, irmãos do P. C. P., e portanto o facto do curso do seu pensamento político, pois, ter uma proximidade com dirigentes de partidos comunistas pode ser uma vantagem para evolução da ideologia do Partido Socialista Português. É evidente que eu conheço também a chamada teoria do compromisso histórico, tenho várias vezes dito que esta expressão italiana não tem correspondente em português. Não tem. Nós também temos um compromisso histórico, temos, o Partido Comunista Português como vanguarda da classe operária, esse compromisso histórico é perante a classe operária e os trabalhadores do nosso país. Esse é o nosso compromisso histórico e não tal facto, de progresso que defendia o Partido Socialista que seria o compromisso histórico, enfim com o M. D. E. S., que é aquele grande combinado, um grande «pool» de forças do nosso capital que fizeram uma proposta em determinada altura de 128 milhões de contos de investimentos e não sei quantos lugares de trabalho, portanto compromisso para que eles pudessem investir durante bastante tempo. Nós não queremos esse compromisso histórico com os capitalistas. Temos o compromisso. Temos o compromisso histórico com o nosso povo. Nós, os comunistas, bater-nos-emos com ele, com o povo trabalhador, para a sua libertação da exploração capitalista. O nosso grande compromisso histórico é este, e é a este ideal que sacrificaremos na verdade todas as nossas energias e todas as nossas possibilidades. No que respeita à questão das alianças, nós pensamos que há alianças políticas.

As alianças sociais fundamentais, hoje, no nosso país, são da classe operária com o campesinato, pequenos e

"Dava-lhe a medalha... e lá tínhamos a ditadura!"

médios agricultores, e também com as classes médias, camadas médias, como pequenos e médios comerciantes e pequenos e médios industriais cujos interesses entendemos que devem ser defendidos e garantidos. No plano político pensamos que devem ser defendidos e garantidos. No plano político pensamos que todas as forças que estejam interessadas na defesa da democracia, na defesa das liberdades, e que não acreditem nesses contos da carochinha dos comunistas a quererem liquidar as liberdades, quererem instaurar uma ditadura, quererem pôr os outros partidos fora das possibilidades de actuação, isso são contos da carochinha que vêm dos velhos tempos mas que na verdade a reacção do Partido Comunista tem despendido dia a dia através de factos e não apenas das palavras que afirma. Nós temos muitas vezes afirmado, nós somos pela construção de um regime em que haja amplas e profundas liberdades, em que seja reconhecida aos partidos políticos a possibilidade da sua actuação, em que haja a liberdade de Imprensa, sem censura prévia, em que haja liberdades de reunião, de manifestação e as outras liberdades democráticas, mas que ao mesmo tempo se façam as transformações da nossa economia e da nossa sociedade com vista a pôr fim à exploração capitalista no nosso país. E é aqui, na verdade, que reside a grande diferença que há e que determina um pouco o sistema de alianças políticas.

Aqueles que etão voltados para este projecto de Governo socialista, com liberdade, com as liberdades democráticas, esses procuram juntar-se e bater-se por esse objectivo. Mas quem não está por esse projecto, quem na verdade não está por essas transformações económicas, então liga-se no plano político às forças representativas dos interesses do capital. E é o caso do Partido Socialista com as suas alianças com o P. P. D. e com a direita. Aí assim não há nem nenhum projecto socialista no P. P. D., nem sequer projecto de democracia, basta ler os discursos mais recentes dos dirigentes do P. P. D. para se ver que são hoje voltados para uma política reaccionária. Parece que Sá Carneiro voltou outra vez à velha Assembleia Nacional antes de começar a fazer certas propostas liberalizantes do regime anterior. É com este partido que o P. S. se alia e se alia para quê? Para defender as liberdades, defender as liberdades juntamente com os seus inimigos, ou para combater as forças de esquerda, as forças operárias, as forças populares? Esta é a possibilidade real que se oferece ao Partido Socialista e o risco que corre o Partido Socialista de ser não só enquadrado numa aliança de direita reaccionária, como depois ser atropelado por essa aliança da direita e, no fim de contas, acabar por ter no quadro político nacional um papel bem mais modesto do que aquele que ambiciona. Nós somos partidários da construção de um regime socialista no nosso país, de momento de uma democracia com reformas profundas da nossa economia e da nossa sociedade, ainda não lhe chamamos revolução socialista, não chegámos lá, há quem já lhe chame, nós pensamos que não estamos ainda aí, mas temos entretanto uma revolução democrática já bastante avançada que realizou reformas que permitem abrir caminho para o socialismo. Estamos dispostos a unir-nos a todos os que queiram defender as liberdades, combater a reacção e não dizer que à direita não há perigo, combater o perigo fascista e combater o perigo de um golpe da direita, e estamos dispostos a essa luta e vamos travá-la e travaremos essa luta, estamos dispostos a unir-nos a todos os que queiram defender as liberdades, a todos os que queiram encaminhar o nosso país para o socialismo. Se o P. S. largar

Em 1 de Maio de 1974, os secretários-gerais dos dois maiores partidos de expressão socialista foram vistos na rua, lado a lado no que parecia ser o início de uma política concertada para respaldar a Democracia finalmente implantada em Portugal. Esta fotografia é histórica, mas duzentos minutos de debate na TV trouxeram ao País a sua antítese

as suas alianças com a direita reaccionária, se o P. S. defender acima de tudo os interesses dos trabalhadores e não os interesses do patronato e dos exploradores do povo trabalhador, se o P. S., em vez de uma política de conspiração porque também a faz, também a faz tal como os conspiradores reaccionários da direita, em vez de uma política de conspiração procurar uma política de aliança com as forças revolucionárias populares e militares, se procurar unir-se nas várias esferas da vida nacional às forças progressistas, ao povo trabalhador e às suas organizações, certamente seria possível uma larga aliança de forças sociais e políticas que pudessem encaminhar de uma maneira mais tranquila o nosso país para essa sociedade nova por que o povo trabalhador anseia. Se o P. S. persiste na sua política de aliança à direita e de combate à esquerda, de política de combate insistente ao P. C. e às forças da esquerda, está um pouco condenado se na verdade o nosso povo não lhe puser uma solução contrária, a ser uma primeira linha que avança convencida que pode primeiro bater a esquerda para depois bater a direita reaccionária, mas que acaba, a realizar-se a sua política, por bater a esquerda para depois ser batido pela direita reaccionária. A aliança dos socialistas portugueses (...) é com os comunistas e com as forças de esquerda contra a reacção fascista, contra as forças da direita.

Se os socialistas assim o compreenderem, podem dar uma contribuição muito positiva para a construção de um novo Portugal. Se não o compreenderem podem tornar-se presa das forças reaccionárias e cair, no fim de contas, numa política que não favorece nem a defesa das liberdades e muito menos a construção do socialismo no nosso país.

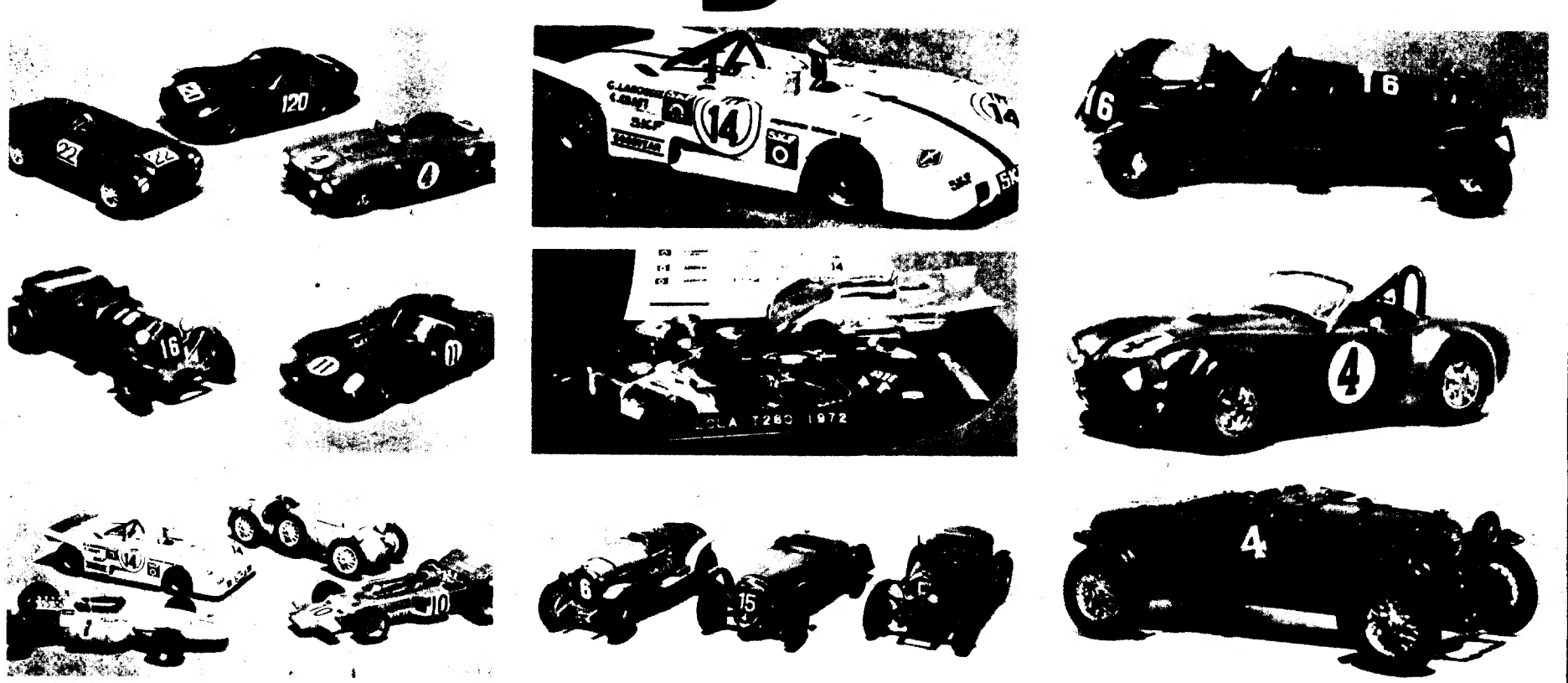
Mário Soares — Depois de ouvir o sr. dr. Álvaro Cunhal ficaria com a convicção de que, se eu fizesse essa aliança que o sr. doutor propõe, me daria a medalha Lenine. Dar-lhe-ia uma medalha Lenine, e nós teríamos uma ditadura em Portugal. Ora eu ditadura tive o que bastou, que foi a ditadura do Salazar e do Caetano. Não volto a ter essa ditadura por nenhuma maneira e esteja descansado que o Partido Socialista é um partido dos trabalhadores. Tem uma base que é uma base trabalhadora e quando o sr. doutor julga que com isso pode atingir, pode atingir a nossa base, a base do Partido Socialista é que sabe bem, é que sabe bem a diferença que vai das suas palavras às realidades e por isso é ela que nos impõe esta política intransigente de defesa da Democracia, de defesa do Socialismo e dos trabalhadores e da classe operária, mas mantendo as liberdades e não encaminhando o País para uma ditadura comunista.

Álvaro Cunhal — Essa política não lhe dá a medalha Lenine, mas pode dar-lhe a medalha Sá Carneiro ou uma medalha de um desses lados. E, na verdade, eu penso que não é aqui assim que trata da medalha que o dr. Mário Soares possa ou não possa ganhar. Aqui trata-se da política que os socialistas possam ou não seguir. E estou convencido de que os trabalhadores, sejam os socialistas ou não sejam, sejam socialistas ou comunistas, têm interesses idênticos, não é com a sua política que se definem os seus interesses no fim de contas, os seus objectivos reais, e acabarão por se entender na luta pelas liberdades e pelo socialismo no nosso país.

Montagem "DL"
sobre original de João Abel Manta

John day

miniaturas metálicas escala 1/43



lista dos modelos

102 — FERRARI 375 Plus — Vencedor das 24 Horas de Le Mans 1954
103 — ALFA ROMEO 2900 — Vencedor das 1000 Miglia 1938
104 — BRABHAM BT 19 F 1 — Vencedor do G.P. da Holanda 1966
105 — ALFA ROMEO P 2 — Vencedor do G. P. de França 1924
106 — JAGUAR «C» — Vencedor das 24 Horas de Le Mans 1951
106 A — Jaguar «C» — Vencedor das 24 Horas de Le Mans 1953
107 — BUGATTI «Tank» 31 — Vencedor das 24 Horas de Le Mans 1937
108 — FERRARI F1 — Vencedor do G.P. de Inglaterra de 1951
109 — DUESENBERG Grand Prix — Vencedor do G.P. de França 1921
110 — LOLA T/280 — Concorrente em Buenos Aires 1972

113 — TALBOT 41 — Vencedor das 24 Horas de Le Mans 1950
114 — McLAREN M7A F1 — Vencedor do G.P. de Itália de 1968
115 — MARCH 701 F1 — Vencedor do G.P. de Espanha de 1970

118 — FERRARI 166 MM — Vencedor das 24 Horas de Le Mans de 1949

Nurburgring 1962
120 — MASERATI Tipo 61, Birdcage — Vencedor dos 1000 km de Nurburgring de 1960
121 — MERCEDES 300 SLR — Vencedor das 1000 Miglia de 1955

123 — LAGONDA — Vencedor das 24 Horas de Le Mans de 1935
124 — ALFA ROMEO 2,31 — Vencedor das 24 Horas de Le Mans de 1931
125 — FERRARI TR 60 — Vencedor das 24 Horas de Le Mans de 1960
126 — LORRAINE — Vencedor das 24 horas de Le Mans de 1925
127 — FERRARI 250 GT — Vencedor em GT das 24 Horas de Le Mans de 1960
128 — CHENARD E WALCKER — Vencedor das 24 Horas de Le Mans de 1923
129 — DELAHAYE 4,51 — Vencedor das 24 Horas de Le Mans de 1938
130 — FERRARI TESTA ROSSA — Vencedor de Sebring em 1958
131 — MERCEDES 300 SL — Vencedor das 24 Horas de Le Mans de 1952
132 — MERCEDES W 25 — Vencedor do G.P. de França de 1935
133 — FIAT Course — Vencedor do G.P. de França de 1922
134 — AUTO UNION Tipo «A» — Vencedor do G.P. de França de 1934
135 — COBRA SHELBY Roadster — Concorrente em Sebring 1964
136 — AUTO UNION Tipo «D» — Vencedor do G.P. de França de 1939
137 — PORSCHE RSK — Vencedor do Targa Florio em 1959
138 — CUNNINGHAM «Monstre» — Concorrente nas 24 Horas de Le Mans de 1950
139 — MERCEDES 154 — Vencedor do G.P. da Alemanha em 1938

141 — B.R.M. F1 «153» — Vencedor do G.P. da Belgica em 1970
142 — FERRARI 250 MM — Concorrente em Sebring 1953
143 — FERRARI F1 — Campeão do Mundo (J. Surtees) 1964
144 — FERRARI 330 TR — Vencedor nas 24 Horas de Le Mans de 1962

de 1972
146 — LANCIA D 50 — (ASCARI) Concorrente ao G.P. de Monaco de 1955
147 — FERRARI 801 — 2.º no G.P. da Alemanha em 1957

149 — BUGATTI Grand Prix Tipo 59 de 3,31 — 1934
150 — FERRARI 250 GT — (Panamericana) de 1957

153 — MASERATI 450 S Spyder — Vencedor das 12 horas de Sebring 1957
154 — FERRARI TR 61 — Vencedor das 24 Horas de Le Mans de 1961
155 — ROVER BRM Turbina — Vencedor do prémio especial em LM 1963
156 — COBRA DAYTONA — Vencedor em GT das 12 Horas de Sebring 1965
157 — FERRARI DINO 246 — G.P. da Montanha 1958
158 — BUGATTI Tipo 57 — Vencedor das 24 Horas de Le Mans de 1939
159 — JAGUAR «D» — Vencedor das 24 Horas de Le Mans de 1957

160 — EAGLE F 1 — Vencedor (Dan Gurney) do G.P. da Belgica de 1969
161 — PEUGEOT Grand Prix — Vencedor do G.P. de França de 1912

(Fora de fabrico)
163 — MARMON 1911
164 — MORGAN Plus 4 1968
165 — FRAZER NASH Le Mans Replica 1950

167 — B.R.M. V8 F 1 1964
168 — DELAGE 1925
169 — ASTON MARTIN ULSTER 1935

173 — NASH HEALEY 1953
174 — ALFA ROMEO 2300 1932
175 — FERRARI 860 Monza 1956
176 — MASERATI 300 S 1956
177 — FRONTANAC 1920
178 — JAGUAR SS 100 1973
179 — ASTON MARTIN DRB 1/300 1959 (1. 24 Horas de Le Mans)

finalmente à venda nos restauradores 7